



RODRIGO DE SOUZA FRAMMENTO

**A DEGRADAÇÃO DA PAZ NO NORTE DO BRASIL: UM EXAME A PARTIR DA
VIOLÊNCIA ENTRE PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC) E FAMÍLIA
DO NORTE (FDN)**

João Pessoa

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RODRIGO DE SOUZA FRAMENTO

**A DEGRADAÇÃO DA PAZ NO NORTE DO BRASIL: UM EXAME A PARTIR DA
VIOLÊNCIA ENTRE PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC) E FAMÍLIA
DO NORTE (FDN)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal da
Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. MARCOS ALAN
SHAIKHZADEH VAHDAT FERREIRA

João Pessoa

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F813d Framento, Rodrigo de Souza.

A DEGRADAÇÃO DA PAZ NO NORTE DO BRASIL: UM EXAME A
PARTIR DA VIOLÊNCIA ENTRE PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL
(PCC) E FAMÍLIA DO NORTE (FDN) / Rodrigo de Souza
Framento. - João Pessoa, 2018.
189 f.

Orientação: Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira.
TCC (Especialização) - UFPB/CCSA.

1. Violência; Crime Organizado; Brasil; Região Norte.
I. Ferreira, Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat. II. Título.

UFPB/BC



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova, com nota 10,0, o Trabalho de
Conclusão de Curso

"A degradação da paz no Norte do Brasil: Um exame a partir da violência entre
Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN)"

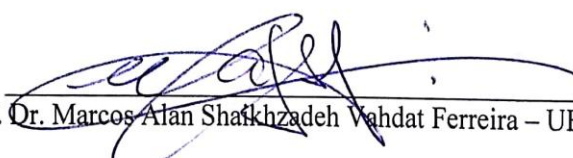
Elaborado por


Rodrigo de Souza Framento

Como requisito parcial para a obtenção do grau de

Bacharel em Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA


Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira – UFPB (Orientador)

 (VIA VIDEOCONFERÊNCIA)
Prof.ª Dr.ª Camila de Macedo Braga – USP


Prof. Dr. Pascoal Teófilo Carvalho Gonçalves - UFPB

João Pessoa, 13 de junho de 2018.

Resumo

O presente trabalho visa compreender a disseminação da violência na região Norte do Brasil, fruto do conflito entre a organização criminosa Família do Norte e seu aliado, o Comando Vermelho, contra o Primeiro Comando da Capital. O conflito teve como gatilho a ruptura entre as duas últimas facções e a consequente luta pelo domínio de uma rota internacional de drogas, conhecida como Rota do Solimões. Neste trabalho, inicialmente após a revisão conceitual foi feita uma análise do contexto de violência no Brasil e América Latina. O período de análise do conflito se deu entre outubro de 2016, com os primeiros registros da luta entre os grupos supracitados e janeiro de 2017, a ápice desse conflito, até o momento. A metodologia se baseou na análise qualitativa, fundamentada em um estudo de caso. Por meio do referencial teórico dos Estudos para a Paz, busca-se entender como a luta entre organizações criminosas impacta na paz no Norte do país e como alastra violência pela região. Para tal análise, baseou-se em entrevistas e fontes de mídia nacionais e internacionais, selecionadas e utilizadas segundo metodologia apropriada para a utilização deste tipo de fonte para trabalhos que utilizam os Estudos para a Paz como referencial teórico. Como conclusão, os estados mais impactados com os conflitos, Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, já sofriam com problemas decorrentes a violência cultura e estrutural, o que proporcionou um terreno favorável para o conflito entre as organizações criminosas e a consequente disseminação da violência direta. As diversas instâncias que representam o Estado oficial, garantidor da segurança em todo o território, se mostraram ineficazes em reverter o quadro de violência direta, estrutural e cultural, além do desmantelamento do crime organizado no país.

Palavras-chave: Violência; Crime Organizado; Facções Criminosas; Brasil; Região Norte.

Abstract

This paper aims to understand the spread of violence in the Northern region of Brazil, as a result of the conflict between the Northern Family (in Portuguese, Família do Norte) criminal organization and its ally, the Red Command (Comando Vermelho), against the First Command of the Capital (Primeiro Comando da Capital). The conflict was triggered by the split between the last two factions and the ensuing struggle for dominance of an international drug route known as the Solimões Route. In this final essay, initially, after a conceptual review we did an analysis of manifestation of violence in Brazil and Latin America. The period of analysis of the conflict occurred between October 2016, with the first records of the struggle between the aforementioned groups and January 2017, the apex of this conflict, to date. The methodology was based on the qualitative analysis, based on a case study. Through the theoretical framework of Studies for Peace, it seeks to understand how the struggle between criminal organizations impacts peace in the North of the country and how it spreads violence across the region. This analysis is based on interviews and national and international media sources, selected and used according to appropriate methodology for the use of this type of source for works that use Peace Studies as a theoretical reference. As a conclusion, the states most impacted by the conflicts, Amazonas, Roraima, Rondônia and Acre, were already suffering from problems of cultural and structural violence, which provided a favorable ground for the conflict between criminal organizations and the consequent spread of direct violence. The framework that represent the official state, guarantor of security throughout the territory, have proved ineffective in reversing the direct, structural and cultural violence, as well as the dismantling of organized crime in the country.

Keywords: Violence; Organized Crime; Brazil; Northern Region; Criminal Gangs.

Sumário

Introdução	15
Metodologia de Estudos para a Paz para uso de material produzido pela mídia	17
1. Estudos para a Paz, violência e atores não estatais violentos	20
1.1. Estudos para a Paz	20
1.2. Atores Não Estatais Violentos	27
1.2.1. Definindo uma tipologia de ator não estatal violento: O caso do crime organizado transacional.....	29
1.2.2. Crime organizado transnacional, impactos sociais e globalização.....	33
Considerações Finais	38
2. A Manifestação da violência na América Latina e o caso do Brasil.....	39
2.1. Violência na América Latina: uma breve introdução	40
2.2. O que explica a violência na América Latina?	43
2.2.1. Urbanização e crescimento populacional	43
2.2.2. Desigualdade	44
2.2.3. Educação e emprego	46
2.2.4. Justiça e Democracia	49
2.2.5. Atuação das forças de segurança	52
2.2.6. Disseminação e tráfico de armas	53
2.2.7. Falta de políticas para a juventude	55
2.3. Crime e violência: O caso do Brasil	57
2.3.1. Contexto histórico-social do crime.....	57
2.3.2. A quem a violência atinge?	60
2.3.3. Violência nas prisões	65
Considerações Finais	69
3. PCC e FDN: Origens e Estrutura das Organizações Criminosas	71
3.1. Primeiro Comando da Capital – Paz entre os ladrões e Guerra contra a polícia. .	72
3.1.1. Primeira fase: 1993 -2001.....	73
3.1.2. Segunda fase: 2001 a 2006	76
3.1.3. Terceira fase: 2006 – dias atuais.....	79
3.1.4. Atuação nas prisões	83
3.1.5. Atuação nas ruas	85
3.2. Família do Norte: a guerra só começou	88
Considerações finais	97
4. O triângulo da violência na Região Norte: Muito além da paz negativa	98

4.1.	O triângulo da violência: uma abordagem necessária.....	99
4.2.	Luta entre organizações criminosas brasileiras: um contexto regional	104
4.3.	Violência cultural e estrutural: o contexto do conflito	106
4.4.	Violência direta: o conflito pelo controle da Rota do Solimões	111
4.4.1.	Outubro de 2016: os primeiros indícios do conflito	112
4.4.2.	Janeiro de 2017: a escalada do conflito	117
4.5.	Respostas do Estado à violência entre facções no Norte do Brasil: debate sobre a violência estrutural e direta.....	124
	Considerações Finais	130
	Conclusões	132
	Referências Bibliográficas.....	137
	Apêndices	157
	Anexos	186

*A todas as vítimas
das violências deste país.*

Agradecimentos

Muitas foram as horas investidas nesse trabalho, onde coloquei como desafio dar o máximo de mim mesmo, meta que teria sido impossível sem a ajuda de várias pessoas nesse caminho. Agradeço a minha mãe, Vera, a pessoa mais importante em minha vida, que esteve e está presente em toda minha existência, me ensinando incansavelmente os valores mais importantes que um ser humano deve ter. A senhora é a luz da minha vida. Ao meu pai, Mario, agradeço por ter ido e ainda ir tão longe a busca de garantir conforto a toda a família. O senhor também é essencial nessa jornada, sua coragem me inspira. Ao meu irmão, Bruno, agradeço pelos inúmeros momentos de alívio cômico (regado a memes) que aconteceram no dia-a-dia da nossa convivência. Você também foi importante nesse processo (e para minha sanidade mental). Amo todos vocês.

Ao meu orientador, Marcos Alan, sou grato de inúmeras maneiras. A extrema solicitude, o olhar atencioso e as diversas conversas nas nossas incontáveis reuniões foram essenciais para que esse trabalho atingisse a qualidade que apresenta. Ele seria irrealizável sem a tua ajuda. Obrigado pela confiança depositada, por todas as oportunidades que me abriu e por ter possibilitado a minha evolução acadêmica e como ser humano.

Também agradeço aos jornalistas Luis Adorno e Flávio Costa pela generosa disponibilidade em serem entrevistados, colaborando de maneira excepcional tanto para o meu aprendizado pessoal quanto para a pesquisa. O conhecimento e as experiências compartilhadas foram essenciais para o cumprimento dos objetivos desse trabalho. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agradeço pelo financiamento a pesquisa.

Aos amigos e a todas as pessoas que ouviram meus desabafos, preocupações e minha euforia ao falar sobre esse tema, meus agradecimentos por terem me suportado. Vocês também foram importantes para mim.

Lista de ilustrações

Figura 1: Triângulo da Violência.....	23
Figura 2: Variação nas taxas de homicídios por estado do Brasil, entre 2005 e 2015.....	62
Figura 3: Organograma do PCC.....	81
Figura 4: Expansão do PCC na América do Sul.....	87
Figura 5: Organograma da FDN.....	90

Lista de tabelas

Tabela 1: Principais dados do sistema prisional brasileiro em junho de 2016, por estado do Brasil.....	66
Tabela 2: Paralelos entre os Mandamentos Bíblicos e as Regras do PCC.....	75
Tabela 3: Perguntas para análise da violência cultural, estrutural e direta.....	100
Tabela 4: Principais problemas socioeconômicos que impactam na violência estrutural e no crime organizado transnacional.....	101
Tabela 5: Principais problemas políticos que impactam na violência estrutural e no crime organizado transnacional.....	102
Tabela 6: Dados sobre IDH, Renda e emprego em estados selecionados do Brasil...	107

Lista de gráficos

Gráfico 1: 10 maiores taxas de homicídio mundiais em 2010 (ou ano mais recente disponível).....	41
Gráfico 2: Taxa de pobreza e pobreza extrema na América Latina em porcentagem 2002 – 2017.....	44
Gráfico 3: Índice de desigualdade de Gini na América Latina entre 2002 e 2016.....	45
Gráfico 4: Participação dos 1% mais rico no rendimento total (porcentagem do ano mais recente).....	46
Gráfico 5: Evolução da taxa de ocupação por grupos de idade na América Latina, em 2002 e 2015.....	48
Gráfico 6: Taxa de desemprego urbano na América Latina, segundo sexo e grupos de idade em 2014.....	49
Gráfico 7: Taxa de ocupação dos Presídios na América do Sul.....	52
Gráfico 8: Número de armas de fogo por soldado ou paramilitar ativo, 2010 ou ano mais recente.....	55
Gráfico 9: Porcentagem do total de homicídios, no acumulado entre 1996-2015, por faixas de idade.....	61
Gráfico 10: Porcentagem de homicídios por ano e cor de pele.....	63
Gráfico 11: Violência de desigualdade racial por estados do Brasil, em 2015.....	64
Gráfico 12: escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil.....	68
Gráfico 13: Quantidade de presos e vagas no COMPAJ.....	121

Lista de abreviaturas e siglas

ADA – Amigo dos Amigos

ANEV – Ator não estatal violento

BBC – British Broadcasting Corporation

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

CDL - Comando Democrático da Liberdade

CDPM - Centro de Detenção Provisória Masculino

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

COMPAJ - Complexo Penitenciário Anísio Jobim

COT – Crime Organizado Transnacional

CRBC - Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade

CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas

CV – Comando Vermelho

EUA - Estados Unidos da América

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FDN – Família do Norte

FOC - Presídio Francisco d'Oliveira Conde

GRADI - Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância

Ipat - Instituto Penal Antônio Trindade

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Primeiro Comando da Capital

PF – Polícia Federal

PIB - Produto Interno Bruto

RDD – Regime Disciplinar Diferenciado

TCC - Terceiro Comando da Capital

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UPP - Unidade Prisional do Puraquequara

Introdução

Umas das principais portas de entrada de drogas para o Brasil, a Rota do Solimões, encontra-se atualmente em disputa entre as três maiores organizações criminosas do país, a Família do Norte (FDN), o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). Tal conflito deixa impactos sociais identificáveis pela piora nos indicadores sociais e de segurança na região, demonstrando tanto o poder desses atores não estatais no cenário nacional e regional, quanto a incapacidade do Estado em lidar com esse problema de maneira efetiva. Tendo em vista esse quadro, o objetivo desse trabalho é analisar como o conflito entre a Família do Norte, em conjunto com o Comando Vermelho e contra o Primeiro Comando da Capital está perturbando a paz na região norte do Brasil.

Este problema de pesquisa traz consigo o crime organizado transnacional como parte central, um ator que não pode ser ignorado no contexto latino-americano, haja vista que a violência se faz presente de diversas formas no cotidiano das pessoas que vivem na região, mesmo nos países mais desenvolvidos. E o Brasil não foge à regra, pois entre 1980 e 2014, o crescimento populacional foi de 65%, mas as mortes por arma de fogo subiram 415,1%. As cidades do Norte e Nordeste do país, em especial as capitais desses estados, são constantemente lembradas por várias pesquisas, como as do *Business Insider* e do *Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Penal*, por estar entre as cidades mais violentas de todo o mundo (WOODY, 2018; CCSPJP, 2018).

Apesar dos claros problemas, a região Norte tem recebido pouca atenção da mídia e de estudiosos. Esse lugar, sempre periférico na definição de políticas públicas e com a menor densidade demográfica do país (2,66 hab./km² e a maior sendo o Sudeste, com 67,77 hab./km²) é uma das principais rotas de escoamento de drogas produzidas na América do Sul, por um trajeto conhecido como Rota do Solimões. O rio Solimões demarca a tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru, sendo os dois últimos grandes produtores de coca, e consequentemente, fornecedores de pasta base, matéria-prima para a cocaína.

Segundo o II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas, o Brasil é o segundo maior mercado de cocaína do mundo (2,8 milhões de consumidores), ficando atrás somente dos Estados Unidos (4,1 milhões) (LARANJEIRA et. al., 2014) e com 1,75% da população sendo viciada na droga, quatro vezes maior do que a média mundial, de 0,4% (UNODC, 2015). O país também é conhecido como um grande entreposto para o escoamento de

droga, principalmente para a Europa, sendo remetida diretamente para o continente europeu, ou via África. O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) estima que cerca de 30% da cocaína que chega ao Brasil seja exportada. Para o crime organizado não existem fronteiras, visto que a fiscalização em todo o território nacional é deficiente, fato ainda mais grave na região amazônica. Isso transforma a região em um território a ser percorrido com a finalidade de escoar produtos ilegais, sem grandes percalços por parte do Estado.

Dentro desse contexto, a região está sofrendo com o embate entre duas facções criminosas: o “Primeiro Comando da Capital” (PCC), de origem paulista, mas com fortes ligações internacionais e a “Família do Norte” (FDN), grupo baseado na região Norte e com apoio do Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro. Um dos momentos de maior tensão entre estes dois grupos foi no primeiro dia do ano de 2017, onde um massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, levou tortura, emprego de fogo, asfixia, decapitação e até mesmo obrigando um dos presos a se alimentar com um olho humano.

A ação foi promovida pela FDN, levando a morte de 56 detentos, em uma tentativa de garantir o controle das unidades prisionais no Estado do Amazonas, ponto chave para toda a ação criminosa no Estado (D24AM, 2017). Naturalmente esse conflito violento não se limita aos muros das prisões, fazendo com que milhares de pessoas se encontrem em situação insegurança, especialmente as mais pobres e carentes dos serviços que constitucionalmente deveriam ser garantidos pelo Estado.

Em busca da análise desse conflito, o trabalho é dividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma revisão bibliográfica teórica e conceitual dos principais elementos explicativos para o objeto de estudo, quais sejam: os Estudos para a Paz, Atores Não Estatais Violentos e Crime Organizado Transnacional. Além disso, o capítulo também trata dos impactos sociais causados pela atuação do Crime Organizado e sua inserção no contexto global. Em seguida, apresenta-se um panorama dos principais elementos causais para a disseminação da violência cultural, estrutural e direta na América Latina, seguido de explicações específicas sobre o contexto brasileiro, dos principais elementos contextuais que causaram a origem do crime organizado e sua configuração no país. O terceiro capítulo apresenta os atores em questão, a Família do Norte e o Primeiro Comando da Capital, deixando explícita suas origens e seus *modus operandi*, dentro do mesmo contexto de desigualdade e opressão. O último capítulo apresenta os elementos empíricos que trazem

respostas ao objetivo proposto. Este capítulo final traz consigo as explicações sobre as dinâmicas do conflito que se dá na rota do Solimões, suas origens e como se configura, dando especial atenção a como o conflito afeta a paz na região, objetivo desse trabalho.

Utilizou-se neste caso como metodologia a análise qualitativa, fundamentada em estudo de caso. O estudo de caso se trata da análise de como o conflito na região Norte, decorrente do rompimento do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital e da luta pelo domínio da Rota do Solimões, gerou de impacto negativo para a paz na localidade. Para tal análise, serão utilizadas fontes de mídia internacional e nacional, selecionadas por meio de metodologia própria para o uso desse tipo de material em trabalhos que utilizam os Estudos para a Paz como referencial teórico. A delimitação temporal será de outubro de 2016, onde foram encontrados os primeiros indícios do conflito na região, até janeiro de 2017, ápice, até o momento, do embate entre os grupos criminosos.

Dado o caráter exploratório e pioneiro, em muitos aspectos da pesquisa, além das fontes de mídia, também foram realizadas entrevistas, com o propósito de completar lacunas da pesquisa onde ainda se carece de estudos mais aprofundados, a exemplo de toda a existência e atuação da FDN e do próprio conflito, ambos de origem recente. Ambos os entrevistados são jornalistas com atuação especializada no tema do crime organizado e com reconhecimento pela cobertura de excelência no tema do trabalho. No dia 13 de março de 2018, foi entrevistado o jornalista Luis Adorno e no dia 20 do mesmo mês, Flavio Costa, ambos via ligação telefônica.

Metodologia de Estudos para a Paz para uso de material produzido pela mídia

Para compor a metodologia de coleta de informações tendo como base a mídia, foi utilizado o capítulo “*Gathering Conflict Information Using News Resources*”, do livro “*Understanding Peace Research: Methods and Challenges*”, de Kristine Höglund e Magnus Öberg, que fornece uma metodologia valiosa para a pesquisa no campo. A busca pelo mínimo de distorção possível das notícias faz com que sejam mais confiáveis notícias liberadas por agências de notícias nacionais e internacionais e organizações de notícias locais de onde o fato está ocorrendo. Isso acontece porque as agências, principalmente, tenham grandes públicos, fazendo com que criem políticas para manter a neutralidade e a objetividade, o que diminui a possibilidade de uma notícia falsa ou enviesada. As agências

e organizações nacionais são as que cobrem os eventos com mais detalhes, por ter mais conhecimento do plano de fundo e ter acesso a fontes originais (ÖBERG; SOLLENBERG, 2011).

ONGs e organizações intergovernamentais também são importantes por poder se inserir onde a mídia tem dificuldades para adentrar. A proximidade do conflito ou a sua relevância para a audiência da organização influencia diretamente na quantidade de detalhes da cobertura, o que pode favorecer o uso de agências locais de notícias que tratem sobre violência no Norte. Porém, deve se tomar cuidado com o sensacionalismo dessas coberturas, que são mais comuns em agências locais. Devem ser levada em conta questões de censura, sobre e sub-relatação de certos assuntos e os fatores que levam ou não uma notícia a ser publicado, que pode ser muitas vezes por fatores culturais, interesses políticos e nacionais, público-alvo e sua rentabilidade (ÖBERG; SOLLENBERG, 2011).

Outros problemas comuns são com a escassez de notícias quando o conflito se torna estável, visto que deixa de haver novidades, só voltando a haver novas coberturas com uma nova escalada do conflito ou um acordo de paz. Conflitos imutáveis em lugares distantes logo perdem o interesse do público, e tendo em vista isso, é importante ressaltar que a região Norte é caracterizada por um vazio demográfico e se localiza distante geograficamente e politicamente da região Sudeste do país, a mais importante do país em termos de população e economia (ÖBERG; SOLLENBERG, 2011).

A recirculação de notícias é algo a se atentar, pois pode se esperar que todas as notícias publicadas sobre um determinado assunto foram checadas, mas na verdade são recirculações de uma só notícia. Por fim, deve-se ter cautela com a linguagem usada pelas agências e organizações, visto que diferentes fontes usam diferentes termos para cunhar um mesmo fenômeno ou elas podem usar palavras diferentes e imprecisas para se referir a um mesmo acontecimento (ÖBERG; SOLLENBERG, 2011). Sendo assim, esse trabalho se baseará em notícias de três níveis: Em primeiro nível, será utilizada as organizações nacionais, como o G1 e Globo, Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e UOL, por conterem maiores detalhes dos acontecidos. No segundo nível, serão utilizadas organizações de notícias internacionais, como a BBC e o El País, que produziram menos conteúdo e com menos detalhes que sua contraparte nacional e por último as organizações de notícias locais, por relatar detalhes que não foram encontrados nas fontes acima.

A ausência de relatórios publicados por ONGs se deu pelo fato de que pesquisas feitas nos sítios da *Crisis Group*, *Human Rights Watch*, *Amnesty International* e Instituto

Igarapé, resultaram em uma quantidade e qualidade de dados irrelevantes para contribuir com a pesquisa. Entre as possíveis motivações, pode ser a inexistência de um ator estatal como uma das partes em luta, o caráter esporádico do conflito, que não ocorre como uma fricção permanente entre forças opostas, comum às guerras, ou até mesmo o caráter de marginalidade da região Norte, que dificulta o acesso desses grupos ao local. Por fim as informações de mídia foram confrontadas com a entrevista de dois especialistas e documentos governamentais.

1. Estudos para a Paz, violência e atores não estatais violentos

“Uma estrutura violenta deixa marcas não só no corpo humano, mas também na mente e no espírito”.

(Johan Galtung, 1996)

“Usualmente, quanto mais alguém ouve e lê sobre um assunto, mais claras as coisas se tornam. No caso do Crime Organizado, o oposto pode ser verdade”.

(Klaus Von Lampe, 2015)

1.1. Estudos para a Paz¹

Para entender o quadro complexo de violência na América do Sul, os Estudos para a Paz fornecem uma matriz teórica primordial para a análise de como o tema está sendo desafiado no contexto descrito². A paz tem uma longa tradição no pensamento humano, sempre andando em paralelo aos valores espirituais e religiosos, como no Budismo, Taoísmo, Confucionismo, Fé Bahá'í, Jainismo e até mesmo na tradição judaico-cristã, em denominações como Menonitas e Quakers. Dentro do debate científico-filosófico, o conceito passa a ser mais debatido desde o período do iluminismo, com Locke e Rousseau, passam por Kant e “A Paz Perpétua”, atravessam as guerras com os movimentos pacifistas e chegam até Mohandas Karamchand Gandhi e sua visão da ação pela não-violência (FERREIRA, 2018a).

Mesmo com a longa tradição político-filosófica, os Estudos para a Paz só surgem como campo de pesquisa na década de 1950. Em meio à polarização do mundo em duas esferas de influência, o capitalismo e o comunismo, vários pesquisadores buscaram refletir de maneira mais profunda sobre a promoção da paz nesse contexto de tensão. Deste modo, surgiu nos Estados Unidos o *Journal of Conflict Resolution* (1957) e o *Center for Research on Conflict Resolution* (1959), criados por Elise e Kenneth Boulding, Herbert Kelman e Anatol Rapoport. Concomitantemente, surgiu na Europa uma comunidade de pesquisadores com objetivos semelhantes, com a diferença de explicitar o termo paz, como

¹ Essa pesquisa contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através do programa PIBIC.

² Como o objeto de análise são dois atores não estatais no contexto interno do Brasil, não figura como objetivo neste trabalho o estudo da paz na sociedade internacional. Sobre esse assunto, ver Richmond (2016).

demonstra a criação do *International Peace Research Institute Oslo* (1959) e do *Journal of Peace Research* (1964), por Johan Galtung³.

É justamente esse último que sistematiza o conceito de paz. Considerado o fundador dos Estudos para a Paz, juntamente com o casal Boulding, tem um pensamento que rompe com a visão neutra da ciência e coloca a disciplina como socialmente produtiva (PUREZA, 2005). O trabalho inaugural do norueguês, *Violence, Peace, and Peace Research*, é um dos mais influentes trabalhos do campo, responsável pela mudança em como se vê a violência e a paz, muito pela vinculação desses dois fatores, ao invés da ligação entre guerra e paz, comum nos estudos de defesa e segurança.

Primeiramente, ele defende que a paz deve ser definida a partir de três princípios: (a) o termo deve ser usado para objetivos sociais pelo menos verbalmente aceitos por muitos; (b) esses objetivos devem ser complexos e difíceis, mas não impossíveis e (c) a paz é vista como ausência de violência. Já a violência, é vista quando o ser humano é influenciado a tal ponto que sua ação somática e mental esteja abaixo de seu potencial. Seu exemplo para a violência é o de que alguém morrer de tuberculose em tempos anteriores a descoberta de sua cura, seria normal, visto que era intratável, porém, alguém morrer pela doença atualmente, mesmo com todo o desenvolvimento disponível para tratá-la, é considerado violência (GALTUNG, 1969).

Fica claro assim o alargamento para níveis muito maiores do conceito de violência e paz, sem precedentes nos estudos que se dedicam a entender conflitos. O *mainstream* entende a paz como o fim de um conflito armado entre duas partes, seja interestatal ou uma guerra civil, definidas aqui como paz negativa. Porém, o autor está interessado em entender uma série de fatores internos para além do nível estatal de análise que podem significar a continuação de um conflito, mesmo com o cessar-fogo ou a perpetuação da violência sem a existência de um conflito prévio, caso do Brasil. Assim, mesmo que faça sentido para os pesquisadores de defesa e segurança definir a paz como a ausência de guerra, isso pode criar categorizações absurdas para os estudiosos de paz (DIEHL, 2016).

³ O primeiro aspecto desse grupo era, nas palavras de Oliveira (2017), desenvolver uma ciência normativa da paz, com rigor analítico e científico, aliada a ideia de apresentar a violência e a guerra como algo ruim, negativo. Segundo, a área se caracteriza por ser interdisciplinar, composta por pesquisadores da sociologia, psicologia, educadores, cientistas políticos, entre outros. O terceiro é sua característica multinível, olhando para a formação de conflitos e condições para a paz nos planos individual, comunitário, estatal e internacional. Ainda que uma grande fatia da literatura dos Estudos para a Paz voltou-se para a análise a nível estatal, o campo questionou desde o princípio a centralidade do estudo do Estado e das fronteiras, vendo-o como unidimensional e reducionista. Por último, há a sua bifurcação entre o conceito de paz negativa (ausência de guerra) e paz positiva (presença de justiça social consolidando a paz de maneira integral), que será elucidado logo à frente.

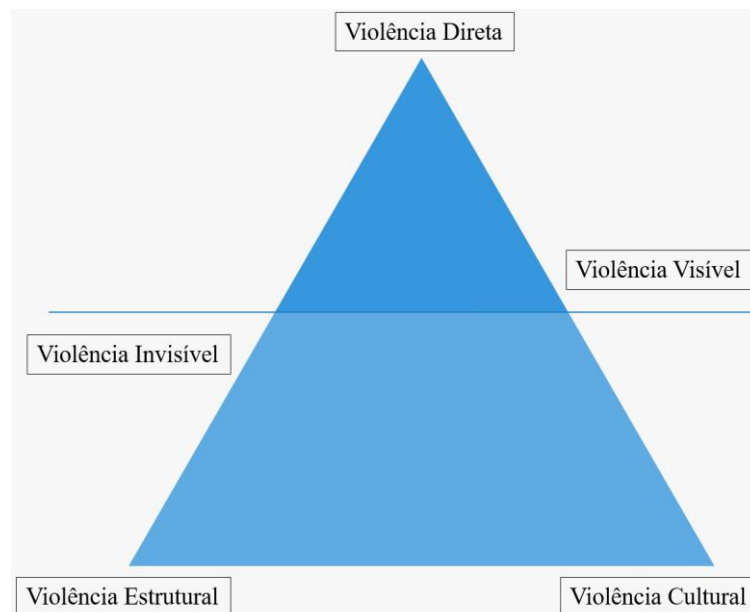
Nesse sentido, a Coreia do Norte estaria em paz com o vizinho do Sul e com os Estados Unidos há seis décadas. Esses acadêmicos também poderiam classificar a Gâmbia, pela rara violência interna, como tão pacífica quanto a Suécia e Noruega. Porém, é um país extremamente pobre, com somente 31% da população tendo acesso à energia elétrica e um governo com histórico de problemas com os direitos humanos (DIEHL, 2016). Essa nova percepção do que são os conceitos de paz e violência lança luz para o entendimento do problema de pesquisa, que não se apresenta como um conflito clássico dos estudos de segurança e defesa, sendo levado a cabo por dois atores não estatais violentos e que não se encaixa como guerra em seu conceito usual.

Outro ponto importante de seu trabalho, e talvez o mais difundido, é o seu triângulo da violência. No artigo supracitado, o autor trata de dois pontos, a violência direta e a violência estrutural⁴. A primeira seria caracterizada pela presença de um ator cometendo um ato violento, podendo ser violência física (com morte ou não) ou psicológica (como a tortura) (GALTUNG, 1969). A violência física pode ser auto infligida, como o abuso de drogas, desordem alimentar, disparo de arma de fogo contra si mesmo, etc., ou pode ser direcionada a um terceiro, tendo como exemplos desde um soco, uma luta e sequestro até o estupro, envenenamento, tortura, homicídio ou bombardeamento. Esse tipo de violência pode gerar não só ferimentos físicos, mas também traumas emocionais e psicológicos e que pode afetar não só a vítima, mas também sua família, amigos, vizinhos ou até comunidades inteiras (HENKEMAN, 2016).

A violência psicológica pode ser baseada em palavras, gestos e figuras no sentido de subjugar por intimidação, medo ou recompensas. Pode ser expressa no assédio moral diário entre os jovens, na ameaça a violência contra pessoas vulneráveis ou no trauma histórico de grupos oprimidos, marginalizados e escravizados, onde pode ser expressa por meio de sua internalização, levando a ódio, depressão, ansiedade e doenças psicossomáticas. Já outras pessoas podem externalizar a violência sofrida, levando, por exemplo, ao seu ativismo social (HENKEMAN, 2016).

⁴ Leonardo Boff chamou esse conceito de violência originante, definindo-a como uma condição opressiva social que preserva os interesses da elite acima das necessidades das populações sem posse e marginalizadas (CORTRIGHT, 2008).

Figura 1: Triângulo da Violência



Elaborado pelo autor, com base em Galtung, 2004.

A violência estrutural, segundo o autor, aconteceria sem a presença clara de um ator. Mas como a violência se faria presente sem um ator? Ela se faria presente com a desigualdade de acesso a recursos como saúde, educação, alimentação e dinheiro, fazendo com que pessoas sejam incapazes de desempenhar suas capacidades plenas. Um exemplo esclarecedor é que quando o marido bate em uma mulher, isso se caracteriza como violência direta, mas quando um milhão de maridos mantêm suas mulheres na ignorância, isso é violência estrutural, assim como quando a expectativa de vida das classes superiores é o dobro das inferiores. Nesses casos, não se pode definir com clareza o sujeito causador da violência, visto que a estrutura, em vez de agir contra esse tipo de violência, é permissível (GALTUNG, 1969).

A violência estrutural captura arranjos sociais que colocam em risco certos grupos sociais, que são estruturais por estarem inseridos dentro da organização econômica, social e política, fazendo-se presente sempre que houver negação do acesso ao progresso científico e social a certos estratos sociais. Esse tipo de violência é muito importante, pois com a sua definição poderá ser capturado de maneira ampla a violência praticada contra os grupos de menor poder na sociedade. Alguns exemplos são o desemprego, diferença de renda *per capita* e de padrão de vida entre brancos, negros e indígenas, pobreza e desigualdade, expectativa de vida e taxa de mortalidade. E esse contexto de violência

estrutural é justamente o que origina os problemas com a criminalidade em toda a região (ver capítulo 2). (HENKEMAN, 2016).

Para Minayo (1994, p.8) o conceito se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros. Mas apesar de Galtung defender que a violência estrutural não possui um sujeito, isso não pode significar a simples retirada da responsabilidade de quem provoca esse tipo de violência, pois em casos como a falta de acesso a educação e emprego, o Estado, como responsável legal por provê-los, deve ser apontado como o causador ou pelo menos permissor da violência.

O último elemento do triângulo foi adicionado por Galtung posteriormente, com o artigo *Cultural Violence* (1990). A violência cultural se refere aos aspectos simbólicos da cultura, como religião e ideologia; a língua e a arte e; as ciências empíricas e as formais, que podem ser utilizadas para justificar a violência direta e/ou estrutural, funcionando como um mecanismo de legitimação a essas duas. Segundo Oliveira,

o racismo, o machismo, as superstições, os fundamentalismos religiosos, os nacionalismos, o militarismo, as ideologias, o colonialismo, a meritocracia, as etnias e outras construções simbólicas geralmente fundadas em relações binárias do tipo bom/ mau, escolhido/não escolhido, superior/inferior, amigo/inimigo ou racional/ emocional ilustram esse tipo de violência cultural, servindo como mecanismo de justificação ou legitimação de outras formas de violência direta e estrutural (OLIVEIRA, 2017, p. 159/160).

Assim, a violência cultural age por meio de símbolos que acabam por naturalizar um contexto de relações de poder desiguais, o que faz com que o elo mais fraco dessa relação se encontre aprisionado e sem noção de que essa estrutura não é, necessariamente, a ordem “natural”. Henkeman (2016) dá exemplos práticos desse tipo de violência na África do Sul, mas que servem para o caso aqui estudado, como a opressão contra negros e índios, que cria uma hierarquia racial, social, e econômica que acaba por privá-los de suas terras, de recursos naturais e até mesmo de sua cultura, por meio de noções de superioridade e inferioridade que pautam o dia-a-dia.

Em suma, no caso de cessar-fogo de um conflito bélico entre duas partes, figura-se o fim da violência direta e é alcançada a paz negativa. Mas para ser alcançada a paz positiva e a justiça, em seu sentido mais amplo possível, deve ser alcançado o fim da violência estrutural e cultural. A paz, então, não está restrita somente ao ambiente

internacional relativo à guerra entre as nações, mas também como um fenômeno social interno de cada uma delas (FERREIRA, 2018a). Já a violência é concebida não só como o desprendimento de violência física, mas também por meio de abuso emocional ou dominação de classe, podendo infligir problemas de saúde, educação, alimentação e segurança, tudo isso podendo ser legitimado por uma violência cultural que permite a separação entre os que estão certos e os que estão errados.

Didaticamente, Galtung⁵ (1990, p. 294) afirma que “a violência direta é um evento; a estrutural é um processo com altos e baixos; e a cultural invariante, permanecendo essencialmente a mesma por longos períodos”. Destarte, é fechado o triângulo galtuniano da violência, com elementos fluídos que podem interagir das mais diversas maneiras entre si, em um círculo vicioso, que sem uma intervenção criativa não tem fim. Já com relação à definição do termo conflito, este tem uma conotação diferente do usual para Galtung. Nos estudos de defesa e segurança, conflito refere-se basicamente a uma luta armada entre dois atores, um sinônimo de batalha. Já o norueguês vem no conflito algo normal no ser humano, podendo ser positivo ou negativo, no sentido de partir ou não para a violência. A guerra seria um dos elementos negativos desse espectro, mas longe de compor a totalidade do que se entende pelo termo (FERREIRA, 2018a)⁶. O próprio caso analisado nesse trabalho é exemplo de um conflito negativo que não se coloca como guerra.

Boulding (1978), outro fundador do campo, afirma que a guerra e a paz fazem parte de um sistema em que a presença de um não significa a ausência de outro, sendo um sistema de inter-relação que se prolongado, pode ser chamado de um sistema guerra-paz. Já o conflito é uma situação de redistribuição onde há ganhos para alguns e perda para os outros. Toda situação não conflitiva é paz, e conflito pode ser dividido em guerra e paz, dependendo da natureza do assunto envolvido. Por exemplo, nas eleições em Angola em 1992, que marcariam o fim da guerra que assolava o país, houve um natural conflito de

⁵ Sobre a pesquisa em si nesse campo, Galtung divide em três áreas: Nos Estudos Empíricos, os dados são mais importantes que a teoria, revisando-a em caso de não concordar com a realidade empírica. Já os Estudos Críticos baseiam-se no inverso, tentando mudar a realidade se ela não concorda com os valores. Por último, os Estudos Construtivos, baseando-se no construtivismo, comparam as teorias com valores, ajustando as teorias para os valores, criando uma nova visão da realidade. A chave da pesquisa na área, segundo o autor, seria conectar os três campos - os dados, teorias e valores (GALTUNG, 1996).

⁶ Mesmo sendo reconhecido como um dos, senão o mais importante pesquisador de Estudos para a Paz, Galtung não está livre de críticas. Weigert (1999, apud FERREIRA, 2018a), aponta algumas críticas a suas definições: (a) apesar de colocar a necessidade de definir a paz como um objetivo atingível, sua concepção tanto de violência quanto de paz é muito ampla para que se possa operacionalizar de maneira prática; (b) seus conceitos são embebidos em valores morais, dificultando a objetividade científica e; (c) a definição de violência estrutural não parece ir além das teorias de estratificação social. Reagan (2014) também aponta para a nebulosidade da distinção dos conceitos de guerra, violência estrutural e paz, além da noção excessivamente vaga e pouco operacional da paz positiva.

ideias, especialmente entre a UNITA e o MPLA. Mas como o líder do primeiro grupo, Jonas Savimbi, perdeu as eleições, acusou-as de serem fraudulentas e remobilizou suas tropas, alterando a natureza do conflito para guerra.

Segundo Reagan (2014), Boulding articulou um modelo em que o domínio de um sistema sobre o outro era fruto da tensão e força de cada um, sendo o mais forte central, mas também sofrendo pressões, que se mostrando incapaz de resistir com o tempo, leva ao outro oposto. Boulding (1978) também divide a guerra/paz em quatro momentos, o primeiro de conflito incessante; o segundo, de guerra instável, onde a guerra é a norma, mas é alternada por momentos de paz; o terceiro, de paz instável, sendo esta a norma, mas interrompida por momentos de guerra e por último a paz estável, onde a probabilidade de haver guerra é tão baixa que sequer entra nos cálculos dos atores envolvidos.

A divisão de guerra e paz do autor, especialmente da paz instável, pode ser útil para entender o conflito que a região vive, assim como a visão de guerra e paz como um cabo de guerra, porém, sua visão está muito centrada na guerra e no Estado, que não se configura ao caso analisado⁷. E além de não explicar exatamente quais seriam exatamente essas tensões e forças, seu trabalho não operacionaliza o conceito de paz positiva, primordial para o entendimento e análise da violência que assola a região norte do Brasil.

Por isso, apesar das lacunas deixadas pelo trabalho do Galtung, ele continua sendo um dos mais importantes na temática, por defender dois pontos que são cruciais para os Estudos para a Paz e também para o objeto de análise desse trabalho: a necessidade de se avançar para além da paz negativa e do Estado como objetos de análise⁸. Os Estudos para a Paz há muito tempo se voltaram de maneira desproporcional para a ótica estatal e da paz negativa, e mesmo haja trabalhos interessantes nessa perspectiva, como o conceito de *Quality Peace*⁹, defendido por Peter Wallensteen e o conceito de *Hybrid Peace* de Oliver Richmond, ainda estão muito focados nesses fatores.

⁷ Clausewitz (2017) afirma que a guerra é composta por vários duelos entre duas partes, tendo como meio a força e como propósito obrigar o outro a fazer sua vontade, tornando-o incapaz de oferecer qualquer resistência. Tudo isso com um objetivo político. Por isso que o conflito aqui analisado não se encaixa no termo guerra, mesmo desconsiderando o fato de que General Prusso tratava da guerra olhando majoritariamente para o nível estatal. Como será visto posteriormente, o crime organizado não tem como objetivo sobrepujar o poder estatal, tampouco substitui-lo, e os próprios duelos entre o crime organizado se configuram de maneira muito diferente, sendo intermitentes. Sendo assim, o termo conflito é mais apropriado.

⁸ Diehl (2016) pontua em seu artigo justamente sobre o foco demasiado dos pesquisadores dos Estudos para a Paz nos conceitos de guerra e de paz positiva.

⁹ Com esse conceito, o autor busca quebrar com a dicotomia da paz negativa e positiva e defende que para a construção da paz em um cenário de pós-conflito, é necessário observar três fatores chave: dignidade, segurança e previsibilidade, fatores que afetam diretamente a probabilidade de uma nova guerra. Era o intuito

Como esse trabalho tem como o objetivo tratar um contexto violento que se apresenta como um desafio à paz positiva e negativa, visto que não é uma guerra entre Estados e tampouco uma guerra civil, a utilização das propostas feitas por Galtung são cruciais. Seu trabalho mostra que o foco no Estado e na paz negativa são insuficientes para entender a violência e para se alcançar a paz na sua concepção mais ampla. Portanto, o uso de seu triângulo da violência para a análise do objeto de estudo desse trabalho é tanto pela sua ótica profunda em relação à paz e da visão além do Estado, quanto uma defesa da necessidade do retorno dos Estudos para a Paz às suas origens.

1.2. Atores Não Estatais Violentos

O termo atores não estatais é um conceito que envolve todos os atores nas relações internacionais que não fazem parte do aparato estatal, compreendendo os indivíduos (como sujeitos do direito internacional), corporações, organizações internacionais, organizações não governamentais, associações de comércio, corporações transnacionais, grupos terroristas e o crime organizado transnacional. Assim, o termo pode chamar a atenção tanto para os atores que promovem quanto para os que desrespeitam os direitos humanos ou o meio ambiente, por exemplo. O Conselho de Segurança das Nações Unidas definiu, em 2004, os atores não estatais como indivíduos ou entidades, que não agem sob a autoridade legal de qualquer Estado na condução de suas atividades (CLAPHAM, 2016; WAGNER, 2009; CSNU, 2004).

Esses atores podem ser divididos em duas categorias, uma sendo organizações internacionais e associação de Estados, mantendo então um caráter governamental e na outra os atores privados com uma grande variedade de atuação, alguns sendo reconhecidos pelo Estado e outros não (WAGNER, 2009). Nessa última categoria é onde se encaixam os atores não estatais violentos (ANEVs). Aydinli (2015) afirma que grande parte dos estudos que tratam desses atores apresenta uma tipologia que destacam alguns tipos, que podem ser divididos em: insurgentes e outros grupos militantes domésticos; senhores da guerra e gangues urbanas; milícias privadas e empresas militares; grupos terroristas e; organizações criminosas, objeto desse estudo. A presença dos ANEVs é marcante na América Latina, desde grupos guerrilheiros na Colômbia e Peru, carteis de drogas no México e na Colômbia, até as organizações criminosas no Brasil e na América Central. Esses grupos

inicial usar o seu conceito para a análise do objeto do presente trabalho, mas o foco demasiado no Estado, na guerra e em um contexto de pós-conflito acabou por impossibilitar o seu uso, que é o oposto do estudo desse trabalho.

são responsáveis por uma grande parte das mortes violentas em toda região, gerando um contexto insegurança em toda a sociedade. Por isso se faz necessário entender de maneira clara como se dá a sua organização e atuação.

Grande parte da literatura crítica é unanime em mostrar que há muito tempo a América Latina é amplamente vista como uma das regiões mais pacíficas do mundo, levando em consideração unicamente a ausência de conflitos entre os Estados da região (AVILA, 2014; FERREIRA, 2017b, 2017(b); MOURA, 2005). Mesmo com muitas disputas territoriais tendo ocorrido ao longo do tempo, houve poucos conflitos violentos na região desde o fim do século XIX, especialmente se comparado a regiões como a Europa (SOUZA, 2016). Porém, os autores mostram que os mesmos países sofrem com graves problemas internos de violência, que não pode ser explicado por uma análise a nível estatal, pois mesmo estando aparentemente em contexto de paz oficial, o número de homicídios em 2015 na América Latina e Caribe chegou a 135.000, fazendo da região a que mais morre dessa maneira, tendo 8% da população e 30% dos homicídios do mundo (AVILA, 2014).

Nesse contexto, mostra-se como principal desafio para os Estados da América Latina a garantia da segurança e controle de sua porção territorial. Não por causa de ameaças estatais, mas por ameaças transnacionais como organizações terroristas e principalmente criminosas. Essa mudança questionou diretamente as estruturas nacionais de segurança criadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de prevenir a ação de outro Estado (REVERON, 2010). Hoje, grupos terroristas, guerrilhas e facções criminosas são capazes de criar conflitos como no caso deste trabalho, onde dois atores não estatais, compostos por atores que são parte da população civil do próprio país, geram um conflito dentro de um Estado em paz oficial, em busca do controle de uma rota de tráfico de drogas (SOUZA, 2016).

É precipitado dizer, no entanto, que o Estado Westfaliano ruíu ou que os atores não estatais superaram os Estados em importância, mas sua ascensão nas relações internacionais não pode ser negligenciada, especialmente no contexto sul-americano. O que diferencia a atualidade é o avanço das tecnologias de comunicação e transporte e da economia global em sua grande parte interdependente e liberal, possibilitando a conexão a longas distancias e dificultando a ação dos Estados (AYDINLI, 2010).

No que tange as leis e normas internacionais, como as prescritas na Carta das Nações Unidas (ONU), elas se preocupam, de maneira prática, apenas com o uso da força

armada por um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou a independência de outro Estado, em concordância com o pensamento de que o problema de criminalidade é interno. Porém, o contexto mundial prova que os atores não estatais têm grande capacidade de gerar instabilidade, insegurança e terror, o que fez com que os Estados fossem forçados a reavaliar o entendimento de que apenas um agente estatal tem a capacidade de cometer um ataque armado (AYDINLI, 2015).

Como já foi dito, a atuação desses atores não estatais na sua vertente violenta, tem sido de grande importância na região, pois sofre com níveis de criminalidade altíssimos, advindo principalmente de grupos organizados que tem como objetivo principal a produção, transporte e venda de drogas ilícitas, aproveitando-se do espaço transnacional para proteção dos negócios, treinamento e troca de experiências¹⁰. E há casos em que ambas as partes em conflito são atores não estatais, como o deflagrado entre a Família do Norte e o Primeiro Comando da Capital pelo controle da Rota do Solimões, deixando um rastro de morte superior a várias guerras e escapando da capacidade estatal em garantir a segurança dos seus cidadãos.

Reveron (2010) afirma que medidas contra esse contexto demandam altos níveis de inteligência, e não necessariamente um amplo poder militar, pois esses atores não se apresentam de maneira clara como em uma guerra estatal, fazendo com que sua difusão no espaço coloque em pauta a necessidade do compartilhamento de informações entre os Estados. Isso é necessário pelo caráter transnacional desses atores, tornando impossível para o seu combate de forma individualizada. Portanto, faz-se necessário entender melhor como se define o Crime Organizado Transnacional.

1.2.1. Definindo uma tipologia de ator não estatal violento: O caso do crime organizado transnacional

Como já ficou claro, dos atores não estatais apresentados, o crime organizado¹¹ é o que será estudado nesse caso. Apesar de ser uma atividade antiga¹², o termo veio à tona pela primeira vez na Índia para se referir a gangues de ladrões em rodovias no século

¹⁰ Um exemplo do aproveitamento dos espaços transnacionais pelo crime organizado está na suspeita de que o PCC estaria recrutando membros dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, descontentes com o acordo de paz com o governo colombiano, para possivelmente conseguir treinamento militar que esses guerrilheiros possuem (JELMAYER; VYAS; PEARSON, 2017).

¹¹ Por vezes, será utilizado o termo Facção Criminosa, que para o efeito desse trabalho, não tem nenhuma diferença com o termo Crime Organizado.

¹² Não faz parte do escopo desse trabalho fazer um apanhado histórico do crime organizado. Para isso, ver Paoli (2014).

XIX¹³ (VON LAMPE, 2015). Porém, atualmente, o negócio principal do crime está mais associado ao fornecimento de bens e serviços ilegais ou o fornecimento de bens e serviços legais, mas levados ao mercado de maneira ilegal. O crime se torna organizado quando mais de uma pessoa compõe o esquema, buscando maximizar os lucros e operam em segredo para se proteger da atuação do Estado e de concorrentes (WENNMANN, 2015). O termo crime organizado denota o oposto aos crimes cometidos de maneira impulsiva, demandando então planejamento e preparação ou também pode significar o oposto a execução de um crime simples e unidimensional como “bater carteira”, exigindo a coordenação de várias tarefas (VON LAMPE, 2015). O tráfico de drogas é um exemplo da necessidade de coordenação, pois abrange etapas como a de plantação e colheita; a extração da pasta base; a sua purificação e; a posterior transformação no produto final, além de todo o processo de transporte, que só são possíveis por meio do arranjo entre diversos agentes.

O que o diferencia o crime organizado dos outros atores não estatais violentos, para boa parte da literatura, é sua motivação econômica e a limitada ou nenhuma reivindicação política. Mesmo que haja justificativas ideológicas, o crime organizado se forma basicamente para trazer benefícios econômicos aos seus integrantes, que veem nesses grupos a oportunidade de ganhos muito maiores do que em uma vida fora do crime, onde se encontram na maioria das vezes marginalizados frente à sociedade. Porém, Von Lampe afirma que o crime organizado é um construto social muito complexo e dependente de contextos específicos, o que gera exceções, como as yakusas japonesas e a máfia siciliana que têm afinidade política¹⁴ e outras que não tem uma atuação centrada na provisão de lucro, a exemplo das organizações centradas na associação de criminosos. E além da motivação econômica, os criminosos se unem para combinar suas habilidades no sentido de executar uma ação de maneira mais facilitada, que seria muito mais difícil se fosse executada de maneira solitária (CEPIK, BORBA, 2011; VON LAMPE, 2015; AVILA, 2014).

Muitas vezes, o poder político e o crime organizado pode ter uma relação simbiótica. Como será apresentado no capítulo três, por exemplo, a FDN se envolveu na eleição do governador do Amazonas. O próprio PCC nasceu de uma pauta política, contra

¹³ Apesar dos primeiros relatos nesse período, o conceito utilizado atualmente tem origem nos EUA, no século XX, aparecendo pela primeira vez na *Chicago Crime Commission*, criada em 1919 por banqueiros e advogados preocupados com a onda de crimes na cidade (VON LAMPE, 2015).

¹⁴

aos graves problemas de direitos humanos dentro dos presídios de São Paulo e muitos pesquisadores também afirmam que a diminuição dos homicídios no estado se deu com um suposto acordo deste com o PCC, fato que não pode ser comprovado (FERREIRA, 2017c). Assim, não é completamente verdadeira a definição de que o crime organizado carece de fins políticos.

O crime organizado pode ser visto, segundo Von Lampe, por três dimensões. A primeira tem a ver com suas atividades, onde os crimes caem em três categorias: crimes baseados na provisão de bens e serviços ilegais (tráfico de drogas e pornografia infantil), crimes predatórios (roubo e furto) e crimes baseados na ausência de um Estado efetivo, cumprindo então o seu papel. A segunda dimensão é da sua estrutura, onde os criminosos podem se conectar de três maneiras possíveis: relações de mercado independentes entre fornecedores e compradores; interações entre membros de uma organização que seguem as mesmas regras e; interações baseadas em rede onde ambas as partes tomam decisões de maneira independente, mas que estão vinculados por laços sociais. Por último, temos a governança ilegal, onde o crime organizado desempenha suas ações de maneira mais parecida com o governo e política do que necessariamente cometendo crimes predatórios ou baseados no mercado¹⁵. (VON LAMPE, 2015; WENNMANN, 2015).

As categorias criadas pelo autor não são excludentes. Pelo contrário, espera-se que haja uma sobreposição dessas categorias no mundo real. Dentro do PCC, por exemplo, as atividades se concentram entre a governança e a provisão de bens, que com o seu domínio territorial das cidades e das prisões, provêm segurança nesses lugares, oferece material de higiene e vestimentas aos criminosos que estão presos, transporte para sua família visitá-los, bens e serviços população em necessidade, mecanismos de resolução de litígios com a atuação da cúpula central e a união dos criminosos em torno de um objetivo comum. Além do mais, provê bens, como cocaína, crack e maconha, que é o principal meio de financiamento e lucro da organização (ver capítulo 3). Existe também uma grande estrutura criada para a organização dos criminosos, que constrange sua atuação não só dentro e fora dos presídios, por meio da sua cartilha, mas também da população que vive em territórios dominados pelo grupo, cobrando uma mensalidade dos criminosos para auxiliar a exercer todos esses papéis.

¹⁵ Uma análise mais profunda da organização desses grupos não faz parte do escopo desse trabalho, que tem como o objeto a violência perpetrada por esses atores. Para isso, ver Von Lampe (2015).

As atividades da FDN tem o mesmo foco, pois exerce um poder quase-governamental, por meio do domínio das prisões da região Norte e de territórios urbanos, concentrados majoritariamente no estado do Amazonas. O grupo também é o principal operador da rota de tráfico conhecida como a Rota do Solimões, que traz principalmente cocaína para o país e distribui no mercado interno ou externo, sendo seu principal meio de financiamento e lucro (ver capítulo 3). Já a estrutura da FND também tem como característica a organização dos criminosos, por meio de própria associação ao grupo, que conta com regras, cadastro e mensalidade, possivelmente inspiradas no PCC.

A última definição sobre a estrutura do crime organizado é seu caráter transnacional, que ocorre quando envolve o contrabando, estando diretamente ligado a imposição estatal de controle lindeiro e a sua capacidade em regulá-lo e a demanda pelos bens e serviços ilegais ou que atravessam a fronteira de maneira ilegal. E, além disso, o crime organizado transnacional (COT) integra suas práticas e infraestruturas comerciais ao comércio legal, desde o envio de drogas dentro de cargas lícitas até a lavagem de dinheiro¹⁶ (WENNMAN, 2015).

O COT é uma grande cadeia, que utilizando a produção e o tráfico de drogas como exemplo, começa no contrabando das folhas de coca dos países produtores, continua em todos os processos químicos para a produção da pasta base até a obtenção do sal da cocaína (produto final), envolve toda a cadeia de transporte (aéreo, terrestre e marítimo) que pode sair dos países produtores da região andina até os mercados de todo o planeta e por fim, chega aos pontos de venda por meio dos varejistas (VON LAMPE, 2015; FERREIRA, 2018b).

O ponto de virada da concepção internacional dos ANEVs como problema interno foram os ataques de 11 de setembro de 2001 (AYDINLI, 2010), que alçaram esses atores para uma visão de que são transnacionais. Um ano antes, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, já o tinha definido como um grupo estruturado de três ou mais pessoas, que existem em um período de tempo com o objetivo de cometer crimes, em busca de benefícios materiais ou financeiros de maneira direta ou indireta (ONU, 2000). E em 2010, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) reconheceu o crime organizado como uma ameaça à estabilidade, integrando-o então como variável importante

¹⁶ É importante lembrar que o crime organizado transnacional é diferente do crime internacional, visto que o último são atentados a comunidade global, como genocídio, crimes contra a humanidade, entre outros, o que não é característico do crime organizado transnacional (FERREIRA, 2018b).

nas análises de conflitos e nos planejamentos criados pelas secretarias do órgão (FERREIRA, 2017b).

Deste modo, de maneira sinóptica, Wennmann define o crime, o crime organizado e o crime organizado transnacional como:

O negócio central do crime é o fornecimento de bens e serviços ilegais - ou o fornecimento de bens e serviços que podem ser legais, mas que são trazidos para o mercado ilegalmente. O crime se torna organizado para maximizar os lucros e opera em segredo para se proteger dos órgãos de fiscalização e dos concorrentes. O crime organizado torna-se transnacional quando envolve contrabando. O crime organizado transnacional está intrinsecamente relacionado com a imposição de controles e tributação do comércio transfronteiriço e com as capacidades das instituições estatais de exercer controle sobre as populações e o território. Também está relacionado ao poder de mercado de bens e serviços ilegais ou ilícitos. O poder de mercado se constrói entre a demanda por tais bens e serviços em economias desenvolvidas e emergentes e os incentivos financeiros que impulsionam a satisfação dessa demanda por meio do comércio transnacional (WENNMANN, 2015, p. 1-2, tradução nossa).

Por último, é importante ressaltar as dificuldades inerentes das pesquisas que tratam sobre o crime organizado. O crime organizado necessita de manter suas atividades ocultas, visto que essa é a única maneira de se proteger da ação do Estado e de outras ANEVs inimigas, fato este que dificulta o trabalho de qualquer pesquisador que tenta entender de maneira profunda sua estrutura e suas ações. Outro problema é com a segurança dos pesquisadores, jornalistas, juízes e outros indivíduos que tem como objeto esses grupos, que podem sofrer ameaças ou até mesmo serem mortos por esses grupos. Esses são fatores que dão características excepcionais ao tema, impondo barreiras a quem o pesquise.

1.2.2. Crime organizado transnacional, impactos sociais e globalização

Agora sobre a atuação do Crime Organizado Transnacional, a ameaça da violência e seu desprendimento tem papel importante na ligação entre o conflito e o crime, onde a princípio ela é evitada pelo fato de chamar a atenção das autoridades estatais e por quebrar sua logística, preferindo então a corrupção e a intimidação. Porém, muitas organizações criminosas podem se valer da violência direta para entrar em mercados dominados por concorrentes, como meio de arbitragem dentro e entre os grupos¹⁷, imposição contratos, liquidação de contas e intimidação clientes (WENNMANN, 2015).

¹⁷ Abreu (2017) mostra ser comum o PCC se valer de “tribunais” para manter o controle social e territorial onde atua, por meio de conferências pelo celular, decidindo sobre a vida de pessoas que infringem seus códigos de conduta (sendo ou não do grupo) e com punições severas, indo desde surras até a execução. Não há separação entre quem julga e quem acusa, nem amplo direito a defesa.

Moser e Mcilwaine (2006) afirmam que a violência é definida como atos conscientes ou inconscientes com o objetivo de ganhar ou manter o poder e no contexto de análise desse trabalho, ela se divide em violência social, econômica, institucional e política. A primeira é baseada na vontade de ganhar ou manter poder e controle social, sendo que muitas vezes ligada a relações de poder de gênero e masculinidade, como disputas étnicas, entre pessoas do mesmo grupo, territoriais, de identidade, violência doméstica, violência sexual e humilhação pública das mulheres.

A violência econômica é motivada pelo ganho material, que se manifesta em crimes como o furto, roubo, sequestros e violência ligada a drogas, como tortura e homicídio pelo não pagamento. A violência institucional é perpetrada por instituições estatais, como nos abusos policiais e o judiciário, podendo este cometer violência ao absorver tais policiais, assim como ministérios e secretarias de saúde e educação podem cometer violência ao não cumprirem seu papel. Por fim, a violência política é impulsionada pelo desejo de manter ou ganhar poder político, como no caso dos conflitos envolvendo guerrilhas e grupos paramilitares, assim como assassinato de políticos, juízes, promotores e outros agentes do Estado que atrapalhem a atuação do crime organizado (MOSER, MCILWAINE, 2006).

Sendo assim, as tensões sociais ocasionadas pela violência cultural se expressam contra minorias como os negros, os indígenas, e os pardos. E o crime organizado faz uso do contexto de violência cultural e estrutural que atinge esse extrato da sociedade para poder reproduzir essa mesma estrutura violenta de maneira direta, caracterizando o crime tanto como agente estruturado como estruturante da violência. O COT transforma a violência cultural e estrutural que seus membros sofrem em violência direta, por meio dos homicídios, agravando de maneira ainda mais trágica o problema na América Latina e no Brasil (FERREIRA, 2017b).

A ausência de autoridade estatal, expressa principalmente na falta de um sistema de justiça confiável e de forças de coerção confiáveis permitem a exploração de mercados ilegais, coerção de civis e a resolução violenta de conflitos, criando um círculo vicioso onde o crime faz uso da violência existente e a perpetua, enfraquecendo o poder do Estado e dando continuidade a violência, em um ciclo sem fim (AUTESSERRE, 2010). E esse cenário não se encerrará enquanto houver a possibilidade de lucrar nesse contexto, a existência de Estados frágeis ou cúmplices e prisões superlotadas (WENNMAN, 2015).

O espaço urbano é visto como principal meio por onde a violência e o crime organizado se relacionam, dado que a estratificação das cidades funciona como um grande

catalizador desses atos violentos, situação comum nas grandes cidades da América Latina (BANFIELD, 2014). A desigualdade e a exclusão, associadas à distribuição desigual de recursos econômicos, políticos e sociais em contextos urbanos, como renda, emprego, educação, saúde e infraestrutura, se cruzam com a pobreza no sentido de criar um contexto propício a proliferação da violência. Além disso, a insuficiência de segurança, de policiamento e do acesso à justiça afeta particularmente os pobres, que são incapazes de pagar por esses serviços, sendo então mais suscetíveis à impunidade, corrupção, ineficiência e até mesmo brutalidade dessas instituições (ABRAMOVAY et al., 2002; MOSER, MCILWAINE, 2006).

Apesar do tráfico de drogas acontecer por todo o território urbano e o crime organizado não se limitar sua atuação nas periferias, essa violência estrutural e cultural se deflagra em violência direta principalmente nessas áreas mais empobrecidas. Furtos, roubos, sequestros, homicídios, estupros, torturas, tiroteios, abusos policiais e outros tipos de violência acontecem em qualquer lugar da cidade, mas são nas regiões mais pobres que esses eventos ocorrem de maneira mais intensa e ameaçadora a integridade física dos indivíduos. Isso acontece pelo fato de ser justamente nessas regiões onde as pessoas estão mais vulneráveis, pois o Estado é incapaz de garantir a segurança dos cidadãos e estes não conseguem obtê-la por meios próprios.

Segundo Stanislawski (2008), os espaços onde tais conflitos estão sendo travados se chamam *Black Spots*, que são áreas localizadas no interior de um Estado onde este não exerce controle efetivo, abrindo brecha para que atores não estatais violentos o exerçam. Como exemplo, as favelas do Rio de Janeiro, onde grupos como o Comando Vermelho e Amigos dos Amigos (ADA) estão presentes e impõe seu código de conduta aos moradores, agindo como o Estado ao prover serviços básicos à população, situação idêntica à do PCC na capital e interior do estado de São Paulo e da FDN na região Norte (apud Souza, 2014). Nessas localidades, o Estado tem pouca noção das atividades desenvolvidas por esses grupos que assumem a governança, imperando relações de confiança e temor e o uso desses espaços para organização, treino e recrutamento desses ANEVs (SOUZA, 2016).

Assim, essas organizações criminosas se configuram de maneira diferente, pois os criminosos não são livres para poder cometer qualquer crime, necessitando muitas vezes da aprovação das instâncias superiores. Vários grupos criminosos no Brasil vetam o roubo e o tráfico de crack nas regiões em que dominam, além de outras medidas para não chamar a atenção e legitimar sua ação no local dominado (VON LAMPE, 2015). Assim, em vez de

haver uma grande preocupação em guerras interestatais pelo domínio territorial, instauram-se conflitos localizados em espaços muito menores, como bairros, entre grupos não estatais violentos ou entre um grupo e forças de segurança estatais (polícia, exército ou inteligência). Tudo isso dentro de um contexto nacional de paz oficial, visto que nenhuma guerra está sendo oficialmente travada.

O fato dos grupos estarem presentes no contexto interno leva-se a acreditar que seja um problema interno de cada país, mas esses atores mostram-se como ameaça a toda sociedade internacional. As atividades desses grupos são em grande parte desconhecidas do Estado e da comunidade internacional e não respeitam as fronteiras nacionais, podendo transbordar com facilidade para outros Estados. Como todos os países da América Latina têm dificuldades em controlar suas fronteiras, o problema se torna mais evidente (SOUZA, 2014). Esses atores também se beneficiam da globalização, pois as tecnologias de transporte e comunicação relativizam a soberania estatal e dá um leque de ações para a ação do crime organizado, expandindo e fortalecendo sua atuação enquanto o Estado permanece pregando os princípios clássicos de soberania, autodeterminação e não-intervenção (SOUZA, 2016). As cifras movimentadas pelo Crime Organizado Transnacional são estimadas em US\$ 650 bilhões de dólares anuais, ou 1,5% do PIB mundial, sendo 92% lavados e 20% do total ligados ao tráfico de drogas¹⁸. Isso sem contar as mortes, onde a cada uma ligada a guerra, nove são pelo crime organizado (FERREIRA, 2017b).

A globalização impactou na expansão do crime organizado de três maneiras. Primeiramente, o fim da alternativa socialista levou ao acréscimo dos fluxos de bens e pessoas e consequentemente de grupos criminosos, da demanda por drogas, por armas e pelo tráfico humano (FERREIRA, 2017a). Os avanços tecnológicos desse período, com destaque para os meios de transporte e comunicação, também são de suma importância para a expansão do crime organizado, pois diminuiu os custos de transação e facilitou a sua operação. Por fim, a última variável observada foi a tendência mundial a adoção do liberalismo comercial e financeiro, quebrando muitas barreiras estatais ao movimento de bens e de capitais¹⁹ (CEPIK, BORBA, 2011; ZABYELINA, 2009).

¹⁸ O próprio caráter oculto do crime organizado transnacional faz com que essas estimativas possam ser pessimistas.

¹⁹ Souza (2016) mostra que a globalização também influenciou a formação desses grupos de outra maneira, pois mesmo havendo uma tendência a interdependência e a diminuição do papel do Estado, a globalização não ocorreu de forma homogênea. Esse movimento não acontece da mesma forma no centro e na periferia, levando a uma fragmentação do mundo ao invés de uma comunidade global, gerando precisamente o

Cockayne (2011) elenca cinco fatores que levam ao enfraquecimento da construção da paz pelo crime organizado transnacional, onde quatro são relevantes para o caso aqui estudado: (a) a infiltração de grupos transnacionais em Estados frágeis, que pode representar o enfraquecimento da governança doméstica, tornando tais Estados mais vulneráveis à concorrência violenta entre grupos rivais; (b) a atuação transnacional desses grupos pode fazer com que os esforços para o combate ao crime em um lugar prejudiquem os esforços em outros lugares²⁰; (c) as redes criminosas enfraquecem não só a autoridade do Estado, mas a autoridade das nações²¹ e; (d) por último, a relação entre crime, política e violência organizada representa uma ameaça real a segurança e ao desenvolvimento, representado de maneira clara pelos indicadores de violência da região. Assim, faz-se necessário entender as raízes do problema do crime organizado no Brasil, a fim de desarticula-lo e com isso, promover a paz positiva. Os principais motivos da força dos atores não estatais violentos na América Latina será justamente o objetivo do próximo capítulo.

contexto atual da América Latina, com as gangues, grupos armados e facções étnicas. Os Estados frágeis têm dificuldades em se adaptar a mudanças do sistema internacional, tornando essas regiões ou países estigmatizados e a inequidade um barril de pólvora para a proliferação do crime organizado.

²⁰ Isso ocorreu com a quebra do cartel de Medellín, levando ao domínio dos cartéis mexicanos na rota de tráfico de cocaína para os EUA

²¹ Este é o caso de territórios dominados pelo PCC e FDN, onde a segurança da população é garantida por esses grupos.

Considerações Finais

Entender a atuação dos atores não estatais violentos em toda a América Latina é um dos principais desafios para a compreensão do contexto de insegurança regional. Esses atores muitas vezes se baseiam em um contexto de violência direta, estrutural e cultural, em regiões marginalizadas da sociedade e de maioria negra ou indígena, que carecem de uma série de serviços em que o Estado é o responsável legal, como saneamento, água potável, atendimento médico e educação básica e profissionalizante. Assim, esses grupos são muitas vezes a porta de saída de um sistema opressor, violento e inseguro que atinge as camadas mais pobres da sociedade para alcançar um patamar de rendimento e dignidade que as camadas mais abastadas têm. Mas na maioria dos casos é momentânea e gera como saldo um contexto de ainda mais violência, seja em conflitos contra as forças de segurança, seja entre ANEVs rivais.

Especificamente, o crime organizado é uma força estruturada pela violência e também é elemento estruturante da violência (FERREIRA 2017b). Também faz uso do contexto global, que enfraqueceu atuação do Estado, pela falta de controle dos fluxos monetários, financeiros e das fronteiras, além de se beneficiar da rapidez das comunicações. Portanto, o mesmo contexto que enfraquece o Estado moderno é o que fortalece a crime. Dada a ilegalidade de sua atuação, que se baseia em grande parte na comercialização de drogas, a estrutura dessa empresa criminosa é flexível e adaptável, para ser capaz de resistir à atuação das forças de segurança estatais. Sendo mais elementos que enfraquecem a capacidade de atuação estatal.

Enxergar essa violência do crime organizado por meio dos estudos de defesa e segurança traria uma análise limitada. Esses estudos associam a paz ao contexto estatal e ao fim do conflito bélico, o que faz com que contextos em que não haja luta entre Estados e tampouco uma guerra no seu sentido clássico escapem da capacidade analítica desse quadro. Por esse motivo, os Estudos para a Paz são essenciais no entendimento da configuração da violência em toda a América Latina. Seu entendimento de que a paz também deve ser vista no contexto interno dos Estados e alcançar a dignidade e a igualdade entre os cidadãos são primordiais para tal objetivo, faz entender com clareza os motivos pelo qual a região sofre com um contexto de insegurança que não dá indícios de melhora. Portanto, será visto no próximo capítulo quais os principais elementos que colaboram para o surgimento e estruturação do crime organizado no contexto latino-americano.

2. A Manifestação da violência na América Latina e o caso do Brasil

“Eu sempre me pergunto quantas crianças a gente vai ter que perder pro tráfico só pra um playboy enrolar um baseado”.

(Capitão Nascimento no filme Tropa de Elite, do diretor José Padilha, 2007)

“A carne mais barata do mercado é a carne negra”.

(Refrão da música composta por Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capelletto, eternizada na voz de Elza Soares, 2002)

Todos os países da América Latina têm altos índices de violência e toda a sociedade sofre, de alguma maneira, com suas consequências, até mesmo os mais favorecidos economicamente. Os graves problemas com a violência vêm, pelo menos, desde o período de colonização e apesar da transformação do contexto, para repúblicas democráticas, a violência continua e ganha proporções ainda maiores, fazendo do objetivo desse capítulo a análise dos fatores que levam a tal contexto.

Mesmo que grande parte dos incidentes seja local, as soluções para ele muitas vezes residem fora do âmbito local e nacional, dada as suas ramificações globais. Como exemplo, a demanda pela cocaína nos Estados Unidos e na Europa tem impacto direto no seu fornecimento pela América Latina, o que pode afetar negativamente na violência por parte do crime organizado e gangues que competem nesse mercado. Outros fatores exógenos estão envolvidos, como as políticas antidrogas dos EUA, que desestabilizou o mercado colombiano e gerou mais violência (ver mais em COHEN; RUBIO, 2007).

A análise das principais variáveis que contribuem para a violência na região, proposta deste capítulo, exige uma perspectiva multicausal, visto que muitos fatores contribuem para a sua disseminação e perpetuação na região. Sendo assim, será dividido em três partes: a primeira abordará os dados gerais sobre o problema na América Latina, a segunda das variáveis mais importantes para explicar a ocorrência da violência na região e a terceira discutirá o contexto específico no Brasil.

2.1. Violência na América Latina: uma breve introdução

Historicamente, a violência tem longa tradição na América Latina, que passou por várias fases violentas²². O momento atual coincide com a ascensão da democracia na região, período que ainda não mostrou seus rumos definidos, pois convive com um crescimento generalizado e endêmico da violência (MARINO; MARIO, 2004). Um dos exemplos mais alarmantes da dificuldade da região em implantar a democracia é o de El Salvador, pois o fim da guerra civil no país acabou representando um aumento no número de homicídios para cada 100 mil habitantes, indo de 72 mortes em 1990 para 139 em 1995 (BRICEÑO-LEÓN, 2002). Esse problema leva a um contexto, que de acordo com a ONG mexicana *Seguridad, Justicia y Paz*, com base nos números de homicídios do ano de 2016 e levando em conta cidades com pelo menos 300 mil habitantes, das 50 cidades com maior índice de violência, só oito não estão na América Latina (CCSPJP, 2018).

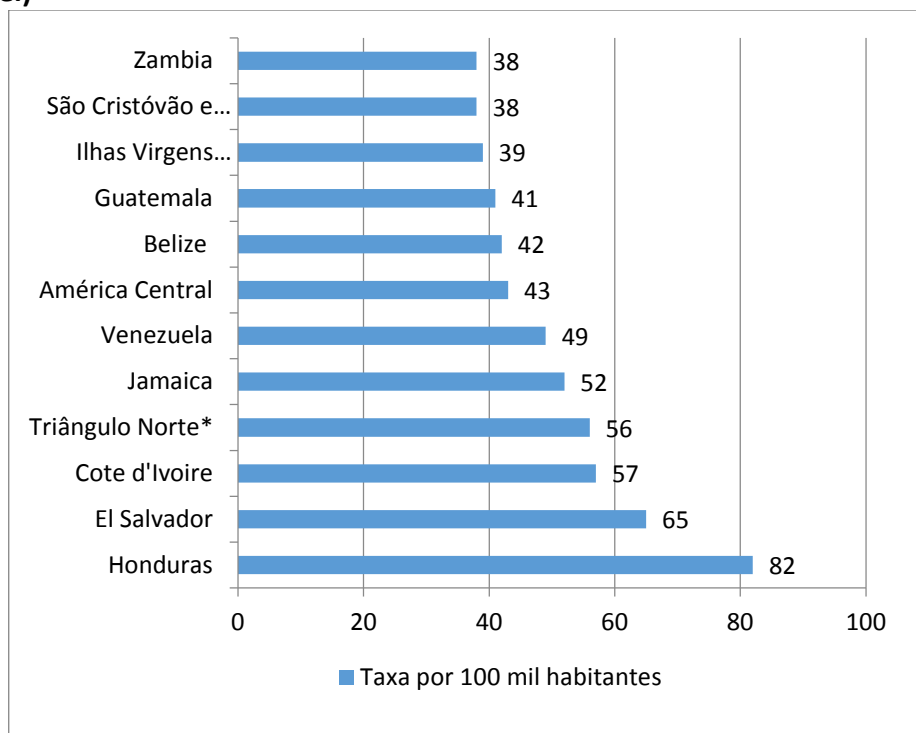
A quantidade de homicídios²³ na América Latina e Caribe em 2015 foi de 135.000 pessoas, o que significa uma média geral de 23 homicídios para cada 100.000 habitantes, o dobro da África e cinco vezes mais do que Ásia (BLACKWELL, DUARTE, 2014). Tratando sobre a América Central, esta região sofre há décadas com altos índices de violência, que estavam associados, pelo menos na década de 1990, a guerras civis. Mas o seu fim não representou menores taxas. Pelo contrário, Belize, El Salvador, Guatemala e Honduras tiveram suas taxas aumentadas de tal maneira que figuram entre as maiores do mundo, como demonstra o gráfico abaixo. Mas mesmo que todos os países sofram com a violência, as experiências são muito distintas, como demonstram as diferentes taxas de homicídios de El Salvador e Costa Rica²⁴. A América Central tem uma longa tradição como entreposto da cocaína, mas a demanda declinante dos EUA pode ser um dos motivos para o aumento da violência, com o acirramento da disputa por um mercado cada vez menor (UNODC, 2012).

²² Não faz parte do escopo desse trabalho fazer um apanhado histórico completo da violência na região. Para isso, ver Marino e Mario (2004).

²³ O uso do número de homicídios como indicativo do nível da violência acontece, pois sua gravidade faz com que tenha registro mais confiável; delitos como roubos, furtos, violência sexual e domiciliar tem registros de casos aquém do real, seja por desconfiança do mecanismo da justiça ou por medo de represálias (ARRIAGADA; GODOY, 1999); e sobre a morbidade, existe um grande déficit de estudos e as pesquisas que existem não são tão confiáveis, pois os casos de danos físicos, psicológicos, morais e relacionais são extremamente mais amplos e subnotificados (MINAYO, 1994).

²⁴ Mesmo que Costa Rica tenha quase dobrado sua taxa de homicídios, indo de 6 para 10, ainda continua relativamente baixa, especialmente se comparada aos outros países da região (UNODC, 2012).

Gráfico 1: 10 maiores taxas de homicídio mundiais em 2010 (ou ano mais recente disponível)



*Guatemala, Honduras e El Salvador.

Fonte: UNODC, 2012.

Apesar de não ter a maior taxa, o Brasil concentra a maior quantidade absoluta de mortos na região. O número de homicídio no país é tão grande que morreram 200 mil pessoas a mais vítimas de criminalidade entre 1995 e 2015 do que na guerra do Vietnã entre 1955 e 1975 (1,3 milhão ante 1,1 milhão) (BRASIL, 2017). Entre os vários motivos levantados para a ocorrência de níveis alarmantes de violência na região estão à desigualdade, baixas taxas de crescimento, aumento populacional e urbanização desordenada, baixos níveis de escolaridade, desemprego, entre outros. Esse cenário priva os indivíduos do acesso as esferas sociais, econômicas e política, causando a falta de oportunidades e exclusão, cenário perfeito para a estruturação dos ANEVs, que se valem desse contexto para aliciar pessoas que se vem sem perspectiva de vida (MOURA; 2005; BLACKWELL, DUARTE, 2014). Como Ferreira afirma,

o crime organizado encontra, em sociedades em conflito, pós-conflito e até mesmo “em paz”, uma massa de jovens desempregados, em sua maioria vivendo em regiões periféricas e num alto grau de pobreza, sendo constantemente vítimas de preconceito das elites da sociedade. Esse contexto acontece dentro de um marco definido, em que as tensões da sociedade reproduzem uma violência estrutural histórica permeada pela violência cultural de elites contra negros, indígenas, pardos e outras minorias. Não é surpresa notar que é justamente nas

Américas que esse contexto é maximizado, encontrando no Crime Organizado Transnacional mais força e letalidade (FERREIRA, 2017b).

Segundo Briceño-Leon (2002) Somente os custos econômicos diretos da violência representavam, nos anos 2000, 11,4% do PIB da Colômbia, 6,9% em El Salvador e Venezuela, 4,9% no México 3,3% no Brasil. Considerando o custo indireto, esse montante sobe para 24,9% do PIB de El Salvador, 24% do colombiano, 12,3% do mexicano, 11,8% do venezuelano e 10,5% do brasileiro. No total, 14,2% do PIB regional foi direcionado para esse problema no período. Todo esse montante poderia ser investido em políticas que promovessem o desenvolvimento regional, mas acaba sendo aplicado em políticas públicas para tentar conter a violência (BRICEÑO-LEÓN, 2002).

Segundo Avila (2014) a atuação de grupos como os cartéis no México, os Maras em Honduras, Guatemala, El Salvador e Belize, as guerrilhas na Colômbia e no Peru e as facções criminosas no Brasil tem tanta força por causa de problemas com a legitimidade do Estado, da incapacidade de redistribuição da riqueza, da primazia dos interesses privados sobre os coletivos e da desigualdade social. Portanto, o autor afirma que a fraqueza dos Estados em atuar de forma efetiva em todo seu território e para todas as classes impulsiona atuação desses atores não estatais violentos. Já Dreyfus, tratando do crime organizado, aponta para a dimensão transnacional desses grupos, afirmando que

o ponto importante é que estas organizações são transnacionais e, por conseguinte, [...] envolvem todos os países da região. Os traficantes colombianos estabelecem alianças com seus homólogos na Bolívia, no Peru e no Brasil; utilizam as instituições jurídicas para expandir suas atividades criminosas; estão envolvidos em atividades de corrupção em relação a funcionários políticos em outros países da América do Sul; envolvem bancos privados e nacionais em atividades de lavagem de dinheiro. Essas organizações compram terrenos em países vizinhos para serem usados como base para suas operações de trânsito ou simplesmente como um investimento para legitimar seus lucros ilícitos. Eles também estabelecem alianças com ou autorizam diretamente os líderes autoritários para usar seus países como centros de trânsito e lavagem de dinheiro (DREYFUS, 2002, p. 106, tradução nossa).

Tendo em vista esse contexto de disseminação da violência em toda a região, se faz necessário mostrar cada uma das principais variáveis que colaboram para o quadro de violência endêmica na região, que serão divididos por área temática.

2.2. O que explica a violência na América Latina?

2.2.1. Urbanização e crescimento populacional

Um dos elementos principais que conduzem a América Latina a índices alarmantes de violência seria, segundo a literatura especializada, a urbanização descontrolada. Em 1950, 41% da população viviam nas cidades, mas 50 anos depois, essa situação mudou completamente, com três quartos da população vivendo em ambiente urbano. Em 1950, 69 milhões de pessoas viviam nas cidades latino-americanas, número que sobe para 391 milhões nos anos 2000. 60% da população vive em cidades com mais de 20 mil habitantes e metade desses (ou quase um terço dos habitantes da região) vivem nas 50 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, que não por acaso são as mesmas cidades com os maiores problemas em relação a violência (BRICEÑO-LEÓN, 2005).

Em casos como o da Colômbia, o êxodo rural estava ligado a fugas das famílias em um contexto de luta entre as forças do Estado, guerrilhas e forças paramilitares. Mas no contexto geral da região, essa mudança está ligada a busca das famílias por maior qualidade de vida, como o acesso a água potável, energia elétrica, saúde e educação. Esse grande fluxo migratório gerou as favelas no Brasil e contrapartes em toda a região, espaços urbanos caracterizados pelo denso povoamento, muitas vezes maior do que a cidade “formal”. Isso aconteceu por ter havido uma urbanização sem o devido crescimento dos empregos e que acompanhada de um grande crescimento populacional, levou as pessoas a terem dificuldades de trabalho e de habitação e com isso, acabaram vivendo no círculo externo das cidades, aumentando ainda mais a pobreza e desigualdade (BRICEÑO-LEÓN, 2005).

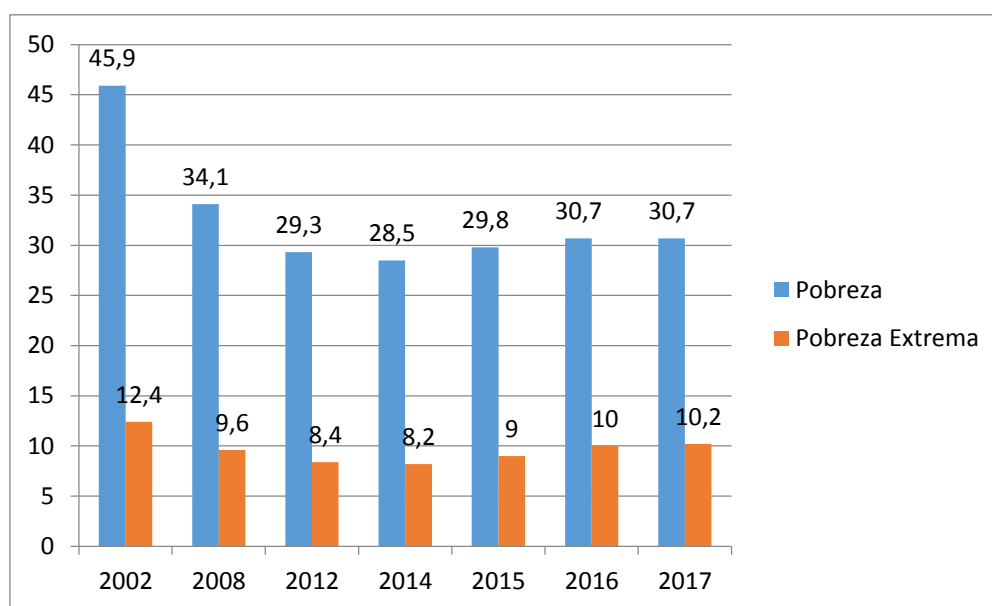
A perpetuação da situação de pobreza levou as habitações a se deteriorarem e com isso o aumento da densidade populacional, pois mais pessoas começam a habitar em regiões de baixa renda e os filhos e os netos dessas famílias começam a compartilhar o mesmo teto. Tudo isso colaborou para o aumento dos conflitos, vista a falta de normas para a habitação e essa urbanização não planejada, composta por territórios tortuosos, são facilmente controlados por grupos criminosos, o que inversamente dificulta ainda mais a ação do Estado (BRICEÑO-LEÓN, 2005). Nesses ambientes marginalizados, a exposição à violência é banalizada, sendo tratada como algo cotidiano, com a luta mortal entre as gangues e a atuação das forças de segurança tirando a liberdade de circulação, fechando escolas e o comércio, paralisando então toda a população, que fica à mercê desse contexto (CASTRO et al., 2001).

2.2.2. Desigualdade

Apesar de que por muito tempo foi creditada que a pobreza seria um dos maiores problemas para a existência da violência na região, atualmente há um consenso de que na verdade é a desigualdade o principal elemento explicativo (MOURA, 2005; BRICEÑO-LEÓN, 2002; ARRIAGADA; GODOY, 1999; SANTOS, 2002). Se fosse somente a pobreza, a violência estaria concentrada nas cidades mais pobres dos países mais pobres, argumento que não é verdadeiro, pois os maiores índices de violência não estão no Haiti, Bolívia ou Peru, como demonstrado acima, mas nas principais cidades de países mais desenvolvidos como o Brasil e a Venezuela (MOURA, 2005; BRICEÑO-LEÓN, 2002).

Esse contexto de violência estrutural priva o acesso à educação, emprego, saúde e a bens materiais, o que impede o acesso às oportunidades criadas pelo Estado, mercado e pela sociedade, dando respaldo para a disseminação do comportamento violento (ABRAMOVAY et al., 2002). A região concentra um alto índice de pobreza e de desigualdade, visto que a pobreza em 2016 atingia quase um terço da população e o índice de Gini²⁵ era baixo ou mediano para todos os países da região (CEPAL, 2017).

Gráfico 2: Taxa de pobreza e pobreza extrema na América Latina em porcentagem 2002 – 2017

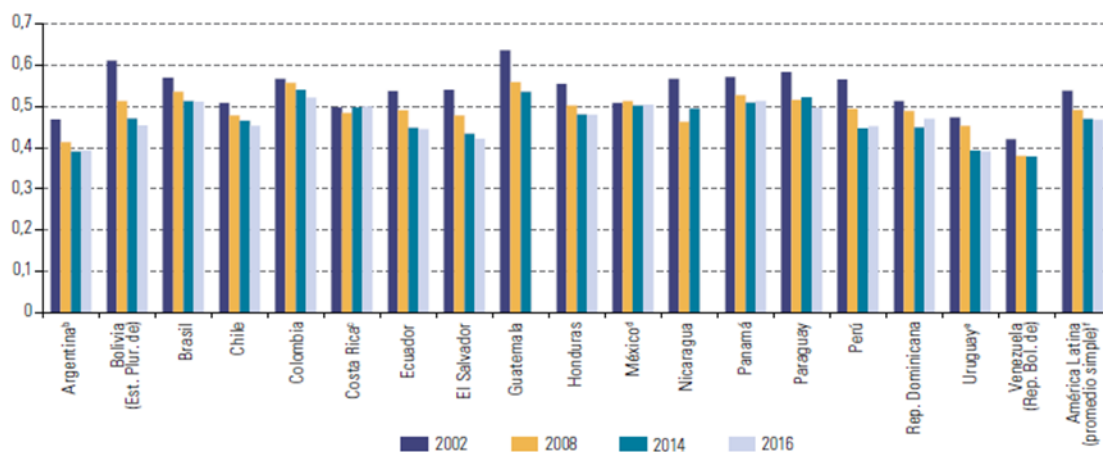


Fonte: CEPAL, 2017.

²⁵ O índice de Gini mede a desigualdade de renda em uma determinada localidade, com coeficientes entre zero e um, onde quanto mais próximo de zero, mais igualitário se apresenta.

No processo de êxodo rural, a vinda das pessoas se deu com a expectativa de melhora no consumo, fato que é reforçado com o surgimento da televisão, levando a pessoas de todas as classes, por meio das propagandas, desejarem consumir os mesmos produtos. Porém, a mesma região fecha as portas a essas pessoas, como a assimetria de ganhos na região deixa bem claro. Essa desigualdade se mostra de maneira ainda mais clara nas grandes cidades, onde uma simples mudança de bairro pode significar diferenças enormes na qualidade de vida, consumo e de oportunidades (BRICEÑO-LEÓN, 2005, 2008). O gráfico abaixo deixa claro que apesar da melhora do índice de Gini, a desigualdade ainda persiste de maneira muito forte em todos os países da região.

Gráfico 3: Índice de desigualdade de Gini na América Latina entre 2002 e 2016



Fonte: CEPAL, 2017.

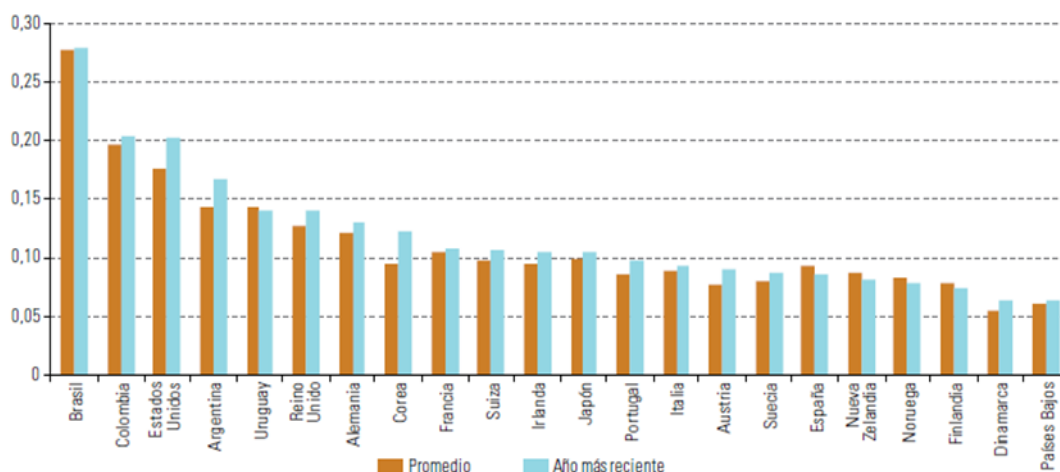
Para Abramovay et. al. (2002)

vale notar que a vulnerabilidade [...] traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais [...]. Esta situação pode se manifestar, em um plano estrutural, por uma elevada propensão à mobilidade descendente desses atores e, no plano mais subjetivo, pelo desenvolvimento dos sentimentos de incerteza e insegurança entre eles (ABRAMOVAY et al. 2002, p. 30).

O grave problema de desigualdade que a região sofre fica mais claro no gráfico mais baixo, onde o país de maior PIB da região, o Brasil, também sofre com o maior nível de desigualdade, medido pela participação dos 1% mais ricos no rendimento total do país, que comparado com os outros países da região, é sensivelmente maior. E mesmo em países

de maior desenvolvimento na América Latina, caso da Argentina e Uruguai, a desigualdade é alta, se comparada aos países mais desenvolvidos do mundo.

Gráfico 4: Participação dos 1% mais rico no rendimento total (porcentagem do ano mais recente)



Fonte: CEPAL, 2017

A exclusão e a desigualdade, além de gerar privações, também criam frustrações, deixando as redes sociais fragilizadas, pela falta de emprego e consequente empobrecimento, colaborando para a dominação dos espaços sociais pelo tráfico de drogas e por gangues. E a violência, na falta de instituições eficientes, tem sido o mecanismo para a resolução de conflitos e para a obtenção de recursos (ABRAMOVAY et al., 2002; PROCÓPIO FILHO; VAZ, 1997). Se comparada às médias nacionais de outros Estados, a pobreza entre jovens é ainda maior, pois segundo a CEPAL²⁶ (2017), em 2016, 16% da população com mais de 60 anos, 25,1% dos entre 30 e 59 anos, 31,1% dos entre 15 e 29 e 46,7% dos entre 0 e 14 anos sofriam com pobreza, o que pode ser um dos motivos pelo qual esse grupo seja o mais inserido no contexto violento.

2.2.3. Educação e emprego

A educação é primordial para determinar a maneira de inserção do indivíduo no mercado de trabalho e o emprego também é um elemento muito importante para as classes mais pobres, pois não têm outra maneira de sobreviver a não ser vendendo sua força de

²⁶ A CEPAL é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, órgão ligado a Organização das Nações Unidas

trabalho²⁷. O trabalho significa aos jovens independência financeira da família, aumento da autoestima, respeito na comunidade, canal para realização de talentos, satisfação pessoal e o meio pelo qual se constrói sua identidade. O problema é que existe uma grande defasagem do ensino, especialmente público, na construção de habilidades e competência essenciais para se conseguir um emprego, o que leva muitos a largar os estudos para tentar trabalhar por perceber que o estudo não ajuda a conseguir trabalho (ABRAMOVAY et al., 2002; CASTRO et al. 2001).

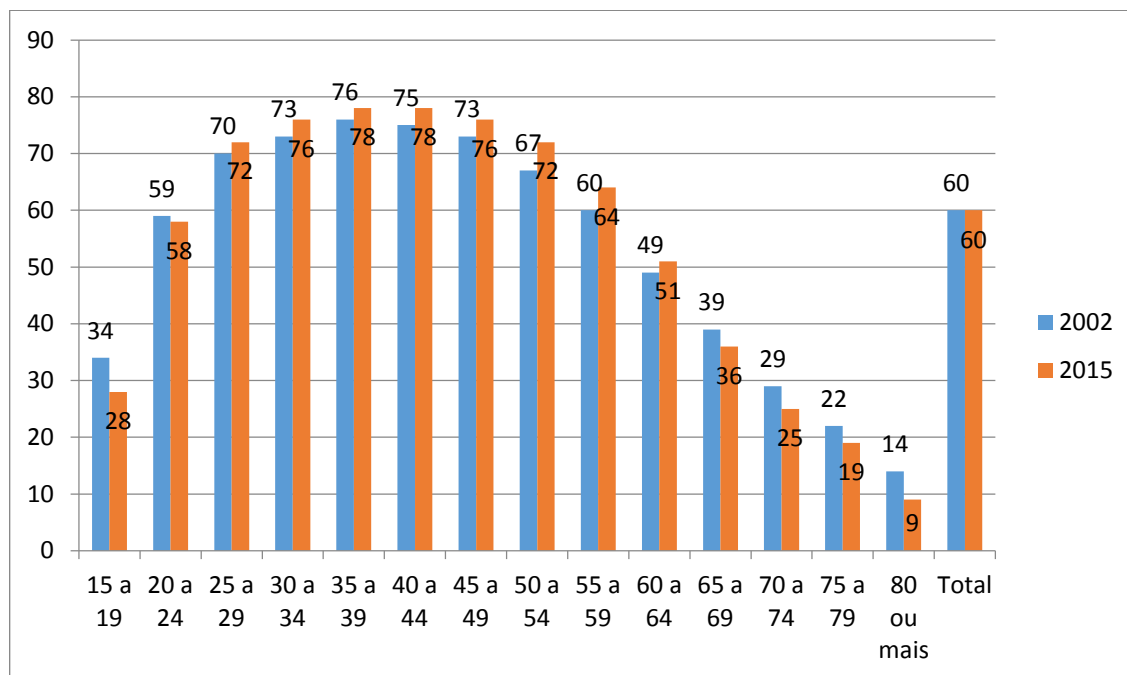
As novas políticas de desenvolvimento acabaram por beneficiar a educação privada, em detrimento da educação pública e mesmo com o aumento do número de vagas para o ensino público, a qualidade não acompanhou esse crescimento. Esse fator acabou provocando um maior nível de reprovação e reforçou a concepção de muitos jovens, especialmente os mais pobres, de que a educação é desnecessária para a conquista de um emprego (ABRAMOVAY et al., 2002).

E não é esse só o problema. A educação só se tornou realmente massificada para o ensino primário, pois o secundário e terciário ainda convivem com taxas muito menores de ingresso. Segundo a CEPAL (2016), a taxa de matrículas na educação primária para a América Latina e Caribe era de 91,7%, 75,9% para a secundária e 44,7% para a terciária. Esse quadro é demonstrativo da dificuldade dos Estados em garantir pleno acesso a educação para todas as camadas sociais além do ensino primário, deixando então uma massa de jovens carentes de um mínimo de educação, refletindo diretamente em suas oportunidades futuras. Como fica claro na tabela abaixo, a população jovem, principalmente entre 15 e 24 anos, é a que mais sofre com o desemprego²⁸.

²⁷ A história do Nem, antigo chefe do tráfico na favela da Rocinha, é um exemplo em milhões de como a necessidade de sustentar uma família e a perda ou falta de emprego pode ser um argumento poderoso para o ingresso no crime. Ver mais em Alessi (2016b).

²⁸ Apesar de que a faixa de 70 anos ou mais tenha índices menores, presume-se que a maior parte desse grupo etário encontra-se aposentado, não fazendo mais parte da força produtiva.

Gráfico 5: Evolução da taxa de ocupação por grupos de idade na América Latina, em 2002 e 2015

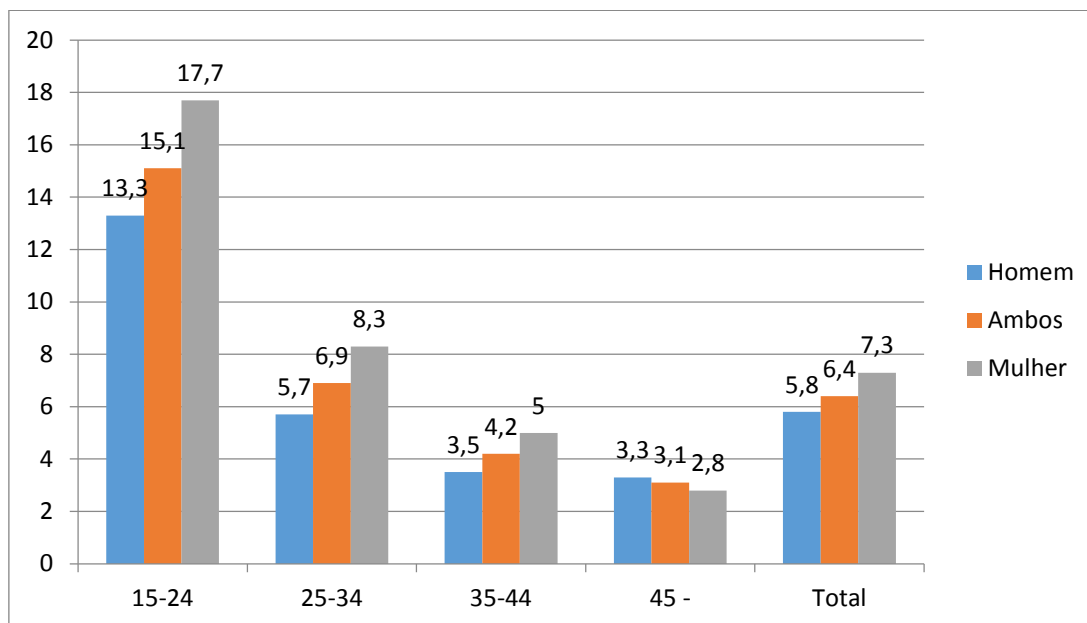


FONTE: CEPAL, 2017

No fim do século XX, 86% dos jovens entre 15 e 29 anos tinha concluído o ensino primário e 26% dos indivíduos entre 20 e 24 anos completou o ensino secundário, uma situação de melhora que não foi acompanhada com a melhora de oportunidades aos jovens. Pelo contrário, entre o final da década de 1990 e 2003, o desemprego entre os adultos era de 6,7% e já entre os jovens era de 15,7%. E não só é difícil para os jovens acharem emprego como 93% dos disponíveis a essa faixa a nível mundial estão no setor informal, que naturalmente remunera menos do que mercado formal (BRICEÑO-LEÓN, 2005).

A situação não mudou significativamente, como a tabela abaixo demonstra e entre os poucos que conseguem emprego, há reclamações sobre as relações de trabalho, remuneração, falta de reconhecimento profissional e falta de projeção (CASTRO et al. 2001). E a maior taxa de desemprego para os grupos de mais escolaridade, especialmente entre 10 a 12 anos de estudo, comprova que somente um maior acesso a educação não é suficiente, deve haver melhorias em sua qualidade e uma ampliação do mercado de trabalho para que esse grupo tenha oportunidades dignas de trabalho.

Gráfico 6: Taxa de desemprego urbano na América Latina, segundo sexo e grupos de idade em 2014



FONTE: CEPAL, 2016

Porém, esse quadro ainda piora, pois as exigências cada vez maiores do mercado fazem com que as pessoas que largaram os estudos tenham uma inserção cada vez mais dificultada no mercado de trabalho, pois a maioria dos postos de trabalho para os jovens é no mercado informal. Muitas dessas exigências afetam justamente os jovens da periferia, como a prévia experiência, ensino superior, conhecimento de informática, cor, não residir em bairros pobres e/ou violentos e nenhum antecedente criminal (ABRAMOVAY et al., 2002; CASTRO et al. 2001).

De acordo com o Panorama Social de América Latina (2004 apud BRICEÑO-LEÓN, 2005), 12% de todos os jovens da região não trabalhavam nem estudavam, situação que piorou em 2014, pois segundo a CEPAL (2016), 18,9% do jovens entre 15 e 24 anos, nas áreas urbanas e rurais não trabalhavam nem estudavam. Acredita-se que a maior parte desse grupo não vive em famílias com condições mínimas para manter esses jovens, expondo-os aos efeitos do crime organizado.

2.2.4. Justiça e Democracia

Mesmo com o fim das ditaduras e de guerras civis na América Latina, a paz negativa, a democracia e a garantia constitucional de direitos individuais nem sempre

foram significativos para grande parte da população, que continua lutando contra a pobreza, exclusão e as várias formas de violência cultural, estrutural e direta. Já a transição da justiça penal para o período democrático foi problemática por haver um enorme fosso entre o plano formal e no da realidade. Há desinformação em relação aos direitos, leis e procedimentos, perda de confiança na ação do judiciário, a imparcialidade e a igualdade são afetadas por fatores externos, há ameaças e corrupção, além da falta de transparência e de fiscalização das atividades (BRETT; FLOREZ, 2016; AZEVEDO, 2005).

Em relação ao alcance do Estado legal na maioria dos países da América Latina, pode-se dizer que ele é limitado. Mesmo que a burocracia estatal se faça presente, na forma de prédios e funcionários, muitas vezes o Estado de fato está ausente, fazendo com que as leis não sejam devidamente aplicadas e quando chegam a ser aplicadas, é de forma distorcida e geralmente em favor dos mais poderosos. A falta de presença e controle do Estado sobre seu próprio território é comum em vastas regiões do Leste e do sudeste do Peru, ao sul da Colômbia, a Amazônia venezuelana, equatoriana e brasileira, além de praticamente todo o território do Suriname e da Guiana, o que dá amplo espaço para a atuação de atores não estatais violentos. A fragilidade democrática na região, demonstrada pela falta de desenvolvimento de suas instituições faz com que a única instituição de força na região seja as eleições e que ainda assim afetam muito pouco a realidade dos que mais precisam (O'DONNELL, 2000; DREYFUS, 2002).

Uma vez que o crime organizado se estabelece em um local em que o poder oficial é omissor, gera-se um grande impacto na governabilidade, pois o Estado é incapaz de adentrar nesses territórios e impedir a operação do crime. E muitas vezes, esses atores tem permissão para atuar nos territórios sem obstáculos, podendo agir em um clima de relativa paz. Outro fator que impacta a governabilidade é o uso de segurança privada, onde em países como El Salvador o número dessas forças é superior ao dos policiais, e muito deles trabalhando de forma ilegal. Os mais pobres, obviamente, não têm possibilidade de arcar com os custos da segurança, o que faz crescer os grupos de vigilância e de milicianos, podendo levar a casos de justiça com as próprias mãos (UNODC, 2012).

Sobre o acesso à justiça ele é precário, ocorrendo seletividade nos processos penais e a normatividade da lei não se aplica de maneira efetiva (SANTOS, 2002). O judiciário sofre com falta de materiais, excesso de formalismo nos procedimentos, baixo treinamento dos juízes, especialmente no que tange os casos de organizações criminosas (PINHEIRO, 1997). O sistema penal não tem capacidade de dar conta de todos os inquéritos, fazendo

com que a pena tenha perdido sua função de coibir, já que a quantidade de penas executadas é muito baixa. Ter poucos crimes julgados diminui o risco de punição para se cometer um crime, o que acaba por incentivar esse comportamento e aumenta, conseqüentemente, a sensação de impunidade (BRICEÑO-LEÓN, 2002, 2005). Essa sensação incentiva à criação de sistemas alternativos de controle social, como a atuação dos tribunais do crime²⁹, justiça com as próprias mãos, segurança privada e pistolagem (SANTOS, 2002).

E o preconceito da concepção das classes mais pobres como ameaça a segurança se reforça pelo fato de que dos poucos casos que a justiça consegue penalizar, são na sua maioria os crimes cometidos pelos grupos marginalizados, deixando inócuos os crimes cometidos pelas classes mais abastadas, reforçando a dominação deles em relação aos mais pobres (PINHEIRO, 1997). O'Donnell deixa bem claro essa questão, afirmando que

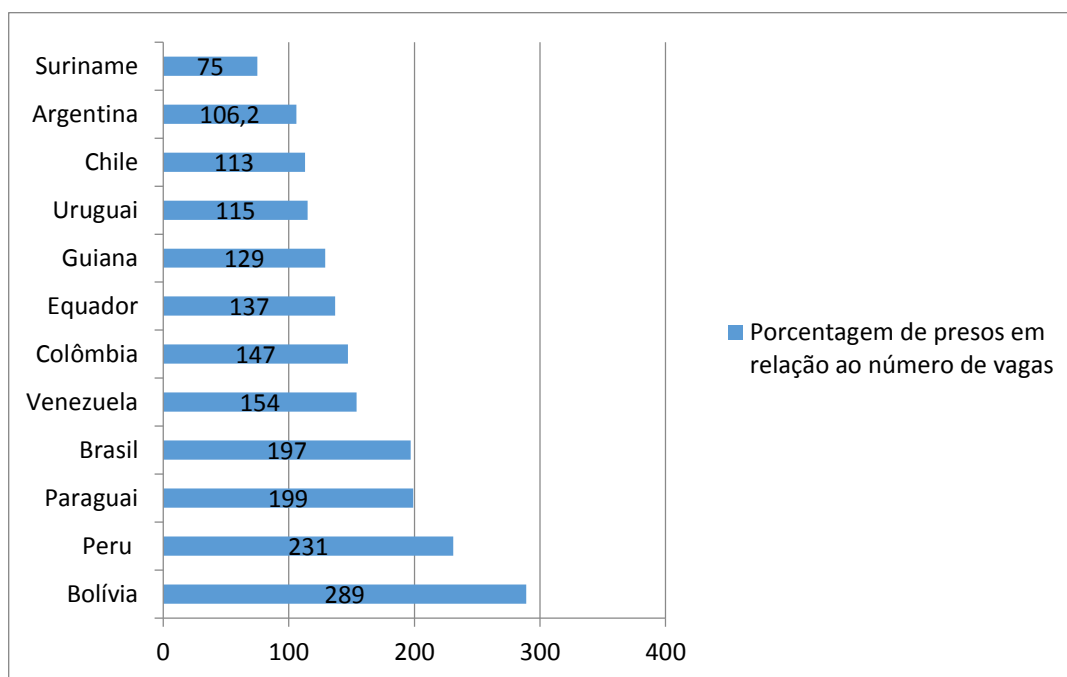
na América Latina há uma longa tradição de ignorar a lei ou, quando ela é acatada, de torcê-la em favor dos poderosos e da repressão ou contenção dos fracos. Quando um empresário de reputação duvidosa disse na Argentina: "Ser poderoso é ter impunidade [legal]", expressou um sentimento presumivelmente disseminado de que, primeiro, cumprir voluntariamente a lei é algo que só os idiotas fazem e, segundo, estar sujeito à lei não é ser portador de direitos vigentes, mas sim um sinal seguro de fraqueza social. Isso é particularmente verdadeiro, e perigoso, em embates que podem desencadear a violência do Estado ou de agentes privados poderosos, mas um olhar atento pode detectá-lo também na recusa obstinada dos privilegiados a submeter-se a procedimentos administrativos regulares, sem falar da escandalosa impunidade criminal que eles costumam obter (O'DONNELL, 2000, p.44-5).

O sistema prisional da região também passa por diversos problemas, pois praticamente todos os países da América do Sul sofrem com superlotação carcerária, como mostra o gráfico abaixo. As condições das prisões são bastante precárias, onde países como Brasil havia, na metade do ano de 2016, 726.712 mil presos para 368.049 mil vagas, o que dá uma taxa de ocupação de 197,4% (BRASIL, 2017a). Com esse cenário, as prisões de toda região acabam por piorar a exclusão desses indivíduos, pois o sistema é incapaz de gerar educação e qualificação para poder dar uma nova perspectiva de vida ao preso, o que também atinge diretamente sua família. Dos encarcerados no Brasil, 74% tem entre 18 e 34 anos e 66% não completaram a educação primária (BLACKWELL, DUARTE, 2014). Isso legitima a atuação de grupos que organizam a vida carcerária, haja vista que o PCC e a

²⁹ Tanto o PCC quanto a FDN são conhecidos por possuir tribunais do crime para pessoas que transgridam suas regras, com julgamentos que vão desde a expulsão do indivíduo da região, punição física e até mesmo a morte.

FDN surgiram nesse contexto e exercem o papel de organização social das prisões em que dominam (ver capítulo 3).

Gráfico 7: Taxa de ocupação dos Presídios na América do Sul



Fonte: Pastoral Carcerária, 2018 *apud* CARDILLI, 2018.

2.2.5. Atuação das forças de segurança

A ineficiência do sistema judicial e da democracia na região acabam por influenciar diretamente no comportamento das forças de segurança na região. Os abusos são constantes e os maus tratos e a tortura causados pelas forças de segurança têm muitas vezes respaldo da sociedade, visto que os criminosos ficam na maioria das vezes impunes judicialmente (AZEVEDO, 2005). Deste modo, a polícia, dentro do quadro da inoperância da justiça, vê na lei um obstáculo para o controle social, o que leva a uma atuação de violência direta contra esses grupos que saem impunes. Tudo isso com o apoio de vários indivíduos, dos mais abastados aos mais pobres, legitimando essas ações abusivas e não questionando o fato de que os crimes cometidos por policiais sejam julgados por cortes militares, que tem investigações precárias e geralmente legitimando os excessos da instituição (PINHEIRO, 1997). Porém, a polícia, assim como a justiça, só age de maneira truculenta em contexto de crimes cometidos pela população mais pobre, deixando, mais uma vez, os crimes cometidos pelas classes mais ricas inócuos.

Desde 1969, a polícia militar era controlada diretamente pelo Ministério do Exército, o que mostra como o legado militarista ainda permanece na instituição, visto que mesmo não mais sendo tutelada por esse ministério, não foi devidamente reformada para adentrar na nova realidade democrática. A polícia foi, com o tempo, ficando cada vez mais autônoma em relação a suas ações, significando mais atos violentos e mais desrespeito aos direitos civis e políticos (AZEVEDO, 2005).

A atuação violenta da polícia brasileira é clássica nesse sentido, onde as mortes ocasionadas por ações policiais são altíssimas, especialmente no caso de São Paulo e Rio de Janeiro, mas que não se resume só aos dois casos. Essa ação extrajudicial, comum na região, conta com a simpatia de boa parte da população, que não acredita na capacidade do sistema penal em dar conta desses casos (BRICEÑO-LEÓN, 2002). Enquanto a polícia da cidade São Paulo matou 412 pessoas em 2016 (ROSSI; BRITO, 2016), a polícia de Nova Iorque somou 179 mortes entre 1999 e 2014³⁰ (DAILY NEWS NEW YORK, 2014). Em 2016, 453 policiais civis e militares foram mortos no Brasil, um número 23,1% maior que do ano anterior e do total, 56% eram negros. Mesmo com um número grande de policiais assassinados, o inverso é ainda pior, pois houve 4.222 mortes ocasionadas por intervenções das polícias civil e militar, um crescimento de 25,8% em relação ao ano anterior. Do mortos pela polícia, 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negros (FBSP, 2017).

Os abusos das forças de segurança também podem levar a confundir as imagens do policial e do bandido, por meio da disseminação do comportamento violento contra os marginalizados, muitas vezes com desfecho mortal. Casos de extorsão, humilhação e de tratamento truculento são corriqueiros nas abordagens policiais contra os mais pobres e causa revolta a esses grupos, especialmente os jovens negros, que crescem presenciando e sofrendo essas cenas, tornando-se então mais um elemento que contribui a uma reação violenta desses grupos (CASTRO et al., 2001).

2.2.6. Disseminação e tráfico de armas

Além de ser comum a posse de armas por parte do crime organizado, o temor que a população sente pela sua segurança leva-os a se armar, o que juntos cria um grande problema de sua disseminação na América Latina. Mesmo que a existência de armas não

³⁰ É interessante ver que mesmo com uma baixa letalidade das forças de segurança da cidade de Nova Iorque, ela se concentra em bairros mais pobres, como o Brooklyn, Bronx e Queens (75% dos casos) e contra os não brancos (88% dos casos) (DAILY NEWS NEW YORK, 2014).

conduza necessariamente a violência, é sabido que sua existência facilita a violência letal, pois brigas em bares, no trânsito e nas ruas podem ter um desfecho letal. Estima-se que na região havia entre 45 e 89 milhões de armas no começo da década de 2000, número bastante impreciso, pois grande parte delas é ilegal (BRICEÑO-LEÓN, 2005). Só no Brasil, no mesmo período, existiam um total de 15,2 milhões de armas, 8,5 milhões não registradas e dentre estas, 3,8 milhões em mãos criminosas (DREYFUS; NASCIMENTO, 2005 *apud* WASELFISZ, 2016).

No fim dos anos de 1990, estimava-se que 80% dos homicídios ocorridos na América Latina ocorriam com armas de fogo, cifra muito superior a média mundial, na ordem de 63%. Em 2012, a média global de homicídio por arma de fogo era de 41%, da Europa 13% e a média das Américas era 66%³¹ (UNODC, 2013). Em muitos países da América Latina há um mercado livre de armas e onde não há, os traficantes de droga de encarregam de abastecer o mercado ilegalmente, muitas vezes com armas de conflitos das guerrilhas e de uso exclusivo das forças de segurança. Os mesmos países europeus que mantem políticas restritas para a posse de armas de seus cidadãos, se negam a impor restrições mais duras a exportação, criando um contexto onde elas são vendidas para empresas supostamente sérias e acabam caindo muitas vezes no mercado negro (BRICEÑO-LEÓN, 2002).

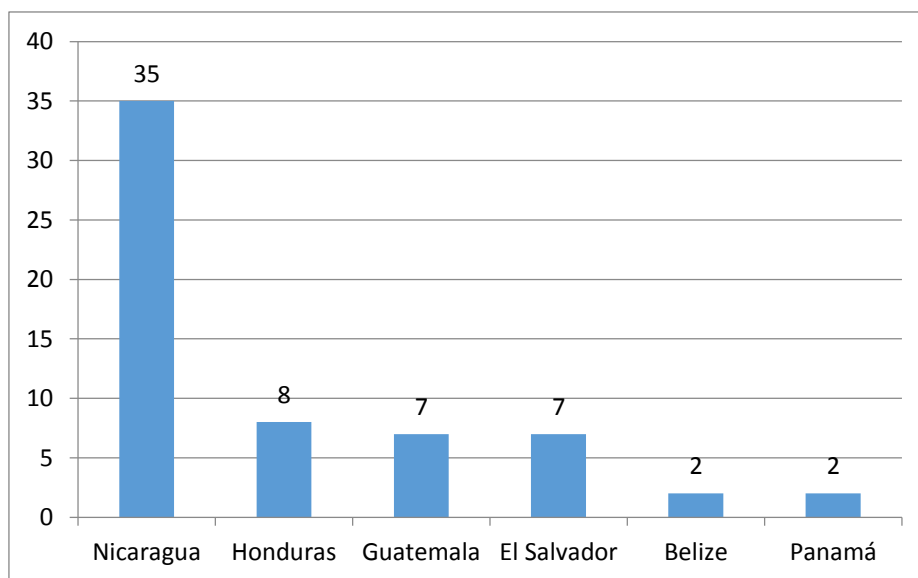
Em São Paulo, calcula-se que a quantidade do contingente de guardas privados é três vezes maior que as forças policiais do governo e na Guatemala, o orçamento para segurança privada é 20% maior do que o público. Essa segurança privada pode se traduzir em uma proliferação de armas a população civil, que pode agravar ainda mais esse contexto violento. Com isso, as instituições que lidam com o problema se vêm incapazes de lidar com o problema, aumentando então a percepção da insegurança e levando a mais casos extrajudiciais (ARRIAGADA; GODOY, 1999).

Já na América Central, 77% dos homicídios são cometidos com armas de fogo e a população tem acesso às armas militares usadas nas guerras civis que ocorreram na região. Existem 2,2 milhões de armas registradas na América Central, 870.000 para forças de segurança e 1,4 milhões para os civis e uma estimativa de 2,8 milhões de armas na registradas, o que teoricamente seria o mesmo que uma arma para cada três homens da região (UNODC, 2012). O problema da disseminação das armas fica ainda mais evidente no gráfico abaixo, com o número de armas maior do que os de soldados ou paramilitares

³¹ O número mais baixo do que na década de 1990 acontece pela inclusão dos EUA e Canadá.

ativos, o que significa que boa parte dessas armas estejam nas mãos da população ou de criminosos.

Gráfico 8: Número de armas de fogo por soldado ou paramilitar ativo, 2010 ou ano mais recente



Fonte: UNODC, 2012

2.2.7. Falta de políticas para a juventude

Um dos motivos que leva muitos jovens, especialmente os homens, a um comportamento violento é o fato de que a adesão ao meio social não acontece, pois, a mesma lhe nega satisfazer suas necessidades e desejos, não recebendo nada em troca então. Assim, a violência se torna parte da formação da sua identidade e meio de satisfazer suas necessidades e desejos. A posse da arma é um dos maiores símbolos dessa cultura masculina, representando o poder de vida e morte sobre algum indivíduo (SOUZA, 2005).

Existe também uma cultura masculina que expõe os homens ao risco. Evitar uma disputa, conflito ou risco é visto como uma atitude feminina, ação que se tomada por um jovem, será vista como motivo de chacota e descrédito no seu meio. Esse comportamento complica justamente para os jovens, por estarem construindo sua identidade, e ainda mais para os homens, que devem se expor a violência como medida para impor respeito em eu meio (BRICEÑO-LEÓN, 2005). Somente no Brasil, do total de mortos por arma de fogo em 2014 (44.861), 94,4% eram homens, uma realidade brutal que em muito é influenciada por essa cultura (WAISELFISZ, 2016).

Já bombardeio incessante da mídia com a propaganda de novos produtos e serviços fazem com que indivíduos das mais variadas classes sociais entrem em contato com um mundo de consumo e desejem coisa que na verdade muito poucos podem realizar. Esse processo de aumento das expectativas ocorreu no mesmo momento em que havia uma grande piora nos índices econômicos, trazendo ainda mais problemas para a inserção as classes mais pobres e crescendo ainda mais o abismo entre estes e os mais ricos (BRICEÑO-LEÓN, 2002). As propagandas geram a sensação de que os produtos estejam disponíveis a todos, mas na verdade, poucos podem tê-lo, o que gera frustração e colabora para uma resposta violenta a esse quadro, como meio de acessá-lo (ARRIAGADA; GODOY, 1999; BUVINIC; MORRISON; SHIFTER, 1999).

A mídia também influencia por expor repetidamente e de maneira incessante a violência, que normaliza e até alimenta um comportamento violento, onde pesquisadores afirmam ser um dos gatilhos para a disseminação do problema (BUVINIC; MORRISON; SHIFTER, 1999). A percepção de insegurança aumenta cada vez mais com a ampla cobertura da violência, que tem extenso destaque dentro dos seus quadros de programação. Essa cobertura, muitas vezes sensacionalista, levam as pessoas a terem uma sensação de insegurança muito maior do que realmente acontece (ARRIAGADA; GODOY, 1999).

Outro ponto importante para a contenção da violência é a família, visto que cumpre um grande papel na educação e na construção de valores. Porém, ela se encontra fragilizada pelo fato de que a família tradicional, onde o pai trabalha e a mãe cumpre as funções do lar e do cuidado com os filhos vem acabando, visto que cada vez mais as mães estão buscando trabalhar e satisfazer suas carreiras. E também, cada vez mais as famílias estão sendo composta por apenas um dos pais, como se vê em 2002, onde 16% das famílias na América Latina eram compostas apenas pela mulher, sendo que deste percentual, 37% eram pobres. O problema é que na impossibilidade dessas crianças ficarem em creches e escolas, elas acabam por depender de parentes, do cuidado da irmã ou irmão maior, ou até mesmo passando longos períodos de tempo sozinhas, ficando pelas ruas, a mercê de todo tipo de influência, sem que os pais tenham a capacidade de controle (BRICEÑO-LEÓN, 2005, 2008).

Outro ponto importante e pouco citado é o papel do lazer. Esses momentos reforçam os laços de amizade, desenvolvem a criatividade, ajudam na formação da visão de mundo e de identidade, ajudam na autoestima, dá vazão a frustração e constrói laços de solidariedade, sendo então claros contrapostos a violência. É de se esperar que nas

periferias, onde há uma ocupação não planejada e estruturada do espaço, existam pouquíssimos espaços como esses, sobrando somente às ruas como espaço de lazer, que muitas vezes são justamente os lugares onde ocorre a violência (ABRAMOVAY et al., 2002).

De acordo com dados do IBGE (2015) sobre a disponibilidade de equipamentos culturais e meios de comunicação, há uma grande carência desses elementos no Brasil. Com exceção da posse de televisão, biblioteca, ginásio e *lan house*, as cidades brasileiras carecem de muitas coisas, como centro cultural (apenas 37% dos municípios possuem), livraria (27,4%), museu (27,2%) e cinema (10,4%). Castro et al. (2001) apontam que grande parte do lazer dos jovens é em jogar bola pelas ruas, praia e festas e mesmo que haja elementos culturais na cidade, eles estão geralmente inacessíveis as comunidades mais pobres por causa da segregação. Isso faz com que muitas vezes o crime organizado ocupe esse vazio, promovendo lazer por meio da criação de quadras de futebol ou de bailes.

2.3. *Crime e violência: O caso do Brasil*

2.3.1. *Contexto histórico-social do crime*

O surgimento do Crime Organizado no Brasil não pode ser descolado do contexto das mudanças neoliberais pós 1970, que promoveram rapidamente a desregulação de mercados, o livre fluxo de capital, a fragilização das fronteiras nacionais, a criação de espaços para atividades ilegais com a possibilidade de tornar a propriedade do capital anônima e a livre circulação monetária em paraísos fiscais. Tudo isso facilitou uma série de atividades ilegais como os mais variados tipos de tráfico, contrabando e fraudes fiscais. A ascensão do crime também só foi possível graças as grandes inovações tecnológicas, principalmente as que estimularam a conexão das pessoas, de mercadorias e de serviços, possibilitando uma série de atividades ocultas nesse meio e escapando cada vez mais do controle estatal, que não consegue acompanhar tamanha evolução (ADORNO; SALLA, 2007; ZAYBELINA, 2009).

Por fim, as cidades cada vez maiores acabam por criar espaços de segregação nas periferias, onde no Brasil é piorado pelos problemas na segurança pública. A evolução da criminalidade não foi acompanhada pelo Estado, que continua a aplicar a lei por meio de perseguição policial a bandidos e/ou apoiar-se em redes de informantes em uma política repressiva inspirada nos períodos ditatoriais (ADORNO; SALLA, 2007).

A relação do narcotráfico com o Brasil se fez de maneira diferente de outros países da região, pois se desenvolveu a partir da sua condição de país de trânsito, característica que fez com que grupos atuantes neste segmento do narcotráfico estejam vinculados com países produtores e consumidores. Assim, os narcotraficantes brasileiros recolhem e adaptam experiências em um processo contínuo de aprendizado, permitindo-lhes definir formas eficazes de atuação. Esse papel intermediário dos narcotraficantes brasileiros faz com que inexista, até hoje, competição ou rivalidade com os grandes cartéis internacionais e impõe a necessidade de cooperar tanto com os cartéis quanto com as organizações criminosas associadas ao narcotráfico (PROCÓPIO FILHO; VAZ 1997). Além disso,

a extensão do território, das fronteiras e vasta costa marítima, a vizinhança com os principais centros produtores, a existência de infraestrutura de transportes e de comunicações bem desenvolvida colocam o Brasil em posição privilegiada nos negócios das drogas. Afora isso, o País conta com um sistema financeiro que cresceu sem mecanismos de controle eficazes (PROCÓPIO FILHO, VAZ, 1997, p. 86-87).

Até os anos 60, o crime era dominado por ações individuais, em sua maioria crime contra patrimônio, onde o acesso a armas de fogo era limitado e os homicídios aconteciam por desentendimentos interpessoais. Porém, o assalto a banco e o tráfico exigiam cada vez mais organização, levando também a lucros cada vez maiores e dando prestígio a certas figuras no mundo do crime, construindo líderes nas prisões, base para a criação de grupos organizados com identidade própria, onde uma massa carcerária adere a tais movimentos por medo, cálculo ou resignação (ADORNO; SALLA, 2007).

A partir da década de 1980, o país se consolidou como entreposto da pasta-base produzida no Peru, dos laboratórios de processamento na Colômbia e de compostos químicos para a Bolívia e Colômbia. No caso da Colômbia, os traficantes transferiram suas operações para o Brasil para ficar fora do alcance das áreas controladas pela guerrilha, os traficantes bolivianos começaram a usar o Brasil uma zona de refinamento longe da influência dos traficantes colombianos e os camponeses peruanos transferiram as áreas de cultivo para a fronteira com a Amazônia brasileira para escapar dos programas de erradicação. Além desses motivos, é importante salientar que a exigência da DEA no maior controle da exportação de produtos químicos para a produção da cocaína também foi um fator importante para a droga ser processada no país (VILLELA, 2015; DREYFUS, 2002; PROCÓPIO FILHO, VAZ, 1997).

Portanto, apesar do Brasil não ser produtor de cocaína, as maiores organizações criminosas do país estão intimamente associadas a ela. O Comando Vermelho (CV) foi fundado em 1979 no Rio de Janeiro a partir do convívio entre militantes dos grupos armados que combatiam o regime militar. Graças ao tráfico de drogas, o grupo teve grande crescimento na década de 1980 e 1990 e dominou várias favelas do Rio de Janeiro. Em São Paulo, o Primeiro Comando da Capital (PCC) surgiu nas prisões da capital em 1993 e ascendeu graças ao tráfico de drogas, estando presente em vinte e dois estados do Brasil, na Bolívia e Paraguai³² (ver capítulo 3) (VILLELA, 2015).

E o país, além de país de trânsito, é um dos maiores mercados mundiais de drogas como a cocaína e a maconha. No caso da cocaína, o Brasil só fica atrás dos Estados Unidos em consumo, com 2,8 milhões de consumidores, frente a 4,1 milhões, além de ter 1,75% de sua população viciada na droga, frente à média mundial de 0,4% (LARANJEIRA et. al., 2014; UNODC, 2015). E o Paraguai é responsável por metade de toda a produção de maconha na região, sendo que 80% do que é produzido no país é levado ao Brasil (UNODC, 2011 apud ABREU, 2017), o que também faz do país um grande consumidor da droga. Assim, as organizações criminosas exploram um amplo mercado consumidor interno e também, dada a condição de país de trânsito, se ligam as organizações criminosas de todo o mundo.

Desde o fim da ditadura em 1985, os problemas de segurança pública no Brasil ocupam um lugar de destaque nas políticas estatais e nas preocupações sociais, principalmente pelo surgimento das organizações criminosas citadas acima. Entre estas questões, o problema do narcotráfico tornou-se mais visível com o aumento da concorrência violenta nos anos 80 para dominar mercados em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo e começou a atingir bairros de classe média e alta, reforçando estereótipos e preconceitos sociais. As políticas da polícia militar para enfrentar o tráfico de drogas adotaram uma lógica militarizada, tanto na tática como no equipamento utilizado, seja com o propósito de ocupação territorial ou o assassinato de narcotraficantes. (RODRIGUES; LABATE, 2016).

O papel do Exército em combate a esse cenário começa com o uso de ocupações militares no Rio de Janeiro. Foram, a pedido do Estado, formadas “Forças de Pacificação” do Exército, com o objetivo de ocupar favelas até que pudessem ser criadas unidades da Polícia Militar, ligadas ao “programa de pacificação”. Porém, ao invés de se criar um

32

espaço para a participação do Estado por meio do desenvolvimento das regiões onde o crime organizado domina, ocorreu uma prática militarizada de combate frontal ao tráfico. Isso acabou por fazer com que tais lugares se tornassem espaços de exceção, onde as ações policiais não visam coibir o crime, mas eliminar o inimigo. As tropas de elite da polícia, a exemplo do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (BOPE), são treinadas para ações “militares” em áreas urbanas em contextos como esse (RODRIGUES, LABATE, 2016; SANCHES, 2010).

2.3.2. A quem a violência atinge?

De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde do Brasil, 59.080 pessoas foram vítimas de homicídios em 2015³³, ou 28,9 mortos para cada 100 mil habitantes e entre essas vítimas, 53,8% tinham entre 15 e 19 anos. Nesse mesmo ano, 111 dos mais de 5.570 municípios do país corresponderam à metade dos homicídios do país. Diferenças profundas marcam o município mais violento (Altamira, 107 hom./100mil hab.) e o mais pacífico (Jaraguá do Sul, 3,7 hom./100 mil hab.), Jaraguá tinha IDH³⁴ de 0,803 e Altamira 0,665; a renda per capita de Jaraguá era o dobro de Altamira e; o percentual de pessoas até 18 anos que completaram o ensino fundamental era de 68,7% na mais pacífica e de 46,1% na mais violenta, mostrando como o contexto de violência estrutural acaba impactando na violência direta no país (CERQUEIRA et al, 2017). Do total de pessoas assassinadas em 2015, 54,1% eram jovens, das quais 71% eram negras e 92% homens (CERQUEIRA et al., 2017 apud Brasil, 2017b).

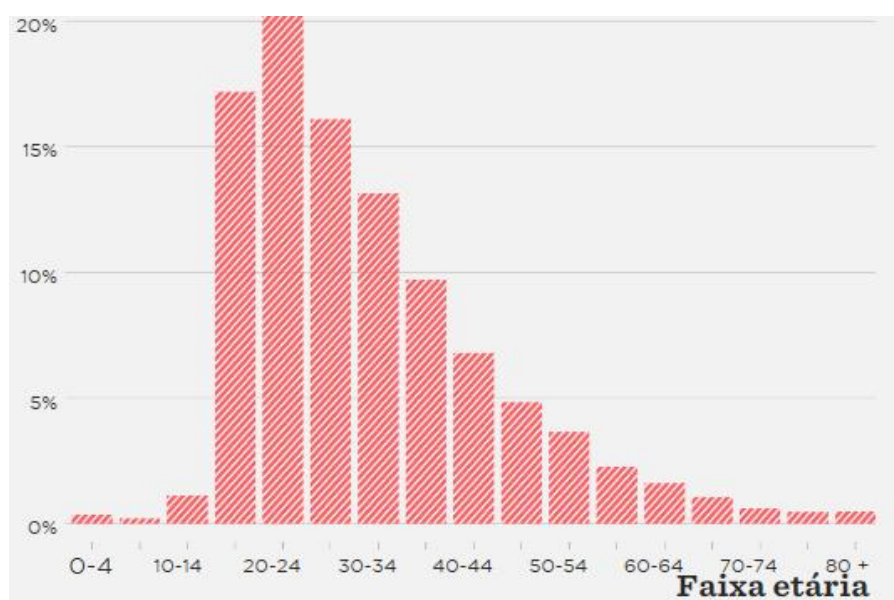
Se for vista a evolução das taxas de homicídio por estado, haverá grandes diferenças. Todos os estados da região Sudeste conseguiram baixar suas taxas de homicídio, assim como um estado do Norte, Nordeste e Sul e dois do Centro-Oeste. Já sobre principal estado que será fruto da análise, o Amazonas é um dos casos mais alarmantes, visto que entre 2005 e 2015, sua taxa foi de 18,5 para 37,4, aumento de 101,7%. Já o Acre observou um aumento de 45,9%, com a taxa indo de 18,5 para 27,0. Em toda a região, só Rondônia conseguiu abaixar sua taxa, em modestos 6,2%.

³³ O Small Arms Survey afirma que 70,2 mil pessoas foram mortas no país, ou 12,5% do total de homicídios do mundo. Esse número inclui as mortes violentas não intencionais e mortes em intervenções legais. O relatório também acusa o Brasil de omitir seus dados (CHADE, 2017).

³⁴ O índice de desenvolvimento humano (IDH) mede o grau de desenvolvimento de uma região por meio de dados de expectativa de vida, nível educacional e PIB per capita gerando um valor que quanto mais próximo de 1, mais desenvolvido se encontra.

A participação juvenil (15 a 29 anos) nos homicídios é a mais preocupante. No Brasil, a morte desse grupo representou 58% do total entre 1980 e 2014, mais que o dobro da representação dessa mesma faixa na população do país e no mesmo período. O gráfico abaixo demonstra com nitidez como as faixas mais jovens da população são as que sofrem, há décadas, com a violência direta. Sobre sua cor, no estado de Alagoas, por exemplo, morrem mais de 11 negros para cada branco, situação que se repete em maior ou menor medida contra os negros e índios em toda a América Latina (WASELFISZ, 2016).

Gráfico 9: Porcentagem do total de homicídios, no acumulado entre 1996-2015, por faixas de idade

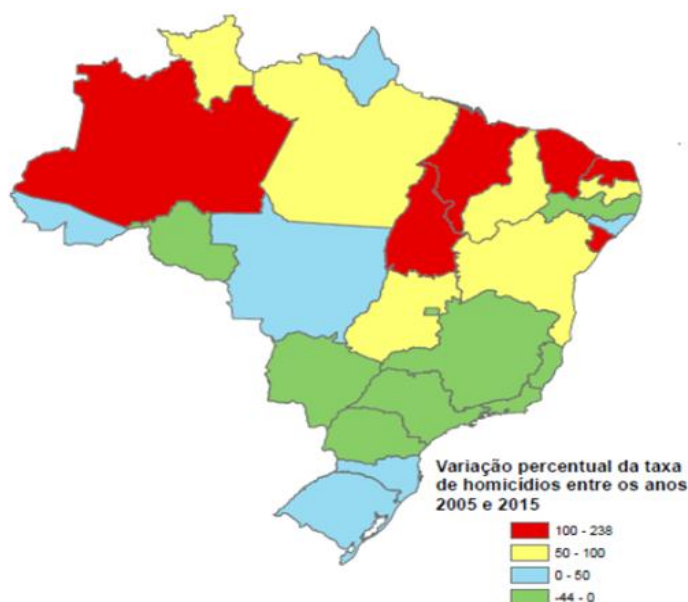


Fonte: NEXO, 2018

Grande parte desse número está ligado aos homicídios cometidos com arma de fogo. Segundo o Mapa da Violência, entre 1980 e 2014, o número de pessoas mortas por arma de fogo foi de 8.710 para 44.861, um crescimento de 415,1%. Mesmo descontado a crescimento populacional do período, que foi de 65%, ainda é um número de grande magnitude. E os homicídios por arma de fogo, se incluídas as mortes por arma de fogo por causa indeterminada, representam 95% do total dos homicídios no país (WASELFISZ, 2016).

Já no ano de 2015, 41.817³⁵ pessoas foram mortas com arma de fogo, ou 71,9% do total de homicídios, muito distante da média de 21% na Europa. A disseminação das armas de fogo pode elevar o risco de mortes com suicídio, acidentes com crianças, feminicídio e homicídio. O aumento em 1% na disseminação de armas de fogo aumenta a taxa de homicídio em 2% nas cidades, que tem três razões: maior quantidade no mercado abaixa seu preço, fazendo com que mais pessoas tenham acesso; a chance de uma abordagem por criminosos acabar em morte aumenta e; as brigas de bar, de trânsito, de vizinhos ou de casal podem acabar em morte mais facilmente com a disponibilidade da arma (CERQUEIRA et al, 2017).

Figura 2: Variação nas taxas de homicídios por estado do Brasil, entre 2005 e 2015



Fonte: CERQUEIRA et al., 2017.

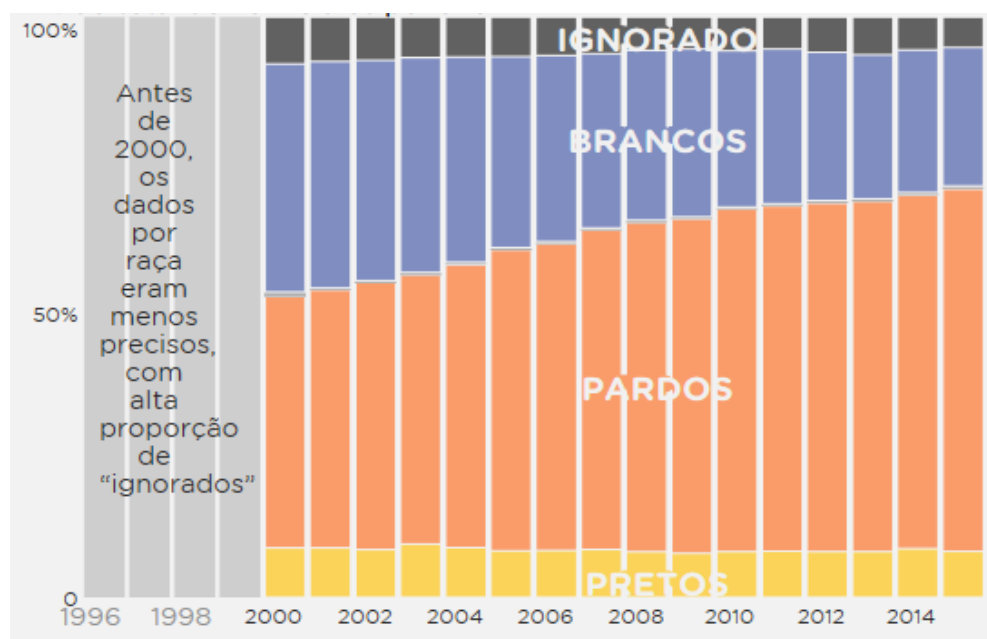
Neste contexto, as mortes violentas atingem de maneira forte a população negra, pois 71 dos 100 homicídios acontecem contra este estrato da sociedade. Um cidadão negro tem 23,5% mais chances de sofrer um assassinato em relação aos não negros, descontando o efeito da idade, sexo, educação, estado civil e local de residência. Com exceção do Paraná, ser negros nos outros estados significa correr mais riscos de sofrer violência. Entre 2005 a 2015, houve um aumento de 18,2% nas mortes dos negros, enquanto as dos não-negros diminuiu 12,2% (CERQUEIRA et al, 2017). Como pode ser visto na imagem

³⁵ Deve ser ressaltado que a diminuição do número, frente aos dados de 2014 apresentados anteriormente, pode ter como motivo metodologias diferentes dos autores.

acima³⁶, todos os estados com alta vulnerabilidade estão nas regiões Norte e Nordeste, somando $\frac{3}{4}$ do total de estados dessas regiões e o restante tem média vulnerabilidade. Nenhum estado tem baixa vulnerabilidade para os negros no Norte e Nordeste (BRASIL, 2017b).

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 21.895 pessoas foram mortas pelos policiais entre 2009 e 2016, sendo 99,3% homens, 76,3% negros e 81,8% tinha entre 15 e 29 anos. Já em relação aos policiais vítimas de homicídio entre 2015 e 2016, dos 573 registros analisados pelo relatório, 98,2% eram homens, 56% eram negros e 42,7% tinham menos de 40 anos. Isso mostra que independente de qual lado, as maiores vítimas são jovens negros do sexo masculino (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017).

Gráfico 10: Porcentagem de homicídios por ano e cor de pele



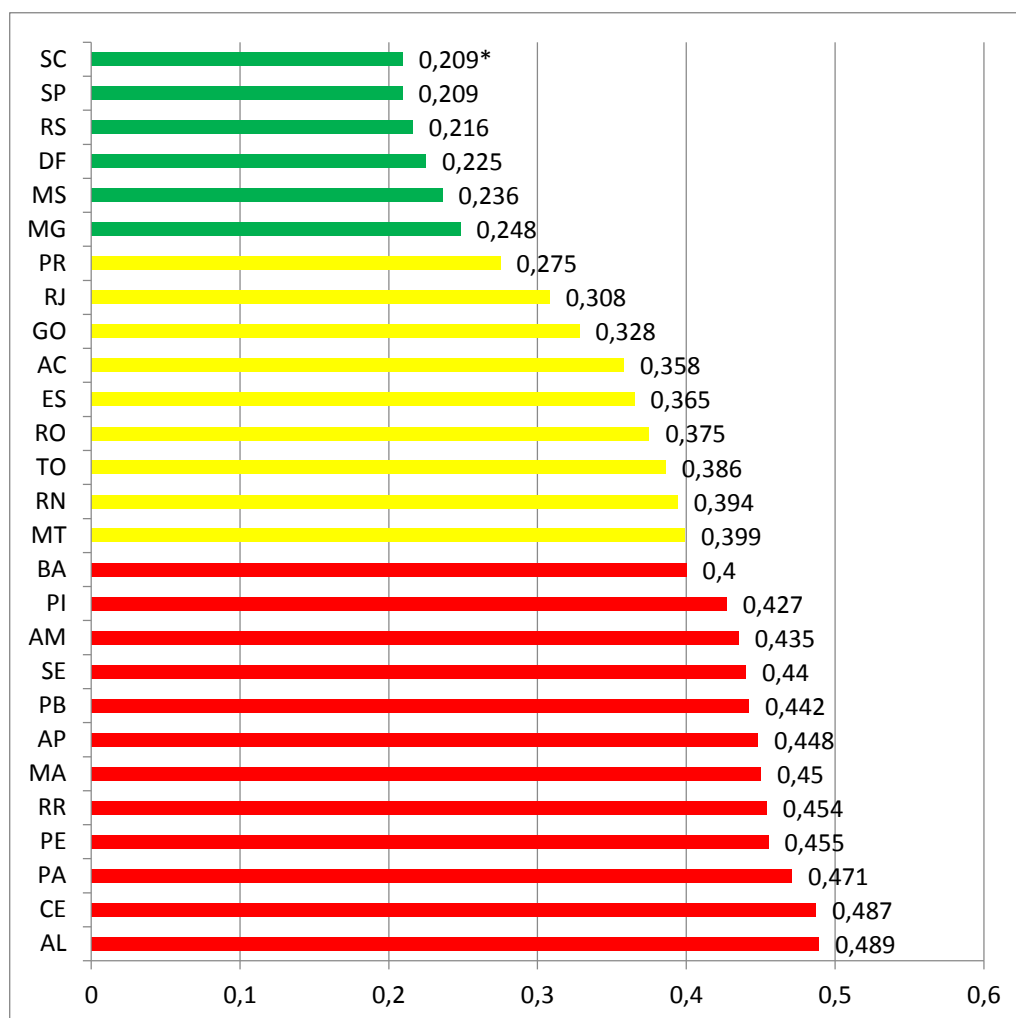
Fonte: NEXO, 2018

Se somado ao dado de desigualdade das mortes os indicadores de frequência a escola, pobreza e desigualdade, Alagoas continua em primeiro lugar, tendo agora o Ceará na segunda posição, estando em segundo lugar entre os piores na frequência escolar e

³⁶ O Índice de Vulnerabilidade Juvenil de 2017 classificou os estados do Brasil que oferecem maiores risco a jovens negros, por meio da razão da taxa de homicídios de jovens negros com a taxa de jovens brancos, sendo que números próximos a um indicam maior vulnerabilidade.

situação de emprego, quarto no indicador de mortalidade por homicídio e sexto no indicador de pobreza. Em terceiro está o Pará (BRASIL, 2017b).

Gráfico 11: Violência de desigualdade racial por estados do Brasil, em 2015



*A cor verde indica baixa vulnerabilidade aos negros, a amarela média e a vermelha alta.
Fonte: Brasil, 2017b

O indicador de violência e desigualdade racial demonstra que também estão nas regiões Norte e Nordeste as piores taxas de mortes de negros em relação aos brancos, onde na segunda região a relação foi mais de quatro vezes e na primeira 3,4. A melhor relação é no Sul, com 1,1 de taxa (Brasil, 2017b). Esse quadro de violência direta começa muito antes, com a violência estrutural e cultural que assola esse grupos, onde

essa desigualdade se manifesta ao longo de toda a vida e em diversos indicadores socioeconômicos, em uma combinação perversa de vulnerabilidade social e racismo que os acompanha durante toda a vida. Não à toa, negros e negras ainda

sofrem com enormes disparidades salariais no mercado de trabalho: [...] negros ganham 59% dos rendimentos de brancos [...], representam 70% da população que vive em situação de extrema pobreza, concentram maiores taxas de analfabetismo do que brancos – 11% entre negros e 5% entre brancos [...], além de constituírem mais de 61% da população encarcerada [...], embora representem 54% da população [...] (Brasil, 2017b, p. 47).

Em relação às mulheres, 4.621 foram assassinadas no país, resultando em uma taxa de 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Mesmo que entre 2005 e 2015 tenha crescido 7,5%, se considerado o período de 2010 a 2015, ela caiu 2,8%. Assim como a taxa geral, varia de acordo com o estado, onde 18 deles lograram melhoras nas suas taxas em 2015. Entrando mais afundo nos dados, enquanto a morte de mulheres não negras caiu 7,4% entre 2005 e 2015, a de mulheres negras aumentou 22% no mesmo período, tendo esse grupo uma taxa de homicídios de 5,2 mortes, frente aos 3,1 do grupo anterior. Assim, 65,3% das mulheres mortas no país eram negras (CERQUEIRA et al, 2017).

2.3.3. Violência nas prisões

É importante dar destaque ao contexto prisional do país por diferentes razões, como a sua precariedade e pelo fato de não se encontrarem completamente isolados do convívio social, por possuírem, muitas vezes, meios de contato com o mundo exterior. Também pelo fato de que grande parte das organizações criminosas do Brasil terem sua origem nesse contexto, a exemplo do CV, PCC e da FDN, que usaram da completa privação de direitos e dos constantes abusos nesses locais para se estruturarem e se legitimarem. Por último, grande parte do desprendimento direto da violência observado por esse trabalho ocorreu dentro dos presídios da região, o que faz necessária a abordagem mais profunda.

Um dos grandes problemas prisionais é a superlotação. No ano 2016, 726.712 mil pessoas ocupavam 368.663 vagas, gerando uma taxa de superlotação na ordem de 197,4%. Traduzindo estas estatísticas para a realidade, os presos vivem amontoados dentro dos presídios, com grande parte em estado de ócio, pois o sistema tem grandes dificuldades de promover a reinserção desses indivíduos por meio da educação e de ensinar um novo ofício que lhe dê perspectivas quando estiver livre. Assim se torna ainda mais difícil para se conseguir um emprego digno, não dando outra chance ao indivíduo a não ser continuar a mesma vida que o fez ser preso. A evolução da quantidade de pessoas privadas da liberdade é chocante, pois em 1990, o número de presos era de 90 mil (BRASIL, 2017a). A tabela abaixo deixa clara a perspectiva problemática do sistema prisional do Brasil, com

todos os estados tendo uma população carcerária superior as vagas disponíveis e também com altas taxas de presos que aguardam por condenação.

Tabela 1: Principais dados do sistema prisional brasileiro em junho de 2016, por estado do Brasil

UF	População prisional	Taxa de aprisionamento	Vagas	Taxa de ocupação	Total de presos sem condenação	% de presos sem condenação
AC	5.364	656,8	3.143	170,7%	1.989	37,1%
AL	6.957	207,1	2.845	244,5%	2.588	37,2%
AM	11.390	284,6	2.354	483,9%	7.337	64,4%
AP	2.680	342,6	1.388	193,1%	628	23,4%
BA	15.294	100,1	6.831	223,9%	8.901	58,2%
CE	34.566	385,6	11.179	309,2%	22.741	65,8%
DF	15.194	510,3	7.229	210,2%	3.651	24,0%
ES	19.413	488,5	13.417	144,7%	8.210	42,3%
GO	16.917	252,6	7.150	236,6%	6.828	40,4%
MA	8.835	127,0	5.293	166,9%	5.177	58,6%
MG	68.354	325,5	36.556	187,0%	39.536	57,8%
MS	18.688	696,7	7.731	241,7%	6.058	32,4%
MT	10.362	313,5	6.369	162,7%	5.436	52,5%
PA	14.212	171,8	8.489	167,4%	6.860	48,3%
PB	11.377	284,5	5.241	217,1%	4.798	42,2%
PE	34.556	367,2	11.495	300,6%	17.560	50,8%
PI	4.032	125,6	2.363	170,6%	2.217	55,0%
PR	51.700	459,9	18.365	281,5%	14.699	28,4%
RJ	50.219	301,9	28.443	176,6%	20.141	40,1%
RN	8.809	253,5	4.265	206,5%	2.969	33,7%
RO	10.832	606,1	4.969	218,0%	1.879	17,3%
RR	2.339	454,9	1.198	195,2%	1.033	44,2%
RS	33.868	300,1	21.642	156,5%	12.777	37,7%
SC	21.472	310,7	13.870	154,8%	7.627	35,5%

Fonte: BRASIL, 2017 a.

Observando os dados de superlotação, visualizam-se casos ainda mais graves em algumas unidades da federação em comparação com a média nacional. O estado do Amazonas – central para a análise deste trabalho – apresenta o caso mais agudo de todo o país, com uma taxa de ocupação de 483,9%, ou seja, quase 5 presos para cada vaga. A “melhor” situação está no Espírito Santo, com 144,7%. Outro problema é a quantidade de encarcerados que esperam por uma pena. A taxa nacional é de que 40,2% do total dos presos ainda aguardam uma condenação e entre os estados, onde a pior taxa é do Ceará, com 65,8% dos presos aguardando julgamento, em segundo o Sergipe com 65,1% e em terceiro o Amazonas, com 64,4% (BRASIL, 2017a).

Sobre o número total de 620.583 dos crimes tentados³⁷ ou consumados pelos quais os presos foram julgados ou aguardam julgamento, 176.691 tem ligação com o tráfico de drogas, ou mais de 28% do total de presos, valor que só é maior nos crimes contra o patrimônio, que somam quase 45%. É interessante saber que se desagregado os números por sexo, de todas as mulheres presas, 62% são acusadas ou julgados por crimes relacionados à droga, mais do dobro da taxa para ambos os sexos (BRASIL, 2017a).

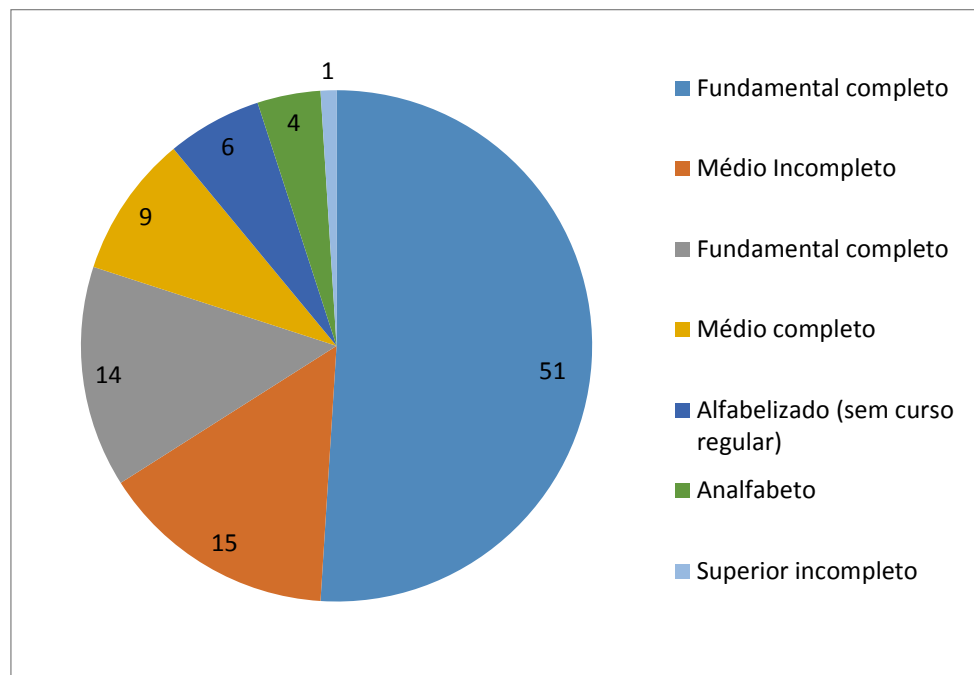
A idade dos presos também é outro fator importante. Como prova de que é a faixa jovem da população que mais sofre com a desigualdade, esse grupo é o que mais está encarcerado nas prisões brasileiras. 30% de todos os presos têm entre 18 a 24 anos, 55% tem entre 18 e 29 anos e 74% entre 18 e 34 anos de idade. Fica claro como o grupo de 18 a 29 anos está sobre representado na população carcerária quando se vê que eles representam somente 18% da população total. Sobre a raça dos presos, 64% são negros, frente a 53% de sua representação na população geral e já para os brancos a situação se inverte, pois são 46% da população do país, mas compõem 35% de toda a população carcerária. Isso demonstra com clareza o argumento defendido de que a população negra é a que mais sofre com encarceramento e a que mais carece de políticas públicas no sentido de garantir uma vida digna e de oportunidades (BRASIL, 2017a).

Como dito, a educação tem um papel primordial no sentido de formar vínculos e abrir um leque de oportunidades para que a pessoa possa se inserir de maneira digna no mercado de trabalho. Sobre a escolaridade das pessoas privadas de liberdade, como mostra a tabela abaixo, 51% delas tem o ensino fundamental incompleto, 14% tem o fundamental completo e 9% tem o ensino médio completo. Isso demonstra como o ensino educacional,

³⁷ Crimes tentados são aqueles que não foram consumados por questões além do controle do seu executor, como uma prisão em flagrante.

mesmo que ainda muito deficitário no país, é primordial no sentido de construir valores e criar oportunidades para a população, visto que são os com menos educação que populam massivamente as cadeias. Somente 12% dos presos estavam envolvidos em atividades educacionais nas suas unidades prisionais, o que indica que há muito a ser feito para que essas pessoas possam ser inseridas de maneira digna na sociedade. O mesmo vale para a taxa de presos que trabalham, que atinge apenas 15% .

Gráfico 12: Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: BRASIL, 2017a.

Considerações Finais

Esse capítulo teve como objetivo demonstrar como o problema a violência, mesmo com as particularidades de cada país, é uma constante no dia-a-dia da América Latina; e também se buscou explicar as principais variáveis que impactam nessa questão. A violência direta é uma constante histórica na América Latina, seja nas graves ditaduras, nas guerras, na independência, nos movimentos de resistência a regimes a dominação externa e a regimes contrários. O que diferencia os tempos atuais é o ator central, que agora passam a ser os atores não estatais violentos. Cada país tem experiências distintas com esses atores, seja com gangues de rua, crime organizado, guerrilha, milícias, paramilitares ou terrorismo.

O que parece ser constante, no entanto, é tanto o envolvimento do Estado e dos ANEVs em um contexto de disseminação da violência direta, estrutural e cultural e também o envolvimento do último com as drogas ilícitas, em especial a cocaína, que tem na região andina condições climáticas e de solo perfeitas para o seu cultivo. Apesar de não fazer parte do escopo desse trabalho tentar entender as problemáticas que envolvem a droga em si, seus lucros excepcionais parece ser o motivo principal para o nível tão elevado de mortes na região, com números dignos de guerra, em uma região que oficialmente não passa por nenhuma guerra.

Muitos motivos foram levantados para tentar entender o que leva a América Latina a ter sua condição de paz tão agravada por esses atores, um problema de dimensão única no mundo. O Estado tem papel central nesse quadro, já que das principais variáveis aqui levantadas – urbanização, crescimento populacional, desigualdade, pobreza, educação, emprego, justiça, democracia e atuação das forças de segurança – todas tem a ver, de alguma forma com a incapacidade do Estado em atuar de maneira pungente em áreas chave para o desenvolvimento, segurança e para a dignidade humana.

Isso faz com que, de maneira geral, os vácuos deixados pela não atuação do estado sejam preenchidos por ANEVs que provém frequentemente mecanismos alternativos aos propostos de maneira legítima pelo Estado. Ou seja, esses grupos ocupam o vácuo da governança estatal, se valendo do contexto de violência direta, estrutural e cultural que atinge certos grupos marginalizados das grandes cidades. Isto lhes permite poder se estruturar e cometer os mesmos tipos de violência, tendo como principal objetivo, na maioria das vezes, atuar no fornecimento de bens e serviços ilegais, em especial as drogas.

Portanto, a atuação do Estado nesses temas-chave é crucial para a melhoria não só da qualidade de vida, mas também para se alcançar a paz positiva.

Por fim, foi demonstrado o problema específico do Brasil frente à criminalidade, que parece ter causas muito semelhantes às apresentadas no quadro regional. O problema regional da falta de desenvolvimento para os cidadãos do país, alta desigualdade, baixa educação e alto desemprego também afeta o país, que consequentemente sofre com o problema do crime organizado. O COT ocupa microrregiões das periferias, regiões que comumente sofrem de maneira mais acentuada com o quadro de desenvolvimento, tendo então um contexto perfeito para atividades como o tráfico de drogas, organização dos criminosos e mecanismos de justiça alternativos, trazendo ainda mais complexidade para o seu entendimento e combate efetivo, vista as várias frentes de sua atuação.

Caberá no próximo capítulo demonstrar a ligação do contexto acima com o nosso objeto de estudo. Veremos como as duas organizações criminosas – Primeiro Comando da Capital e Família do Norte – surgiram e se estruturam. Primeiramente, será exposto o caso do PCC, a maior organização criminosa do país, com suas três principais fases de expansão e sua atuação nas ruas e nas prisões. Posteriormente, será apresentado o caso da FDN, em suas origens, atuação e estrutura.

3. PCC e FDN: Origens e Estrutura das Organizações Criminosas

"Não é um fenômeno empírico coerente, mas antes de tudo um construto, refletindo tanto a realidade social quanto as emoções, preconceitos e ideologias dos envolvidos no processo de construção".

(Klaus Von Lampe, 2015)

"É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo".

(Presidente Michel Temer, sobre o crime organizado no Brasil, em 16 de fevereiro de 2018)

"O sistema penitenciário do Brasil virou R.H. das facções".

(Flávio Costa, em entrevista para o autor, março de 2018)

Como visto anteriormente, os ANEVs são um dos maiores problemas enfrentados atualmente pela América Latina, fenômeno esse, que como demonstrado no capítulo anterior, tem por fator causal distintas variáveis relacionadas com a deficiência da atuação do Estado. Mostrou-se também o caso brasileiro na relação da violência com o Crime Organizado, que faz da nação uma das mais violentas do mundo. Assim, esse capítulo apresenta as duas organizações criminosas que fazem parte da análise desse trabalho, a Família do Norte e o Primeiro Comando da Capital. Com origens temporal, espacial e contextual distintas, esses dois grupos entraram em choque recentemente para o domínio de uma das principais rotas de tráfico do país, a Rota do Solimões³⁸.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira apresenta as origens e a expansão do PCC para dentro e fora dos presídios e do estado de São Paulo, Brasil e da região, dividido em três momentos, como sugerido por Dias (2009a). Posteriormente será demonstrada a atuação do PCC dentro dos presídios e nas periferias onde o grupo de faz presente, esclarecendo sua organização nesses lugares. Na segunda parte, será abordada as origens, atuação e organização da FDN. Destarte, é importante ressaltar que pelo caráter recente da

³⁸ Apesar de traficar menos drogas, tem a grande vantagem de ser muito menos vigiada que a sua contraparte na região centro-sul do país, a Rota Caipira, além de uma maior proximidade com os mercados de consumo e distribuição da América Central e do mercado norte-americano, em especial os Estados Unidos.

descoberta e interesse público a FDN, existem poucos estudos profundos sobre o grupo, onde o de caráter central é o relatório final da operação *La Muralla* (2016), levado a cabo pela subseção da Delegacia de Repressão a Entorpecentes do Polícia Federal do Amazonas, que buscou investigar a estrutura, principais líderes e atuação do grupo, com o objetivo de prender seus membros e desarticular o grupo. Juntamente com as dificuldades de segurança que envolve a pesquisa no campo do crime organizado, justifica-se a carência de dados mais consolidados sobre o ANEV. O mesmo se justifica com a ausência de maiores detalhes sobre a Rota do Solimões.

3.1. Primeiro Comando da Capital – Paz entre os ladrões e Guerra contra a polícia.

O Primeiro Comando da Capital (também conhecido por PCC, Partido, Comando ou 1533 - contagem das iniciais em ordem de números ordinais) surgiu em 1993³⁹, na Casa de custódia de Taubaté, em São Paulo. Atualmente, o grupo controla regiões periféricas, tráfico de drogas, roubo de banco e de veículos pesados, sequestros e ataques não só na capital paulista, mas nas grandes cidades do estado e também fora do estado (BIGOLI; BEZERRO, 2015; BIROL; JUNIOR, 2011). Estima-se que o poder do ANEV é tão grande a ponto de dominar 90% das prisões do estado de São Paulo (DIAS, 2011b).

Faz-se necessário ressaltar que segundo Ferreira (2017c) o PCC se encaixa na categoria de crime organizado com duas adendos: o grupo atua de maneira transnacional, baseando-se em vários países da América do Sul, onde no Paraguai e Bolívia opera ações violentas e de tráfico de drogas e na Colômbia é aliado de grupos violentos – isso sem contar as ligações com os mercados consumidores da Europa e América do Norte e da África, este principalmente como país de trânsito. Em segundo, o PCC não necessita exercer violência direta para controlar as regiões em que atua, pois explora a violência estrutural e cultural para se manter, aliciando jovens e disseminando o ódio aos grupos adversários e aos que não obedecem seu estatuto. Assim, o grupo é caracterizado como um ANEV que opera de maneira transnacional e que se vale dos três tipos de violência definidos por Galtung para suas operações (FERREIRA, 2017c). Com o intuito de entender melhor o processo de criação e consolidação do grupo, Dias (2009a) propõe a divisão da análise em três períodos, modelo que será seguido.

³⁹ Biondi (2009) atenta para o fato de que na verdade, suas pesquisas não puderam precisar a data de criação do PCC e que essa versão só ficou famosa após a publicação do livro “Cobras e Lagartos” de Josmar Jozino.

3.1.1. Primeira fase: 1993 -2001

O ano de 1993 é amplamente afirmado como o ano de fundação do grupo e seu crescimento acompanhou o aumento das rebeliões em todos os anos seguintes, culminando na megarrebelião de 2001, que provou a capacidade de organização e o poder do ANEV de corromper agentes. Mas apesar das claras evidências de mudança na configuração interna dos presídios, o Estado negava a existência da organização, passando a reconhecer os eventos de 2001, quando o PCC já apresentava uma forte estrutura organizacional (DIAS, 2009a). Porém, as origens do grupo estão baseadas em problemas bem mais antigos.

O retorno ao estado democrático de direito a partir da segunda metade da década de 1980 não alterou substantivamente o quadro de graves desrespeitos aos direitos humanos. Por muito tempo persistiram: prisões para averiguações sem ordem judicial; assombrosa atividade clandestina das organizações paramilitares; elevada impunidade nas graves violações de direitos humanos, mesmo naquelas de responsabilidade direta do Estado, tal como torturas como métodos usuais de investigação nas delegacias e distritos policiais; arbítrio na aplicação das normas regimentais, nisso incluído o uso de celas fortes como instrumento de contenção e repressão da massa carcerária e maus-tratos impingidos cotidianamente aos presos. Ademais, a ausência na proteção de direitos consagrados em convenções internacionais (direito ao trabalho, profissionalização, escolarização, tratamento humano digno, assistência jurídica e social) colocou em evidência, nos dez anos seguintes ao retorno do país ao estado de direito (1985-1995), a falência das prisões (ADORNO; SALLA, 2007, p. 18).

Em 1983, assim que assumiu o governo de São Paulo, Franco Montoro designou José Carlos Dias para implementar a política de humanização dos presídios, em uma tentativa de reverter as ações autoritárias do período da ditadura, inclusive por meio da criação de grupos de representantes dos presos em algumas penitenciárias, com a criação de um canal direto entre os presos, a Secretaria de Justiça e dos juízes corregedores, para a reivindicação de suas demandas. Porém, essas comissões foram alvo de grande oposição, especialmente de profissionais que atuavam nos presídios, mas também de membros do judiciário, de partidos políticos e parte da imprensa. Os ataques se baseavam em uma denúncia de que um suposto grupo de carcerários, denominados Serpentes Negras, iriam dominar a massa carcerária por meio dessas comissões (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013; ADORNO; SALLA, 2007).

Sendo verdadeira ou não a existência do grupo, as denúncias geraram o esvaziamento da proposta e na própria gestão de Montoro, Dias deixou de ser secretário e os próximos governos levaram o assunto de maneira fortemente conservadora, revertendo

quase todas as ações anteriores, levando ao massacre do Carandiru em 1992, no governo Fleury. Logo no ano seguinte, surge o PCC, criado no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, conhecido como um dos mais arbitrários do estado. No discurso do grupo, estava à bandeira política da luta contra a opressão do Estado, base fundamental, desde então, do seu poder sobre a população carcerária (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013; ADORNO; SALLA, 2007).

[...] foi no vácuo deixado pela ausência de uma instância representativa da população carcerária e da completa obstrução dos canais de comunicação entre os presos e a administração prisional que o PCC encontrou um espaço para se constituir e se legitimar como alternativa ao isolamento dessa população diante de suas demandas – muitas das quais, sem dúvida, legítimas – e a sua luta por direitos e reconhecimento (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013, p.74).

Portanto, o PCC surgiu em 1993, na casa de Custódia de Taubaté, um movimento de indignação contra o massacre do Carandiru e pelo fato de que o diretor, depois do massacre, ter ido justamente para Taubaté, tentando impor a mesma política de agressão extrema na penitenciária. Foi um processo duplo de lutar contra as injustiças e de “proceder pelo certo” (MARQUES, 2010). Os oito presos fundadores foram

Miza (Mizael Aparecido da Silva), Geleião, Cesinha (César Augusto Roriz Silva), Cara Gorda (Wander Eduardo Ferreira), Paixão (Antonio Carlos Roberto da Paixão), Esquisito (Isaías Moreira do Nascimento), Dafé (Ademar dos Santos) e Bicho Feio (Antonio Carlos dos Santos). Dos oito, os três primeiros tiveram papéis mais relevantes na expansão da facção e o único que está vivo é Geleião, preso na Penitenciária de Oswaldo Cruz, “decretado” (ameaçado de morte) pelo PCC depois de ser expulso da facção pelo atual líder, Marcola (Marcos Willians Herbas Camacho), e colaborar com o Ministério Público paulista por meio da delação premiada (DIAS, 2009b).

De acordo com relatos de Geleião, houve a autorização da administração penitenciária para a realização de um campeonato de futebol, onde foram formados dois times, o Comando da Capital, composto por presos da cidade de São Paulo e o Comando Caipira, com membros do interior do estado. Porém, após fortes provocações, gerou-se uma briga sangrenta, onde Geleião teria destrancado o pescoço e matado um dos adversários. Os oito membros do primeiro time, com a certeza de uma forte punição, selaram um pacto de união e criaram um código de proteção (DIAS, 2009b).

Logo no início da fundação, foi feito o estatuto do Partido (anexo A) pelas mãos de Mizael, um dos membros fundadores. Cabe salientar que esse estatuto tem grande inspiração não só na ideologia dos grupos de esquerda dos anos de 1960 e 1970

(FERREIRA, 2017c, DIAS, 2009a), mas também nos dez mandamentos bíblicos do cristianismo (BIONDI, 2008), como pode ser visto abaixo. Algumas das regras não estão necessariamente no estatuto, mas integram, segundo membros do Comando, uma cartilha (DIAS, 2009a).

Tabela 2: Paralelos entre os Mandamentos Bíblicos e as Regras do PCC

Mandamentos bíblicos	Regras PCC
Adorar a Deus e amá-lo sobre todas as coisas.	Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido.
Não adorar falsos ídolos	Um integrante não pode participar de outra facção. Não usar o nome do partido em vão também serve para evitar surgir “falsos profetas”, no caso pessoas que se dizem irmãos, mas que não foram batizadas.
Não usar o Nome de Deus em vão.	Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais.
Não matar (nem causar outro dano, no corpo ou na alma, a si mesmo ou ao próximo).	O partido não permite mortes, a não ser que terminantemente expreso pelas instâncias superiores.
Não cometer adultério	O irmão que mantém relações com a mulher de outro pode ser punido inclusive com a morte
Não furtar	O partido não permite furto contra membros do grupo nem contra moradores de regiões onde atua.
Não levantar falsos testemunhos	O partido não permite mentira, traição e calúnia.
Não cobiçar as coisas alheias.	O partido não permite inveja e a cobiça

Tabela elaborada pelo autor, com base em Biondi (2008).

Assim, reúne-se o Deus Cristão e o Comando como supremos e absolutos, como se demonstra nas leituras muito comuns que comparam a experiência prisional dos irmãos com a vida de Jesus, sendo a cadeia uma provação a dor e a coragem. Enunciados bíblicos como esses sevem então como estímulo e resistência para os presos, especialmente com a visão de Deus como o único que poderá operar a verdadeira justiça (BIONDI, 2008).

Tratando sobre a estrutura do ANEV havia no início um modelo piramidal com o controle de três presos: Geleião (José Márcio Felício dos Santos), Cesinha (César Augusto

Roriz) e Bandeirão (José Eduardo Moura da Silva) (MARQUES, 2010). Como medida para seu fortalecimento, houve primeiramente um foco na estruturação financeira, por meio da realização de assaltos milionários principalmente a bancos e o envolvimento desde cedo com o tráfico de drogas. Já o fortalecimento do grupo em si ocorreu por meio de grandes demonstrações de poder, visto que o grupo buscava demarcar seus domínios, destruir inimigos e demonstrar sua força por meio da disseminação do terror e caos (BIGOLI; BEZERRO, 2015; DIAS, 2011b).

Atualmente, pesquisas de órgãos públicos afirmam que 80% dos lucros da organização venham do tráfico de drogas, movimentado cerca de 40 toneladas de cocaína por ano, o que equivale a 200 milhões de dólares. O restante seria de roubos a banco, sequestros, tráfico de armas e a mensalidade paga pelos criminosos que estão em liberdade, hoje estimada em cerca de R\$ 600,00 (FERREIRA, 2017c). Assim, a falta de espaço para a humanização e a democratização dos presídios e a negação de vez e voz à sua população levou a apropriação do PCC desse vácuo para pautar sua ideologia, levantando uma bandeira que representa a maioria esmagadora da massa carcerária (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013).

Outro elemento instaurado desde o início do grupo foi a exigência do batismo para integrar as fileiras do Comando, que para isso, o indivíduo deve ser indicado por um membro do PCC, que será seu padrinho e responsável pelo seu comportamento. Há vários registros de como ocorre o batismo, havendo relatos dos mais diversos, como ser necessária a execução de uma missão, picada no dedo, beber sangue de animal, entre outros. Entretanto, dado o caráter oculto do grupo, é difícil a comprovação do que é factual nestes relatos. O que é sempre constante é a leitura do estatuto. Após o fim, o novo integrante será chamado de irmão (DIAS, 2011b). Nesse processo também deve ser dada várias informações, que ficam no cadastro do ANEV, como nome, matrícula, apelido, moradia, três últimas prisões que cumpriu pena, dados sobre punição anterior, data e local de batismo, padrinhos dentro do grupo, entre outros (LESSING; WILLIS, 2018).

3.1.2. Segunda fase: 2001 a 2006

O próximo período vai de 2001 a 2006, marcado inicialmente pela ampla exposição do grupo na mídia com a megarrebelião de 2001, o que gerou uma resposta repressiva do

Estado, principalmente com o Regime Disciplinar Diferenciado⁴⁰ (RDD), mas ao mesmo tempo legitimou e conferiu respeito ao grupo, facilitando sua rápida disseminação pelos presídios (DIAS, 2009a).

A megarrebelião do dia 18 de fevereiro de 2001 contou com 29 penitenciárias da capital e interior de São Paulo e cerca de 28 mil presos envolvidos, que foi articulada na Casa de Detenção de São Paulo e sincronizadas por meio de telefones celulares dentro das instalações, havendo destruição, incêndios, reféns, morte de prisioneiros e ferimento de agentes. Essa rebelião tinha como objetivo pressionar a volta dos líderes da facção, que tinham sido removidos dias antes para o anexo da Casa de Custódia de Taubaté, além de pedirem o fim do anexo com suas rígidas regras disciplinares. Somente no dia posterior é que as pautas de melhoria das condições prisionais, como alimentação, assistência médica e fim dos maus tratos foram adicionadas ao pleito (FERREIRA, 2017c; BIROL; JUNIOR, 2011; SALLA, 2006).

O dia da rebelião foi estratégico, justamente no domingo, dia de visita. A presença das famílias no interior dos presídios tornava a situação muito mais complicada para as autoridades, que tinham que lidar com a situação sem causar mortes. O saldo foi, segundo alguns autores, de 16 mortos e 77 feridos (FERREIRA, 2017c), já outros falam da morte de 20 presos, grande parte deles provavelmente inimigos e desafetos da organização. É importante ressaltar que essa rebelião não excedeu os limites das prisões (SALLA, 2006).

Foi só a partir deste grave acontecimento que o Estado de São Paulo reconheceu o ANEV e entre as estratégias de enfrentamento a esse cenário, foi criado o RDD, sendo a única contramedida que se efetivou. Esse regime de encarceramento era muito mais rígido, com ausência de visita íntima, uma hora de banho de sol e controle de comunicação com visitas e advogados. Ainda que não possa ser plenamente comprovado com as pesquisas até então desenvolvidas, de maneira informal, acredita-se que as penitenciárias tentaram fragmentar o poder do grupo, incentivando a formação de grupos rivais, como o Comando Democrático da Liberdade (CDL) e o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC). Outra ação, na penumbra entre o legal e do ilegal, foi o Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância (Gradi), que por meio do apoio de parte do judiciário, realizou grampos ilegais, torturas, sequestros e infiltração de presos e policiais em ações do PCC (ALVAREZ; SALLA; DIAS, 2013).

⁴⁰ Primeiramente adotado no Estado de São Paulo e depois em todo o país, o regime disciplinar diferenciado consiste no isolamento do preso indisciplinado por até um ano, com direito somente a duas horas de banho de sol por dia (BIGOLI; BEZERRO, 2015).

Porém, da mesma forma que se criou unidades especiais para conter os líderes desses grupos organizados por meio do RDD, o controle sobre os presos é quase sempre frouxo e falta atividades que ajudam na segurança, como o trabalho, esporte, educação e lazer (ADORNO; SALLA, 2007). Assim, esse mecanismo se mostrou falho, pois não conseguiu impedir a rebelião posterior e acabou por dar mais respeito da massa carcerária aos indivíduos que cumprem pena nesse regime, pois o RDD é usado basicamente para tentar isolar os principais integrantes das organizações criminosas do convívio com os outros presos (BIGOLI; BEZERRO, 2015).

Outro momento de extrema importância desse período é a mudança da estrutura e da liderança do ANEV. Marcos Willians Herbas Camacho, conhecido como Marcola, acusou Geleião e Cesinha, líderes da facção, de cometerem atrocidades ainda maiores das que prometeram combater, motivo que teria levado a divergência entre esses integrantes⁴¹. E o estopim desse atrito veio com o assassinato da ex-esposa de Marcola em circunstâncias até hoje não esclarecidas, mas que foi atribuída pela mídia à esposa de Cesinha, um dos fundadores⁴² (MARQUES, 2010).

Após o debate da cúpula, Cesinha e Geleião foram expulsos da organização, Cesinha pelo suposto envolvimento com o crime e Geleião por ter delatado o PCC para reduzir sua pena e da sua mulher, o que o levou a ser jurado de morte, pelas regras do proceder. Juntos, teriam criado o TCC (Terceiro Comando da Capital). Cesinha foi assassinado em 13 de agosto de 2006, enquanto cumpria o RDD com integrantes de seu grupo, o que criou especulações sobre se sua morte foi motivada pelas divergências do Marcola ou foi ocasionada por um aliado em resposta a outros problemas (MARQUES, 2010; AZEVEDO, 2009).

Com a ascensão de Marcola, a facção passou por uma democratização, que levou ao fim da estrutura piramidal e fez com que as decisões fossem tomadas por uma cúpula, e não mais isoladamente, como era anteriormente por Cesinha e Geleião. Assim, além da adição do lema de igualdade a bandeira do grupo, passou-se a adotar uma estrutura celular,

⁴¹ Mais uma vez, não se pode afirmar que essas informações não podem serem tomados como a única verdade. As informações que tratam sobre crime organizado geralmente são escassas, pois o segredo é a principal proteção do crime organizado contra o Estado e contra inimigos, o que dificulta o trabalho do pesquisador. E muitas vezes, das informações que existem, eles não necessariamente se complementam, nem se pode afirmar categoricamente sua validade como “verdade”.

⁴² A advogada Ana Maria Olivatto morreu em outubro de 2002, alvejada por tiros na porta da sua casa e segundo parte da mídia, sua morte teria sido ocasionada pelo fato que Geleião afirmou que Cesinha desconfiava que ela tivesse passado informações do grupo para a Secretaria da Administração Penitenciária (AZEVEDO, 2009).

com vários níveis intermediários, tanto para dificultar investigações quanto para responder ao crescimento do grupo. Por fim, houve o começo da pacificação dos presídios paulistas, pois além de dominar quase todos os presídios do estado (por meio da destruição quase completa dos inimigos no estágio anterior⁴³), os mecanismos de regulação do PCC conseguiram levar os detentos a agir não mais pela emoção, mas pela razão. (DIAS, 2011b; BIGOLI; BEZERRO, 2015; MARQUES, 2010).

3.1.3. Terceira fase: 2006 – dias atuais

O último período foi marcado por mais uma rebelião, onde o PCC superou o próprio recorde, levando 74 unidades prisionais a se rebelarem simultaneamente. Iniciada em 12 de maio de 2006 na Penitenciária de Avaré, tal rebelião representou mais da metade do total de presídios no estado naquele período. Poucas horas depois do início da rebelião, iniciou-se movimentações que extrapolaram as fronteiras prisionais, com uma série de ataques contra civis e agentes de segurança na região metropolitana de São Paulo e no outro dia, a megarrebelião alcançava mais de duas dezenas, somando-se a isso mais ataques a repartições públicas, a morte de mais agentes e de supostos criminosos (MARQUES, 2010).

Com o avançar do dia, foram registrados novos ataques em cidades do interior da cidade e no domingo, dia das mães, onde mesmo a atuação intensiva das polícias foi insuficiente para conter novas rebeliões e dezenas de ataques a ônibus. Na segunda-feira, grande parte das escolas, órgãos públicos e comércio não abriram, linhas de ônibus deixaram de operar e agências bancárias foram alvos de ataques, situação que só foi controlada pela noite, cessando completamente alguns dias depois (MARQUES, 2010).

As lideranças do PCC tinham sob seu comando um grupo de subordinados fieis que executavam ações sem nenhum questionamento e com base em um sistema ágil de comunicação entre seus líderes, baseado principalmente na telefonia móvel. Isso permitiu a promoção de uma onda de convulsões simultâneas, sem lógica aparente e com certa dose de surpresa, deixando a cidade São Paulo, mas não só ela, refém do grupo criminoso (ADORNO; SALLA, 2007).

⁴³ Entre as outras organizações criminosas do estado, estão o Comando Revolucionário Brasileiro da criminalidade, o Comando Democrático pela Liberdade e a Seita Satânica, esta tendo se reduzido só ao seu caráter religioso (DIAS; SALLA, 2013). Para mais informações sobre a Seita Satânica, ver Santana (2018).

A novidade foi a atuação do grupo fora das prisões: queimando 95 ônibus e atirando em metrô, levando a paralisação dos serviços de transporte e deixando 5,5 milhões de habitantes sem transporte. Também aconteceu a paralisação do aeroporto de Guarulhos, por suspeita de bomba (BIROL; JUNIOR, 2011). Houve um total de 1.325 ataques (DIAS, SALLA, 2013) e de acordo com a polícia, o saldo foi de 261 pessoas mortas, sendo oito guardas de prisão, 31 policiais e 210 suspeitos de integrarem o PCC. Destes, 84 foram mortos por vingança dos policiais, que formaram um esquadrão da morte (DIAS; DARKE, 2016). A justificativa para todos esses ataques pode ser encontrada na transferência de 765 prisioneiros do PCC, incluindo Marcola, para outra prisão (BIROL; JUNIOR, 2011).

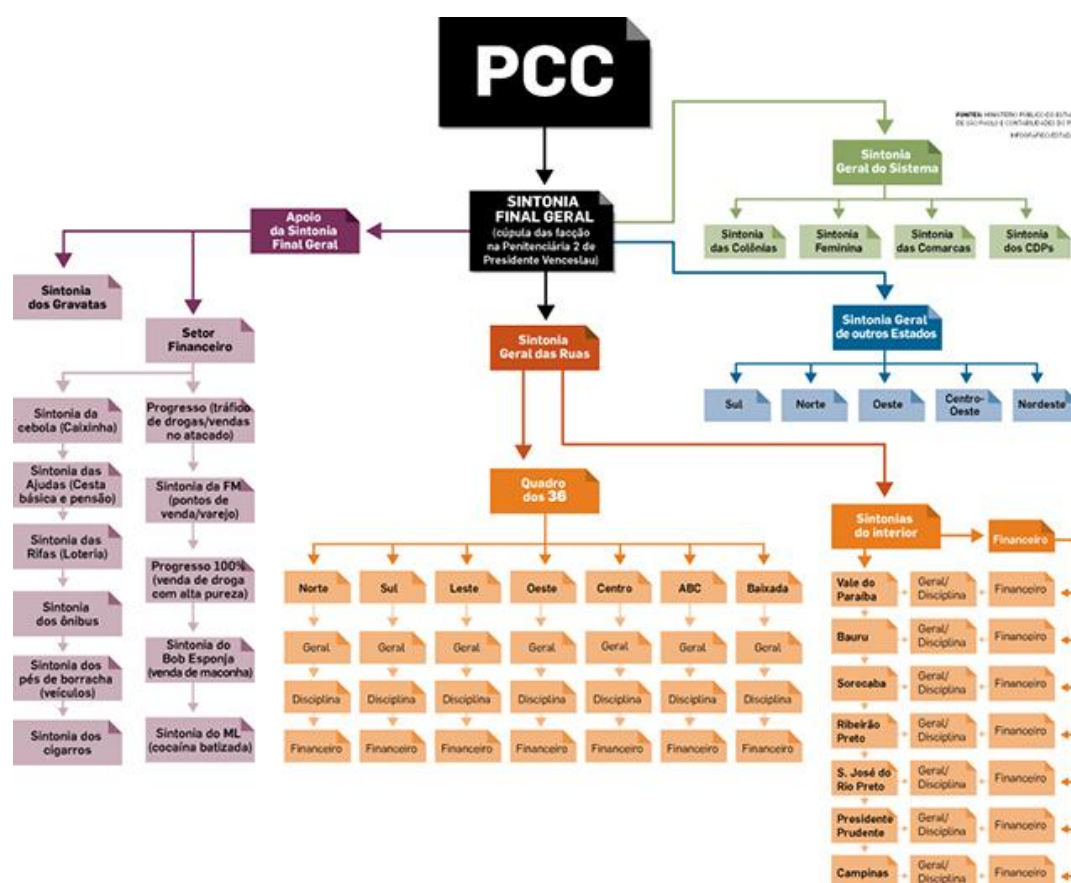
Esse período também é marcado pela consolidação de seu poder nos presídios, levando a ser desnecessário o simbolismo que caracterizava seus homicídios, como nas mortes por decapitação e quando ocorrem, buscam simular suicídio, tornando o homicídio racionalizado. Em vez dos homicídios⁴⁴, tornaram-se comuns outras formas de punição, como suspensão, exclusão ou humilhação, o que parece ter sido o motivo para a trajetória decrescente dos homicídios do Estado de São Paulo. Esse contexto de “paz” acaba por legitimar cada vez mais a facção, por demonstrar sua capacidade de gestão e de mediação de conflitos entre membros e não-membros. Essa posição coloca o ANEV como porta voz da massa carcerária, canalizando suas demandas e também é útil ao Estado, pois a imposição das suas leis sem provocar violência direta acaba por facilitar a gestão dos presídios (DIAS, 2011b). Porém,

a transformação da forma de atuação do PCC com a redução do uso da força física nas relações entre os presos não significou o fim da dominação e da violência como elementos estruturantes da vida social na prisão. A invisibilidade da violência, decorrente da sua transmutação em pressão psicológica, deixa implícita a possibilidade sempre aberta do desfecho fatal e, assim, se constitui em elemento central no controle da população carcerária que permanece presa, no sentido literal e simbólico, às múltiplas redes de poder que se cruzam no espaço prisional. Muito menos do que indicar o fim da opressão da população carcerária, libertada por uma organização de tipo sindical, a situação atual expressa o poder hegemônico alcançado por uma organização criminosa, a partir de uma precária acomodação com o poder público e da construção de um discurso que, em conjunto com uma forma peculiar de atuação, mascara o seu caráter não democrático e arbitrário (DIAS, 2011b, p 223).

⁴⁴ A decapitação era um dos símbolos do grupo e também havia outros tipos de assassinato, como os olhos arrancados, para traidores, boca encadeada para informantes e corações arrancados para inimigos (DIAS; SALLA, 2013).

Posteriormente, houve uma mudança drástica nos números de rebeliões nos presídios paulistas. Em 1993, o estado presenciou 56 rebeliões, em 2000 73 eventos como esse e em 2002, ocorreram oito rebeliões (DIAS; SALLA, 2013). Entre os elementos que contribuíram para a consolidação dessa fase foi o corpo normativo do grupo, materializado no seu estatuto. Dentro da prisão, se consolida a posição do disciplina, encarregado da manutenção da ordem em sua área predeterminada, como a cozinha, oficina, faxina, esportes e cada raio dos pavilhões. Também há o responsável pela cobranças de dívidas, geralmente relacionada a drogas, mediando a relação comprador e vendedor e evitando conflitos maiores. Já os sintonias são responsáveis por repassar informações dentro das unidades, como a chegada ou saída de detentos, e pelos salves. Por fim há os responsáveis pelos raios das unidades e o Piloto geral, cargo mais alto dentro da prisão (DIAS, 2009a). A figura abaixo esclarece o que se conhece atualmente da complexa estrutura do grupo.

Figura 3: Organograma do PCC⁴⁵



Fonte: GODOY (2013).

⁴⁵ Em 2016, o grupo teria reformulado parte da sua “sintonia fina geral”, mas sem alterações nas instâncias interiores. Ver mais em Caramante (2016).

Assim, vê-se que elementos simbólicos como o batismo e o modelo próprio da execução dos inimigos fizeram parte de um conjunto de imagens que ajudaram na consolidação do poder do PCC. Entre outros elementos simbólicos, está o Yin e Yang, representando o dualismo das forças, opostas e ao mesmo tempo complementares e também o lema “paz, justiça e liberdade”, símbolos que representam a luta dos oprimidos contra os opressores, que dado o caráter de miséria que permeia a vida da maioria dos presos, dá a esses ideais a capacidade de unir praticamente todos os encarcerados em torno dessa luta (DIAS, 2009a).

Atualmente, acredita-se que o grupo opere com um grupo central de 18 membros, chamado Sintonia Fina Geral. Logo abaixo as torres⁴⁶, que são criminosos que controlam áreas geográficas da cidade e do estado de São Paulo, de acordo com o código de DDD, além da atuação em outros estados. Pelo fato da capital do estado ser muito grande, há uma posição inferior chamada de disciplina, que também está presente em cada uma das cadeias dominadas pelo grupo. Mas mesmo que essa estrutura possa caracterizar o grupo como hierárquico, é também verdade que essas posições são intercambiáveis, visto que há muitas prisões, mudanças de presídios e mortes, fazendo com que o PCC exija que todos estejam preparados para assumir posições de liderança. Outro fato é que todas as decisões são feitas em conjunto, por meio de debates, dando um caráter mais democrático a organização (FERREIRA, 2017c). Dias defende que o modelo celular é o mais adequado para definir como o grupo se organiza, pois

no modelo celular, o poder é dividido a partir das zonas de influência que adquirem autonomia frente aos processos decisórios, sem haver necessariamente qualquer instância centralizada para a qual sejam canalizados os resultados, avaliações ou eventuais correções das ações e práticas efetivadas pelas células. A estrutura do PCC não se encaixa completamente neste modelo, embora apresente características similares (DIAS, 2011a, p. 224).

Em suma, mostra-se que o grupo tem quatro estratos hierárquicos: o primeiro composto pela Sintonia Fina Geral, que tem a decisão final nas ações mais importantes do grupo. O segundo estrato é composto pelas sintonias, responsáveis pela maioria dos assuntos operacionais do dia-a-dia, que poucas vezes ascendem a Sintonia Fina Geral, demonstrando o caráter descentralizado que foi promovido pelo grupo. Essas sintonias tem

⁴⁶ Sintonia e torre significam a mesma coisa.

duas divisões, as geográficas, que são responsáveis pela atuação do ANEV em determinado local e as sintonias setoriais, que exercem funções especializadas para a dinâmica de organização do grupo. O terceiro e o quarto escalão estão nas subdivisões das sintonias geográficas, onde se cria um conjunto de posições hierárquicas decrescentes até chegar o nível de controles dos bairros ou das prisões (DIAS, 2011a).

3.1.4. Atuação nas prisões

O domínio do PCC significou muitas mudanças para o dia-a-dia nas prisões de São Paulo. Anteriormente, havia guerra entre ladrões, extorsões de novatos, comercialização desenfreada de crack e mortes frequentes, fazendo com o poder fosse exercido pelo indivíduo que tinha mais recursos e força para se sobrepôr, gerando um sistema instável e completamente inseguro, pois os presos temiam por todo o tempo pela sua vida (MARQUES, 2010; DIAS, 2009b).

Esse quadro muda drasticamente com o surgimento do PCC, com medidas que ajudaram a manter a “paz entre os malandros”, como o fortalecimento dos faxinas (ou pilotos), se tornando grandes responsáveis pela resolução de litígios sem prejuízo as partes. Além disso, o grupo promoveu um duplo movimento, onde promoveu a paz entre os criminosos, sendo identificados como irmãos e no outro movimento, declara guerra à polícia (MARQUES, 2010). Esse movimento é sintetizado pela frase “paz entre os ladrões e guerra contra a polícia” (BIONDI, 2014). E, além disso, em troca da fidelidade, os membros do PCC ganham melhores condições de vida no presídio, como artigos de higiene alimentação, roupas e garantia de auxílio aos familiares em caso de necessidade (BIGOLI; BEZERRO, 2015).

De tal modo, o ANEV se coloca acima dos presos, como a autoridade mediadora de conflitos e assim, procede a um julgamento que se coloca, pelo menos no discurso, como imparcial e impessoal e impõe seu veredicto, onde a punição deve ser executada por um membro que tem essa função específica. Essas penas têm como objetivo de evitar a propagação a desordem (DIAS, 2009b). O proceder dentro das prisões, segundo Marques (2010) corresponde a uma série de condutas que regulam a vida cotidiana, mas que não nasceram junto com o PCC, sendo anteriores ao surgimento do grupo. Segundo o autor, elas atuam distinguindo

presos de acordo com seus históricos “no crime”, diferenciando artigos criminais, alicerçando resoluções de litígios entre presos, estabelecendo modos de se portar na chegada à prisão, modos de utilização do banheiro, modos de habitação das celas, modos de se portar no refeitório, modos de se portar durante os dias de visita, modos de se despedir do cárcere, etc. (Marques, 2010, p. 315).

Dessa maneira, como forma de organização dos presídios, foram continuadas algumas posições e outras foram criadas. Segundo as gírias do grupo, os faxinas cuidam da administração interna do pavilhão, como a entrega de comida, mediação e porta-voz frente aos funcionários; os pilotos do pavilhão são os irmãos que cuidam do pavilhão da penitenciária e que se responsabilizam pelos atos dos presos do pavilhão que está à frente; os pilotos da cadeia se responsabilizam pelo funcionamento de toda prisão e; os primos são presos que convivem nas cadeias do PCC, mas que não foram batizados. Assim, essa estrutura de responsabilidades faz com que qualidades como a de mediação sejam mais importantes que um comportamento homicida, visto que as negociações são parte corriqueira para resolução de conflitos dentro do PCC (BIONDI, 2007). Essas resoluções se dão nos debates,

que envolvem membros do PCC presos na unidade e, a depender da gravidade do caso, contam também com a participação de presos de outras localidades. Em nível local – no caso de questões mais simples –, esse debate envolve os disciplinas e os faxinas e, nas questões mais complexas, envolvendo desvio de dinheiro, por exemplo, o debate engloba os níveis superiores da organização. Em termos das punições, há um gradiente que vai desde uma simples advertência verbal ao infrator até a sua execução, passando pela exclusão (no caso de integrantes da organização) ou agressão física (DIAS, 2011b, p. 220).

Existem várias regras, que apesar de não estarem no estatuto, são aplicadas pelo ANEV nos presídios em que domina. Primeiro, o crack foi abolido das cadeias aproximadamente em 2002, pelo fato de que a droga tem poderes muito destrutivos e gerava muitos conflitos nas prisões, além do baixo lucro obtido. Segundo, a rápida expansão do grupo levou a responsabilização dos padrinhos pela atitude de seus batizados, fazendo com que haja grande cautela em iniciar um novo membro e a busca por um perfil homogêneo dos iniciados, sendo bem vistos os mais aptos a lidar com a população carcerária e com a gestão de conflitos sem um desfecho fatal. Foi também estabelecido à gradação das punições, levando a queda nos casos de execução e multiplicando as possibilidades de pena, sendo aplicadas a depender da infração (DIAS, 2009a).

A ultima regra observada foi a abolição do uso de facas nos presídios, marco do poder de regulação do Comando. Sua justificativa é simples, pois se todos que estão no presídio agora “correm com o PCC⁴⁷” não há necessidade do uso desses objetos para autoproteção, sendo só permitidos em casos de rebeliões. Portanto, a atuação do PCC nos presídios é similar a um poder que congrega elementos legislativos, executivos e judiciários, onde todos os presos, sendo membros ou não, devem buscar o ANEV para pedir justiça, favores e resolver seus conflitos (DIAS, 2009b).

3.1.5. Atuação nas ruas

A partir de 2000, o PCC ampliou suas atividades tanto dentro quanto fora das prisões. Diferente de grupos como o Comando Vermelho, que atua nas comunidades por meio do estabelecimento do controle militarizado e entrega aos seus chefes o monopólio da venda de droga naquela região, o PCC estabelece uma presença completa nessas regiões sem o controle rígido do território e fornecendo drogas para a sua ampla rede “irmãos”. O que se observa é que o ANEV estabeleceu o monopólio não no varejo de drogas, que ficam a cargo dos afiliados, mas do uso da força por meio de sua ampla rede de regras que compõe a cartilha do grupo e que o torna legítimo aos olhos dos criminosos vinculados. Segundo Lessing e Willis, o estabelecimento do grupo nesses territórios foi acompanhado de uma grande redução na criminalidade da cidade de São Paulo (LESSING; WILLIS, 2018), o que pode ter ocorrido pelo fato de que em 2009, o grupo dominava 7% do território só da capital paulista (BIDERMAN et al., 2014).

Um dos principais símbolos do poder do grupo é com o transbordamento dos debates das prisões para as ruas, onde regula crimes violentos, roubos, brigas e até mesmo infidelidade conjugal. Essas cortes funcionam reunindo membros da organização para discutir problemas como homicídios, estupros e deslealdade entre membros, a fim de prover à vítima uma resposta e dar a população um mecanismo eficiente de justiça. Nos debates, existe a participação da defesa, acusação, família da vítima, testemunhas e dos juízes, sendo muito deles de alto escalão que estão presos, por meio do telefone. E na maioria dos casos, só os membros do PCC podem executar a pena (BIROL; JUNIOR, 2011).

⁴⁷ Na gíria, correr com o PCC significa andar lado a lado, respeitando suas regras.

Ao que parece, existem basicamente dois tipos de punição: a advertência e o corretivo. A advertência é um tipo ameaça, servindo de aviso geralmente para pequenas ofensas, que não necessita de um julgamento. Já o corretivo verte sobre ofensas maiores, como nos casos de desvio de dinheiro do tráfico para fins próprios, tendo como punição a humilhação ou violência física. Nas regiões onde o PCC domina, os debates são vistos de maneira positiva pela população, visto que falta a presença efetiva do Estado nesses locais em forma do policiamento e da aplicação da lei e justiça (BIROL; JUNIOR, 2011; FERREIRA, 2017c). O Processo de democratização do grupo fez com que mesmo que ainda haja uma hierarquia na decisão, a sentença seja coletiva, e não mais de um indivíduo (DIAS, 2009b).

O PCC cumpre o papel que o Estado é incapaz de atuar, sendo um ANEV com monopólio da violência direta e que aplica seu próprio seu código de conduta, policiamento e justiça. Os debates são símbolo do poder e consolidação do grupo, atuando não só de forma a ferir ou matar, mas como elemento mediador que só é possível com sua expansão e monopolização (FERREIRA, 2017c). Dado esse contexto, é de se esperar que as taxas de delitos nessas regiões sejam baixas não pelo fato de haver menos crimes de fato, mas porque a polícia não está sendo notificada. Assim, o PCC impõe suas ordens em nome do grupo todo, se colocando acima de questões pessoais e mediando os conflitos das partes interessadas, o que legitima e consolida ainda mais seu poder. São esses os elementos que demonstram a hegemonia e controle dos espaços que domina (DIAS, 2009a).

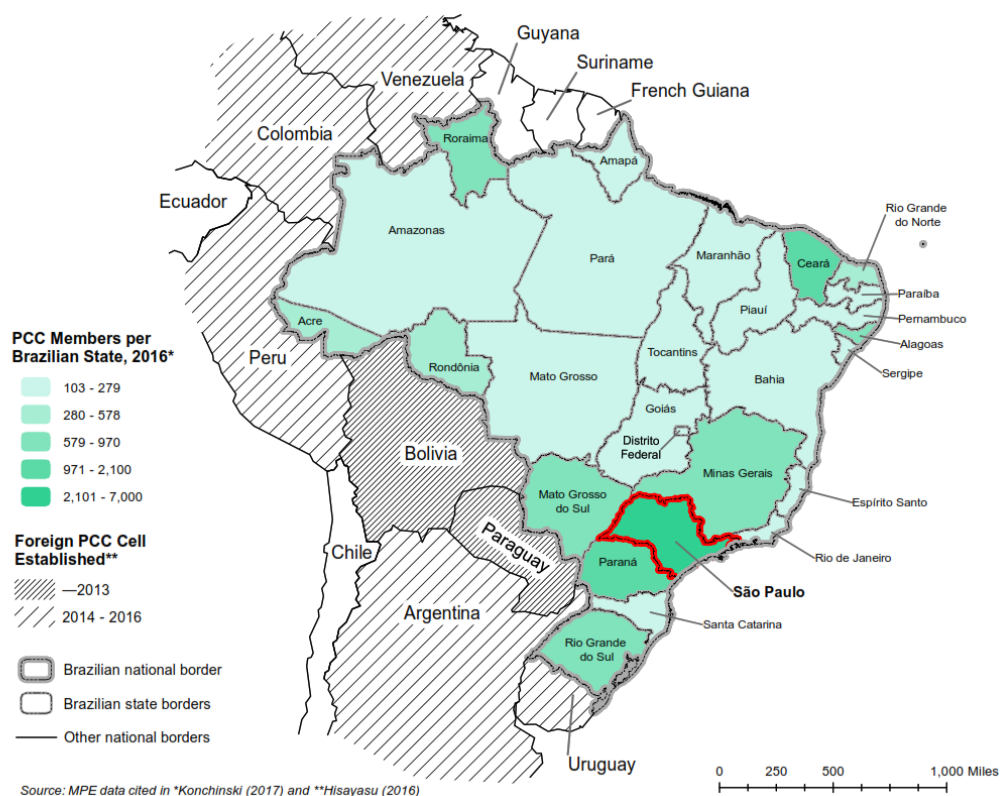
Segundo Lessing e Willis (2018) as operações de tráfico da PCC no interior de São Paulo são feitas por meio de consignação, que podem acontecer de duas maneiras. Na primeira, o varejista comprar a droga do atacadista (PCC) e na segunda, os proprietários pagam aos distribuidores salários fixos ou comissões e ficam com o restante do lucro. De qualquer maneira, isso significa que cada boca de fumo⁴⁸ em território do ANEV é cedida a um “irmão”, sendo o varejo controlado por esses, e não pelo PCC em si, que cuida do atacado. Esse modelo tem como ponto forte o alívio dos problemas de adquirir crédito por parte dos varejistas, onde a organização cumpre esse papel e também evita riscos ao manter um monopólio hierárquico no varejo. Mas entre os pontos fracos, está a necessidade de criar mecanismo para monitoramento das dívidas.

⁴⁸ Esse é o nome dado para os pontos de venda de droga.

Entre as punições encontradas para os membros que não pagam sua dívida, estão: a primeira é uma suspensão que dura 15 dias e caso não pague, será expulso; a segunda dura 90 dias e mais 15 dias para pagar, e se não acontecer o pagamento é expulso e; na terceira, é expulso automaticamente (LESSING; WILLIS 2018). Essas punições, além de deixar o criminoso exposto ao mundo crime sem o guarda-chuva do PCC, tem também o objetivo de humilhar e deixar seu nome negativo perante a comunidade.

Tratando agora da atuação fora de São Paulo e do país, existem células do PCC em vários estados do país, que até meados de 2016 buscavam a cooperação com os grupos locais e se evitava um conflito com os mesmos (ver capítulo 4). A atuação do PCC em outros estados foi muito facilitada pela política do Estado em transferir os principais membros do grupo presos para longe do estado, a fim de enfraquecer a lideranças dos mesmos. Mas o que aconteceu é que esses líderes acabaram por entrar em contatos com outras facções e estabelecer alianças. Estima-se que o PCC tenha batizado 607,000 indivíduos em toda sua existência (FERREIRA, 2017c). A figura abaixo demonstra a força da presença do ANEV em todo o país.

Figura 4: Expansão do PCC na América do Sul



Fonte: Lessing; Willis (2018).

Desde 2001, o grupo opera na fronteira com a Bolívia, mas somente em 2006 foi reconhecida suas ligações internacionais. Acredita-se que antes mesmo de 2006, o grupo já operava nas fronteiras do Paraguai, Peru e Colômbia. Depois de atuar nas fronteiras paraguaias, o próximo passo foi operar dentro do país como um todo, estabelecendo seus líderes no país, além de começar a processar cocaína na Bolívia. Existem evidências também de que o grupo foi treinado pelas FARC para executar sequestros, além de negociar cocaína com pessoas que serviam ao PCC. De acordo com o jornalista Alexandre Hisayasu, o grupo atuaria, além dos países supracitados, na Venezuela, Argentina, Portugal e Holanda (HISAYASU, 2016 *apud* FERREIRA, 2017c). Assim, o grupo opera uma das maiores rotas de tráfico do mundo, partindo dos países produtores, atravessando o Brasil principalmente via Paraguai até o porto de Santos, distribuindo a droga no país e exportando-a principalmente para Europa, África e Ásia (FERREIRA, 2017c).

Costa, um dos principais jornalistas a cobrirem a crise de segurança na região Norte do país, afirmou em entrevista o que parece ser a ambição do grupo paulista:

segundo (...) o ministério público de São Paulo, a Polícia Federal, o PCC tem uma intenção uma espécie de cartel que envolva (...) os produtores de coca na Bolívia, o PCC como único fornecedor e aí dominando (...) as duas principais rotas, tanto a do Solimões quanto a da Rota Caipira. Assim, é uma tentativa do PCC de virar um monopolista (...), ou seja, ele não só quer se tornar o fornecedor de todas as facções brasileiras, digamos assim, como pretende também dominar essa rota pro fora (...), até os cartéis mexicanos. É um desejo do PCC (...) se tornar o maior cartel de drogas da América do Sul (COSTA, 2018).

3.2. *Família do Norte: a guerra só começou*⁴⁹

A Família do Norte (FDN) é a terceira maior organização criminosa do país e tem um contexto de surgimento bastante diferente – e mais atual – do que as duas maiores (Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital). O grupo só foi amplamente investigado graças a “*La Muralla*”, instaurada em 20 de maio de 2014 e concluída em 19 de janeiro de 2016 pela superintendência da Polícia Federal do Amazonas. Dado esse contexto, inexistem estudos acadêmicos que se aprofundem nos meandros da organização, o que justifica uma abordagem exploratória do ANEV através da triangulação de dados

⁴⁹ Trecho do “Funk Massacre da FDN”, com autoria atribuída aos integrantes do grupo. Ver mais em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Yq9cKCjaOk>.

que partem do relatório final da operação supracitada (BRASIL, 2016), combinadas com entrevistas e fontes de imprensa.

A operação *La Muralla*, que investigou o grupo, foi iniciada graças à apreensão de R\$ 200.000,00 no dia 4 de abril de 2014, valor que seria enviado como carga para a tríplice fronteira entre o Brasil, Colômbia e Peru. As informações dessa apreensão foram cruzadas com as informações de outras cinco grandes apreensões de droga e dinheiro, levantando a suspeita de estar sendo presenciada a atuação de uma organização criminosa sediada em Manaus, mas com base em Tabatinga, cidade amazonense que faz fronteira com Peru e Colômbia (BRASIL, 2016).

Inicialmente acreditou-se que o grupo era liderado por Geomilson de Lira Arante, mas, no decorrer das investigações, descobriu-se que na verdade o criminoso fazia parte de uma organização criminosa com operações muito maiores, conhecida como a Família do Norte. O que se descobriu foi que o ANEV nasceu da aliança entre Gelson Lima Carnaúba (apelidado de G) e José Roberto Fernandes Barbosa (Zé Roberto da Compensa⁵⁰, Messi, ou Pertuba). Após cumprirem suas penas em presídios federais pelo país, voltaram para Manaus com o intuito de criarem uma organização criminosa (BRASIL, 2016). Sobre o surgimento e a liderança do grupo, Flávio Costa, afirmou em entrevista que

(...) há pesquisadores que falam em 2006, a PF (Polícia Federal) fala em 2007 (...), mas a gente pode dizer que entre 2006 e 2007, ela surge no sistema penitenciário de Manaus (...) no Estado do Amazonas. Quem foram os dois criadores dessa FDN? Foram dois traficantes (...) com uma ficha criminal muito extensa que é o Gelson Lima Carnaúba e o José Roberto Fernandes Barbosa. (...) o começo da criação da FDN, ela é uma resposta a ascensão do PCC na região Norte, ou seja, (...) eles criam uma nova facção para controlar o tráfico no estado ao invés de deixar esse controle com PCC (...). O próprio objetivo deles é controlar não só o sistema penitenciário (...) em Manaus, no Amazonas e com extensão na região norte, como controlar a rota de tráfico (do Solimões) (COSTA, 2018).

Um dos primeiros passos foi a criação do estatuto do grupo, onde deixa bem claro o caráter hierárquico da organização, visto que todas as decisões devem passar pelo crivo dos dois membros fundadores. No segundo escalão estariam Geomilson de Lira Arante (Roque/Cantor), Cleomar Ribeiro de Freitas (Copinho/CP) Alan de Souza Castimário (Nanico/Perna de Alicate), João Pinto Carioca (João Branco/JB/Potência Máxima). Juntos, os dois escalões formam o conselho e tomam todas as principais decisões da organização

⁵⁰ Compensa é em referência pelo fato de que Gelson era um antigo traficante do bairro manauense, local onde atualmente a FDN tem forte atuação.

criminosa. Todos eles são considerados criminosos de alta periculosidade pela Polícia Federal, sendo conhecidos pela justiça onde a ampla experiência foi determinante para conseguir criar um grupo com tal nível de organização e com *modus operandi* próprio para transporte de drogas, uso de armas de grande porte e ações de contrainteligência (BRASIL, 2016).

Figura 5: Organograma da FDN



Fonte: Brasil, 2016.

Costa afirma que os dois principais líderes têm funções distintas na organização:

(...) na divisão de tarefas, digamos assim, entre os dois líderes o José Roberto é o cara do operativo (...), do operacional, até porque (...) ele comandava uma grande quadrilha de traficantes em Manaus com a origem no bairro da Compensa e o Gelson é o cara (...) que começa a criar contatos entre os líderes do Comando Vermelho (...) (COSTA, 2018).

Sobre o estatuto, duas fontes locais de notícia noticiaram documentos diferentes que guiariam as ações do grupo organizado. Em 2013, o Portal do Holanda, baseado em Manaus, divulgou uma notícia de que após a apreensão de um integrante da FDN, achou um documento que seriam as regras do grupo (Anexo B). Os dois primeiros diriam respeito aos pilares do grupo, "liberdade, respeito, luta, justiça e união". No quarto, afirma que os conselhos são compostos por 23 pessoas, entre eles o presidente, vice-presidente, porta-voz e tesoureiro. No sétimo e oitavo, há a proibição da entrada de criminosos de outros estados

onde já exista uma facção, de agressões e de roubo entre os integrantes do grupo, morte de inocentes e de membros do grupo sem a consulta do conselho. No nono e décimo, acarreta em expulsão os membros que cometerem uma falta grave e morte para faltas “super graves”. No penúltimo, se declara uma organização progressista e unida e no último reflete sobre a luta contra o sistema prisional (PORTAL DO HOLANDA, 2013).

No portal manauara “A Crítica”, dois anos depois, noticiou-se a apreensão de um documento com 15 artigos, com a ligeira diferença de que agora o conselho seria composto por 13 pessoas⁵¹ (PEQUENO, 2015). É necessário ser ressaltado que na primeira notícia, como a própria chamada da notícia mostra, parece ser na verdade o estatuto do Comando Vermelho, que também é usado pela facção amazonense. Apesar de no início do documento ressaltar a origem do CV, ao decorrer utiliza-se a sigla F.D.N.C.V., em alusão às siglas das duas facções.

Entre milhares de interceptações de mensagens e ligações, ficou clara a proximidade da FDN com o Comando Vermelho, organização criminosa originada no Rio de Janeiro e também a oposição ao PCC (ver capítulo 4). A parceria entre a ANEV do Norte do país e a do Rio de Janeiro ocorreu após a passagem de Gelson Carnaúba pelo presídio federal de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul, onde este se encontrou com Caçula, um dos representantes do CV que também estava preso ali. A aliança não significa submissão da organização nortenha, visto que várias mensagens interceptadas demonstram a atuação do independente grupo, inclusive evidenciando atritos com o Comando Vermelho em supostas ingerências em assuntos que seriam da FDN (BRASIL, 2016). Segundo Costa,

Os caras (Comando Vermelho) não tentam controlar ou impor uma ideologia, uma hierarquia, os caras são aliados do crime, mas não têm uma, vamos dizer assim, nenhum aspecto empresarial nem ideológico que o PCC tem. Então, para a FDN, o Comando Vermelho era um aliado natural (...), porque ele agia no Amazonas, mas não tentava o monopólio (...) do crime na região (COSTA, 2018).

Em um movimento parecido com o do PCC, a organização amazonense vem buscando exercer o controle dos seus membros por meio de um cadastro, composto por nome, bairro e tipo de crime que é especializado, recebendo então um número de cadastro na facção. Além disso, o integrante deve estar diretamente ligado a um dos líderes

⁵¹ Não foi disponibilizada aqui a compilação de todo o documento, como na notícia anterior, o que impede maiores comparações.

supracitados. Assim como na organização paulista, também devem contribuir mensalmente para o financiamento do grupo. Sozinha, essa contribuição geraria um capital de R\$ 100 mil por mês, dinheiro usado para financiar as ações do grupo, principalmente no tráfico de drogas e também para amenizar as precárias condições dos presos no estado do Amazonas (BRASIL, 2016).

Os principais líderes do ANEV controlam regiões geográficas da cidade de Manaus, onde levam seus negócios de maneira autônoma, mas sempre contribuindo para os negócios comuns da FDN. O Relatório afirma que o grupo controla a maioria dos pontos de venda de droga da cidade. Cada um desses líderes é responsável por uma equipe, tendo sido identificadas pelo menos quatro. Essas equipes atuam, por exemplo, no assassinato de inimigos ou de afiliados que desrespeitaram as regras do grupo, onde depois da decisão da cúpula central, as lideranças encarregam seus subordinados para a execução da tarefa (BRASIL, 2016).

Entre outras atividades do grupo, existe o financiamento de uma equipe de futebol que disputa campeonatos oficiais, o Compensão, propriedade de José Roberto e que contém no seu uniforme uma saudação a Potência Máxima, apelido de João Pinto Carioca. José Roberto também afirma em outra interceptação de mensagens que o grupo teria 200 mil homens cadastrados e com senha, o que seria quase 10% de toda a população de Manaus e 5% de Manaus (BRASIL, 2016). Essa informação parece ser pouco factível, visto que um grupo como o PCC, baseado em uma região muito mais populosa e com atuação nacional, tem muito menos aliados.

Há também lideranças dentro dos presídios, que são indicados pela facção e são responsáveis por gerir todo o ambiente de acordo com as regras do ANEV e aplicar punições, caso seja necessário. Esses líderes também contam com subordinados, a fim de garantir o cumprimento das regras no local. E assim quando um novo detento dá entrada em um presídio dominado pelo grupo, essas lideranças o entrevistam a fim de saber detalhes de como atua, para quem trabalha, entre outras informações. Assim, o grupo conseguiu dominar os presídios e se disseminar também para outros estados do Brasil, baseando seus negócios na Rota do Solimões onde começa na tríplice fronteira com o Peru, Colômbia e com Tabatinga, chegando até Manaus por meio do Rio Solimões (BRASIL, 2016).

Essa rota é uma das mais importantes do Brasil. Apesar de menos central que a rota caipira, essa rota tem pelo menos três vantagens: maior proximidade com os principais

produtores de folha de coca e cocaína do mundo (Bolívia, Peru e Colômbia); pouca fiscalização, que é dificultada por ser uma fronteira molhada e; maior proximidade com mercados de distribuição e consumo da América Central e do Norte. O grupo exerce grande controle sobre o tráfico na cidade de Manaus, pois é exigido que qualquer droga que chegue ali deva ser apresentada ao conselho do ANEV, que determina seu valor de repasse e o preço de revenda aos distribuidores que atuam nas regiões da cidade (BRASIL, 2016).

De maneira similar ao PCC, existe na FDN o que se chama na mídia de tribunal do crime, que decide, por meio do conselho, sobre questões de assassinato, roubos violentos, sequestros e tortura. Esses tribunais regulam os crimes que podem ser cometidos, podendo inclusive decretar morte em caso de descumprimento, gerando uma forte regulação sobre os crimes que podem ser cometidos nos locais onde sua atuação é efetiva, inclusive como medida para atrair menos atenção das forças de segurança. E também é comum a execução de indivíduos de maneira simbólica, como gravar a sigla do grupo no corpo da vítima⁵² (BRASIL, 2016).

Porém, assim como visto nos primeiros anos de nascimento do PCC, o grupo parece buscar se afirmar como principal (e única) facção na região por meio da execução de rivais e da afirmação de seu poder simbólico por meio do caráter de suas execuções. Desta maneira, a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, afirma que dos 800 homicídios cometidos do primeiro dia de 2015 até 19 de dezembro de 2015, pelo menos 266 foram motivos por questões que concernem o tráfico de drogas com o conhecimento e/ou consentimento do conselho do grupo (BRASIL, 2016).

Entre esses assassinatos, uma parte considerável foi perpetrada contra membros do PCC, principalmente dentro de presídios nas cidades de Manaus, Boa Vista (RR). Mas também houve assassinatos de vários indivíduos integrantes da facção rival, conhecida como “Família Esparta 300”. Esse grupo criminoso teria nascido após dissidentes da própria FDN terem se oposto as normas do grupo. A luta gerou grande mobilização do grupo no período da investigação, principalmente para executar os indivíduos de apelido “Ronairon”, “Piu Piu” e “Chester”. Inclusive, o decreto de morte desses indivíduos gerou atritos com o CV, que tinha determinado que os membros da facção rival não deveriam ser mortos (BRASIL, 2016).

⁵² Em uma notícia encontrada no portal manauara A Crítica (2014), corpos foram encontrados com marcas de torturados e a sigla da Família do Norte.

Isso gerou incômodo na cúpula da FDN, onde buscaram, por meio de uma carta endereçada as lideranças do Comando Vermelho, reafirmar serem autônomos nas decisões no estado do Amazonas. No fim, Chester acabou sendo morto no dia 06 de julho de 2015, logo após sua transferência para o Complexo Penitenciário Anésio Jobim (COMPAJ), principal reduto do grupo⁵³. Logo após sua morte, houve aumento na quantidade de assassinatos na capital amazonense, concentrados entre os dias 17 e 20 do mesmo mês, episódio que ficou conhecido como “final de semana sangrento” (BRASIL, 2016).

Nesse final de semana, 38 pessoas foram assassinadas, além de dezenas de feridos, todos cometidos com arma de fogo. Segundo o *New York Times*, essas mortes teriam acontecido em retaliação à morte um oficial da polícia militar, onde seus colegas de corporação teriam formando um esquadrão da morte a fim de cometer homicídios na cidade. O que talvez possa ser corroborado pelo fato de que as munições usadas para cometer os crimes foram de uso exclusivo da polícia (ROMERO, 2015). Desta forma, não se sabe exatamente a quantidade mortos que ocorreu decorrente a retaliação ao assassinato do sargento Camacho e quantas decorram da luta da FND contra o PCC e a Esparta 300⁵⁴ (BRASIL, 2016).

Mas de acordo com as investigações, pode ser saber algumas das mortes foram a mando da FDN, visto que foi elaborada uma lista para a execução de cinco pessoas, que teriam participado do estupro e matado a mãe de um comparsa, onde pelo menos dois foram executados. Também houve desconfiança por parte do grupo em que parte dessas mortes foi retaliação do PCC e da Esparta 300. E o mais interessante desse fato, foi que após uma reunião de José Roberto com o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, Coronel Luismar Bonates, para tentar evitar mais mortes, foi garantido o fim do “seguro” do Centro de Detenção Provisória Masculino, local onde os integrantes do PCC ficavam isolados e protegidos dos membros da FDN. E, além disso, o coronel prometeu não enviar o José Roberto a uma penitenciária federal. Conclui-se então que o grupo saiu fortalecido desse episódio (BRASIL, 2016).

Logo após o final de semana sangrento, foi feita uma visita surpresa ao COMPAJ. Porém, a visita foi surpresa somente para o Coronel, visto que a informação foi vazada, alertando os presos a se prepararem. Mesmo com poucas apreensões, foi exposta a suíte

⁵³ Mais informações sobre a sua morte podem ser encontradas em Oliveira (2015).

⁵⁴ Um ano após o final de semana, o jornal local “A Crítica”, em entrevista ao secretário de segurança pública Sérgio Fontes, grande parte dos casos foram resolvidos por meio da operação Alcateia, que prendeu os policiais responsáveis por assassinatos. Mas na verdade, dos 14 casos que ficaram sob responsabilidade da Delegacia Especializadas em Homicídios e Sequestros, só cinco estavam em andamento (MELO, 2016).

onde José Roberto morava, dentro do presídio. Em declaração, o Coronel Bonates afirmou desconhecer a cela; já o juiz responsável pela Vara de Execuções Penais reagiu afirmando que vistorias só poderiam acontecer novamente com sua aprovação. A reação do juiz, considerada duvidosa, o levou a ser pressionado, levando-o inclusive a pedir apoio dos detentos, por meio da advogada da facção (BRASIL, 2016).

O maior escândalo envolvendo a FDN ocorreu eleições de 2014. O Portal Veja noticiou que o então subsecretário de justiça e Direitos Humanos, Carliomar Brandão teria se encontrado com José Roberto no COMPAJ para negociar o apoio do grupo a reeleição do governador José Melo no segundo turno. Na gravação obtida pelo portal⁵⁵, o líder do grupo prometeu mais de cem mil votos e em troca, o subsecretário teria prometido que o governo não iria intervir dentro dos presídios dominados pela FDN. Posteriormente, Brandão afirmou que a visita se tratou na verdade de tentar evitar o planejamento de mortes dentro do presídio (LEITÃO, 2017). O subsecretário acabou sendo desonerado e o governador acabou se reelegendo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014). Porém, Melo foi cassado e afastado de seu cargo por ter cometido crime eleitoral, neste caso, a compra de votos para a sua reeleição (RAMALHO, 2017)⁵⁶.

Outras discussões do grupo criminoso interceptadas pela Polícia federal mostram o intuito patrocinar campanhas políticas de aliados da FDN, elegendo-os primeiramente como vereadores e posteriormente como deputados. Entre os momentos de corrupção levantados pelo relatório em favorecimento do ANEV estão: fraude na contagem de presos mortos no COMPAJ, envolvendo um agente penitenciário; fraudes na entrada de objetos no COMPAJ, também envolvendo um agente; vazamento de informações sobre revistas em presídios, envolvendo dois policiais; além de um esquema de corrupção envolvendo juízes e desembargadores do tribunal de justiça do estado do Amazonas, que levou a anulação do processo que condenou Gelson Carnaúba a 120 anos de prisão, além do seu retorno da prisão estadual do Rio Grande do Norte para Manaus (BRASIL, 2016).

Outros esquemas seriam responsáveis por conceder prisão domiciliar e liberdade provisória a membros do grupo, uso de contas bancárias em nome de terceiros, para depósitos milionários. Entre as apreensões de droga feitas durante a operação, foram apreendidos 729,3 quilos de cocaína, 22 quilos de cloridrato de cocaína e cerca de 1.187,2 toneladas de maconha do tipo Skunk (BRASIL, 2016).

⁵⁵ Trechos da gravação podem ser encontrados em Folha de São Paulo (2014) e mais informações sobre o caso se encontram em Prazeres (2017).

⁵⁶ Mais informações em Ramalho (2017).

A apreensão desse tipo de maconha, de qualidade superior, parece coincidir com a notícia publicada pela UOL de que o Comando Vermelho e a Família do Note estariam operando uma nova rota de tráfico da droga na região, como alternativa ao domínio do PCC na rota caipira (ver capítulo 4). A maconha que estaria adentrando por essa rota seria da Colômbia, movimento que se intensificou em 2017, quando o principal mercado do país, os Estados Unidos, reduziram sua demanda por causa da legalização em vários estados do país. Essa maconha produzida no país sul-americano seria de ótima qualidade, tendo um valor até oito vezes maior que a paraguaia (PRAZERES, 2018).

Assim, a operação foi concluída com a deflagração da Operação *La Muralla*, que contou com 400 policiais federais e 300 militares, que juntos cumpriram 127 mandatos de prisão preventiva, 67 mandatos de busca, concentrados nas cidades de Manaus, Tonantins e Tabatinga, no Amazonas, Crateús, Cauçária e Fortaleza, no Ceará, na capital do Rio Grande do Norte e de Roraima e na cidade do Rio de Janeiro. Porém, a organização criminosa está longe de sua desarticulação, como será provado no próximo capítulo (BRASIL, 2016).

Considerações finais

O crime organizado nasce em um contexto muito particular em nosso país. Diferente do que ocorre com outras ANEVs regionais, as principais organizações criminosas brasileiras nasceram dentro do contexto prisional. Porém, seja na prisão ou nas ruas, o que impera é o contexto de profunda desigualdade e omissão estatal que aflige a região, fazendo com que se crie um cenário perfeito para a atuação desses grupos. A falta de controle do Brasil sobre suas fronteiras faz com que os dois grupos tenham facilidade em trazer toneladas de drogas para o país, por meio da Rota Caipira ou da Rota do Solimões. A falta de capacidade do Estado em controlar e manter uma mínima organização dentro do sistema prisional fez com que nascessem ali grupos capazes de criar, de maneira eficiente, regras de convívio entre os detentos, além de apoio material aos detentos e a sua família.

Da incapacidade do Estado em atuar de maneira efetiva dentro das áreas mais carentes nas cidades, principalmente na promoção de educação e renda, esses ANEVs atuam no sentido de promover regras de convívio, resolução de litígios e também promovendo bens materiais aos mais necessitados. E, além disso, os próprios grupos são uma fonte de renda extraordinária para muitos dos jovens mais impactados pela violência cultural, estrutural e direta que muito provavelmente assola gerações de família. É também uma saída para contornar a frustração de suas expectativas consumo, que sem os grandes ganhos proporcionados pelo crime, seriam praticamente impossíveis de serem alcançados.

Portanto, é no contexto desses problemas que o crime organizado nasce, se estrutura e se fortalece, tendo nos tempos atuais uma atuação cada vez mais transnacional e com ligações cada vez mais fortes com grupos regionais e internacionais. É justamente dentro do contexto de expansão das organizações criminosas que se insere o estudo de caso do próximo capítulo, onde as três maiores organizações criminosas do país se lançam em um conflito para dominar a Rota do Solimões e consequentemente o tráfico na região Norte, além do consequente acesso a vários contatos na América do Central e do Norte. Tudo isso deixando como saldo a degradação ainda maior do contexto já violento da região.

4. O triângulo da violência na Região Norte: Muito além da paz negativa

"tinha era que matar mais".

(Bruno Júlio, então secretário nacional de juventude, sobre o massacre do Compaj, em 6 de janeiro de 2017)

"A situação não saiu do controle, é outra situação difícil, Roraima já tinha tido problemas anteriormente..."

(Alexandre de Moraes, então ministro da justiça sobre o massacre que deixou 33 mortos no estado, em 6 de janeiro de 2017)

O quarto capítulo busca tratar de um tema ainda muito novo e com muito a ser repercutido. O rompimento do acordo entre as duas maiores organizações criminosas do país, por motivos que serão expostos a seguir, significou um aumento da insegurança em regiões que sofrem com os piores índices de desenvolvimento. Foi no Norte e Nordeste que a luta entre as duas organizações explodiu. Isso aconteceu pois as organizações atuavam em conjunto nessas regiões, o que levou a disputa por esses mercados, em contraposição a grande parte dos mercados em que atuam do centro-sul que são tendem a terem atuações mais fortes de uma das facções, a depender do estado. Além disso, há a busca natural dessas organizações pelo domínio de novos mercados e de novas rotas. No Norte do país, as duas facções buscam controlar uma das maiores rotas de tráfico do país, conhecida como Rota do Solimões, que escoia diariamente uma quantidade incalculável de cocaína e maconha para o país, para então ser redistribuída localmente ou exportada.

O negócio milionário coloca no meio do fogo cruzado milhares de jovens negros e pardos, ansiosos pela oportunidade de prosperar em um meio insalubre, onde apesar da magnitude da violência, é tratada como normal e cotidiana. Sendo assim, o próximo capítulo, que tem como objetivo analisar o saldo violento do conflito entre a Família do Norte e o Primeiro Comando da Capital, será dividido da seguinte maneira. Primeiramente, serão retomados os conceitos de Galtung, onde seu triângulo da violência será utilizado como base para analisar o dado contexto.

Posteriormente, será apresentado o contexto nacional de disputa entre o PCC e o Comando Vermelho, que acabou por criar uma corrida pelo domínio da rota do Solimões. Em terceiro, quarto e quinto, serão exploradas cada uma das dimensões da violência nesse

conflito, como proposto por Galtung - a propósito, violência cultural, estrutural e violência direta. Por fim, antes das considerações finais, será estabelecido um debate entre as respostas do Estado frente a violência direta e estrutural, com o intuito de entender como esse contexto, apesar da conjuntura de paz oficial, sofre com ampla violência direta.

4.1. O triângulo da violência: uma abordagem necessária

Essa seção tem como objetivo retomar a discussão inicial dos Estudos para a Paz, moldura que será usada para análise do objeto desse estudo. Galtung, no seu triângulo da violência, caracteriza a violência direta pelo fato de haver um ator perpetrando o ato, atingindo uma pessoa de maneira física ou psicológica. A violência física pode ser contra si mesmo ou contra outro e pode gerar não só ferimentos ou morte, mas consequências psicológicas. Já a face psicológica é baseada em palavras ou gestos com o objetivo de subjugar o outro. Na violência estrutural, não existe necessariamente um autor como elemento causador. Esta representada na desigualdade de acesso a recursos básicos como a alimentação, educação, saúde e emprego, impedindo que o indivíduo seja capaz de atingir seu potencial máximo. Por fim, a violência cultural se apresenta quando há aspectos simbólicos em uma dada sociedade que permitem e naturalizam a violência estrutural e direta contra grupos, geralmente por sua diferença cultural, religiosa, de cor e de sexo (GALTUNG, 1969, 1990).

Assim, a violência direta seria a parte visível da violência e o seu fim significa a edificação da paz positiva. As violências estruturais e culturais seriam a parte oculta do triângulo e seu fim significa a construção da paz positiva, o tipo ideal. Para Galtung (1990) a violência direta é um evento, a estrutural é um processo oscilante e a cultural é invariável. Em um contexto como o de conflito entre dois ANEVs, espera-se que essas violências se relacionem de inúmeras maneiras. Henkeman et. al. (2016) sugere perguntas práticas que podem ser feitas para trazer diferentes aspectos dos três tipos de violência para a análise, o que nos ajuda a operacionalizar com clareza os questionamentos que devem ser feitos para visualizar os impactos da violência cultural, estrutural e direta na sociedade.

Tabela 3: Perguntas para análise da violência cultural, estrutural e direta

Aspecto da violência	Questões sugeridas para trazer a análise diferentes aspectos da violência
Violência cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a posição social e as condições de vida do perpetrador? • Como são tratados pela sociedade de modo amplo? • Qual é a mensagem simbólica e o impacto de ser considerado e tratado como inferior diariamente em termos de raça, classe, gênero, religião, orientação sexual, idade, entre outros?
Violência Estrutural	<ul style="list-style-type: none"> • O perpetrador tem emprego ou algum outro tipo de renda? • Vive em uma residência permanente? • Qual o estado da sua saúde? • Qual o seu nível educacional? • Tem acesso a alimentação regular? • Tem acesso regular ao lazer? • É vítima de racismo ou outras formas de discriminação? • Pode se mover livremente pela sociedade sem levantar suspeita ou vigilância? • Qual o impacto da falta desses recursos ao perpetrador?
Violência Direta (psicológica e física)	<ul style="list-style-type: none"> • É possível que o perpetrador sofresse abuso psicológico, emocional e físico ou falta de assistência dos pais durante a infância, da vizinhança onde viveu, da escola ou de toda a sociedade? • Houve ajuda para que o perpetrador superasse esse quadro de violência? • O perpetrador abusava de drogas quando cometeu o ataque? • Quais armas ou meios usava no ataque? • Porque o perpetrador escolheu a vítima em particular e qual era sua proximidade física da vítima no ataque?

Elaborado pelo autor, com base em Henkeman, 2016.

Já Ferreira (2018b) demonstra exemplos práticos de como fatores políticos e econômicos podem afetar a relação entre o Crime Organizado Transnacional e a violência estrutural, gerando resultados diretos na sociedade. Com base nele, o autor elaborou duas tabelas com fatores políticos e socioeconômicos que contribuem para o surgimento e

fortalecimento do crime organizado, além de permitir a luta entre as duas organizações criminosas⁵⁷.

Tabela 4: Principais problemas socioeconômicos que impactam na violência estrutural e no crime organizado transnacional

Fatores socioeconômicos	Consequências da relação entre o COT e a violência estrutural
Pobreza e desigualdade	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado ilícito surge como renda alternativa, com destaque para o tráfico de drogas; • Leva grupos vulneráveis ao uso de drogas; • Agentes de segurança (policiais, agentes penitenciários, etc) mal pagos e aumenta a corrupção, o que enfraquece as instituições democráticas e impacta o combate ao crime; • Urbanização desorganizada, levando os mais pobres a viverem nos arredores das cidades; • A alta taxa de ocupação dessas regiões periféricas facilita a sua ocupação pelo crime e dificulta a penetração das forças de segurança
Baixo desenvolvimento econômico ou crise	<ul style="list-style-type: none"> • Propicia o surgimento de economias informais, às vezes lideradas pelo Crime Organizado Transnacional; • Fomenta uma economia ilegal estimulada por organizações criminosas, legitimando seus obtidos ilegalmente ou através de vácuo jurídico.
Consumo de drogas	<ul style="list-style-type: none"> • Contribui para o crescimento de problemas relacionados à droga, incluindo a violência estrutural e direta; • Maior número de usuários impacta políticas de saúde e segurança.
Políticas neoliberais	<ul style="list-style-type: none"> • Com a preocupação no pagamento de dívidas, corte de gastos, responsabilidade fiscal e superávit primário, pode faltar investimento em áreas chave para o desenvolvimento; • E isso fomenta o surgimento do crime organizado e da violência, que alicia principalmente os mais jovens, que não por acaso são também os mais impactados por essas políticas econômicas.

Elaborada pelo autor, com base em Ferreira (2018b).

⁵⁷ Essas tabelas também podem ser vistas como um resumo dos principais argumentos contidos no capítulo dois.

Tanto os fatores econômicos e políticos têm um papel determinante no surgimento do crime organizado, pois a debilidade do Estado em ocupar a totalidade do seu espaço geográfico e promover políticas que permitam a prosperidade e a segurança das populações mais carentes resulta na criação de um vácuo, oportunamente ocupado pelo crime organizado, que se posiciona no sentido de prover esses bens, ganhando o respeito e apoio da população. Isso também acontece, pois quando o Estado decide atuar, é de maneira a reprimir e securitizar as áreas mais pobres, gerando muitas vezes medo e insegurança, enquanto o crime organizado consegue pacificar essas áreas sem grandes operações e inclusive provendo bens e governança para as pessoas necessitadas.

Tabela 5: Principais problemas políticos que impactam na violência estrutural e no crime organizado transnacional

Fatores Políticos	Consequências da relação entre o COT e a violência estrutural
Atuação permissível do Estado perante o COT ou atuação repressiva	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de violência, tortura e assassinato; • Desapropriação e insegurança; • Manutenção ou piora da violência estrutural e direta; • Falta de policiamento ou abuso policial faz com que o COT cumpra o papel de policiamento e que seja mais confiada pela população • A atuação do Estado focada nas áreas mais pobres criminaliza a pobreza e securitiza essas áreas; • Classes mais pobres, incluindo os policiais mal pagos, são mais impactados; • Nesse contexto, o descontrole das armas de fogo agrava a violência direta; • Novo ciclo de obstáculos para o desenvolvimento humano; • Afeta desproporcionalmente pessoas negras, as principais vítimas de assassinatos; • Diáspora do crime para cidades menos populosas.
Ineficiência do judiciário	<ul style="list-style-type: none"> • A baixa taxa de crimes julgados é um incentivo para mais pessoas entrarem no crime; • A grande parte dos crimes julgados serem dos crimes cometidos pelas populações mais carentes (roubo, furto e tráfico) perpetua o preconceito a esses grupos e dificulta ainda mais sua inserção digna

	<p>na sociedade;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de acessibilidade da população aos mecanismos formais (seja pela ineficiência ou até mesmo pela dificuldade de entender sua linguagem) faz com que os indivíduos busquem mecanismos alternativos de resolução de conflitos, geralmente fornecidos pelo COT.
Falta de política social e educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Dificulta o acesso dos grupos marginalizados a um emprego formal e com carteira assinada; • Aumenta a probabilidade dos jovens se virarem contra a sociedade, quando a associação com o crime se torna a melhor ou a única alternativa; • Torna o Estado menos efetivo e mais suscetível ao crime; • Nas prisões, a falta de política educacional, de lazer e de trabalho faz com que torne os presos ociosos, facilitando redes de contato dentro dos presídios e dando continuidade aos mesmos crimes ao sair da prisão, sem que o Estado tenha socializado o indivíduo.
Fragilidade das forças de segurança em cidades menos populosas	<ul style="list-style-type: none"> • Menor probabilidade de prisão e interferência das forças de segurança nas atividades do COT; • Crescimento do mercado consumidor nessas áreas.

Elaborada pelo autor, com base em Ferreira (2018b).

Sendo assim, fica demonstrada quais são as principais perguntas que devem ser feitas ao analisar um quadro de violência em uma dada sociedade, além dos possíveis resultados que se espera com a debilidade socioeconômica e na definição de políticas que mitiguem o problema da desigualdade social. A partir disso é que poderá ser analisado o objeto em questão nesse trabalho, tendo em vista que essa luta não nasce à parte do contexto social, sendo fruto de uma série de desigualdades que afetam de maneira mais determinante certo extrato social, permitindo o fortalecimento do crime organizado transnacional e também é permissível com a luta entre essas organizações criminosas. Antes da análise propriamente dita do quadro em questão, será feita antes uma retomada histórica que ocasionou na luta entre o Primeiro Comando da Capital e a Família do Norte.

4.2. Luta entre organizações criminosas brasileiras: um contexto regional

Desde meados de 2016, houve momentos de grande aumento dos homicídios, concentrado fora do eixo Rio-São Paulo, berços das duas facções, em episódios como os de Roraima, Amazonas, Rio Grande do Norte, Ceará e Goiás. E essa violência se faz presente em muitos dos presídios que anteriormente as duas facções ocupavam pacificamente e também nas ruas das principais cidades desses estados (BARROS; NUNES, 2018).

A principal narrativa na mídia foi de que a morte de Jorge Rafaat Toumani, o Rei da Fronteira, marcou a ruptura entre as duas facções. O empresário ocupou o lugar de principal traficante da fronteira em Pedro Juan Cabalero, no Paraguai, um dos principais entrepostos de droga para o Brasil, com a prisão de Fernandinho Beira-Mar⁵⁸ em 2002. O seu relacionamento com o PCC foi tolerável por anos, sendo um dos grandes clientes do traficante, mas ficou problemático com a cobrança de um “pedágio” mais caro para que o grupo paulista pudesse trazer droga do Paraguai para o Brasil (BENITES, 2016).

Alan de Abreu (2017), em seu livro *Cocaína*, afirma que a primeira tentativa do PCC em assassinar o Rafaaf foi em março de 2016, quando o grupo paulista teria contratado pistoleiros para a execução do traficante, que acabou conseguindo escapar. A segunda tentativa foi na noite de 15 de junho de 2016, em Pedro Juan Cabalero, quando o traficante deixava uma de suas empresas em seu carro blindado, acompanhado pelos seus capangas em outras duas caminhonetes. Ao avistar um semáforo à frente, ele decidiu ultrapassar a caminhonete que estava a sua frente fazendo a escolta, o que o expôs diretamente ao ataque frontal desferido por outro carro no cruzamento (ABREU, 2017).

Uma caminhonete passou pelo cruzamento e na parte de trás do carro, possivelmente estava o ex-policial militar Sérgio Lima dos Santos, manuseando uma Browning M2 .50, que disparou mais de 400 balas, cerca de metade atingindo o automóvel do Rafaat, que morreu na hora perfurado por várias delas (ABREU, 2017; BENITES, 2016). Após sua morte⁵⁹, houve tiroteios por várias quadras da cidade paraguaia entre o grupo de Rafaat e o PCC (ABREU, 2017). Só do PCC, segundo fontes do Ministério do Interior do Paraguai, havia entre 30 e 40 veículos com três e quatro mercenários. Assim várias empresas do traficante foram incendiadas e alvejadas (BENITES, 2016).

⁵⁸ Fernandinho Beira-Mar é a principal liderança do Comando Vermelho, que atualmente se encontra preso.

⁵⁹ Para mais detalhes do ocorrido, há uma entrevista feita por Flávio Costa com o autor do livro (COSTA, 2017a). Nessa reportagem também há um vídeo onde mostra o tiroteio que tomou a cidade paraguaia logo após a morte de Rafaat.

Nunes contradiz a narrativa que se disseminou na mídia de que a morte de Rafaat em Pedro Juan Cabalero foi o marco para a ruptura entre o CV e o PCC. Para ela, esse movimento começou em 2015, por causa de uma disputa entre as organizações para o batismo de novos membros, em sua maioria nas cadeias de estados sem facções fortes estabelecidas. Isso teria feito com que a organização carioca proibisse o PCC de batizar novos membros no Mato Grosso e em contrapartida, levou o grupo paulista a proibir batismos do CV no Mato Grosso do Sul. Portanto, quando houve o anúncio da ruptura em junho de 2016, isso teria se dado não pelo fato de que o PCC teria ganhado o monopólio da rota Caipira, com a morte de Rafaat, mas por uma disputa de batismos dentro dos presídios (BARROS; NUNES, 2018).

Nunes também vê que no momento inicial dessa ruptura, o PCC buscou evitar um conflito com o Comando Vermelho por meio de contato com uma das principais lideranças da facção carioca, o Marcinho VP. O problema é que, diferente do PCC, onde todas as sintonias, mesmo de outros estados, estão ligadas a cúpula central, o Comando Vermelho do Rio de Janeiro não controla a decisão das células do grupo em outros estados, o que acabou por minar um possível acordo de paz (BARROS; NUNES, 2018).

Outros fatores que podem ter colaborado para a ruptura são apontados por Ferreira. As investigações da justiça brasileira apontam que a ruptura teria ocorrido por causa de um calote do CV na compra de armas e drogas do PCC e também por conta da aliança da facção carioca com grupos inimigos do Primeiro Comando, especialmente no Norte e Nordeste, a exemplo da própria FDN (FERREIRA, 2017c). Costa faz uma síntese dos principais motivos que levam o PCC a o Comando Vermelho a romperem:

vai desde (...) (o) assassinato do Jorge Rafaat ali no Paraguai, o rei da fronteira, você tem a questão de calotes (...) que Comando Vermelho pegava armas e drogas e não pagava ao pessoal do PCC. Você tem escutas que falam: “pô, os cariocas são fodas assim, eles não respeitam a gente” (sic), (...). E o PCC atribui o começo desse racha a uma briga que houve no sistema penitenciário do Mato Grosso. (...), o PCC tava querendo batizar muita gente ligado ao Comando Vermelho, o pessoal do Comando Vermelho meio que deu uma dura, (...) aí houve uma tentativa de solucionar esse caso por meio de mensagens enviadas a dois caras do Comando Vermelho, Elias Maluco (...) e o Marcinho VP. (...) E aí (...) Marcinho VP e (...) Elias Maluco (...) meio que (falou o seguinte) “ô, o Comando Vermelho não tem gerência sobre o que acontece no Mato Grosso Sul, (...) em cada estado, cada um age da maneira que quiser (COSTA, 2018).

De qualquer maneira, observa-se que o Comando Vermelho saiu enfraquecido desse arranjo. Desde a prisão de Beira-Mar, o grupo vinha se enfraquecendo a mesma

medida que o PCC se fortalecia na rota, e o seu domínio pelo ANEV paulista no mesmo momento em que há uma ruptura entre os grupos, acaba por tirar da facção carioca o acesso à Rota Caipira, que era a principal rota de tráfico usada pela organização. Dado esse contexto, iniciou-se uma disputa a nível nacional das organizações, que não por acaso teve início justamente na região Norte, região onde as duas facções tinham uma atuação equilibrada. Ambos os grupos buscam se estabelecer em uma rota, que mesmo pouco conhecida, é uma das espinhas dorsais para o fluxo de drogas no país.

4.3. Violência cultural e estrutural: o contexto do conflito

O aumento da violência na região Norte não acontece por acaso. Existe uma série de fatores que juntos, favorecem a estruturação de atores não estatais violentos e a consequente disseminação da violência. Esse cenário não difere, no geral, do contexto latino-americano e brasileiro e das variáveis já apresentadas. Assim se faz necessário apresentar o contexto dessa região do país. Grupos como o Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital e a Família do Norte nasceram dentro das prisões, com o intuito de se unir contra a opressão do Estado e para cometer crimes dentro e fora das prisões. Eles também baseiam grande parte das suas forças ali.

Juntamente com a consideração de que esses locais não estão à parte do meio social, como demonstrado pelo fato de que as próprias lideranças desses grupos estarem presas e mesmo assim continuam a comandar o crime, a análise desse trabalho dará destaque especial aos conflitos que ocorreram nas penitenciárias. Outros motivos para essa abordagem se dá pela dificuldade de se associar as mortes ocorridas nas ruas das cidades à luta de facções e de quais delas. Muitos morrem sem se saber se foi ordem de algum dos grupos e se o assassinado pertencia a organizações rivais, o que impõe claras dificuldades de saber quais dos homicídios ocorridos nas cidades foram por causa desse contexto de conflito. Essa dificuldade não ocorre nas prisões, pois os encarcerados se dividem por facção dentro das celas e pavilhões.

Por fim, as mortes nas prisões geram, dada a sua excepcionalidade, melhores relatos por parte mídia, frente às mortes diárias nas ruas, um evento que de tão rotineiro, é subrelatado. Essas mortes nos presídios, então são consideradas os indícios mais claros da ocorrência de um conflito pelo domínio dos presídios, da Rota do Solimões, do monopólio do tráfico de drogas na região e do acesso aos mercados da América Central e do Norte.

De junho de 2016, logo após o rompimento das duas maiores organizações criminosas do país, até janeiro de 2017, foram observadas rebeliões e mortes em presídios do Amazonas, Roraima, Rondônia e Acre, o que justifica o foco dessa seção nos estados. Mas a violência não começou quando os índices que medem os homicídios aumentaram de maneira preocupante no Norte do país. Ela começa muito antes, quando a população sofre com a falta de emprego, de educação, desigualdade e preconceito, impedindo que grande parte da população possa realizar o máximo de suas capacidades, relegando-os a miséria e a falta de perspectiva de melhora. Isso acaba por criar um movimento cíclico, que sem uma intervenção criativa, faz com que incontáveis gerações sejam reduzidas a mesma realidade⁶⁰ (GALTUNG, 1969).

A região Norte do país é uma das menos desenvolvidas, e muitos dados comprovam os grandes problemas que a região enfrenta. Dos estados da região Norte que foram selecionados, o que apresenta o melhor índice de desenvolvimento humano é Roraima, com 0,707. Porém esse índice é o 12º melhor do país, atrás de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, que se encontram respectivamente na segunda e na quarta posição. O estado com o pior índice é o Acre, na 21ª posição, das 27 unidades federativas do Brasil.

Tabela 6: Dados sobre IDH, Renda e emprego em estados selecionados do Brasil

	IDH (2010)	Posição nacional	Renda Per capita (2017, R\$)	Posição nacional	Pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal	Posição nacional
Acre	0,663	21º	769	23º	39,4%	23º
Amazonas	0,674	18º	850	19º	41,4%	20º
Rondônia	0,690	15º	957	13º	55,7%	12º
Roraima	0,707	12º	1.006	12º	51,1%	14º
São Paulo	0,783	2º	1.712	2º	72,4%	3º
Rio de Janeiro	0,761	4º	1.445	6º	67,1%	6º

Fonte: IBGE

Roraima também apresenta a melhor renda *per capita* entre os estados selecionados no Norte, com renda média de R\$ 1.006,00, figurando mais uma vez na 12ª posição

⁶⁰ Explorar de maneira mais profunda as causas da violência estrutural e cultural é algo complexo pelo fato de que Galtung não operacionalizou de maneira prática as principais variáveis que impactam essas duas manifestações violentas, além de exigir mais tempo de pesquisa do que o disponível e da impossibilidade do autor em se deslocar para a região do conflito. Porém, optou-se por tratar delas da mesma maneira, por, na visão do autor, serem indissociáveis. Isso também justifica o uso dos índices de homicídios (violência direta) para comprovar a violência estrutural e cultural contra jovens pobres e negros.

nacional. Em São Paulo, essa renda é de R\$ 1.712,00 (2ª posição) e no Rio de Janeiro R\$ 1.445,00 (6ª posição). Novamente, o Acre é o estado com o pior resultado, em 23º lugar. Sobre o emprego formal para pessoas de 16 anos ou mais, Rondônia está em 12º, com 55,7% da sua população ocupada, seguido de Roraima, com 51,1% (14º). São Paulo tem uma taxa de 72,4% (3º) e Rio de Janeiro (6º). Já o Acre figura em 23º (39,4%).

Todos esses dados comprovam as dificuldades que a região passa em termos de desenvolvimento. As dificuldades de se encontrar em emprego, e o baixa renda podem ser fatores que ajudam o surgimento do crime organizado e ao recrutamento, como forma de melhoria de renda. Mas se faz necessária a análise de outras variáveis.

A taxa de homicídios no Norte do país se destaca negativamente como o pior do país, com mais de 40 mortos para cada 100 mil habitantes, enquanto o Sudeste mantém menos da metade desse número, ambos os dados de 2015. Entre 2005 e 2015, enquanto todos os estados do Sudeste conseguiram diminuir sua taxa de homicídio, no Norte, com exceção de Rondônia, todos os estados tiveram aumento nas suas taxa, com o caso mais grave de Amazonas, com aumento de 101,7% em dez anos. No mesmo período, o Acre teve um aumento de 45,9%, Roraima 65,4% e Rondônia diminuiu 6,2% (CERQUEIRA et. al, 2017). É importante salientar que esses dados são anteriores a recente crise de segurança que assola a região, o que faz ser esperada uma piora nesses índices nos anos subsequentes.

Se tratando da quantidade de homicídios por arma de fogo entre 2004 e 2014, o Acre teve um aumento de 136,7%, Amazonas 233%, Rondônia 16,2% e Roraima 51,5%. Comparando por região, o Norte praticamente empatou com o Nordeste no crescimento da quantidade de homicídios por arma de fogo no período, com 120,4%. Já o Nordeste alcançou um aumento de 123,7% e em um movimento contrário, o Sudeste diminuiu 35,7%, a única região a diminuir a quantidade de homicídios (WAISENFISZ, 2016).

Já nas capitais desses estados do Norte, tratando da quantidade de homicídios por arma de fogo entre 2004 e 2014, Porto Velho, viu seu número de homicídios aumentar em 10,3%, Boa Vista em 61,1%, Rio Branco em 137,8% e Manaus apresentou o maior crescimento, com 231,7%. Esta cidade, se comparada ao cenário nacional, foi a quinta capital com maior crescimento no período analisado. Comparando todas às cinco regiões do Brasil, as capitais da região Norte foram as que tiveram o maior crescimento, com um aumento de 115,9% e em segundo lugar o Nordeste, com 103,1%. Já o Sudeste, no mesmo período, alcançou uma retração de 58,3% no número de homicídios por arma de fogo (WAISENFISZ, 2016).

Apesar dos estados mais populosos do Brasil⁶¹ estarem diminuindo significativamente seus índices de homicídios, a quantidade de homicídios do país não está menor, mas pelo contrário, encontra-se em aumento. Isso, quando colocado em um contexto nacional, mostra que o país não está conseguindo combater o crime. Na verdade, o crime organizado está se movendo dessas regiões para o interior do país, com destaque para o Norte e Nordeste. Essa expansão pode ser levada por fatores como o combate mais ostensivo nos estados do Sudeste, que por serem os mais ricos do país, contam com mais verba para essas ações.

Outro motivo pode ser a maior circulação de renda, nos anos 2000, nas cidades do Norte e Nordeste, o que pode ter ajudado na viabilização de um mercado de drogas ilícitas, trazendo competição e consequentemente, ao aumento da violência. O crescimento econômico de cidades dessas regiões também gerou uma migração maior do que a capacidade do Estado de se promover políticas públicas para receber esse grande fluxo, criando uma ocupação desorganizada e desestruturada dos espaços geográficos. Essa ocupação acaba por gerar mais desigualdade, visto que haverá uma falta de assistência educacional, de saúde, emprego e com isso, o que abre espaço para o aumento da criminalidade (CERQUEIRA et. al, 2017).

E quase todos os estados apresentaram um aumento ainda maior nas taxas de homicídio para a faixa etária de 15 a 29 anos, no período de 2005 a 2015. No Acre, o crescimento foi de 56,7%, no Amazonas 127,2%. Em Rondônia, o crescimento foi de 6,1% e em Roraima foi de 83,3%. Esses dados mostram que essa faixa sofre desproporcionalmente não só com a taxa de homicídios, mas com a violência estrutural, que se apresenta na falta de qualidade de acesso principalmente à educação e emprego, o que pode tornar muitas vezes o crime como uma porta de saída para a conquista de renda ou para possuir o poder de compra desejado (CERQUEIRA et. al, 2017).

A taxa de homicídios por arma de fogo para cada 100 mil pessoas na faixa de 15 a 29 em 2014 no Acre é de 27,6 e de 17,7 para a faixa de 30 a 59 anos, o Amazonas tem taxas de 41,8 e 19,7, Rondônia de 36,9 e 27,8 e Roraima 15,5 e 10,8. Em toda a região Norte a taxa é de 48,1 para o primeiro grupo, mais que o dobro da faixa de 30 a 59 anos, com 23,5. Dos 3.858 homicídios por arma de fogo registrados em 2014 na região, 2.223 foram na faixa de 15 a 29 anos, sendo 57% de todos os homicídios (WAISENFISZ, 2016).

⁶¹ São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os negros, nesses estados selecionados, sofreram com taxas maiores de homicídios. No Acre, o aumento entre 2005 e 2015 foi de 69,8% na morte de negros, e no Amazonas 124,5%. Em Roraima aumentou 52,2% e Rondônia, apresentou uma queda mais forte que na média total, com 6,5% de diminuição. Já a taxa de homicídios de não negros no mesmo período caiu 25% no Acre e 7,1% em Rondônia e aumentou 33,2% no Amazonas. O único estado que apresentou maior aumento na taxa de não negros mortos em comparação ao de negros foi Roraima, com uma taxa de 114,4%. (CERQUEIRA et. al, 2017).

No índice de vulnerabilidade juvenil⁶², divulgado pela secretaria da presidência da república no Brasil, com dados de 2015, o Roraima é o quinto estado do Brasil com maior índice de desigualdade racial, com taxa de 0,454 e o Amazonas em décimo, com 0,435, ambos classificados como altamente vulneráveis. Em 16º encontra-se Rondônia, com 0,375 e em 18º Acre, com 0,358, considerados de média vulnerabilidade. A razão da taxa de homicídios de negros e brancos em 2015 mostra que Rondônia tem a menor taxa, onde para cada branco morto, morrem 1,82 negros e em segundo o Acre, com a razão da taxa de 2,44. O Amazonas tem a maior taxa, de 4,40. Roraima não figurou por não ter registrado a morte de nenhum branco no período. Em toda a região, a taxa de homicídios de negros é de 92 e de brancos 26,8, uma diferença de 3,4 vezes (BRASIL, 2017b).

Esse é o aspecto mais cruel e cristalino da violência cultural que naturaliza a morte cada vez mais frequente de negros do país, em contrapartida do menor aumento, ou até mesmo da queda para grupos de não negros, que demonstra a dificuldade de séculos em dar a essa população oportunidades para a ascensão social, que acabam por ocupar as áreas periféricas da cidade, carecendo da assistência de vários serviços do estado, da violência tanto do crime organizado como estatal e com mais mortes que a média geral. Assim, fica claro como a violência cultural legitima e naturaliza a violência estrutural e a violência direta.

O indicador de vulnerabilidade juvenil é ainda mais preciso em medir essa desigualdade por incluir variáveis como mortalidade por homicídio, indicador de pobreza, frequência à escola, situação de emprego e desigualdade. O fato de dois dos estados estudados da região terem alta vulnerabilidade e dois com índice mediano prova o argumento da incapacidade dos estados da região promoverem soluções para o problema

⁶² O “índice de vulnerabilidade juvenil – violência e desigualdade racial 2015” classifica os estados nas seguintes dimensões: violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município, e desigualdade. Para o cálculo da violência, considera-se a diferença de homicídios entre jovens brancos e negros, por meio da razão das taxas. Quanto mais próximo de 1, maior a vulnerabilidade (BRASIL, 2017b).

da desigualdade e da violência. E sem solução, coloca a população em círculo retroalimentado de falta de acesso a melhores condições de vida, possibilitando o surgimento de organizações criminosas que proverão serviços públicos de forma privada e que também uma explosão da insegurança e dos homicídios como parte da disputa pelo mercado de drogas ilícitas.

E o aumento dos problemas relacionados à criminalidade nesses estados representou a necessidade de maiores gastos na área de segurança pública. Entre o triênio de 2004-2006 e o de 2012-2014, as despesas para o controle criminal aumentaram 107% no Acre, 96% no Amazonas, 78% em Rondônia e 68% em Roraima. Proporcionalmente ao PIB, as despesas com encarceramento aumentaram 260% no Acre, 127% em Roraima, 25% no Amazonas. Já as despesas com segurança pública cresceram 20% no Amazonas, 14% em Rondônia e caíram 4% no Acre e 20% em Roraima (JANUÁRIO; NASCIMENTO; FIORAVANTE, 2017).

Apesar do aumento dos gastos registrados em todos os estados, eles não foram suficientes para evitar uma crise ainda maior na violência da região. O período de 2016 em diante, após a ruptura do PCC e do Comando Vermelho, significou o agravamento de um problema que já apresentava grandes dimensões, como foi visto. Na esteira das mudanças dos arranjos das organizações criminosas e seus reflexos para a região Norte, na próxima seção, será apresentada como a paz está sendo ainda mais ameaçada no Norte, como parte do conflito entre o Primeiro Comando da Capital e a Família do Norte, aliada do Comando Vermelho – para o controle da rota do Solimões.

4.4. Violência direta: o conflito pelo controle da Rota do Solimões

A ruptura entre as duas principais organizações criminosas do país iniciou uma disputa principalmente em mercados onde os dois grupos atuavam de maneira equilibrada, no Norte e no Nordeste. Poucos meses após a ruptura, houve uma série de movimentações nos presídios da região Norte do país. Os presídios são importantes termômetros para medir os conflitos desses grupos, pois as três maiores facções criminosas do país, todas envolvidas nesse conflito, nasceram e tem grande parte de sua força nesses redutos.

As principais lideranças dos grupos se encontram presas e os presídios são um dos principais locais onde os presos podem fazer contato e trocar experiências, sendo então importante para o batismo de novos membros e também para a criação de laços posteriores

ao cumprimento da pena, onde os recém-libertos podem se unir para cometer crimes. Tudo isso, somado ao fato de que grande parte da crise de segurança noticiada na região Norte foi acerca dos massacres e dos distúrbios ocorridos nos sistemas penitenciários da região, o que fez com que o ambiente, longe de ser isolado do meio social, seja destaque na análise.

Portanto, o exame terá como foco principal os conflitos que ocorrem dentro do presídio, pois representam a primeira instância de disputa entre as organizações criminosas e o domínio ali é capaz de determinar que grupo seja capaz de se impor nas ruas. E também vale salientar que na região Norte, a atuação do Comando Vermelho se dá em aliança com a Família do Norte e contra o Primeiro Comando da Capital, o que justifica muitas das ações, principalmente na primeira fase da ruptura, terem ocorrido entre a facção carioca e a paulista. Mas isso sem que o CV prejudique sua aliança com o grupo do Norte, mas pelo contrário, atuando em consonância.

4.4.1. Outubro de 2016: os primeiros indícios do conflito

Na tarde do dia 16 de outubro de 2016, em mais um dia de visita na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa vista, Roraima, aconteceu o primeiro confronto que se tem notícia entre o Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital, após a ruptura⁶³. Segundo o El País, presos do pavilhão 14 invadiram a ala de número 12⁶⁴, além de manterem cerca de 50 familiares dos presos, em sua grande parte mulheres visitando seus companheiros. Segundo relatos coletados pelo periódico, presos portavam facas, pedaços de pau e chaves de fenda (AVENDAÑO, 2016).

Isso poderia ter sido o motivo para o alto número de mortes, que oficialmente foram dez. Oitenta soldados do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) entraram em ação com o intuito de impedir que os presos invadissem outras alas e no outro dia, o capitão do batalhão liberou todos os reféns (AVENDAÑO, 2016). O batalhão, segundo o portal G1, não teve atuação tática em uma das alas, pois os presos liberaram os reféns e depois da entrada, o secretário de Justiça e Cidadania, Uziel Castro, atualizou a informação de que na verdade eram 100 reféns, 50 em cada ala (MARQUES; OLIVEIRA; 2016).

⁶³ A estratégia de se fazer rebeliões em dias de visita foi uma das estratégias utilizadas pelo PCC nas duas maiores rebeliões que promoveu em São Paulo, com o intuito de proteger os presos de uma intervenção policial como a que ocorreu no Carandiru, usando os reféns, em sua maioria as mulheres dos presos, como proteção (ver capítulo 3).

⁶⁴ Imagens do portal Veja (GONÇALVES, 2016) mostra como ficou o estado da penitenciária após a rebelião.

Segundo a Folha de São Paulo, com informações do governo de Roraima, sete corpos foram empilhados e queimados, dois foram decapitados e um foi morto por perfurações e pauladas (ALVES; CARMO; DALL'AGNOL, 2016). O portal G1, por meio de informações disponibilizadas pela Secretaria de Justiça e Cidadania, confirmou a morte de dez presos e também informou que seis presos foram feridos, sem risco de morte, e nenhuma fuga foi registrada. Outro dado importante é de que a penitenciária, a maior do estado, tinha capacidade para 700 presos, mas na verdade abrigava mais de 1.400 detentos (BRANDÃO, 2016), monitorados por cerca de sete a nove agentes penitenciários (GAMA, 2016).

O portal UOL trás informações mais claras em relação ao ocorrido⁶⁵. Segundo o secretário Uziel, o motim aconteceu por determinação das lideranças do PCC para atacar os presos do Comando Vermelho. A sua hipótese é reforçada pelo fato de que entre os mortos, estavam os dois principais nomes do grupo carioca no estado, Waldiney Alencar Souza e Leno Rocha de Castro (UOL, 2016). As mortes seriam em resposta a um áudio interceptado pela secretaria, onde a cúpula do PCC anuncia o início de uma “guerra” para “exterminar” o Comando Vermelho⁶⁶. Ali, segundo o governo, dos 1.400 presos, o PCC teria batizado cerca de 300 (ALVES; CARMO; DALL'AGNOL, 2016). O presidente do sindicato dos agentes penitenciários no estado afirmou que todos os mortos eram de integrantes do Comando Vermelho. E na madrugada do dia seguinte, houve uma nova movimentação dos presos, que foi controlada pela polícia (UOL, 2016).

Uma providência tomada pelo governo foi a transferência de sete detentos que eram considerados líderes do PCC em Roraima para um presídio federal em Mossoró. (CORREIA, 2016a). A força tática da polícia militar entrou na cadeia pública de Boa Vista para evitar novos confrontos, após ter sido descoberto um buraco na muralha que separava os presos do PCC e do CV. E em Monte Cristo, os presos do Comando Vermelho foram removidos para a área da cozinha, a fim de separá-los dos integrantes do PCC (CORREIA, 2016b).

O El País mostrou que horas depois do ocorrido em Boa Vista, foi registrado um confronto semelhante na Penitenciária Ênio Pinheiro, em Porto Velho Rondônia. Uma luta

⁶⁵ Muitos dos portais de notícia não divulgam os nomes dos grupos que entram em conflito, no intuito de não dar notoriedade aos mesmos, o que por muitas vezes dificultou a obtenção de informações mais precisas.

⁶⁶ Karina Biondi (2014) mostra em sua tese de doutorado que muitas vezes as informações passadas pela cúpula do PCC demoram a chegar aos seus destinos, como pode ter sido o caso dessas mortes, que ocorreram três meses após a ruptura. Em um caso curioso, foi ela que acabou informando um dos membros do grupo de que a cúpula teria determinado a adição da igualdade ao lema do PCC.

entre as mesmas facções acabou por incendiar uma cela e a fumaça acabou por matar oito presos por asfixia (AVENDAÑO, 2016) Segundo o G1, com informações do diretor do presídio, foi uma resposta ao confronto horas antes em Roraima. Ele também afirmou que a movimentação ocorreu na madrugada, onde os detentos acabaram por colocar fogo em colchões e com a fumaça, os oito presos acabaram por morrer e dois foram encaminhados ao hospital gravemente feridos (MORAIS; ZUIM, 2016a).

O Pavilhão B da penitenciária teve pelo menos uma das celas completamente incendiada e para conter o confronto entre os grupos, foram necessários 50 agentes. No total, seis presos foram encaminhados para o hospital da cidade, onde posteriormente dois foram liberados e quatro permaneceram em observação. O então ministro da justiça, Alexandre de Moraes, afirmou que os incidentes foram “pontuais” e que só seriam tomadas medidas se a situação persistisse. O presídio tinha capacidade para 400 detentos, mas no momento do conflito, havia 700 detentos (G1 RONDÔNIA; REDE AMAZÔNICA, 2016).

O secretário de justiça do estado não revelou quais grupos estavam envolvidos e a qual organização criminosa os presos mortos eram integrantes, mas atribuiu o confronto que ocorreu em Rondônia como parte da dinâmica nacional, o que se faz razoável supor que foi uma luta entre o PCC e o CV, visto que também foi noticiado pela mídia que o conflito na Penitenciária Ênio Pinheiro foi em resposta ao ocorrido em Roraima. (MORAIS; ZUIM, 2016b). O portal da Deutsche Welle (2016), contando com informações da polícia civil, afirma que as mortes foi resultado de uma disputa entre membros do Comando Vermelho e do PCC. O portal local Rondoniagora foi o único a descrever o que aconteceu na prisão. Segundo relatado, presos queriam invadir uma das alas para matar outros que pertenciam ao PCC (RONDONIAGORA, 2016). Porém, não há outras fontes que corroborem a notícia e também não se sabe de que grupos eram pertencentes os presos mortos.

Já no dia 18, foi a vez do Acre ser palco de tensão envolvendo o sistema penitenciário. Segundo o G1, na capital, Rio Branco, presos do sistema semiaberto na unidade prisional 4, conhecida como papudinha, sofreram uma tentativa de emboscada quando chegavam à unidade para poder dormir. Porém, a cidade já estava passando por uma onda de homicídios, tendo ocorrido cinco mortes entre o dia 16 e 17, todos executados com mais de um tiro. Desses, só foi confirmada a passagem de dois pela prisão, um deles por falta de pagamento de pensão alimentícia e em outro caso, o tio do morto tinha sido

ameaçado recentemente por suposto envolvimento com uma ex-mulher de um presidiário (G1 ACRE, 2016a; RODRIGUES, 2016b, RODRIGUES, 2016c).

No momento da emboscada, um dos presos foi mantido dentro da prisão sob proteção dos agentes. Apesar dos tiroteios, após a entrada de policiais do BOPE⁶⁷, a situação acabou sendo controlada e a emboscada feita por cerca de 25 pessoas foi frustrada. Não houve nenhum morto, mas quatro presos ficaram feridos, sendo encaminhados para um hospital da cidade (G1 ACRE, 2016b). O secretário de segurança pública do estado afirmou que os criminosos entraram atirando com armas de grosso calibre e alguns deles estavam posicionados na área de mata nas imediações da prisão. Somente um criminoso foi preso, além de uma espingarda, duas granadas, uma pistola e um colete a prova de balas (MARCEL, 2016).

Por causa dos danos causados pela tentativa de invasão, a juíza responsável pela Vara de Execuções penais determinou que os presos só voltariam a dormir na prisão no dia 21 (RODRIGUES; MUNIZ, 2016a). Porém, segundo a direção da unidade prisional, o retorno só ocorreu de fato no dia 25. Dos 290 presos que deveriam retornar, cerca de 45 não se apresentaram (dos 380 liberados pela juíza, 90 tinham ganhado a benefício de serem monitorados por tornozeleira eletrônica), 15 a mais do que normalmente é registrado⁶⁸. Após o ocorrido, também houve protestos dos presos no fórum criminal da cidade, reivindicando melhorias de segurança no local e foi feita a solicitação de recursos e a avaliação da estrutura das dependências (NASCIMENTO, 2016b).

Não foi informado a que grupo pertencia os invasores nem a quem buscavam matar⁶⁹. Já na manhã do dia 19, detentos do presídio Francisco d'Oliveira Conde (FOC), na mesma cidade, iniciaram um motim, batendo nas grades e gritando. Mas a situação foi rapidamente controlada sem nenhum dano registrado. A única hipótese levantada para tal movimentação foi que após o fato ocorrido na Papudinha, foram suspensas as visitas neste presídio (RODRIGUES; MUNIZ, 2016a).

Assim, a situação também se mostrou de aguda violência direta nas ruas da capital acreana. Segundo o G1, entre 18 de setembro e 18 de outubro, pelo menos 21 pessoas foram vítimas de assassinato na cidade, todas com as mesmas características de execução, onde sete deles ocorreram nas últimas 72 horas do período e 3 no domingo (dia 16). E o

⁶⁷ Segundo o portal O Rondoniense (2016), a sede do BOPE fica ao lado do presídio, o que mostra a ousadia do grupo.

⁶⁸ A hipótese levantada para a menor presença foi a de desinformação (NASCIMENTO, 2016b).

⁶⁹ A única informação foi de que os invasores da Papudinha não eram do Acre (RODRIGUES; MUNIZ, 2016b).

momento mais grave desse quadro ainda estava por vir, pois o dia 20, foram registrados ainda mais homicídios, além de incêndios e rebeliões (FULGÊNCIO, 2016).

Segundo o G1, em um banho de sol na FOC, no dia 20, presos brigaram com estoques (um tipo de arma pontiaguda feita com material improvisado) e deixaram uma vítima ferida. O detento foi encaminhado ao hospital e seu estado de saúde não foi informado (MELO, 2016a). Na mesma penitenciária, por volta das 18 horas e 30 minutos do mesmo dia, iniciou-se uma rebelião que deixou quatro mortos e 19 feridos, segundo o governo. A irmã de um detento teria ligado a ela informando que dentro do presídio estavam ocorrendo tiros e que alguns presos já tinham sido mortos. A situação nos pavilhões J, L e K só foi controlada cerca de três horas depois com a intervenção do BOPE (NASCIMENTO; MELO; MARCEL, 2016).

Segundo o Estado de São Paulo, a briga foi entre o PCC e o Bonde dos 13 (facção local aliada ao grupo paulista) contra o Comando Vermelho (ARRUDA, 2016). Dois agentes penitenciários foram presos, por recair neles a suspeita de que teriam fornecido armas para a rebelião⁷⁰. Não se sabe se foram os mesmos dois que foram feitos de reféns no momento do ocorrido. O governador do Acre, Tião Viana, afirmou que essa situação está relacionada a disputas entre criminosos que veem de facções do Rio de Janeiro e outros estados. Também afirmou que todos os assassinatos que ocorreram foram de pessoas ligadas ao crime (MELO; MARCEL, 2016). Foram apreendidas duas pistolas e uma escopeta de calibre 12 em posse dos detentos (ALESSI, 2016a).

A noite do dia 20 foi ainda mais calamitosa nas ruas da cidade de Rio Branco. Um agente da polícia militar confirmou a morte de 10 pessoas nesse dia, quatro no presídio e seis pelas ruas da cidade. Também houve registro de um incêndio em uma escola, em uma casa e uma cabeça decapitada foi encontrada em um bairro da cidade (MUNIZ, 2016). Em outra ocorrência, dois carros pararam em frente à casa de um suposto traficante e começaram a atirar, mas dada a proximidade com um dos batalhões da Polícia Militar, acabou chamando a atenção de agentes, levando mais de 20 deles ao local. Porém, todos os criminosos acabaram fugindo e ninguém foi preso (NASCIMENTO, 2016a).

No dia 23 do mesmo mês, mais uma morte foi registrada dentro do presídio Francisco D'Oliveira Conde. Pela madrugada, um detento foi morto com golpes de estoque por outro companheiro na ala “A” do presídio. O G1 afirma que a vítima teria sofrido abuso sexual, informação negada pela administração penitenciária do Acre. Também não

⁷⁰ Só um agente foi indiciado e acabou sendo absorvido (ACRE REAL, 2018).

se sabe se a morte foi ocasionada pelo contexto de conflito entre as facções. (MELO, 2016b). O reconhecimento tanto do governador quanto da secretaria de segurança do estado, sobre todo esse contexto conflituoso ser parte da dinâmica nacional, corrobora o argumento de que a mudança de configuração do arranjo de poder entre grupos de alcance nacional são capazes de alterar contextos em lugares muito distantes do seu berço de origem, deixando milhões de pessoas reféns em um contexto de insegurança e de mortes violentas, sem que o estado não possa fazer nada além de contabilizar as mortes.

Das medidas tomadas pelo estado, está o destacamento de 500 soldados do exército, 200 deles para atuar na capital e o restante em cidades de fronteira, como Eritaciolândia, Brasileira, Assis Brasil e Plácido de Castro (RODRIGUES; MUNIZ, 2016c). No mês de agosto, dois meses antes dos ocorridos supracitados, ocorreu a transferência de 12 presos que eram considerados líderes de uma facção, do FOC para um presídio federal em Mossoró. O motivo foi melhorar as condições de segurança logo após uma onda de ataques que teria se iniciado após a morte de um assaltante, que acabou levando a prisão de 100 pessoas, a perda de todo o arquivo cultura do Parque Capitão Ciriaco, incêndios, ataques e motins em presídio⁷¹ (RODRIGUES, 2016a).

Alessi pondera que os estados do Norte e Nordeste são o principal *locus* do conflito entre o PCC e o CV, muito pela sua posição estratégica como uma das principais rotas de tráfico de drogas do país. Ele também lembra que também existe uma forte presença da FDN, aliada ao grupo carioca, na região e especificamente no Acre, existe o grupo Bonde dos 13 como quarto grupo a atuar (ALESSI, 2016a). De maneira evidente, em vez de ser alcançado um clima de paz, as poucas medidas tomadas pelo governo do estado se mostraram completamente insuficiente para conter a situação no mês de outubro, atingindo uma situação emergencial. Esse contexto de insegurança não dava indícios de ter fim. Não só novas situações de aumento de insegurança iriam acontecer na região como novos ataques iriam acontecer dentro e fora dos presídios. Alguns desses entraram para o infeliz recorde nos anais da insegurança do país. É o que se verá no próximo tópico.

4.4.2. Janeiro de 2017: a escalada do conflito

O massacre ocorrido no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), em Manaus, foi um dos capítulos mais nefastos da permanente crise de insegurança no país.

⁷¹ Como o objetivo é analisar a violência causada pela luta entre facções, não se aprofundou na questão. Para mais informações, ver (RODRIGUES, 2016a).

Com 56 mortos, foi o segundo maior chacina ocorrida dentro do sistema penitenciário brasileiro, ficando atrás somente do Massacre ocorrido no Carandiru, em 1992, que deixou 111 mortos. Dada à gravidade do ocorrido, o Massacre do COMPAJ foi o único que contou com uma investigação profunda, que gerou um inquérito com mais três mil páginas e foi entregue a 2ª vara do Júri de Manaus⁷². O jornalista Flávio Costa obteve acesso ao documento, e relatou os detalhes do que ocorreu no dia do massacre detalhados no inquérito. Em entrevista, ele demonstrou a importância estratégica da penitenciária para o domínio do tráfico na região:

Quem controla o Compaj, controla Manaus e aí, por extensão, controla a região Norte” (...). Então o seguinte, se você for pensar o que é mais importante, inclusive, controlar (...) os pontos de droga ou o COMPAJ? O COMPAJ. (...) Quem controla o COMPAJ, controla o crime em Manaus, isso é fato, isso é dito em vários depoimentos de presos naquele inquérito do massacre de Manaus. Se o PCC tomasse conta ali do COMPAJ (...) fatalmente, o PCC controlaria, mais cedo ou mais tarde a rota do Solimões, os pontos de vendas de Manaus, (...) as rotas para outras cidades do interior, da região Norte... (COSTA, 2018).

Dois meses antes do massacre, Zé Roberto da Compensa, líder da FDN, teria mandado ordens para o massacre de um presídio federal em Mato Grosso do Sul (UOL, 2017b). No dia 1º de janeiro de 2017, em pleno domingo de ano novo, os chefes da FDN se reuniram após a saída das visitas do presídio e em uma foto tirada pelo grupo, é possível ver pistolas, escopetas e um facão. Foi exigido que todos os presos se dirigissem as três áreas externas dos pavilhões enquanto outros integrantes renderam agentes e os usaram como escudo para dominar outros espaços. Um policial acaba atirando, mas também é dominado. Os membros avançaram para as celas especiais, onde presos são mantidos fora do convívio geral, por serem condenados por estupro, por serem ex-policiais ou filhos de policiais e por serem informantes, que seriam mortos caso não estivessem isolados. Dos 41 presos ali, 19 morreram (COSTA, 2017b).

Posteriormente, os presos avançaram para a ala onde ficavam os presos que se declaravam do PCC, também isolados para evitar confusões e mortes. Segundo informações ainda não consolidadas, dos 27 presos que ali se encontravam, somente quatro conseguiram sobreviver, três deles tendo se escondido dentro de um bueiro. Os membros da facção paulista tentaram impedir que o grupo amazonense entrasse, colocando fogo nos colchões e outros serraram uma janela para tentar fugir, mas em vão. Os membros do Primeiro Comando morreram por asfixia, carbonizados ou por tiros. Uma parcela deles foi

⁷² Isso justifica a dificuldade de se analisar com mais profundidade os outros fatos ocorridos.

encaminhada a quadra de um dos pavilhões, sendo ajoelhados, alvejados e suas cabeças separadas do corpo. Outros morreram degolados (COSTA, 2017b).

Um balde serviu para depositar os corações arrancados de membros do grupo, outros membros tinham seus olhos arrancados e várias cabeças foram enfileiradas. Em outra parte área de seguro, foram mortos três policiais e outros presos em igual situação de vulnerabilidade. Em todo o tumulto, até mesmo um integrante da FND foi morto e esquartejado. E questões pessoais também foram resolvidas, com a morte de um preso que supostamente teria assediado a filha de um integrante da facção manauara (COSTA, 2017b).

Na área exterior da ala onde detentos do PCC ficavam, foi escrito com sangue a sigla FDN e também foi hasteada uma bandeira com o escrito “F.D.N. Família do Norte CV RL”. Às 16 horas e 27 minutos, detentos usaram uma escada e uma teresa (corda feita de lençóis e roupas) para ter acesso a área do semiaberto do complexo e outros escaparam por um buraco no muro. Na noite, com o fim das mortes, o uso de drogas foi liberado e somente às 20 horas iniciou-se as negociações com as autoridades, que não entraram no presídio. Os 12 funcionários usados como reféns, um deles alvejado com um tiro na perna, foram liberados pouco antes das nove horas do dia seguinte e as 17 horas o batalhão de choque entrou no COMPAJ (COSTA, 2017b).

17 armas foram achadas após as varreduras (SOUZA, 2017b) e em posterior declaração, o então governador, José Melo, acusado de fazer um acordo com a FDN para a obtenção de votos, afirmou que “nenhum santo morreu” no massacre (G1 AMAZONAS, 2017b). Em depoimento ao portal local D24am, o promotor Edinaldo Aquino Medeiros, que assinou a denúncia do ministério público sobre o massacre, afirmou que a ação da FDN foi de buscar o domínio das prisões do estado, e consequentemente do tráfico de armas, drogas e demais crimes na região (D24am, 2017.).

Das fugas, o Estado de São Paulo informa que foram contabilizadas 112 do COMPAJ e até aproximadamente uma da manhã do dia seguinte, 48 foram recapturados, contanto com os 72 que fugiram do Instituto Penal Antônio Trindade (Ipat) (CHAGAS et. al, 2017). Carvalho levanta a hipótese de que os presos das duas penitenciárias orquestraram suas ações para dividir as atenções das forças de segurança, que já se encontravam reduzidas por ser tratar de uma data festiva (CARVALHO, 2017a). O mesmo inquérito também revela que policiais e agentes de ressocialização permitiram que os membros da FDN possuíssem armas brancas e de fogo dentro do presídio, tendo sido

usadas para o massacre ocorrido. Um facão ou um celular custavam cerca de R\$ 200 e uma pistola entre R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00. Os agentes levavam consigo os celulares e negociavam com os detentos ou facilitavam a entrada de visitas com o objeto (COSTA, 2017c).

As armas eram entregues por donos de boca de fumo em liberdade a policiais militares, que levavam as armas ao trabalho e jogavam-as no gramado do regime fechado, sendo recolhidas e entregues aos líderes do ANEV amazonense. Já as facas eram entregues por agentes escondidas dentro de marmitas aos chefes do grupo. O acesso dessas armas, segundo delegados que participaram da força-tarefa que produziu o inquérito, foi crucial para o sucesso da organização criminosa amazonense, pois sem elas, os grupos atacados poderiam ter mais chances de defesa (COSTA, 2017c).

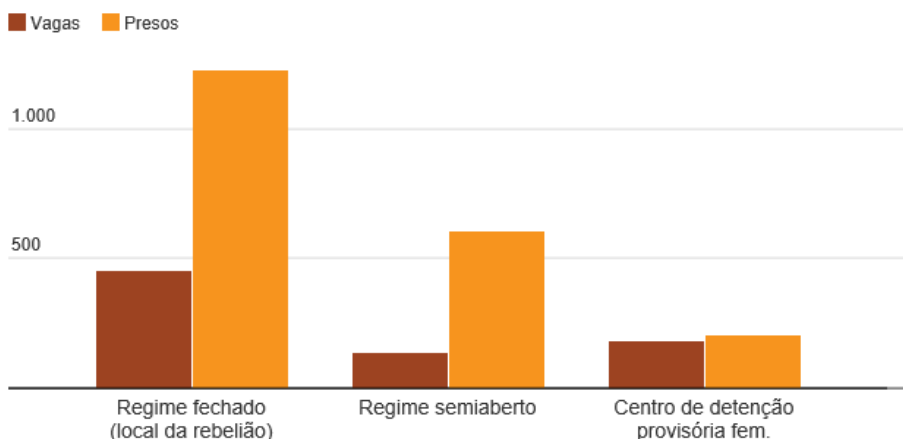
Assim como na realidade do estado, que tem a maior taxa de superlotação do país, com 483,9% (BRASIL, 2017a), o COMPAJ⁷³, maior presídio do estado, também estava superlotado, com 454 vagas para homens, mas contendo 1.224 em dezembro de 2016, como mostra o gráfico abaixo. Em visitas anteriores ao massacre, o então coordenador nacional da Pastoral Carcerária, afirmou a BBC que existiam ali vários presos com ferimentos e doenças, mas que não havia denúncias por medo de represálias. E o conselho nacional de justiça classificou o complexo como péssimo para fatores chave como ressocialização, assistência jurídica, educacional, social e de saúde (SOUZA, 2017a; CHAGAS et. al 2017). O presídio também não contava, até o momento do massacre, com detectores de metal e tampouco bloqueadores de sinal de celular (MAIA, 2017).

⁷³ Em visita ao presídio em 2016, logo após a descoberta de um túnel, o G1 mostrou imagens do presídio. Ver mais em (G1 AMAZONAS; REDE AMAZÔNICA, 2017).

Gráfico 13: Quantidade de presos e vagas no COMPAJ

PRESOS X VAGAS

O presídio Compaj é dividido em três unidades, todas superlotadas



Fonte: Costa, 2017c.

No dia 2 de janeiro, foi a vez da Unidade Prisional do Puraquequara (UPP), também em Manaus registrar mortes. Segundo o G1, na tarde da segunda-feira, quatro presos foram encontrados mortos⁷⁴ (G1 AMAZONAS, 2017d). Também na tarde da segunda, foi registrado um motim no Centro de Detenção Provisória Masculino (CDPM), prisão também superlotada, com 568 presos, mas abrigando 1.568 indivíduos. Os detentos ali iniciaram uma tentativa de fuga, que acabou sendo frustrada pela polícia. Já no Ipat, os presos se movimentaram batendo nas grades, situação que também foi controlada, segundo o governo (G1 AMAZONAS, 2017c). No dia cinco, uma revista feita na UPP, foram achados 105 celulares, chips, carregadores, drogas, uma pistola, armas artesanais, bebida alcoólica, pen drives e um modem de internet (UOL, 2017c).

Outra medida tomada para separar os membros do PCC foi a reativação da Cadeia Pública Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, desativada após recomendação do Conselho Nacional de Justiça. O presídio, que tinha capacidade para 400 pessoas, chegou a abrigar 1,5 mil pessoas, onde foi recomendado seu fechamento por não haver “condições mínimas para manter seres humanos ali”. Segundo o portal Estado de São Paulo, a partir do dia três de janeiro, presos do PCC que se encontravam no Ipat e na UPP começaram a ser transferidos. O portal atribuiu o motim que ocorreu no Ipat a medo dos presos em ocorrerem novos ataques. (CARVALHO, 2017b).

⁷⁴ De acordo com um portal local, todos eram ligados ao PCC e foram decapitados (GRAÇA; LEAL, 2017).

Segundo o portal O Globo, no dia seis, os detentos que se encontravam na Vidal Pessoa fizeram um motim reivindicando mais espaço e a administração penitenciária concedeu mais um pavilhão. Porém, quatro presos foram mortos na tarde do domingo (dia oito⁷⁵), dois estavam desaparecidos e um hospitalizado. Já à noite, uma nova movimentação acabou por deixar sete feridos. Dos quatro mortos, o secretário de administração penitenciária afirmou que três foram decapitados, facilitada pelo fato de terem encontrado objetos que estavam na cadeia antes de ser desativada. O ambiente, portanto, não foi minimamente preparado para receber os detentos. O secretário não soube explicar o motivo do ocorrido, visto que todos eram aparentemente iguais, não podendo ser briga de facção (LUCAS, 2017).

Segundo o Portal Estado de São Paulo, a polícia trabalhava com a hipótese de que entre os assassinados estariam membros da FDN que, em dívida com a organização, preferiram ir à unidade destinada a presos do PCC. Rocinaldo Silva, presidente do sindicato dos servidores penitenciários do Amazonas, afirmou que diferente do que foi divulgado, não eram só membros do PCC que estavam na cadeia, que também continham estupradores e membros em dívida com a FDN. Fontes da segurança pública do estado também afirmaram que o PCC estariam em busca de ex-integrantes da FDN que agora estão no grupo para participar da retaliação ao ocorrido no Anísio Jobim (CARVALHO et. al, 2017).

O presidente do sindicato também afirmou que só havia dois agentes fazendo o monitoramento da unidade e os presos não estavam separados por crime. Também confessou que para abrigar os 300 detentos, seriam necessários pelo menos 10 agentes, além de uma cadeia capaz de comportar esse número indivíduos, o que não era o caso da cadeia pública. Segundo ele, a cadeia, que tem mais de 100 anos, carecia de gestão, assistência social e limpeza. Familiares iniciaram um protesto na frente da cadeia e os policiais revidaram com spray de pimenta. Posteriormente, queimaram colchões e madeira e após os policiais apagarem o povo, o grupo bloqueou a frente do presídio (LUCAS, 2017).

De acordo com o G1, somente após as mortes foi feita a limpeza do local (dia nove), que contava com grande quantidade de entulho e também com barras de ferro. No

⁷⁵ No mesmo dia, o G1 relatou que foram achados três corpos em estado avançado de decomposição no ramal de acesso ao COMPAJ. Não foi dada nenhuma informação adicional (G1 AMAZONAS; G1 SÃO PAULO, 2017).

mesmo dia, também foram transferidos 20 detentos ameaçados de morte⁷⁶ (SEVERIANO, 2017). O Ministério da Justiça declarou ajuda ao estado do Amazonas por meio do envio de agentes do Departamento Penitenciário Nacional para formar uma equipe integrada na gestão penitenciária (CARVALHO et. al, 2017).

A ação da FDN em atacar os integrantes do PCC presos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim não ficou sem resposta por parte do grupo paulista, que promoveu a terceira maior chacina da história do país, só ficando atrás do massacre ocorrido no próprio COMPAJ e a do Carandiru. No dia seis de janeiro, a penitenciária de Monte Cristo foi palco mais uma vez de mortes, dessa vez tendo 31 mortos contabilizados⁷⁷. A ação teria começado às 2 horas e trinta minutos do horário local, quando presos deixaram suas celas e começaram a matar outros detentos. O governo do estado apresentou duas versões para o ocorrido, a primeira foi de que era uma reação do PCC ao ocorrido no COMPAJ. Porém, mais tarde, o secretário de justiça, Uziel, afirmou que para simbolizar um ato de vingança, mataram estupradores e pessoas que possivelmente não queriam aderir a organização (VALENTE et. al, 2017).

Também afirmou que não houve briga nem fugas, “somente” as mortes e dos 1.500 detentos ali, assegurou que pelo menos um terço foram batizados pelo ANEV paulista. Já o então ministro da justiça, Alexandre de Moraes, afirmou que segundo foi informado, só existiam membros ligados ao PCC na penitenciária (VALENTE et. al, 2017). O G1 completa a fala do ministro, afirmando que havia informações preliminares de que três dos mortos eram condenados por estupro e os demais eram rivais internos que haviam traído os demais, sendo então um acerto de contas (G1 RORAIMA, 2017a).

O secretário-adjunto de Justiça e Cidadania, Major Francisco Castro confirmou a informação do ministro, afirmando que houve uma separação dos membros do Comando Vermelho e do PCC. Os cerca de 300 filiados a ANEV carioca foram para a cadeia pública da cidade e como o grupo paulista era mais numeroso, acabaram ficando na maior penitenciária do estado, onde ocorreram as mortes. Porém, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em Roraima afirmou que desde as mortes em outubro de 2016, apenas medidas paleativas foram tomadas, visto que só foi feita a transferência dos líderes

⁷⁶ Ainda segundo o G1 Amazonas (2017a), esses detentos tiveram que retornar a cadeia pública devida à falta de estrutura que era esperada no presídio em Itacoatiara.

⁷⁷ Imagens da chacina podem ser vistas em Valente et. al (2017). Dado o seu caráter brutal, recomenda-se precaução. Outras imagens dos arredores da penitenciária pela manhã podem ser vistas em Veja (2017).

do CV para a cadeia pública, deixando os demais aliados do grupo carioca junto com a maioria dos batizados do PCC em Monte Cristo (GARCIA, 2017).

Em fevereiro de 2017⁷⁸, a equipe da organização internacional Humam Rights Watch pediu permissão para entrar na Penitenciária, mas as autoridades negaram com o argumento de que eles não poderiam garantir a segurança dentro do local. Um juiz que supervisiona a prisão afirmou ao portal que os sucessivos motins no local pode ter feito com que a capacidade real do presídio só seja de 300 detentos, ao invés dos 750 declarados pelo governo estadual. Os presos ficam ali todos os dias sem sair das celas, em condições precárias de higiene, superlotadas e em estado de ócio. Desde o ocorrido em outubro, os agentes penitenciários só entram duas vezes ao dia, para levar comida, acompanhados por policiais militares e no caso de adoecimento de um interno, ele não tem assistência externa (MUÑOZ, 2017).

O presídio tinha capacidade para 750 presos, mas comportava 1.475 pessoas, taxa de ocupação de quase dois presos para cada vaga. Desses, 64% ainda aguardavam por uma condenação (VALENTE et. al, 2017), espera que pode durar até um ano. Um dos dois defensores públicos que representam todos os presos condenados do estado afirmou não ter conseguido se reunir com seus clientes na prisão. Um relatório de outubro de 2016 do Departamento Penitenciário Nacional declarou que o estado fracassava em prover assistência jurídica, educação, saúde e trabalho aos internos, o que fortalecia o poder das organizações criminosas (MUÑOZ, 2017). Já uma inspeção do Conselho Nacional de Justiça um mês antes constatou não haver bloqueadores de sinal e 133 aparelhos foram apreendidos na ocasião. Dos 1.398 detentos naquele período, 932 eram provisórios (66,6%) e réus primários e reincidentes cumpriam pena juntos (G1 SÃO PAULO, 2017).

4.5. Respostas do Estado à violência entre facções no Norte do Brasil: debate sobre a violência estrutural e direta

O contexto acima explanado prova a incapacidade do governo federal e dos governos estaduais e municipais de, conjuntamente, prover segurança aos cidadãos da região. Não somente não conseguem prover dignidade a vida humana, por meio da diminuição da violência estrutural e cultural, como também são incapazes de garantir a

⁷⁸ Em 22 de março de 2017, o Brasil, em uma audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, teve que dar explicações da manutenção de algumas das prisões mais desumanas e violentas da região e por que se encontram sob controle de organizações criminosas (MUÑOZ, 2017).

segurança de seus cidadãos, seja nos presídios, seja nas ruas das cidades. Todas as mortes ocorridas nos presídios deixaram claro que quem possui o controle nesses locais são as organizações criminosas, e muitas vezes, os agentes de segurança sequer podem adentrar nas dependências sem pedir autorização. Tal situação não se restringe a região Norte do país.

Nas ruas, principalmente da periferia, as diversas instâncias do aparelho estatal se mostram incapazes de atuar no sentido de garantir a segurança, onde muitas vezes o crime organizado é o único a prover segurança e governança. Em casos como o desse objeto de estudo, onde acontece um conflito entre organizações criminosas, o Estado se mostra inábil em tomar qualquer atitude no sentido de no mínimo conter a quantidade crescente de mortes. Tratando do governo federal, as poucas medidas tomadas frente à crise que se instaurou nos estados mostra a dificuldade de se criar medidas efetivas para promover segurança aos cidadãos.

Entre as medidas tomadas pelo governo, além das supracitadas no tópico anterior, no dia 10 de janeiro de 2017, chegaram a Boa Vista 102 reforços da segurança nacional para atuar no sistema prisional do estado, além de 5,5 toneladas de equipamentos. Eles cumpririam a função de ajudar na parte externa das prisões, não podendo atuar internamente como polícia penitenciária. Também foi autorizado o uso de R\$ 32 milhões da verba prevista no orçamento repassado pelo governo federal para a construção de uma nova penitenciária, fazer um novo anexo para a cadeia da capital e terminar a construção de uma penitenciária no sul do estado. O governo também garantiu o envio de 38 armas e “kits antitumulto” (G1 RORAIMA, 2017b).

A ajuda, no entanto, foi inútil para evitar a fuga de 92 detentos de Monte Cristo no dia 19 de janeiro de 2018. Os criminosos causaram uma pane elétrica e saíram por um túnel que terminava a 50 metros de onde uma viatura da Força nacional deveria estar. Na ocasião, o comandante da Polícia Militar reclamou justamente da limitação imposta dos agentes da força nacional, que não poderiam atuar dentro dos presídios (BRANDÃO, 2018). Portanto, o reforço foi ineficaz, pois não ajudou na retomada do controle da penitenciária e nem na manutenção da ordem, como a fuga prova.

Entre as medidas anunciadas pelo presidente Temer depois dessa crise, foi a construção de cinco novos presídios federais, com capacidade para 1.000 pessoas e custo de R\$ 200 milhões. Essas novas vagas não cobririam nem mesmo o déficit do estado de Roraima, com o menor déficit do país, faltando 2.339 vagas e cobriria somente 0,4% do

déficit nacional. Também foi anunciado pelo governo R\$ 230 milhões para aprimoramento da segurança nos presídios estaduais, R\$ 150 milhões para transferência de tecnologia para bloqueadores de celulares e R\$ 80 milhões para compra de scanners corporais. Porém, todo esse montante já fazia parte do orçamento de 2017, não representando um adicional nos gastos do Estado (VALENTE et. al, 2017; BRASIL, 2017a). Além disso, esse montante diz respeito a compras para todas as unidades federativas, não representando um investimento direcionado a crise na localidade.

Em meio a todos os massacres ocorridos no início de 2017, foi divulgado entre o dia cinco e seis de janeiro do mesmo ano o plano nacional de segurança. O portal Estado de São Paulo, um ano após o ocorrido, pontua que pouco avançou do proposto. Por meio da Lei de Acesso a Informação, foram selecionadas as dez metas, que seriam principais. Delas, o governo diz ter cumprido uma, que é a produção da estatística nacional para medir a atividade da polícia judiciária, mas como não foi divulgado, o fato não pôde ser apurado. Das seis não cumpridas, três não saíram do papel, três foram iniciadas, mas longe da meta proposta e as três restantes não existem dados que possam comprovar seu cumprimento (CARVALHO, 2018).

Prometeu-se implementar o plano em todas as capitais e reduzir os homicídios em 7,5%, mas só chegou em quatro capitais, além do aumento de homicídios em capitais como Natal. Da efetivação de 7 mil agentes da força nacional prometida, a grupo cresceu de 934 para 2.001; das 835 câmeras de alerta, só 300 foram compradas. Das metas que não existem dados oficiais, está a redução em 15% na superlotação das cadeias; aumento de 10% na apreensão de armas e drogas em 2017 e 15% em 2018 e; ampliação do efetivo de investigações sensíveis sobre entorpecentes da Polícia Federal, esta não liberando a informação pelo seu caráter sigiloso. Das que não saíram do papel ou o governo desistiu, está à implementação de 27 núcleos de inteligência, revisão da matriz curricular das polícias e a criação da Coordenação de Policiamento de Fronteira e do Departamento de Polícia Judiciária. O plano como foi apresentado, sofreu críticas por carecer de um claro direcionamento de seus objetivos, sendo raso e genérico (CARVALHO, 2018).

Nas principais medidas, o plano não trata em nenhum momento em medidas para mitigar os problemas decorrentes da violência estrutural, focando simplesmente nas medidas mais imediatas e em reforço do que já vem sendo aplicado em termos de segurança, como apreensão de drogas, construção de presídios, contratação de mais agentes e compra de equipamentos de vigilância. Nada é proposto em termos da resolução desses

problemas de maneira criativa, a luz dos postulados de Galtung e mesmo nas propostas mais imediatas, o governo se mostra incapaz de implantá-las, o que reduz o plano a uma simples resposta no momento mais agudo da crise, que não almeja um objetivo claro e justamente por isso, não é eficaz. Acaba sendo uma medida que o governo toma a fim de mostrar que esforços estão sendo feitos, mas que por não haver preocupação com sua coerência nem aplicabilidade, cai no completo esquecimento.

Sobre o papel do governo federal, Costa afirma que o país carece de um plano nacional de combate o crime organizado e há também a falta de coordenação entre os estados e a federação, por meio, por exemplo, da troca de informação entre a Polícia Federal e as secretarias de segurança pública dos estados. Já no caso das penitenciárias, o governo também não define ações para diminuir a influência dessas organizações, mas pelo contrário, permite que a distribuição de presos em todo o Brasil seja feita pela auto declaração de facção. Isso torna as ações de combate ao crime organizado esparsas e faz com que o governo federal seja omissivo, segundo o jornalista, não só nas fronteiras, mas em todo o tema da criminalidade (COSTA, 2018).

Sobre o massacre do COMPAJ, em sua página oficial, o Ministério Público do Amazonas confirmou a denúncia de 213 pessoas envolvidas no massacre, todos acusados de homicídio triplamente qualificado (por motivo torpe, de maneira cruel e pela impossibilidade de defesa dos vitimados), tortura, vilipêndio de cadáver e associação criminosa (MP-AM, 2017). Eles responderão por 56 homicídios, 46 vilipêndios, 26 torturas e seis tentativas de homicídio. No final de outubro, foi decretada a prisão preventiva de 205 pessoas envolvidas no massacre, onde 37 seriam para os que continuam foragidos após mais de 10 meses do ocorrido e de 159 que já estariam nos presídios do estado (UOL, 2017a).

Um ano após o massacre, o portal local “A Crítica” apura que pouco mudou em relação insegurança no estado. Um centro de detenção foi inaugurado, mas longe de conseguir resolver o problema da superlotação carcerária do estado (LEAL, 2018). O tribunal de justiça do estado também nomeou 26 novos juízes e promoveu mais 12 para auxiliar no andamento dos processos, além de ampliar as instalações e quantidade de servidores da vara de execuções penais (JORNAL NACIONAL, 2017), uma medida, que como visto, é insuficiente. E como medida cautelar, logo após o massacre do COMPAJ os presos do PCC nas 11 unidades prisionais do estado foram separados por facção(DANTAS; ALVES, 2017). Apesar disso, Costa afirma que mesmo tendo sido

aprovada a corrupção policial, por meio da transferência de armas para as mãos dos presos, não houve continuidade nas investigações. Mesmo com a produção do relatório que investiga as causas do massacre, nada foi investigado em relação às causas relacionadas à omissão do estado (COSTA, 2018).

O estado do Amazonas, não de maneira exclusiva, não tem controle dos presídios do estado. No caso do Anísio Jobim, Costa afirma que todas as regras de convivência e procedimentos eram definidas pelos criminosos. O estado, muitas vezes, só entra nessas localidades com a permissão dos presos e também não tem estrutura nem inteligência para poder diminuir sua influência na localidade, tanto que a principal investigação sobre a FDN foi feita pelo Polícia Federal (COSTA, 2018).

Quase um ano depois do ocorrido em Manaus, houve a execução de seis pessoas em uma partida de futebol no bairro da compensa, principal reduto da FDN. Além disso, ocorreram outras mortes nos presídios do estado ao decorrer do ano e execuções praticamente diárias nas ruas do estado, mostrando que a situação pouco mudou (LEAL, 2018). Existem também suspeitas de corrupção envolvendo a administração penitenciária do estado. A gestão do COMPAJ e de outros seis presídios do Amazonas, segundo o Jornal Nacional, é feito por uma empresa privada, que cobra quase o dobro da média nacional por preso. Mesmo assim, o contrato com a empresa privada foi renovado e só o complexo penitenciário palco do segundo maior massacre do país custará R\$ 5 milhões por mês ao Estado. 88% de todo o orçamento da secretaria de administração prisional vai para a empresa, que em 2016, representou R\$ 304 milhões. E o último concurso público para agente penitenciário tinha ocorrido há 35 anos (JORNAL NACIONAL, 2017).

Costa também lembra os problemas diários na cidade de Manaus. O massacre em Manaus, segundo ele, foi o marco zero da luta entre as facções no estado, com um aumento nos índices de homicídios, decorrente das mortes pelo domínio da rota de tráfico. A própria chacina no campo de futebol seria um exemplo de do acirramento dessa luta e mesmo que o as mortes no Complexo deixaram o PCC com pouca gente ali, ainda havia muitos em liberdade. A população manauara teria se tornado refém da luta entre os grupos criminosos, onde muitas pessoas sem ligação com esses eles acabam sendo mortos, como o próprio ocorrido no COMPAJ, onde cerca de metade dos mortos, segundo o relatório que o jornalista obteve acesso, não tinha ligação com o PCC. E assim, Manaus e todas as cidades atingidas pelo conflito sofreriam do mesmo fenômeno que ocorre em cidades como o Rio

de Janeiro e São Paulo, onde várias regiões são dominadas pelo tráfico, a polícia não atua e a população segue as regras das facções dominantes (COSTA, 2018).

Considerações Finais

O Brasil é um dos países que mais sofrem com a violência homicida no mundo. Dentro de um contexto de paz oficial, há na verdade um grave problema de violência direta, estrutural e cultural que atinge o país de maneira muito evidente, e todas as mortes acontecidas nesse trabalho provam isso. Dado o caráter recente do acontecido, da falta de tempo e de recursos, não é possível determinar com clareza fatores como a cor de pele, escolaridade, renda e idade de todos os mortos na análise. Isso indica a necessidade de mais pesquisas futuras que se aprofundem nesses fatores, mas com o todo o contexto latino-americano que foi abordado, talvez seja simples imaginar a que grupos esses mortos pertencem.

As mesmas dificuldades também foram encontradas ao se abordar a violência estrutural e cultural na região, o que acabou por dificultar a operacionalização do quadro proposto pela Henkeman e dando centralidade a violência direta, que foi relatada de maneira mais acessível. Esse ponto também exige avanços futuros nas pesquisas, mas com as informações coletadas no trabalho, pode se concluir com segurança que o crime organizado no país é o maior desafio que o Estado brasileiro enfrenta atualmente. Foram várias as mortes no período analisados, e dada às respostas do governo federal e dos governos estaduais, deixa clara a debilidade em se enfrentar um tema tão complexo.

Todas as ações anunciadas são no sentido de atuar nos focos das crises, nos efeitos. Nada foi declarado no sentido de mitigar a violência estrutural e cultural que assola a região Norte. Elas são as causas principais da violência direta e a falta de políticas claras pra lidar com o problema é o motivo pelo qual o país continua incapaz de se mostrar eficiente no tema, pois os problemas de desigualdade continuam e com isso, os níveis de homicídios não dão sinal de melhora.

E mesmo a atuação do país no sentido de atuar nos efeitos, e não nas causas, ainda é falho. O deslocamento de cerca de 200 agentes do exército para a fronteira acreana, além de uma medida temporária, é incapaz de impedir o tráfico de drogas pelo estado. E mesmo que impedisse, seria completamente incompatível com as medidas necessárias para a redução dos homicídios, que exigem medidas internas associadas em sua maior parte a melhoria da qualidade de vida. As medidas de cooperação internacional que seriam úteis, como a troca de informações e experiências de serviços de inteligência dos países da região para o combate ao crime organizado transnacional, no entanto, sequer são cogitadas. Isso prova que o COT ainda é visto no país como um problema interno.

Outras medidas, como os 102 reforços da segurança nacional para Boa Vista, como relatado, foi insuficiente, para conter uma fuga. E, além disso, esses reforços não foram pensados para atuarem no sentido de pelo menos o Estado retomar o controle do presídio em questão, visto que não podiam adentrar nas suas dependências. Portanto, tudo isso mostra com clareza a completa inoperância das diversas instâncias que representam o Estado em lidar com o problema da criminalidade, que por encontrar pouca resistência, corre solto e expande e fortalece cada vez mais sua atuação pela região.

Conclusões

No primeiro capítulo, foi demonstrada a importância dos Estudos para a Paz em capturar o objeto de análise do presente trabalho. Galtung incentivou que esse campo de pesquisa fosse além das variáveis que envolvem o estado na busca por respostas para a violência (e consequentemente para a paz), a fim de tornar as respostas menos restritas e com maior poder explicativo. No caso desse trabalho, a violência analisada é originada pelo conflito de dois atores não estatais no seio de um Estado sem nenhuma guerra declarada, portanto, seria de se esperar que estivesse em um contexto de paz. Essa confusão só é resolvida com a ampliação do conceito de paz proposta pelo autor, que quebra com a simples dicotomia dos conceitos de guerra e paz, para trazer a tona um conjunto de variáveis que podem fazer com que uma determinada localidade não seja pacífica mesmo sem sofrer com um conflito bélico nos moldes clássicos.

A violência não se demonstra somente com a morte, ferimentos ou agressão. É muito mais profunda. É somente seu lado pungente. O lado “latente” da violência fica claro quando a maior parte das pessoas em uma determinada sociedade são incapazes de atingir seu potencial máximo. São impedidas por inúmeros fatores como a baixa qualificação, baixa renda, alto desemprego, difícil acesso à saúde e inúmeros outros fatores que levam milhares de indivíduos não só no Brasil, mas em todo o mundo, a impossibilidade de desempenharem seu potencial máximo. Apesar de terem perfeitas faculdades mentais, são incapacitados de atingir suas plenas capacidades, impedidos por um contexto de desigualdade que reduz grande parte do mundo a viver nesse mesmo contexto, sem perspectivas de melhoras. Pois a incapacidade de ascender em um contexto de pobreza acaba levando os filhos dessas famílias no futuro a padecerem das mesmas dificuldades que seus pais. Um ciclo sem fim.

E não acaba aí. A violência não se demonstra somente dessa maneira. Ela também é nítida quando é grande parte da população não branca que sofre nesse contexto. A despeito de sua porcentagem na população do Brasil, há uma sobre-representação desse grupo nos homicídios do país e também no encarceramento. Enquanto o país se torna cada vez mais seguro para homens e mulheres brancas, a diferença de pele diferente faz com que automaticamente haja um perigo crescente a sua vida. A violência contra a população não branca continua há séculos, fruto de um período de escravidão e da posterior incapacidade de inserção desses grupos no seio da sociedade, que perpetua até hoje. Vivemos em um mesmo país, até mesmo em uma mesma cidade, mas quase nunca compartilhamos os

mesmos espaços, em um apartheid social que não dá indícios de ter fim. Nas palavras de Cardoso e Ianni,

não existe democracia racial efetiva onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a 'raças' distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de 'bom tom', de um discutível 'espírito cristão' e da necessidade prática de 'manter cada um em seu lugar'. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática (CARDOSO; IANNI, 1960; p. 10 apud BRASIL, 2017a).

Assusta ver que 58 anos depois de publicada esta afirmativa de Cardoso e Ianni (1960), muito pouco mudou. Exatamente nesse contexto de falta de oportunidade de realizar as máximas capacidades, da frustração dos desejos, e da pobreza, é que os atores não estatais violentos encontram campo para a sua atuação. No caso do crime organizado, um tipo de ANEV, faz uso dessa estrutura de violência cultural e estrutural para transformá-la em violência direta, direcionada, na maioria das vezes, contra esses mesmos grupos que mais sofrem, seja na figura de um civil, de um criminoso, ou até mesmo do policial. Quem morre e quem mata, na maioria das vezes, padecem no mesmo contexto e tem a mesma cor.

O segundo e o terceiro capítulo são justamente uma tentativa de contextualizar esse problema. O segundo tratou do contexto excepcional da América Latina, onde mesmo não sendo um continente com os maiores níveis de pobreza, a combinação de elementos como a desigualdade, urbanização desordenada, baixa escolaridade e alto desemprego, nas áreas urbanas, que somando com outros fatores cria um ambiente prolífico para a atuação dos atores não estatais violentos. Tratando do Brasil, esse conjunto de variáveis faz com que o crime organizado preencha os espaços que deveriam ser ocupados pelo Estado, em questões como a garantia da segurança nos presídios, em várias regiões do país, na promoção de bens a população e até mesmo como um mecanismo de justiça alternativo.

Também proporciona um meio de renda para quem, muitas vezes estaria à mercê de um mercado informal com baixíssima remuneração, na melhor perspectiva. Proporciona a entrada de indivíduos, mesmo que de maneira indigna, ao mercado de consumo tão comum nas inúmeras propagandas em todas as mídias. Proporcionam muitas vezes uma segurança mais eficiente que a do Estado para a população. E enquanto o Estado atua de maneira repressiva dentro das comunidades, ou de maneira muito paliativa, o crime organizado, a

fim de ganhar o apoio onde se baseia, fornece bens de primeira necessidade a quem mais necessita da população, submete a população em sua área de domínio a suas regras, cria um ambiente de redução dos conflitos negativos e em caso de descumprimento de suas regras, existem debates que buscam dar fim ao problema. O caso do PCC é representativo desse argumento.

O que se vê então é um caso emblemático, onde ao mesmo tempo em que esses grupos são capazes de criar um grande contexto conflituoso, também são capazes de gerar “paz”. Ao mesmo tempo em que as duas maiores facções do país, o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, têm em seus estados, Rio de Janeiro e São Paulo, um contexto de queda constante nos índices de violência, fazem explodir um contexto conflituoso fora dessas localidades. Seja na região norte, no estado do Ceará, ou em Goiás. São capazes de gerar paz dentro dos presídios e também de eliminar um inimigo de forma extremamente cruel e espetacularizada.

No caso analisado, a ruptura entre o CV e o PCC, duas organizações com presença nacional, fez com que houvesse uma onda de violência na região Norte do país, por ser uma região onde os grupos do Sudeste atuavam em conjunto. A importância do Norte do país e por ter ali uma das principais rotas de tráfico de drogas, a Rota do Solimões, que é importante para o grupo carioca em face do bloqueio a Rota Caipira, dominada do PCC. E para o grupo paulista, é crucial para a obtenção do monopólio virtual da entrada de drogas no Brasil, além de acesso mais próximo aos mercados da América do Norte, a fim de criar, nas palavras de Flávio Costa, o maior cartel da América do Sul.

Porém, o acesso desses grupos a rota depende de um grupo criminoso que já está baseado ali, a Família do Norte. O grupo, que foi recentemente objeto de investigação pela Polícia Federal, busca-se estabelecer como principal facção da região e único operador da Rota do Solimões, controlando toda a droga que chega a Manaus. Assim, o conflito entre a FDN, em aliança com o CV e contra o PCC se deu meses depois do anúncio da ruptura entre os dois últimos. A análise dos conflitos concentrados entre outubro de 2016 e janeiro de 2017 demonstraram a capacidade e a liberdade que esses grupos têm de atuar dentro e fora das prisões, em detrimento do poder do Estado de contenção e controle a violência desprendida por esses grupos.

Mais de uma centena de mortes nas prisões, incontáveis outras pelas ruas da cidade, destruição de bens públicos, rebeliões, fugas e incêndios foram algumas das ações concentradas nesse período que demonstraram a força que esses grupos têm em poder

realizar praticamente qualquer tipo de ação, sem que o Estado possa reagir. As prisões, em sua maioria são controladas por facções, sem que muitas vezes os agentes penitenciários sequer possam entrar nas celas sem a autorização dos grupos. Nas ruas, principalmente das periferias, a situação não se mostra diferente. O Estado, por meio da garantia de segurança, saúde, educação, trabalho e outros serviços, pouco entra, fazendo com que muitas vezes essas organizações sejam os responsáveis por ofertar esses serviços. O caos que se instaurou na região mostra com clareza que o Estado seja refém, assim como a população, da livre atuação desses grupos pelo território nacional. A escassez de respostas oficiais frente a todos os eventos analisados é demonstrativa desse fato. Para Costa,

a solução vai ser dada pelas facções. (...) quando houver um vencedor dessa guerra, você terá uma pacificação (...), e isso não tem relação nenhuma com o Estado. (...) Não tem nenhum tipo de planejamento do governo amazonense de agir, agir presentemente (...) nesses locais que são dominados pelo tráfico. (...) A solução, pelo que eu vejo, passa (...) por haver um vencedor nesse conflito, entre o PCC e a FDN, ou um próprio acordo interno entre os caras (...) Mas isso sem a atuação do Estado (...). O conflito em Manaus passa por uma decisão dos líderes das facções, o Estado não tem qualquer ingerência sobre isso (...). Isso vale não só para Manaus, mas para qualquer lugar do país (COSTA, 2018).

Também é importante lembrar o crime organizado é um problema transnacional. A presença do PCC fora do Brasil já é conhecida há muito tempo, o que levou ao procurador do Paraguai, Hugo Volpe, a afirmar que a maior ameaça à segurança do país seja do ANEV paulista. Na Bolívia, interceptações deram conta de que uma das principais lideranças desse grupo fora da prisão, Fuminho, operava uma fazenda de coca no país. Assim, o grupo teria domínio não só sob a distribuição no estado de São Paulo e em outros locais onde domina, mas de todo o processo de produção e de transporte. Isso caracteriza um monopólio de toda a cadeia, da produção ao varejo.

O CV também é conhecido por suas ligações internacionais, onde por muito tempo a sua principal liderança, Fernandinho Beira-Mar, atuou na fronteira com o Paraguai e assim como o PCC, ambos os grupos são apontados por terem ligações com outras ANEVs, com destaque para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, na compra de armas, drogas e recrutamento de seus dissidentes. Já a Família do Norte, por operar uma Rota de tráfico internacional, tem contato com produtores de drogas da América do Sul. Isso sem contar as ramificações internacionais desses grupos que cuidam da exportação dessa droga. O caso do PCC é o mais claro nesse sentido, onde enviam, majoritariamente pelo porto de Santos, toneladas de droga tendo como principal destino a Europa.

Faz-se necessário um avanço na pesquisa desses grupos, a fim de entender seus meandros e como são capazes de gerar paz e conflito. São atores poderosos capazes de se infiltrar em todos os aspectos da sociedade, com capacidade de gerar medo coletivo, corromper agentes do Estado, gerar concorrência injusta no mercado com suas empresas criadas para lavar dinheiro, desviar dinheiro que poderia ir para amenizar as desigualdades, indo para a segurança e em completo desrespeito as fronteiras nacionais. Para o crime organizado, não existem fronteiras. E isso são só poucos exemplos do seu potencial.

Portanto, esses grupos não representam somente uma ameaça à segurança interna do país, eles também estão inseridos em um contexto de globalização, que facilita o contato com diversos mercados produtivos e consumidores. A cooperação internacional para combater essas ligações pode significar um grande impacto ao poder desses grupos. Toda a região sofre com a atuação, muitas vezes violenta, pelo domínio das rotas, de venda e da atuação transnacional desses grupos, seja em conflitos, seja em parcerias. Isso faz com que o tema seja de interesse grande para o campo, sem se esquecer das próprias origens do problema, que são muito parecidas em toda a América Latina, o que também demanda soluções além das fronteiras.

Referências Bibliográficas

- A CRÍTICA. **Dois corpos são encontrados em veículo enquanto seguiam para ‘desova’; três foram presos.** 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/U6NyHa>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para políticas públicas. 2002.
- ABREU, Allan de. **Cocaína:** A Rota Caipira: O narcotráfico no principal corredor de drogas do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1ª ed., 2017.
- ACRE REAL. **Justiça absolve agente penitenciário acusado de fornecer armas para detentos usarem em rebelião.** 2018. Disponível em: <<https://www.acrereal.com/acre/justica-absorve-agente-penitenciario-acusado-de-fornecer-armas-para-detentos-usarem-em-rebeliao/>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- ADORNO, Luís. **Bilhete encontrado em prisão aponta que braço direito de Marcola mandou matar líderes do PCC.** 2018a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/22/bilhete-encontrado-em-prisao-aponta-que-braco-direito-de-marcola-mandou-matar-lideres-do-pcc.htm>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- ADORNO, Luís. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Framento. João Pessoa, 13 mar. 2018b. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "A" desta monografia].
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos avançados**, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.
- ALESSI, Gil. **Acre vive noite de terror atribuída por autoridades à guerra entre facções.** 2016a. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/21/politica/1477070073_785760.html>. Acesso em: 06 maio 2018.
- ALESSI, Gil. **Subiu o morro como Antônio, desceu como Nem da Rocinha.** 2016b. Disponível em: <<https://goo.gl/dbcUsJ>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.
- ALVES, Martha; CARMO, Sidney Gonçalves do; DALL'AGNOL, Camila. **Rebeliões deixam ao menos 18 mortos em presídios no Norte.** 2016. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/10/1823433-briga-de-faccoes-deixa-12-mortos-em-presidio-de-roraima.shtml>>. Acesso em: 04 maio 2018.

ARRIAGADA, Irma; GODOY, Lorena. **Seguridad ciudadana y violencia en América Latina**: diagnóstico y políticas en los años noventa. Santiago: Cepal, 1999.

ARDIZZONE, Leoisa. **Gettin'My Word Out**: Voices of Urban Youth Activists. Albany: SUNY Press, 2007.

ARRUDA, Itaan. **Rebelião em presídio do AC deixa 4 mortos, 20 feridos e uma cidade assustada**. 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rebeldiao-em-presidio-do-acre-deixa-ao-menos-3-mortos-e-20-feridos,10000083487>>. Acesso em: 07 maio 2018.

AVENDAÑO, Tom C.. **Rebeliões em prisões de Rondônia e Roraima deixam 18 mortos em menos de 24 horas**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/17/politica/1476683609_511405.html?rel=mas>. Acesso em: 04 maio 2018.

AVILA, Carlos Federico Domínguez. Atores não-estatais violentos e a segurança internacional na América Latina: conjuntura e cenários prospectivos. **Meridiano 47- Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais**, v. 15, n. 145, 2014.

AUTESERRE, Séverine. **Peacetime violence**: post-conflict violence and peacebuilding strategies. Nova Iorque: Program on States and Security, 2010.

AYDINLI, Ersel. Assessing violent nonstate actorness in global politics: a framework for analysis. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 28, n. 3, p. 424-444, 2015.

AYDINLI, Ersel. Statist- transnationalism for a security cooperation regime. In: AYDINLI, Ersel. **Emerging Transnational (In) Security Governance**: A Statist-Transnationalist Approach. Nova Iorque: Routledge, p. 1-22, 2010.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Criminalidade e justiça penal na América Latina. **Sociologias**, v. 7, n. 13, p. 212-241, 2005.

AZEVEDO, Solange. **A estranha ascensão de Marcola**. 2009. Disponível em: <https://istoe.com.br/7581_A+ESTRANHA+ASCENSAO+DE+MARCOLA/>. Acesso em: 31 mar. 2018.

BANFIELD, Jessie. **Crime and Conflict**: The New Challenge for Peacebuilding. Londres: International Alert, 2014.

BARROS, Ciro; NUNES, Camila. **Disseminação de facções impacta na violência, diz pesquisadora**. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/disseminacao-de-faccoes-impacta-na-violencia-diz-pesquisadora/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BENITES, Afonso. **Assassinato do “rei do tráfico” na fronteira deixa em alerta autoridades brasileiras**. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/politica/1466198112_870703.html>. Acesso em: 27 abr. 2018.

BENÍTEZ MANAUT, Raúl. La Iniciativa Mérida: desafíos del combate al crimen y el narcotráfico en México. **Boletín Elcano**, n. 98, p. 7, 2007.

BIDERMAN, Ciro et al. Pax monopolista and crime: the case of the emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. **Domestic Violence**, p. 1-35, 2014.

BIGOLI, Paula dos Santos; BEZERRO, Eduardo Buzetti Eustachio. Facções Criminosas: o Caso do PCC – Primeiro Comando da Capital. In: **Colloquium Humanarum**. p. 71-84, 2015.

BIONDI, Karina. A ética evangélica e o espírito do crime. **26ª Reunião Brasileira de Sociologia, Goiânia. Anais da 26ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia**, 2008.

BIONDI, Karina. **Etnografia no Movimento: território, hierarquia e lei no PCC**. 2014. 336 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Ufscar, São Carlos, 2014.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: imanência e transcendência no PCC**. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Ufscar, São Carlos, 2009.

BIONDI, Karina. Relatos de uma rebelião: a faceta representativa do PCC. **VII Reunião de Antropologia do Mercosul: Desafios Antropológicos**, 2007.

BIROL, Alinne Pedra Jorge; JUNIOR, Arno Dal Ri. The role of organized crime in informal justice systems: the brazilian case. **Uluslararası Güvenlik ve Terörizm Dergisi**, p. 59-80, 2011.

BLACKWELL, Adam; DUARTE, Paulina. “Violence, Crime and Social Exclusion”. In: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (org.). **Inequality and Social Exclusion in the Americas: 14 Essays**. Washington: OEA, p. 111 -134, 2014.

BOULDING, Kenneth E. **Stable peace**. Austin: University of Texas Press, 1978.

BRANDÃO, Inaê. **Confronto entre presos de RR deixa 10 mortos e 6 feridos, afirma Sejuc**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/10/confronto->

entre-presos-de-rr-deixa-10-mortos-e-6-feridos-afirma-sejuc.html>. Acesso em: 04 maio 2018.

BRANDÃO, Inaê. **Força Nacional vigiava área de penitenciária por onde 80 presos fugiram em Roraima, diz Sejuc.** 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/forca-nacional-vigiava-area-de-penitenciaria-por-onde-80-presos-fugiram-em-roraima-diz-sejuc.ghtml>>. Acesso em: 09 maio 2018.

BRASIL. Levantamento nacional de informações penitenciárias. **Brasília: Departamento Penitenciário Nacional-Ministério da Justiça**, 2017a.

BRASIL. Polícia Federal. Superintendência Regional no Amazonas. **Operação La Muralla**. Manaus: Delegacia de Repressão a Entorpecentes, 2016.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2017b.

BRETT, Roddy; FLOREZ, Diana. Peacebuilding in South America. In: RICHMOND, Oliver P.; POGODDA, Sandra; RAMOVIĆ, Jasmin (Org.). **The Palgrave Handbook of Disciplinary and Regional Approaches to Peace**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016. p. 438-449.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto et al. La nueva violencia urbana de América Latina. **Sociologias**, Porto Alegre v. 4, n. 8, p. 34-51, 2002.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. La violencia homicida en América Latina. **América Latina Hoy**, Salamanca v. 50, p. 103-116, 2008.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. Urban violence and public health in Latin America: a sociological explanatory framework. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro v. 21, n. 6, p. 1629-1648, 2005.

BUVINIĆ, Mayra; MORRISON, Andrew R.; SHIFTER, Michael. **Violence in Latin America and the Caribbean: a framework for action**. Washington: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1999.

CARAMANTE, André. **PCC Crime Incorporated tem novo organograma**. 2016. Disponível em: <<https://ponte.org/pcc-crime-incorporated-tem-novo-organograma/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

CARVALHO, Marco Antônio. **Cadeias têm nova tentativa de fuga e início de motim em Manaus**. 2017a. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cadeias->

tem-nova-tentativa-de-fuga-e-inicio-de-motim-em-manaus,10000097717>. Acesso em: 08 maio 2018.

CARVALHO, Marco Antônio. **Governo do Amazonas reativa cadeia para abrigar 130 presos do PCC.** 2017b. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-do-amazonas-reativa-cadeia-para-abrigar-130-presos-do-pcc,10000097793>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CARVALHO, Marco Antônio. **Maior parte do Plano de Segurança, lançado há um ano, fica só no papel.** 2018. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,maior-parte-do-plano-de-seguranca-lancado-ha-um-ano-fica-so-no-papel,70002204109>>. Acesso em: 09 maio 2018.

CARVALHO, Marco Antônio et al. **Cadeia ‘do PCC’ em Manaus tem 4 mortos; Estados pedem ajuda federal.** 2017. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,rebeldiao-em-prisao-deixa-mortos-no-am-diz-governo,10000098803>>. Acesso em: 08 maio 2018.

CARDILLI, Juliana. **Suriname é o único país da América do Sul sem superlotação carcerária, aponta estudo.** 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/kAJgU5>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CASTRO, Mary Garcia et al. **Cultivando vida desarmando violências:** experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg e Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CCSPJP. **Metodología del ranking (2017) de las 50 ciudades más violentas del mundo.** Cidade do México: CCSPJP, 2018.

CEPAL, N.U. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2016.** Santiago: CEPAL, 2016

CEPAL, N. U. **Panorama Social de América Latina 2017.** Santiago: CEPAL, 2017.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. Crime organizado, estado e segurança internacional. **Contexto internacional**, v. 33, n. 2, p. 375-405, 2011.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017.** Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

CHADE, Jamil. **Brasil tem maior número de mortes violentas do mundo:** Relatório aponta 70,2 mil óbitos do tipo no País - 12,5% dos registros no mundo; taxa nacional subiu de 2015 para 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem->

maior-numero-de-mortes-violentas-no-mundo-diz-entidade,70002111415>. Acesso em: 07 dez. 2017.

CHAGAS, Bruna et al. **Maior matança em presídios desde o Carandiru deixa 56 vítimas no AM.** 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1846359-maior-matanca-em-presidios-desde-o-carandiru-deixa-56-vitimas-no-am.shtml>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CLAPHAM, Andrew. **Non-State Actors**. Oxford: Oxford University Press, Forthcoming, 2016.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

COCKAYNE, James. State fragility, organised crime and peacebuilding: towards a more strategic approach. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre**, p. 1-15, 2011.

CONSEJO CIUDADANO PARA LA SEGURIDAD PÚBLICA Y LA JUSTICIA PENAL
CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). Resolução 1540. 2004.

COHEN, Mark A.; RUBIO, Mauricio. Solutions paper: Violence and crime in Latin America. **Trabajo presentado en la Consulta de San José, copatrocinada por el Copenhagen Consensus Center y el Banco Interamericano de Desarrollo**, v. 22, 2007.

CORREIA, Cyneida. **7 líderes do PCC são transferidos de RR para presídio federal no RN.** 2016a. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,7-lideres-do-pcc-sao-transferidos-de-rr-para-presidio-federal-no-rn,10000084779>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CORREIA, Cyneida. **Polícia age para impedir novos motins em Roraima.** 2016b. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policia-age-para-impedir-novos-motins-em-roraima,10000083219>>. Acesso em: 07 maio 2018.

CORTRIGHT, David. **Peace: A history of movements and ideas**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COSTA, Flavio. Entrevista concedida a Rodrigo de Souza Framento. João Pessoa, 20 mar. 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "B" desta monografia].

COSTA, Flávio. **Luta do PCC pelo monopólio das drogas custará muitas vidas, diz escritor que investiga o tráfico.** 2017a. Disponível em: <<https://goo.gl/iyWwEa>>. Acesso em: 22 maio 2018.

COSTA, Flávio. **Massacre de Manaus começou com tiroteio com PM e terminou com festa regada a drogas.** 2017b. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/11/12/tiroteio-com-pm-a-morte-de-velho-sabia-como-aconteceu-o-massacre-de-manauas.htm>>. Acesso em: 07 maio 2018.

COSTA, Flávio. **PMs e agentes vendiam armas para chefes de facção em presídio do massacre de Manaus.** 2017c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1934385-pms-e-agentes-vendiam-armas-para-faccao-em-presidio-de-massacre-no-am.shtml>>. Acesso em: 07 maio 2018.

COTTRELL, W. F. Men cry peace. **Research for Peace**, p. 99-164, 1954.

D24AM. **Denúncia do MP-AM narra estupros e presos obrigados a comer olhos humanos no massacre do Compaj.** Disponível em: <<http://d24am.com/amazonas/denuncia-do-mp-am-narra-estupros-e-presos-obrigados-comer-olhos-humanos-no-massacre-do-compaj/>>. Acesso em: 07 maio. 2018.

DAILY NEWS NEW YORK. **179 fatalities involving on-duty NYPD cops in 15 years, only 3 cases led to indictments — and just 1 conviction.** Disponível em: <<https://goo.gl/gHR7OW>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

DANTAS, Marcos; ALVES, Jamile. **Governo isola membros de facção para evitar novas rebeliões no AM.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/governo-isola-membros-de-faccao-para-evitar-novas-rebelioes-no-am.html>>. Acesso em: 07 maio 2018.

DEUTSCHE WELLE. **Rebelião em Roraima tem detentos decapitados.** 2016. Disponível em: <<http://p.dw.com/p/2RJbY>>. Acesso em: 05 maio 2018.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da guerra à gestão: trajetória do Primeiro Comando da Capital (PCC) nas prisões de São Paulo. **Revista Percurso**, Maringá, p. 79-96, 2009a.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. **Da pulverização ao monopólio da violência:** expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011. 386 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, USP, São Paulo, 2011a.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011b.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. **Dilemas**, Rio de Janeiro v. 2, n. 4, p. 83-106, 2009b.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; DARKE, Sacha. From dispersed to monopolized violence: expansion and consolidation of the Primeiro Comando da Capital's Hegemony in São Paulo's prisons. **Crime, Law and Social Change**, v. 65, n. 3, p. 213-225, 2016.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; SALLA, Fernando. Organized crime in Brazilian prisons: The example of the PCC. **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 2, p. 397-408, 2013.

DIEHL, Paul F. Exploring peace: Looking beyond war and negative peace. **International Studies Quarterly**, v. 60, n. 1, p. 1-10, 2016.

DREYFUS, Pablo Gabriel. **Pablo Gabriel Dreyfus: DRUG TRAFFICKING AND NATIONAL SECURITY IN SOUTH AMERICA**. 2002. 662 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Genebra, Genebra, 2002.

FRAGA, Paulo César Pontes. A geopolítica das drogas na América Latina. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 67-90, 2007.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos Estudos para a Paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: MASCHIETTO, Roberta; FERREIRA, Marcos Alan SV; KUHLMANN, Paulo (Org.). **Estudos para a Paz: correntes e debates. No Prelo**, 2018a.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Criminality and Violence in South America: The Challenges for Peace and UNASUR's Response. **International Studies Perspectives**, v. 18, n. 1, p. 64-80, 2017a.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Estudos Críticos da Paz e Crime Organizado Transnacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 113, p. 29-50, 2017b.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Organized Crime 'Made in Brazil': the Primeiro Comando da Capital (PCC) as a Transnational Violent Non-State Actor. *Artigo apresentado na 58ª International Studies Association Conference* – Baltimore, EUA, 2017c.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. Transnational Organized Crime and Structural Violence in Brazil. In: ATIENO, Christine (Org.). **Briefs in Environment, Security, Development and Peace (ESDP)**. Berlim: Springer, 2018b. p. 7-21.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Gravações revelam governo do AM negociando apoio de facção criminosa**. 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/ZDm67Q>>. Acesso em: 03 maio 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FULGÊNCIO, Caio. **Rio Branco contabiliza ao menos 21 execuções nos últimos 30 dias.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/rio-branco-contabiliza-ao-menos-21-execucoes-nos-ultimos-30-dias.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

G1 ACRE. **Após onda de homicídios, presídio no AC tem tentativa de invasão e tiroteio.** 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/apos-onda-de-homicidios-tiroteio-e-registrado-em-presidio-no-acre.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

G1 ACRE. **Tentativa de invasão em presídio é controlada e detentos ficam feridos.** 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/rebeliao-em-presidio-de-rio-branco-e-controlada-e-2-detentos-ficam-feridos.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

AMAZONAS, G1. **Exército faz varredura em cadeia reativada após massacre em Manaus.** 2017a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/exercito-faz-varredura-em-cadeia-reativada-apos-massacre-em-manaus.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

G1 AMAZONAS. **'Não havia nenhum santo' entre os mortos em rebelião, diz governador.** 2017b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/nao-havia-nenhum-santo-entre-os-mortos-em-rebeliao-diz-governador.html>>. Acesso em: 07 maio 2018.

G1 AMAZONAS. **Presos do CDPM fazem rebelião, a terceira no AM em menos de 24 horas.** 2017c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/presos-do-cdpm-fazem-rebeliao-terceira-no-am-em-menos-de-24-horas.html>>. Acesso em: 07 maio 2018.

G1 AMAZONAS. **Quatro presos são mortos em presídio na Zona Rural de Manaus.** 2017d. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/quatro-presos-sao-mortos-em-presidio-na-zona-rural-de-manaus.html>>. Acesso em: 07 maio 2018.

G1 AMAZONAS; G1 SÃO PAULO. **[Http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-em-cadeia-publica-deixa-mortos-em-manaus.html](http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-em-cadeia-publica-deixa-mortos-em-manaus.html).** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/rebeliao-em-cadeia-publica-deixa-mortos-em-manaus.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

G1 AMAZONAS; REDE AMAZÔNICA. **Veja interior de presídio onde ocorreu massacre no AM; FOTOS.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/fotos/2017/01/veja-interior-de-presidio-onde-ocorreu-massacre-no-am-fotos.html#F2278169>>. Acesso em: 22 maio 2018.

G1 RONDÔNIA; REDE AMAZÔNICA. **Corpos dos 8 presos mortos em presídio de RO são liberados do IML.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/10/corpos-dos-8-presos-mortos-em-presidio-de-ro-sao-liberados-do-iml.html>>. Acesso em: 04 maio 2018.

G1 RORAIMA. **31 presos são mortos em penitenciária de Roraima, diz governo.** 2017a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/mais-de-30-presos-sao-mortos-na-penitenciaria-de-roraima-diz-sejuc.html>>. Acesso em: 08 maio 2018.

G1 RORAIMA. **Força Nacional chega a Roraima para intensificar segurança em presídios.** 2017b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/forca-nacional-chega-roraima-para-intensificar-seguranca-em-presidios.html>>. Acesso em: 08 maio 2018.

G1 SÃO PAULO. **Inspeção vê condições 'péssimas' em presídio de RR onde 31 morreram.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/inspecao-ve-condicoes-pessimas-em-presidio-de-rr-onde-33-morreram.html>>. Acesso em: 08 maio 2018.

GALTUNG, Johan. Cultural violence. **Journal of peace research**, v. 27, n. 3, p. 291-305, 1990.

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization.** Oslo/London: PRIO/Sage, 1996.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of peace research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GALTUNG, Johan. 'Violence, War, and Their Impact On Visible and Invisible Effects of Violence', Polylog. Forum for Intercultural Philosophy. 2004.

GAMA, Aliny. **Briga entre facções deixa 10 presos mortos em penitenciária em Boa Vista, diz polícia.** 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2016/10/17/briga-entre-faccoes-deixa-25-presos-mortos-em-penitenciaria-em-boavista-diz-policia.htm>>. Acesso em: 04 maio 2018.

GARCIA, Janaina. **Pelo menos 31 presos são encontrados mortos em prisão em Roraima.** 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/06/pelo-menos-33-presos-sao-encontrados-mortos-em-prisao-em-roraima.htm>>. Acesso em: 08 maio 2018.

GODOY, Marcelo. Maior investigação da história do crime organizado denuncia 175 do PCC. 2016. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maior->

investigacao-da-historia-do-crime-organizado-denuncia-175-do-pcc,1084346. Acesso em : 08 maio 2018.

GONÇALVES, Eduardo. **Fotos mostram as marcas da barbárie no presídio de Roraima.** 2016. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/fotos-mostram-as-marcas-da-barbarie-no-presidio-de-roraima/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GRAÇA, Dante; LEAL, Vinicius. **Quatro detentos do PCC são decapitados na Unidade Prisional do Puraquequara.** 2017. Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/manaus/news/quatro-detentos-do-pcc-sao-decapitados-na-unidade-prisional-do-puraquequara>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GUZZI, André Cavaller. **As relações EUA – América Latina:** medidas e consequências da política externa norte-americana para combater a produção e o tráfico de drogas ilícitas. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, PUC-SP/UNESP/ÚNICAMP, São Paulo, 2008.

.HENKEMAN, Sarah et. al. **Open guide to a deeper, wider and longer analysis of violence.** 2016.

HISAYASU, Alexandre. **O poder geográfico.** 2016. Disponível em: <<http://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/poder-geografico>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

IBGE. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros:** cultura: 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

JANUÁRIO, Jatniel Rodrigues; NASCIMENTO, Antonio Gelson Oliveira; FIORAVANTE, Edwan Fernandes. Custo do bem-estar social de controle criminal na Amazônia ocidental. **Revista Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 22, p. 221-243, 2017.

JELMAYER, Rogerio; VYAS, Kejal; PEARSON, Samantha. **Brazilian Gang Enlists FARC Rebels for Drug Trade.** 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/ZhkFR3>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

JORNAL NACIONAL. **Relatório do MP-AM revela falhas que levaram ao massacre de detentos.** 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/12/relatorio-do-mp-am-revela-falhas-que-levaram-ao-massacre-de-detentos.html>>. Acesso em: 07 maio 2018.

LABATE, Beatriz Caiuby; CAVNAR, Clancy; RODRIGUES, Thiago. Introduction: Drugs and Politics in the Americas: A Laboratory for Analysis; In: LABATE, Beatriz Caiuby;

CAVNAR, Clancy; RODRIGUES, Thiago (Ed.). **Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas**. Suíça: Springer, 2016. Cap. 1. p. 1-9.

LARANJEIRA, Ronaldo et al. **II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas**. São Paulo: UNIFESP, 2012.

LEAL, Vinicius. **Um ano após o massacre do Compaj: domínio da FDN, superlotação e ‘revanche’ do PCC**. 2018. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/um-ano-apos-o-massacre-do-compaj-dominio-da-fdn-superlotacao-e-revanche-dos-pcc>>. Acesso em: 07 maio 2018.

LEITÃO, Leslie. **Governo do Amazonas negocia apoio de traficantes para o 2º turno**. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/governo-do-amazonas-negocia-apoio-de-trafficantes-para-o-2-turno/>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

LESSING, Benjamin; WILLIS, Graham Denyer. Legitimacy in Criminal Governance: Managing a Drug Empire from Behind Bars. **Trabalho apresentado na Comparative Politics Workshop da University of California - Los Angeles (UCLA), Department of Political Science, 26 de Fevereiro de 2018**. Disponível em: <https://www.polisci.ucla.edu/event/benjamin-lessings-talk>. Acesso em: 20 Abr. 2018.

LUCAS, Alírio. **Quatro detentos morrem em presídio reativado em Manaus**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/quatro-detentos-morrem-em-presidio-reativado-em-manaus-20744822>>. Acesso em: 08 maio 2018.

MAIA, Dhiego. **Prisão alvo de matança em Manaus foi considerada ‘péssima’ em inspeção**. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1846387-prisao-alvo-de-matanca-em-manaus-foi-considerada-pessima-em-inspecao.shtml>>. Acesso em: 07 maio 2018.

MARCEL, Yuri. **Invasão em presídio no Acre contou com 25 criminosos, diz governo**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/invasao-em-presidio-no-acre-contou-com-25-criminosos-diz-governo.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

MOURA, Tatiana. Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 71, p. 77-96, 2005.

MARINO, Fandino; MARIO, Juan. Ciclos históricos da violência na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 31-38, 2004.

MARQUES, Adalton. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**, v. 14, n. 2, p. 311-335, 2010.

MARQUES, Marcelo; OLIVEIRA, Valéria. **Bope entra em presídio de RR e liberta familiares feitos reféns.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/10/bope-entra-em-presidio-de-rr-e-familiares-feitos-refens-sao-liberados.html>>. Acesso em: 04 maio 2018.

MELO, Quésia. **Briga entre presos durante banho de sol deixa um ferido em presídio no AC.** 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/briga-entre-presos-durante-banho-de-sol-deixa-um-ferido-em-presidio-no-ac.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MELO, Quésia. **Detento é morto dentro de cela em presídio de Rio Branco.** 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/detento-e-morto-dentro-de-cela-em-presidio-de-rio-branco.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MELO, Quésia; MARCEL, Yuri. **Carcereiros forneceram armas para rebelião no Acre, diz governo.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/carcereiros-forneceram-armas-para-rebeliao-no-acre-diz-governo.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, v. 10, p. 7-18, 1994.

MORAIS, Hosana; ZUIM, Larissa. **Briga entre facções rivais no presídio de RO tem 8 presos mortos.** 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/10/briga-entre-faccoes-rivais-no-presidio-urso-branco-tem-8-presos-mortos.html>>. Acesso em: 04 maio 2018.

MORAIS, Hosana; ZUIM, Larissa. **Sejus transfere 96 presos após briga entre facções que matou 8 em RO.** 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2016/10/sejus-transfere-96-presos-apos-briga-entre-faccoes-que-matou-8-em-ro.html>>. Acesso em: 04 maio 2018.

MP-AM. **MP-AM denuncia 213 pessoas por massacre no Complexo Penitenciário Anísio Jobim.** 2017. Disponível em: <<http://www.mpam.mp.br/noticias-sp-1771083401/10462-mp-am-denuncia-213-pessoas-por-massacre-no-complexo-penitenciario-anisio-jobim#.WiVh9SNzK00>>. Acesso em: 07 maio 2018.

MUNIZ, Tácita. **Em noite de rebelião e incêndios, Rio Branco tem mais de 10 mortes em 24h.** 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/em-noite-de-rebeliao-e-incendios-rio-branco-tem-mais-de-10-mortes-em-24h.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

MUÑOZ, César. **Como o Brasil facilita o recrutamento de facções criminosas**. 2017. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/news/2017/03/21/301504>>. Acesso em: 08 maio 2018.

NASCIMENTO, Aline. **PM troca tiros com criminosos durante tentativa de homicídio no Acre**. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/pm-troca-tiros-com-criminosos-durante-tentativa-de-homicidio-no-acre.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

NASCIMENTO, Aline. **Presos do semiaberto voltam a dormir na 'Papudinha' após invasão**. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/presos-do-semiaberto-voltam-dormir-na-papudinha-apos-invasao.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

NASCIMENTO, Aline; MELO, Quésia; MARCEL, Yuri. **Rebelião em presídio no Acre deixa quatro mortos e 19 feridos**. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/apos-principio-de-motim-presos-fazem-rebeliao-em-presidio-no-acre.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

NEXO. **Um país que mata: Os dados de 20 anos de homicídios e as explicações para o crime que é uma epidemia nacional**. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/especial/2018/04/12/Um-país-que-mata>>. Acesso em: 03 maio 2018.

O RONDONIENSE. **Rebelião na Papudinha: membros de facções criminosas invadem presídio em Rio Branco e tocam o terror**. 2016. Disponível em: <<http://www.orondoniense.com.br/noticias/rebeliao-na-papudinha-membros-de-faccoes-criminosas-invadem-presidio-em-rio-branco-e-tocam-o-terror,1368.shtml>>. Acesso em: 22 maio 2018.

ÖBERG, Magnus; SOLLENBERG, Margareta. Gathering Conflict Information Using News Resources. In: HÖGLUND, Kristine; ÖBERG, Magnus (Org.). Understanding peace research: methods and challenges. Nova Iorque: Routledge, 2011. p. 47-73.

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)Efetividade da Lei na América Latina: Uma Conclusão Parcial. In MÉNDEZ, Juan, O'DONNELL, Guillermo e PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). **Democracia, Violência e Injustiça – O Não-Estado de Direito na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OLIVEIRA, Fábio. **Assassinato anunciado: Traficante decapitado foi a 1ª vítima da vingança de chefões da FDN**. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/wqKboi>>. Acesso em: 22 maio 2018.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho. Estudos da Paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 148-172, 2017.

PAGNAN, Rogério. **Nem a Rota entra em Favela de SP, Afirma Diretora da Polícia de Alckmin**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/AnA5uC>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

PAOLI, Letizia (Ed.). **The Oxford handbook of organized crime**. Oxford: Oxford Handbooks, 2014.

PEQUENO, Alexandre. **'Estatuto da FDN' é encontrado na vistoria ao Compaj**. 2015. Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/estatuto-da-fdn-e-encontrado-na-vistoria-ao-compaj>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PEREIRA, Thais da Costa. **O crime organizado transnacional e o tráfico de drogas no México**. 2010. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, UNB, Brasília, 2010.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo social**, São Paulov. 9, n. 1, p. 43-52, 1997.

PORTAL DO HOLANDA. **Comando Vermelho tem estatuto apreendido em poder de traficante em Manaus**. 2013. Disponível em: <<http://www.portaldoholanda.com.br/amazonas/comando-vermelho-tem-estatuto-apreendido-em-poder-de-trafficante-em-manaus>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

PRAZERES, Leandro. **CV e Família do Norte exploram nova rota de tráfico de maconha na Amazônia**. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/26/cv-e-familia-do-norte-exploram-nova-rota-de-traffic-de-maconha-na-amazonia.htm>>. Acesso em: 03 maio 2018.

PRAZERES, Leandro. **Investigado por negociar votos, ex-subsecretário da Justiça teve 3 encontros com líderes da FDN**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/bvibW1>>. Acesso em: 22 maio 2018.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico internacional. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 1, p. 75-122, 1997;

PUREZA, José Manuel; CRAVO, Teresa. Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 71, p. 05-19, 2005.

RAMALHO, Renan. **TSE decide manter cassação do governador do Amazonas**. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/i84w2a>>. Acesso em: 03 maio 2018.

REGAN, Patrick M. Bringing peace back in: Presidential address to the Peace Science Society, 2013. **Conflict Management and Peace Science**, v. 31, n. 4, p. 345-356, 2014.

REVERON, Derek S. Beyond the State? The impact of transnational terrorist threats on security cooperation. In: AYDINLI, Ersel. **Emerging Transnational (In) Security Governance: A Statist-Transnationalist Approach**. Nova Iorque: Routledge, p. 23-43, 2010.

RICHMOND, Oliver P. Peace in International Relations Theory. In: RICHMOND, Oliver P.; POGODDA, Sandra; RAMOVIC, Jasmin (Ed.). **The Palgrave Handbook of Disciplinary and Regional Approaches to Peace**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. p. 57-68.

RODRIGUES, Iryá. **Após ataques, 12 presos do Acre são transferidos para Mossoró**. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/08/apos-ataques-12-presos-do-acre-sao-transferidos-para-mossoro.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

RODRIGUES, Iryá. **Auxiliar de pedreiro é morto a tiros no quintal de casa em Rio Branco**. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/auxiliar-de-pedreiro-e-morto-tiros-no-quintal-de-casa-em-rio-branco.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

RODRIGUES, Iryá. **Jovem é morto a tiros após atender ligação e sair de casa no AC, diz mãe**. 2016c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/jovem-e-morto-tiros-apos-atender-ligacao-e-sair-de-casa-no-ac-diz-mae.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

RODRIGUES, Iryá; MUNIZ, Tácia. **Após tiroteio na UP4, detentos da FOC iniciam princípio de motim no AC**. 2016a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/apos-tiroteio-presidio-em-rio-branco-tem-principio-de-motim.html>>. Acesso em: 05 maio 2018.

RODRIGUES, Iryá; MUNIZ, Tácia. **Criminosos que tentaram invadir presídio não são do AC, diz secretário**. 2016b. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/criminosos-que-tentaram-invadir-presidio-nao-sao-do-ac-diz-secretario.html>>. Acesso em: 22 maio 2018.

RODRIGUES, Iryá; MUNIZ, Tácia. **Governo do Acre aciona 500 homens do Exército após tiroteio em presídio**. 2016c. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2016/10/governo-do-acre-aciona-500-homens-do-exercito-apos-tiroteio-em-presidio.html>>. Acesso em: 06 maio 2018.

RODRIGUES, Thiago; LABATE, Beatriz Caiuby. Prohibition and the War on Drugs in the Americas: An Analytical Approach. In: LABATE, Beatriz Caiuby; CAVNAR, Clancy;

RODRIGUES, Thiago (Ed.). **Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas**. Suíça: Springer, 2016. p. 11-32.

ROMERO, Simon. **Suspicion Falls on the Police After Dozens of Execution-Style Killings in Brazil**. 2015. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2015/07/21/world/americas/suspicion-falls-on-the-police-after-dozens-of-execution-style-killings-in-brazil.html>>. Acesso em: 01 abr. 2018.

RONDONIAGORA. **Confira vídeo: Rebelião no Ênio Pinheiro acaba com 8 mortos**. 2016. Disponível em: <<https://www.rondoniagora.com/policia/confira-video-rebeliao-no-enio-pinheiro-acaba-com-8-mortos>>. Acesso em: 05 maio 2018.

ROSSI, Amanda; BRITO, Luísa. **Uma em cada 4 pessoas assassinadas em SP foi morta pela polícia**. Disponível em: <<https://goo.gl/ddVX1A>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

SALLA, Fernando. As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 2006.

SANAHUJA, José Antonio. Regionalismo post-liberal y multilateralismo en Sudamérica: El caso de UNASUR. In: SERBIN, Andrés; MARTÍNEZ, Laneydi; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (Org.). **El regionalismo “post-liberal” en América Latina y el Caribe**: Nuevos actores, nuevos temas, nuevos desafíos: Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2012. Buenos Aires: Cries, 2012. p. 19-71.

SANCHES, Raphael Rodrigues. **DELENTA PROIBICIONISMO**: apontamentos críticos ao paradigma de Guerra às Drogas. 2010. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Unesp, Assis, 2010.

SANTANA, Guilherme. **O agente penitenciário e a Seita Satânica que enfrentou o PCC**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/6ULdq6>>. Acesso em: 22 maio 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 8, p. 16-32, 2002.

SANTOS, Marcelo. Peru: cultivo de coca, cocaína e combate ao narcotráfico. *Meridiano* 47, v. 11, n. 119, p. 14-20, 2010.

SEVERIANO, Adneison. **Após mortes e presos feridos, cadeia Vidal Pessoa passa por limpeza no AM**. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2017/01/apos-mortes-e-presos-feridos-cadeia-vidal-pessoa-passa-por-limpeza-no-am.html>>. Acesso em: 08 maio 2018.

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira**. Brasília: FUNAG, 2013.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 59-70, 2005.

SOUZA, Felipe. **'É uma fábrica de tortura, que produz violência e cria monstros', diz padre que visitou presídio em Manaus**. 2017a. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38492771>>. Acesso em: 07 maio 2018.

SOUZA, Felipe. **Polícia diz que agentes facilitaram massacre de presos em Manaus e indiciou 210 detentos**. 2017b. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41118908>>. Acesso em: 07 maio 2018.

SOUZA, Marília Carolina. O conceito de áreas não-governadas ou black-spots e os desafios políticos e teóricos para a agenda de segurança dos Estados Unidos. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Territorialidades e entrecruzamentos geopolíticos na América Latina**. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina. 2014. p. 17-35.

SOUZA, Marília Carolina. Zonas Estratégicas e Estruturais para os Trânsitos Ilícitos (ZEETI): Desafios à Zona de Paz na América do Sul. 2016. 308 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Unesp, Unicamp e PUC-SP, São Paulo, 2016.

STANISLAWSKI, Bartosz H. Para- States, Quasi- States, and Black Spots: Perhaps Not States, But Not “Ungoverned Territories,” Either. **International Studies Review**, v. 10, n. 2, p. 366-396, 2008.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. Colômbia: mais insegurança humana, menos segurança regional. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 129, 2002;

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide 2013: trends, contexts, data**. UNODC, 2013.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME: **Transnational Organized Crime in Central America and Caribbean: A Threat Assessment**. UNODC, 2012.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2015**, Nova Iorque: United Nations Publications, 2015.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World drug report 2016**. Nova Iorque: United Nations Publications, 2016.

UOL. **Guerra entre PCC e CV causou rebelião em vários presídios do país, diz secretário de RR**. 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2016/10/17/guerra-entre-pcc-e-cv-causou-rebeliao-em-varios-presidios-do-pais-diz-secretario-de-rr.htm>. Acesso em: 04 maio 2018.

UOL. **Justiça decreta prisão de 205 acusados pelo massacre de 56 presos em presídio de Manaus.** 2017a. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/30/justica-decreta-prisao-de-205-acusados-pelo-massacre-de-56-presos-em-presidio-de-manaus.htm>>. Acesso em: 07 maio 2018.

UOL. **Polícia indícia 210 detentos por massacre em presídio do AM; chacota do PCC foi estopim.** 2017b. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/09/01/policia-indicia-210-detentos-por-massacre-em-presidio-do-am-chacota-do-pcc-foi-estopim.htm>>. Acesso em: 07 maio 2018.

UOL. **Revista apreende celulares e drogas em presídio de Manaus onde 4 morreram.** 2017c. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/05/drogas-e-celulares-sao-apreendidos-durante-revista-em-presidio-de-manaus.htm>>. Acesso em: 07 maio 2018.

VALENTE, Rubens et al. **Confronto mata 31 presos em RR; essa é a 2ª maior matança após o Carandiru.** 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847511-33-presos-sao-mortos-em-penitenciaria-de-roraima-diz-secretaria.shtml>>. Acesso em: 08 maio 2018.

VEJA. **Massacre na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Boa Vista.** 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/galeria-fotos/massacre-na-penitenciaria-agricola-de-monte-cristo-em-boja-vista-2017/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

VILLELA, Priscila. **AS DIMENSÕES INTERNACIONAIS DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS DE COMBATE AO TRÁFICO DE DROGAS NA DÉCADA DE 1990.** 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Unesp, Unicamp, Puc-sp, São Paulo, 2015.

VON LAMPE, Klaus. **Organized crime: analyzing illegal activities, criminal structures, and extra-legal governance.** Sage Publications, 2015.

Wagner, Markus. Non-State Actors. In: WOLFRUM, Rüdiger (ed.). **Max Planck Encyclopedia of Public International Law.** Oxford: Oxford University Press, 2009.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo.** FLACSO, 2016.

WALLENSTEEN, Peter. **Quality peace: peacebuilding, victory and world order.** Oxford: Oxford University Press, 2015.

WEIGERT, Kathleen Maas. 'Structural Violence'. In: Kurtz, Lester (ed.) **Encyclopedia of Violence, Peace and Conflict (vol. 3)**. Fairfax: Academic Press, 1999.

WENNMANN, Achim. **Crime and Conflict**. Birmingham: GSDRC, 2015.

WOODY, Christopher. **These were the 50 most violent cities in the world in 2017**. 2018.

Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/most-violent-cities-in-the-world-2018-3>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

ZABYELINA, Yuliya. Transnational organized crime in International Relations. **Central European Journal of International and Security Studies**, v. 3, n. 1, p. 11-22, 2009.

Apêndices

Apêndice A – Transcrição da entrevista com o jornalista Luis Adorno

Houve uma preocupação muito recentemente em relação ao aumento dos índices de segurança em São Paulo, em relação à violência e criminalidade. Quando que você identifica esse aumento da preocupação com a violência e a segurança no Estado de São Paulo?

Olha, os últimos anos, o homicídio em São Paulo tem caído, na verdade (...) e no final de 2016 teve um aumento no número de homicídios na grande São Paulo, capital caia, estado caia e só regiões da grande São Paulo tinha aumento. (..) Metade (...) dos homicídios que estavam ocorrendo na da Grande São Paulo estava ocorrendo em Guarulhos, que é segunda maior cidade do estado. A partir disso, a gente foi conversar com delegados de lá, com pessoas que estão investigando crimes lá em Guarulhos e a gente teve a confirmação de que ali tava começando a explodir uma guerra entre o PCC e um outro grupo chamado “Coisas”,

Você pode repetir o nome por favor?

Coisas, que é grupo que nasceu em 2009, se não me falha a memória, (...) eles nasceram na penitenciária Marrey, que fica em Guarulhos, próximo do aeroporto (Penitenciária Desembargador Adriano Marrey) (...). Os “Coisas” perceberam que o PCC estava começando a ficar fragilizado, (...) porque explodiu no país inteiro, principalmente no Norte e no Nordeste, a guerra entre facções. Antes o PCC dominava e tinha como aliado a lado o Comando Vermelho, agora tava começando a perder sua hegemonia. (...) O PCC matou muita gente do Coisas, os oisas praticamente morreram inteiramente, tem alguns em presídios, no seguro, né (...) em outras alas dos presídios do PCC (...).

E a partir disso, a gente viu uma crescente na grande São Paulo, (...) a única coisa que tá crescendo em São Paulo são mortes (...) policiais, mortes de latrocínio, (...) mas o de homicídio tem caído, inclusive deve ser uma bandeira utilizada pelo Alckmin na campanha a presidente. Inclusive, há vários estudos aqui da USP, da UFABC, UNICAMP que

apontam que o homicídio só cai em São Paulo (...) quando o PCC determina certa questão de ordem no estado né (...).

Pela tua fala, acredito que os coisas foram praticamente dizimados, correto?

Praticamente, ainda tem, mas, eles já eram muito pequenos, (...) só agiam em Guarulhos e a maioria dos líderes já foram executados.

Quais foram os elementos principais para a ruptura do PCC e do CV, após uma década de aliança?

Cara, é uma opinião. Pelo que (...) eu faço de reportagem, eu tenho visto nos últimos dois anos o PCC sendo enfrentado por outras facções e perdendo respeito que tinha antigamente, inclusive, dentro do PCC, há rupturas, essas rupturas ultrapassam pra lideranças de outras facções criminosas. E no meu ponto de vista, eu acredito que o Comando Vermelho deve ter sentido a ruptura no PCC e apostar em tentar ficar ainda maior, tentar tomar de vez o posto de principal facção criminosa no país, o que dá muito lucro.

Você pode falar um pouquinho mais sobre essas rupturas?

No final de 2015, surgiu um novo organograma do PCC, divulgado pelo Ministério Público aqui de São Paulo. Importantes lideranças (...) dentro do PCC já estariam fora (...) da sintonia geral, entre eles estaria o Biroasca, o próprio Gegê do Manguê, (...) caras que sempre estiveram na sintonia geral. O Paca, que morreu, continuava lá, mas isso foi questionado.

Como que eu vejo como a principal ruptura recente do PCC, Biroasca foi morto pelas investigações a mando do Gegê enquanto Marcola estava no Regime Disciplinar Diferenciado de Presidente Venceslau. Teoricamente ele ficou um ano incomunicável, e a decisão de matar Biroasca ocorreu enquanto ele teoricamente estava incomunicável. Biroasca tinha um papel importante dentro do PCC, porque era ele quem comandava o tráfico de drogas em Diadema, na grande São Paulo, aqui no ABC paulista, e Diadema é um dos grandes pontos de venda de drogas e de distribuição de drogas do Estado do PCC. (...)

além disso, Biroasca era muito amigo, amigo pessoal do Marcola, Biroasca foi sendo apadrinhado por Marcola dentro da facção criminosa. Segundo as investigações, ele teria sido expulso (...) da liderança do PCC, porque a sua (...) mulher ali, amante brigou com algumas famílias no bonde que saiu de São Paulo e foi lá pro interior (...). E aí foi debatido ali, decidido, sem o aval do Marcola, a exclusão do Biroasca, na sequência, houve a morte do Biroasca.

Gegê do Mangue, Paca, Cabelo Duro, outros criminosos, tem, parece, se não me engano, quatro ou sete que tão desaparecidos aqui da baixada santista. Esses criminosos (...) estavam aproveitando a rua né. (...) segundo investigação do MP, esses caras que foram mortos recentemente, eles estariam tomando decisões sem o aval da cúpula e nem o Marcola toma decisões sem o aval da cúpula, ou sem a cúpula estar sabendo do que ele está (...) determinando fazer. (...) Além da suspeita de que eles estariam desviando dinheiro da facção. (...) Isso gerou um receio dentro do próprio Comando né, (...) deles quererem tomar a frente mesmo do Partido, ou, de repente, criar uma outra facção paralela, principalmente no Ceará né, onde, dois anos atrás o irmão do Marcola foi preso pela Polícia Federal, muito provavelmente pra sentir como era o tráfico de drogas no estado, pois dali fica mais próximo da Europa, mais próximo da América Central e do Norte, é um ponto estratégico de saída e de entrada de drogas, é um estado em que há um grande consumo de drogas (...). Então, tem várias problemáticas né, reconhecidas pelas autoridades que investigam violência, em fim. É aí, Gegê do Mangue e Paca, que eram como (...) unha e carne, (...) há suspeita ou receio da cúpula da que estariam tentando fazer uma nova facção ali no Ceará.

E aí, o Comando, assim como fez em 2005, se não me engano, quando o Marcola mandou matar (...) um traficante importante (...) da baixada santista por que também achava que ele podia tomar o poder da ali facção. 2005 teve um domingo que foi chamado como “domingo negro”, algo parecido, que foi quando Marcola... Sete homens morreram enforcados na penitenciária e eram sete lideranças do PCC, inclusive o número dois da época, que era esse que eu to me referindo. E daí, novamente, ele (...) cortou o mal contra ele, isso tudo é o que aponta a investigação do ministério público, investigação de ano, de promotores renomados, procuradores, de policiais civis que há muito tempo combatem o Crime Organizado. Tudo isso que eu te digo é por relatos de reportagens que eu fiz com autoridades desse porte.

Você falou um pouquinho sobre a expansão e a luta do PCC em torno do Ceará e no quanto ele é estratégico. Você se sente confortável em falar um pouco da atuação do PCC no Ceará?

A própria investigação do Ministério Público ela é crua né, lá ela tá em fase de elaboração, ela tá em fase de elucidação, né. O que se sabe é que muito provavelmente, o irmão do Marcola foi o primeiro a ser testado ali no Ceará, é um homem de confiança (...)

Isso foi quando mesmo?

dois anos atrás... muito provavelmente ele deve ter sido o primeiro, é o que aponta a investigação, ele (...) com o aval dado, o PCC já teria colocado ali como o principal (...) expansão. Não só no Ceará, o Goiás, porque o Goiás fica próximo ali de Brasília, mais próximo também dos países vizinhos. O PCC tem ganhado uma força muito grande na questão da importação e exportação de droga né, trabalhando praticamente como uma máfia. (ligação cortou e pausa para buscar café).

A sua ligação tinha cortado, você que tava sendo a liderança e depois disso não ouvi mais nada

O fuminho, que é a principal liderança atualmente do PCC fora da cadeia, ele tem uma fazenda de coca, de produção de coca na Bolívia né, ele aí é apontado como o autor dos crimes contra o Gegê e contra, enfim, uma série de crimes que ocorreram contra o que pode ser chamado, acredito, de um PCC paralelo, ali né, que tava sendo formado com Gegê na cabeça. O fuminho é braço direito do Marcola (...) há muitos anos, desde o, praticamente desde quando o PCC foi formado ali, (...) em dezembro de 1999. E enfim, acho que o Ceará é apontado pelas investigações como a rota que faz a ligação de São Paulo, Norte, Europa, América Central... e inclusive no mês passado, se não me engano, foi feita uma investigação do Ministério Público estadual do Ceará, que apontou uma declaração de guerra mesmo do PCC no estado, (...) eles estavam com interesse de dominar todas as bocas de fumo, todos os pontos de tráfico de droga do estado, justamente pensando nisso. Agora os detalhes (...) pelo Ministério Público de São Paulo ainda tão crus, né, sobre essa exploração do Ceará. É muito mais clara a aqui em São Paulo a

expansão via Paraguai, Bolívia, Goiás, do que propriamente do Ceará. O Ceará tomou um *boom* agora a partir das mortes do Gegê e do Paca.

De acordo com seus estudos, com o que você sabe, como que o PCC conseguiu, segundo muitos, relatos, inclusive da mídia, dominar a rota caipira, e os impactos para isso?

Eu acho que a melhor pessoa pra falar sobre isso é o Alan de Abreu né, que é o repórter que escreveu livros sobre, (...) que está na revista Piauí agora. Ele é um repórter que escreveu (...) exatamente sobre isso, escreveu um livro que lançou o ano passado, Não me sinto tão confortável porque, tudo o que eu sei, na verdade, é com base na investigação dele, então, não é algo que eu apurei, é algo que eu sei a partir dele. Então, eu acredito que ele seria a pessoa mais confiável para você falar.

De maneira geral, quando o PCC ele começou a se expandir fora do estado de maneira mais forte, acho que os exemplos seriam o próprio Ceará, o próprio Norte. Quais motivos que levaram o PCC querer se expandir com muito mais força para além das fronteiras. Já era nacional, naturalmente, mas quando decidiu-se que ele aturaria de maneira mais forte em outros estados, como no Norte e no Nordeste?

O PCC entendeu que é uma empresa (...) que fatura muito. São Paulo ficou pequeno pro PCC, havia e há muito mercado no Brasil e fora do Brasil a ser explorado. Segundo o Índice de Violência da USP, (...) essa expansão começou a partir de 2006, a partir de 2006 fortaleceu muito o PCC, criou uma união que já era forte (provavelmente se referindo a megarrebelião do mesmo ano), que ficou ainda mais bem definida dentro dos presídios de São Paulo. A partir dali começou a aliança com o Comando Vermelho, aliança com outras facções menores, (...) o lema dele de preservar o direito dos presos, de enfim, tentar lutar por uma dignidade na vida do preso. Isso para um preso que não tem nada, que (...) muitas vezes nunca teve família, ele não tem nada a perder, né.

A partir disso, o PCC começou uma expansão grande dele mesmo, da própria facção e a expansão, na verdade, não foi por mando de assalto, foi criando aliados. Só que (...) no Amazonas, por exemplo, que já tinha uma facção bem definida, uma facção que faz a mesma coisa que o PCC né, no norte, que é mais recente. Mas, O PCC foi chegando nos

estados como aliado, e foi crescendo, porque naturalmente o PCC ele é uma empresa maior, então, ele tende a crescer de forma mais natural, de forma mais rápida. (...) A partir de 2006, começou ali, e agora, (...) nos últimos três cinco anos, começou forte a questão da migração, da imigração, de sair do país. Principalmente com a saída do Gegê do Mangue da prisão e com a liderança dele no Paraguai e depois na Bolívia, o PCC apostou muito na exportação e importação de drogas. Então, pode-se dizer inclusive que o Estado corroborou com isso, porque o Gegê do Mangue saiu pela porta da frente do presídio.

Você comparou algumas vezes que o PCC atua como uma empresa e como toda empresa, existem produtos e serviços a serem oferecidos. Eu queria que você falasse, na sua visão, qual é a atuação do PCC, o que eles fazem...

É Tráfico de drogas e tráfico de armas, atualmente.

É o principal

Principal. Às vezes tem que fazer algum outro tipo de crime pra manter esse principal crime, as vezes é necessário fazer um homicídio, as vezes é necessário um roubo a banco pra você sustentar a facção, (...) pra não precisar tirar do lucro da facção. (...) Então, o principal meio dessa empresa que é o PCC é o tráfico de drogas e o tráfico de armas.

Você acredita que o período, pelo menos dos 10 primeiros anos, onde o PCC se capitalizava por meio de assaltos, principalmente, foi extinto, então. Via de regra, posso colocar primeiro o tráfico de drogas e depois o tráfico de armas, certo?

É, porque o que acontece, isso no Brasil inteiro, nos anos 90, nos anos 80, o grande bandido ele era assaltador de banco (...), isso independente de facção. Bandido que ele chegava na quebrada e ele era respeitado por ser o assaltante de banco, por ser o cara que era contra o sistema, que era da contrarrevolução pegar dinheiro do banco. Hoje, o bandido que chega na quebrada e tem respeito é o dono da boca, é o cara que não precisa muitas vezes arriscar a sua vida para ter uma vida boa no mundo do crime. (...) As vezes ainda é necessário o assalto a banco, existe a questão aí (...) da explosão de caixas eletrônico, mas

isso é muito pra repor o caixa do PCC, o que dá lucro no PCC hoje é a importação e exportação de drogas (...).

As grandes facções criminosas exercem domínio geográfico sobre territórios. Isso, acredito eu, que seja muito forte tanto na capital de São Paulo, quanto também, talvez mais forte hoje em dia, nas grandes cidades do interior. Eu queria que você, com base no seu conhecimento, dissesse um pouco de como é essa atuação do PCC nessas regiões onde eles dominam, principalmente sua relação a população?

Tem os cargos bem definidos né, você tem o disciplina, por exemplo, que o homem definido pra resolver os problemas que o Estado não consegue resolver. (...) O PCC cresce nas brechas do Estado, onde o Estado não chega com lazer, com oportunidades inclusive de emprego, de lazer, de estudo, de (...) o PCC vai ali e consegue essa brecha e que é muito bem definido como estratégia do PCC. Quando, por exemplo, o Estado precisa alardear que a violência está enorme o tempo inteiro e que é preciso combater a violência o tempo inteiro, pra que investimentos em segurança sejam feitos, para que isso seja batido na tecla porque ganha voto, o PCC ganha no silêncio, o PCC ganha sem alarde. Com alarde o PCC não consegue ter lucro.

Então, a relação, principalmente nas áreas da periferia é muito melhor da população com integrantes do PCC do que com a polícia. (...) Primeiro que há um preconceito, (...) eu li uma reportagem com comandante da Rota, que ele afirmou que a abordagem nos jardins, que é um bairro nobre aqui de São Paulo tem que ser diferente da abordagem na favela, isso tá enraizado. Enquanto o menino da periferia ele aprende que o policial é mal, ele vê no dia-a-dia que o bandido ajuda ele. Isso é muito complicado, porque você olha para dentro, (...) você não tem argumento suficiente para ganhar esse jovem. Eles têm ciência do que os criminosos estão fazendo algo de errado, mas é a primeira mão que chega pra ajudar, e isso é muito complicado. E o PCC sabe aproveitar muito bem isso, até porque as cabeças do PCC são bem inteligentes, são homens muito muito inteligentes.

Você acredita que essa ajuda venha concretamente como?

Bom, o PCC dá o que o estado não dá né. (...) A minha mãe tem idade avançada e precisa de um remédio (...) como é que eu faço. chego no disciplina e falo ó, minha mãe tá com

problema aí e tal, consegue me ajudar? (...) É muito melhor, mais factível recorrer ao crime organizado do que do que a polícia propriamente dita, porque eles vão tentar dar um jeito de resolver ali o mais rápido possível porque o PCC sabe que se ele perder essa população que confia nele, ele perde o jogo que é o jogo (...) do lucro, que ele vai perder soldado, soldado não vão mais querer, não vão mais confiar (...) ao PCC. Então, O PCC precisa (...) dar isso (...) pra essa pessoa que normalmente é mais carente de tudo né, ela não tem formação básica (...) o estado nunca olhou pra ela, ó você precisa disso eu vou te ajudar (...).

E você acredita, ou tem informações concretas de que, por exemplo, o PCC cobra algum tipo de taxa para essa população, por serviço de segurança ou outros serviços?

Nunca ouvi falar, já ouvi falar da cobrança de taxa que o próprio integrante do PCC ele tem que, ele tem que desembolsar por mês para ajudar a manter a facção. Tem uma taxa, mas o que existe (...) do PCC é muito de fachada né, é possível que haja, (...) mas que eu me recorde, que eu me recorde não. É mais preso colocando dinheiro né, que é posto de gasolina, lavanderia (...) mais pequenos comércios, taxi.

Mudando um pouco da sociedade e indo um pouco mais para os presídios, eu queria que você falasse um pouquinho da sua percepção como que o domínio do PCC dentro dos presídios, o que mudou dentro do encarceramento principalmente no estado de São Paulo?

Acho que os Direitos Humanos começou a ser respeitado dentro dos presídios (...) era uma terra de ninguém, (...) em que hoje, do jeito que tá, você não recupera (...) e antes, além de você não reeducar, você tinha um risco de sempre ter morte dentro do presídio (...) tanto para o funcionário do Estado que estava ali, havia um risco sempre quando pro preso. Hoje existe uma paz dentro do presídio, e que o Estado tem muito medo de perder essa paz, porque quando (...) as penitenciárias começam a fazer rebeliões seguidas gera uma sensação de insegurança a sociedade, e o estado que gera uma sensação de insegurança é um estado incapaz de ganhar votos. (...) Então, a massa carcerária é um assunto muito importante para o governo, é um assunto de extrema importância, inclusive talvez até mais do que o governo olha pra polícia mesmo (...) muito melhor uma penitenciária do jeito que

esta (...) porque aí chega na (...) e fala ó, a gente tem o controle, como na verdade não é bem assim, há um controle pré-determinado pelo PCC: ou vocês são obrigados a respeitar os direitos humanos ou a gente vira aqui e acaba essa segurança (...).

Então, basicamente, a lógica foi invertida, O PCC consegue, de maneira geral, claro, o domínio dentro dos presídios e fazer sua voz valer por meio da sua força e da sua capacidade de poder revirar essa paz, certo?

Com certeza.

Unindo o tema de agora com o do começo da entrevista, foi citado e falado que o Estado de São Paulo vive em paz. Quais são as causas dessa paz? De uma atuação eficiente das forças de segurança, da justiça do estado de São Paulo, ou não necessariamente da atuação dessas forças, ou a própria atuação do PCC, ou de outro rumor também que é do próprio acordo do estado de São Paulo com a facção. Como você o Estado que era um dos mais violentos do país, hoje, em pouco menos de vinte anos conseguir ser um dos mais pacíficos?

Comparado aos outros estados do país, São Paulo tem um índice de violência respeitáveis, na medida do possível, levando em consideração o tamanho do estado. Têm muitas teses né, eu posso dar minha opinião e na verdade são várias teses. O governo vai dizer que é a partir do controle das forças de segurança, órgãos de direitos humanos vão apontar, não, na verdade, quem determina a segurança no estado (...) é o PCC, e eu tendo, aí já é uma opinião pessoal, eu tendo a concordar com as pessoas dos Direitos humanos, porque a polícia militar está defasada, a polícia civil de São Paulo está sucateada, não há investimento nem em pessoal nem tecnológico nas polícias. Agente penitenciário é despreparado, é desqualificado, enfim, se o PCC decidir, hoje, agora a noite, “há, eu preciso matar 10 policiais militares”, eles vão matar 10 policiais militares (..) Isso passa muito pelo aquilo que eu falei, pro PCC não é jogo ter alarde, porque pra que ele vença, pra que ele venda, pra que ele gere lucro, ele precisa que a pessoa vá até um ponto de drogas, compre sua droga e vá embora, ele precisa da paz pra lucrar. Então, pro PCC é jogo isso, pro governo do estado é jogo isso. E eu acredito que é por isso que hoje São Paulo tem um índice de criminalidade contra a vida relativamente estável.

Vou dividir essa pergunta em duas, queria que você falasse um pouco mais, uma coisa que já foi citada na entrevista, mas pra ser aprofundada, sobre a atuação internacional do PCC. Primeiro, queria saber se você se sente confortável em falar um pouco sobre a atuação, de certa forma recente, do PCC no Paraguai.

Bom, o Paraguai começou a intensificar de fato com a chegada do Gegê lá, quem tava lá antes era o Paca, tava dominando lá, tavam explodindo caixas eletrônicos pra angariar dinheiro (...) o Gegê chegou lá, dominou, o PCC já é hoje uma das principais lideranças do tráfico de drogas do Paraguai, assim como agora tá começando a ganhar na Bolívia. Mas eu não tenho muita informação a mais sobre isso, que eu não entrei afundo (...).

A segunda parte da pergunta seria em relação a Bolívia.

Bom, a Bolívia é o principal ponto estratégico atualmente né, pelo que aponta as investigações do ministério público, isso porque, porque o fuminho com sua fazenda de coca aqui, em que agora o PCC também produz a sua droga e importa, e ali tá sendo um experimento de investimento alto que tá sendo feito segundo imaginam os promotores e procuradores. Tanto que o principal homem do PCC (solto) hoje vive ali né, então eles não iriam colocar qualquer um pra apostar num lugar como eles estão apostando na Bolívia.

Você a atuação do PCC em algum outro país além desses dois citados?

Eu acho que atualmente os dois são os principais. Há relatos de ligação com o PCC no México, em países da América Central, mais de concreto mesmo é a Bolívia e Paraguai.

Há também um braço forte de exportação dessa droga, pra países da Europa, via África ou via direta, depende da rota, mas queria que você falasse um pouquinho sobre a, de acordo com o seu conhecimento, dessa relação. Pra onde que ela vai, pra onde que ela é vendida, quais são as alianças e acordos com as facções de lá.

Olha, eu não tenho isso, eu ainda não tenho isso.

O que você de diferença do PCC com as outras facções, o que levou essa facção a se tornar tão grande, tão importante, visto que, inclusive o Comando Vermelho foi criado antes e por muito tempo foi à facção mais importante do país, como que o PCC ficou tão grande?

Primeiro que o PCC inicialmente ele foi formado por pessoas extremamente inteligentes, além disso, tava muito claro desde o início, para a massa carcerária que se tratava de uma aliança para proteção deles mesmos. O Comando Vermelho também tinha isso, mas não era tão (...) essa proteção. O momento que o PCC surgiu era um momento muito delicado, que vinha depois do massacre do Carandiru (...) e a massa carcerária entendeu que precisa se unir pra não morrer, que precisava se unir pra não ser massacrada, pra não ser morta e enfim, o PCC, ele não ganhou força falando pra massa carcerária “olha, vamos virar uma empresa e vender drogas (...) o PCC, na teoria, nasceu (...) proteção dos direitos dos presos, que era algo que ninguém olhava, pra massa carcerária. Então, foi um escudo criado e o Comando Vermelho talvez não tenha, talvez tido a sorte de pensar e analisar da melhor maneira.

Você acredita que fatores estruturais e organizacionais da própria facção, do PCC no caso, também colaboraram para essa expansão?

Isso converge muito com a questão do (...) muito inteligentes né, o PCC teve uma estratégia muito bem determinada né, sempre teve um organograma muito bem feito, muito bem administrado. Isso (...) bem grande né, tanto da massa carcerária como da população que não tem nada a ver com o crime quanto dos (...) isso mostra quando você tem uma boa organização é muito mais difícil de se derrubar né. Por isso mesmo que quando há algum conflito o comando, a cúpula do PCC (...) pra que essa unidade não seja rompida, essa unidade, essa organização é um dos pilares pra manutenção do PCC, pra manutenção da Força do PCC.

Em relação a atuação do PCC dentro do estado e dentro do país como um todo, eu queria que você dissesse, na sua opinião, se há uma tendência de escalada ou de acomodação, que são dois cenários diferentes, acredito eu?

Bom, o ideal do PCC sempre é que a violência não cresça, porque isso gera inimigos, isso gera gastos porque uma guerra é um custo alto né que você precisa ter bala, você precisa ter arma, você precisa treinar o seu soldado e você não gera rentabilidade com isso, então pro PCC é ideal que o Brasil (...) com índices de violência zero (...). Agora, com o surgimento das outras facções e com a afronta das outras facções ao PCC (...) não é o jogo que o PCC mais quer, não o que o PCC mais gostaria de estar, mas ele tem de encarar, porque se ele não conseguir encarar ele vai perder o espaço. Então, eu acredito que não deve durar muito esses grandes conflitos, em dois anos no máximo as pequenas facções não devem resistir (...) com a hegemonia das grandes facções intactas (...)

Nesse contexto todo de poder, se você se sentir a vontade para falar no contexto de São Paulo e no geral, nessa cabo de guerra, você vê que quem está ganhando? O estado que está conseguindo reagir, de maneira geral, com as intervenções, com o nosso novo ministério ou é as organizações criminosas no geral, no específico o PCC que está ganhando essa luta?

O estado já sabe que ele não vai conseguir, que não vai conseguir acabar com essas facções, mesmo critério de você falar que vai conseguir com o tráfico de drogas proibindo drogas, algo ilegal que vai continuar por aí. O comando vermelho (com a intervenção) militar no Rio de Janeiro, o Comando Vermelho saiu, deixou as armas que estavam lá no morro pro exército pegar, prender, o exército vai sair em um determinado momento que pode ser agora no fim do ano ou antes e o Comando Vermelho vai retomar como sempre ocorreu em todas as ações GLO (garantia da lei e ordem) do exército, as 12 ações que ocorreram nos últimos 10 anos (...) vai acontecer a mesma coisa, são medidas midiáticas, pontuais que são muitos convenientes no ano eleitoral e que não vão trazer resultado porque é tampar o sol com a peneira. (...) o crime está muito mais organizado que o Estado.

Você falou um pouco da questão da droga como problemática, que gera toda essa questão da problemática da violência, criminalidade e da organização do crime, queria que você, só pra fechar, agora de verdade, um pouco da sua visão de como quais os efeitos desse regime proibicionista no nosso país.

Bom, na verdade, a minha opinião é de que não funciona porque é basicamente isso que mantém o tráfico (...).

Apêndice B – Transcrição da entrevista com o Jornalista Flávio Costa

Quando é que a FDN surge, onde é que ela se localiza e porquê?

(...) há pesquisadores que falam em 2006, a PF fala em 2007 né, mas a gente pode dizer que entre 2006 e 2007, ela surge no sistema penitenciário de Manaus né no Estado do Amazonas. Quem foram os dois criadores dessa FDN? foram dois traficantes né com uma ficha criminal muito extensa que é o Gelson Lima Carnaúba e o José Roberto Fernandes Barbosa né. Porque ela é criada? A FDN assim como outras facções regionais, digamos assim, ela tem uma influência direta da ascensão do PCC né. O PCC, você vai perceber, que a partir de 2004, por exemplo, você já começa a ter (...) dentro do PCC sendo presos com mais frequência em vários estados do país né, em Pernambuco, Ceará e também na região Norte né (...) essas facções elas surgem no sistema penitenciário com influência direta da ação do PCC né, tanto é que se você for olhar no estatuto que eles criaram, as regras, a hierarquia são muito parecidas com o PCC, mais do que em relação com o comando vermelho né. Então eles criam essa facção para dominar ali o Crime em Manaus e com extensão na região Norte né. José Roberto é um traficante de um bairro conhecido né, do bairro da Compensa né em Manaus né que é um bairro periférico né e o Gelson é o cara que tem o período muito grande Quando ele cria essa FDN ele já, tava envolvido em uma revolta em um presídio de Manaus no COMPAJ em 2002 ou seja é um cara que é conhecido assim no sistema penitenciário por conta da sua liderança.

Tanto é que (...) na divisão de tarefas, digamos assim, entre os dois líderes o José Roberto é o cara do operativo né, do operacional, até porque (...) ele comandava uma grande quadrilha de traficantes em Manaus com a origem no bairro da Compensa e o Gelson é o cara (...) que começa a criar contatos entre os líderes do Comando Vermelho, entre os líderes do PCC. Mas também, pelo que eu notei a desde o começo da criação da FDN, ela é uma resposta a ascensão do PCC na região Norte, ou seja, os caras em vez de os caras se filiarem ao PCC eles criam a facção eles criam uma nova facção para controlar o tráfico no estado ao invés de deixar esse controle com PCC né. Então seguinte (...) sempre ouve (...) de tensão do pessoal do PCC né lá na região norte né e esse pessoal que chega aqui e funda a FDN né. (...) O próprio objetivo deles é controlar não só o sistema penitenciário né de em Manaus, no Amazonas e com extensão na região norte, como controlar a rota de tráfico.

Aí a gente vai entrar na segunda pergunta que você falou sobre a importância da Rota do Solimões né. (...) Ela tem duas importâncias. Você tem duas grandes rotas de tráfico no país né é a rota chamada rota caipira né, E até foi objeto de um livro de um Jornalista Allan de Abreu se você não tiver lido eu recomendo, que essa rota começa no Paraguai a plantação de maconha no Paraguai, de Bolívia, ela é levada de avião até cidades do Triângulo Mineiro e do interior paulista e a partir daí é distribuída né, pra São Paulo, Rio e pro porto de Santos e a rota do Solimões ela é importante por dois motivos: ela não só é (...) uma outra rota alternativa pra você enviar drogas e armas pra região norte nordeste né, por cima digamos assim, como também ela é muito importante (...) para o tráfico em direção América Central e América do Norte, entendeu, ou seja, ela tem uma relação muito grande com esses cartéis mexicanos. Ou seja, a facção brasileira que controla (...) essa rota ela teria uma possibilidade de ter uma ligação direta com os cartéis mexicanos, ou seja, ela poderia ser uma fornecedora dos cartéis mexicanos através dessa rota do Solimões, ou seja ela tá subindo né, ela sobe a América Central. E aí o que a gente tem de dados é que por exemplo, só essa rota ela movimenta por ano um bilhão de reais segundo dados da PF né, ou seja...

Um bilhão?

Um bilhão, um bilhão e meio (...) era os dados que a gente teve da PF na época que a chacina né, no COMPAJ, então assim a família do Norte (...) ela surge quando esses dois grandes traficantes, dois grandes criminosos de ficha extensa são influenciados pela ascensão do PCC, meio que emulam e copiam a estrutura e a Hierarquia, as regras do PCC, mas também é uma resposta do PCC nos presídios da região norte, ou seja, a relação da FDN com PCC é a seguinte: eles não se filiam ao PCC, mas copiam o regulamento e a maneira de agir do PCC na região norte e é também uma resposta a tentativa de controle do PCC dessa rota de tráfico né na rota do Solimões e dos presídios e dos pontos de venda na região Norte (...).

Quando que o PCC começa a atuar e se interessar na região Norte do país. Se ela é uma atuação mais atual, ligada mais aos massacres que houveram, como por exemplo no Compaj, ou ela já vem de tempos mais longínquos?

Cara, é assim, eu fiz uma matéria (...) em 2012, com base em (relatos) policiais, desde o começo dos anos 2000 o PCC vem agindo em vários estados do país, não só na região Norte, entendeu. Você tem, assim, um cara chamado Sidney Romualdo, que foi preso em 2004 em Pernambuco. Pelo o que eu apurei na época (...) esse cara foi uma espécie de enviado do Marcola pra montar uma operação do PCC no Nordeste, ele foi preso em 2004. Pelas decisões judiciais que eu peguei para fazer essa matéria em 2012, tem membros do PCC agindo nesse estados, aí você pode colocar Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país desde os anos 2000. Aí você pode botar 2003, 2004 né, mas desde 2004, acho que é um ano que a gente pode dizer assim, que através dessa prisão do Sidney Romualdo em Pernambuco, o PCC tem agido pra expandir sua operação em outros estados. (...) O PCC é muito forte no Paraná né, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e em São Paulo né.

A partir do momento que o Marcola ascende (...) a liderança do grupo, né, você percebe que há uma expansão, há uma tentativa do PCC de controlar o crime de maneira, vamos dizer assim, nacionalmente né, ou seja, e aí em alguns estados depende muito da atuação (...) Bahia e Rio de Janeiro, Bahia que tem quatro facções criminosas, vamos dizer assim, mais fortes, o PCC age como fornecedor, (...) ele não tentou ainda controlar, nem os pontos de venda, nem o sistema, ele fornece pra todas as facções. Rio de Janeiro, até essa recente entrada na rocinha se a gente não sabe ainda se é um fato mesmo, o PCC também era um fornecedor de armas e drogas né, mas em outros estados, ele atuou, vamos dizer assim, como, tentando dominar mesmo a rota né, e o sistema penitenciário local né. E aí você pode colocar Goiás e os estados da região Norte como exemplo, então a própria criação da FDN, como eu já repeti, é uma resposta a essa tentativa de domínio do PCC, ou seja, os caras notaram que assim, ou eles se filiavam ao PCC ou eles criavam uma pra tentar né, barrar essa tentativa de domínio do PCC na região Norte.

Só que aí, essa tensão ela vai crescendo porque, fora com as brigas regionais, as duas (maiores) facções brasileiras era aliadas né, o Comando Vermelho e o PCC e a partir do momento que há uma tensão, um racha, que começa, vamos dizer assim, meados de 2016, esse rompimento, a FDN, que é aliada do Comando Vermelho, porque o Comando Vermelho não tem essa, ,vamos dizer assim, esse pendor monopolista né (...) o Comando Vermelho, na verdade, só existe de fato no Rio de Janeiro, porque nos outros estados o Comando Vermelho funciona como uma franquia, você entende. Os caras não tentam controlar ou impor uma ideologia, uma hierarquia, os caras são aliados do crime mas não

têm uma, vamos dizer assim, nenhum aspecto empresarial nem ideológico que o PCC tem. Então, para a FDN, o Comando Vermelho era um aliado natural né, porque ele agia no Amazonas, mas não tentava o monopólio, vamos dizer assim, do crime na região. Então, desde o começo da FDN houve uma tensão entre a FDN e o PCC e foi crescendo partir de 2016 e aí, pelas minhas informações, desde 2016 o sistema penitenciário é, você tem pequenos casos, vamos dizer assim, de assassinatos, ou mesmo de ameaças dentro do sistema penitenciário de Manaus. Que aí, isso vai chegar até o massacre do Compaj né, em Janeiro de 2018. Então, você pode pensar assim, meados de 2016, (...) quando rompe o Comando Vermelho e o PCC, você tem o começo de uma guerra aberta entre o PCC e a FDN em Manaus.

Quais são os interesses do PCC em travar um conflito pelo controle da rota do Solimões?

(...) O que me disseram, e o que eu percebo é que a partir do momento que o PCC (...) não tem como manter uma aliança com o Comando Vermelho e aí você vai desde aquela história do assassinato do Jorge Rafaat ali no Paraguai, o Rei da Fronteira, você tem a questão de calotes até que Comando Vermelho pegava armas e drogas e não pagava ao pessoal do PCC, você tem escutas que falam: “pô, os cariocas são fodas assim, eles não respeitam a gente”, não sei o que. E o PCC atribui o começo desse racha a uma briga que houve no sistema penitenciário do Mato Grosso. Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, depois eu vou pesquisar pra você melhor, ou seja, o PCC tava querendo batizar muita gente ligado ao Comando Vermelho, o pessoal do Comando Vermelho meio que deu uma dura, digamos assim né, aí houve uma tentativa de solucionar esse caso por meio de mensagens enviadas a dois caras do Comando Vermelho, Elias Maluco né, é o Marcinho VP, que estão em presídio federal. O que que houve, o PCC tentou fazer, vamos dizer assim, um acordo com os caras: “Vamos parar com essas brigas da gente porque isso não interessa a ninguém” (...) e aí foi comprovado que chegou uma mensagem ao Marcinho VP e ao Elias Maluco e o Marcinho meio que (falou o seguinte) “ô, o Comando Vermelho não tem gerência sobre o que acontece no Mato Grosso Sul né, (...) lá, em cada estado, cada um age da maneira que quiser.

E a partir daí, você começa o rompimento do PCC com o Comando Vermelho, mas segundo fontes (...) que investigam o PCC há muito tempo, desde o começo da ascensão de

Marcola, o PCC sempre quis criar o maior cartel da América do Sul, sempre foi o objetivo do Marcola em transformar o PCC numa organização internacional mesmo, você entende? Então o seguinte, segundo a investigação e, a gente pode citar o ministério público de São Paulo, a Polícia Federal, o PCC tem uma intenção uma espécie de cartel que envolva Bolívia, os produtores de coca na Bolívia, o PCC como único fornecedor e aí dominando as duas rotas, as duas principais rotas, tanto a do Solimões quanto a da Rota Caipira. Assim, é uma tentativa do PCC de virar um monopolista, digamos assim né, ou seja, ele não só quer se tornar o fornecedor de todas as facções brasileiras, digamos assim, como pretende também dominar essa rota pro fora, ou seja, essa rota (...) que leva até os cartéis mexicanos, é um desejo do PCC, ele quer se tornar o maior cartel de drogas da América do Sul. Esse, então, também é o motivo por trás dessa briga que tá rolando na fronteira do Paraguai e é o motivo do PCC ter entrado nessa briga com a FDN. Ou seja, me parece, segundo alguns pesquisadores, que essa briga com o Comando Vermelho foi só um pretexto, na verdade, que o PCC sempre quis, na verdade, dominar todas as rotas, inclusive dominar o mercado carioca, mesmo não entrando geograficamente, territorialmente, ou seja, como fornecedor. (...) O que eu posso dizer até agora (...) essa guerra aberta agora nada mais que uma tentativa do PCC (...) de criar um monopólio das drogas no Brasil né, criar o maior cartel na América do Sul.

Onde, territorialmente falando, a luta entre o PCC e a FDN está acontecendo?

A grande briga entre o PCC e a FDN é: Os pontos de venda de drogas em Manaus e o sistema penitenciário no Amazonas, essa é a grande, vamos dizer assim, front deles, né. (...) depois da chacina do Compaj, você tem três ou quatro grandes chacinas, que ocorreram em bairros periféricos, que são do domínio da FDN né, (...) teve uma chacina recente no bairro da Compensa. Só que ao mesmo tempo, essa briga não se restringe a lá. Eu já peguei vários relatos de vídeos de gente da FDN aqui em São Paulo, inclusive houve um informe de que pessoas ligadas a FDN tão tentando dominar uma região de tráfico em São Bernardo do Campo, em São Paulo, né, como uma resposta a tentativa do PCC em agir lá no Manaus. Então assim, o front é: sistema penitenciário do Amazonas, onde ainda está acontecendo mortes ainda, não no nível da chacina, claro né, do Compaj, os bairros periféricos são dominados pela FDN em Manaus e ao mesmo tempo, como há uma resposta à tentativa do PCC, há (...) da FDN, aliados ao Comando Vermelho, em (...)

alguns locais de São Paulo. (...) em São Bernardo, é inclusive uma coisa que eu estou apurando (...), mais, eu recebi vídeos de caras da FDN sendo interrogados pelo PCC, e o cara admitindo no vídeo. E aí eu chequei esse vídeo, esse vídeo é autêntico (...), o cara falando que a FDN tava tentando em uma favela em São Bernardo pra criar um ponto de controle aqui em São Paulo.

Então é isso, Manaus é o grande front né, e aí isso tem repercussão também em Fortaleza (...) a FDN meio que também ela age não só em Manaus, mas em alguns estados no Nordeste, em associação com o Comando Vermelho, por exemplo, antes desse massacre que ocorreu agora em janeiro, em Fortaleza, um cara da FDN, que eu não sei o nome pra você, foi assassinado em uma barraca de praia na capital, ali naquela Praia do Futuro. (...)

E o fato dessa luta estar acontecendo, principalmente em Manaus, isso acontece pelo fato de que a própria FDN tem muita mais força em Manaus do que nos outros Estados ou pela posição estratégica da cidade de Manaus

São as duas coisas que você falou aí, porque quem controlar o crime, vai controlar essa rota do Solimões, você entende. Geograficamente, Manaus (...) é a capital do crime na região norte (...) então, o fato de Manaus, geograficamente, a cidade, ao lado de Belém, mais importante na região norte e o fato da maior facção da região Norte (...) ter origem na cidade faz com que Manaus, vamos dizer assim, seja o ponto mais importante da briga entre os dois. (...) Há um ditado que se fala em Manaus que é o seguinte: “Quem controla o Compaj, controla Manaus e aí, por extensão, controla a região Norte” (...). Então o seguinte, se você for pensar o que é mais importante, inclusive, controlar (...) os pontos de droga ou o Compaj? O Compaj. O Compaj é a grande, é o grande, vamos dizer assim, é o ponto principal dessa guerra, você entende? Quem controla o Compaj, controla o crime em Manaus, isso é fato, isso é dito em vários depoimentos de presos naquele inquérito do massacre de Manaus. Se o PCC tomasse conta ali do Compaj (...) fatalmente, o PCC controlaria, mais cedo ou mais tarde a rota do Solimões, os pontos de vendas de Manaus, sabe? As rotas para outras cidades do interior, da região Norte (...).

Como está se dando o conflito entre essas duas organizações? Como a violência está sendo manifestada com esse conflito?

(...) Pelo fato da FDN ser ainda mais forte do que o PCC lá (no Compaj), você tem (...) todo um planejamento pra execução daquele massacre. Então você tem ali, houve um esquema muito grande, isso foi provado no inquérito do massacre, de envio de armas e facções (...) desvio de facções na cozinha do Compaj, segundo os policiais militares e agentes pra envio de armas, né, e total, vamos dizer assim, bloqueio de chegada de armas para integrantes do PCC. O marco zero dessa briga, vamos dizer assim, de fato é massacre do Compaj, só que a partir daí você tem uma disputa muito grande entre, entre assim, (...) teve uma explosão de homicídios em Manaus, por consequência desse massacre. E aí, a chacina (...) que eu lhe disse (...) você tem aí, atos de vingança, de represália (...) como o PCC não tem o domínio dos presídios, ele tá atacando ponto de vendas de drogas de Manaus da FDN, e essa chacina do futebol, que foi feita 13 de dezembro, morreram seis pessoas, é um exemplo disso. Então, você tem vários ataques e contra ataques acontecendo em Manaus, por conta dessa briga, né. O PCC agora, depois do massacre, tá com muito reduzido no sistema penitenciário, mas ainda tem muita gente ligado a ele nas ruas então (...).

O senhor tem relatos de como a população está reagindo a esse contexto violento?

Cara, eu vou usar um clichê, a população é refém cara (...) pense no Rio de Janeiro, você uma situação que as favelas são dominadas pelo tráfico né, (...) Manaus é a mesma coisa, assim, essa população é refém desses caras. Inclusive, se for pensar no massacre, mais da metade das pessoas que foram mortas, não tinham relação com essa briga entre o PCC e a FDN, 56 mortos, (...) e 26 era ligados ao PCC. Então assim, você tem uma população que é refém desses caras, nessas comunidades de Manaus e os mesmos próprios sistema penitenciário você tem gente morrendo sem ter nada a ver com isso. Pela própria dinâmica de como aconteceu o massacre, (...) o setor em que a FDN estava né, agrupada, no meio tava esses trinta caras que eram pessoas com, a boa parte deles preso por crimes sexuais e aí até chegar ao grupo do PCC.

Então, se você for pensar também isso nas ruas, tem muita gente que tá morrendo em Manaus se ter nada a ver com isso, e o domínio dessas facções nesses locais periféricos é tão forte quanto é no Rio de Janeiro. (...) eu tive relatos em Manaus de mulheres que são tem são agredidas e tem a cabeça raspada por ou ter envolvimento com alguém de outra facção né ou o, digamos assim, os caras teve uma desconfiança de que ela é “cagete” ou

que ela tá chamando a polícia pra resolver um problema interno, ou seja, Manaus é uma cidade como Rio de Janeiro, e, como São Paulo, que tem pontos locais, regiões na cidade dominadas pelo dominadas pelo tráfico, onde a polícia entra muito pouco né, onde a população segue a regra desses caras. Acho que o Bairro da Compensa (...) é um exemplo disso, (...) é a origem da FDN, tanto que o José Roberto é chamado de José Roberto da Compensa né. Compensa é um bairro completamente dominado pela FDN, então, (..) eu vou usar um clichê, essa população ela tá sob domínio desses caras, e aí, com as consequências que podem advir dessa briga (...).

Qual a posição dos Estados afetados, acho que o principalmente seria o estado do Amazonas, e do governo federal frente a esse conflito?

Cara, é o seguinte, (...) o governo do Amazonas não tem controle da situação (...) dos presídios do estado, não tem (...). Eu vou repetir de novo a história do massacre, as regras de convivência, as regras de, os procedimentos eram todos controlados pelos criminosos no complexo de penitenciário de Anísio Jobim. (...) Você tem locais de Manaus, repito, que o Estado não entra (...) ou se entra é sobre autorização desses caras. Você tem um nível muito grande de corrupção policial em Manaus, a prova disso é (..) parte do armamento usado no massacre foi entregue por policiais militares que faziam a guarita do presídio né.

Então, eu digo pra você o seguinte, que a posição do Estado do Manaus, ou seja, eles não tem estrutura de inteligência pra investigar e diminuir a influência da FDN do estado, tanto é que a principal investigação sobre a FDN é um investigação da polícia federal né, essa investigação a FDN surge em 2007, 2008 né, como falamos, só em 2015 a Polícia Federal (...) faz uma operação contra a FDN e o estado do Amazonas não tem, assim, não tem equipe, não tem controle e é submisso no sistema penitenciários ao ditames da FDN.

Quanto ao governo federal, Rodrigo, assim, a gente não tem um plano nacional de combate ao crime organizado, o que você é o seguinte, você tem você tem atuações esparsas, assim, a polícia federal em Manaus investiga a FDN, mas por exemplo, você não tem uma ação coordenação entre as várias polícias federais da região Norte né, você não tem trocas de informação de inteligência (...) da polícia federal e da SSP (...). Você tem iniciativas pontuais, ou seja, em operações que aí você consegue, assim, desvendar algum

tipo de estrutura das organizações mas você não tem um plano de inteligência, você não tem uma, um planejamento a nível federal do sistema penitenciário né. (...) Os últimos governos, FHC, Lula, Dilma e eu vou tirar Michel Temer, não porque eu goste dele não, mas é porque assim, digamos que ele chegou agora, você nunca viu um plano de segurança pública que tenha saído do papel nesses três governos né.

Então, o governo federal (...) é omissos não só na região das fronteiras, mas também na questão do combate ao crime organizado, ou seja, ele não ajuda a agir. Quando acontece um massacre age pontualmente, (...) no massacre de Manaus, os caras que fizeram o massacre mandaram para o presídio federal né, só que você não tem um plano de contingência, um plano de segurança pra, por exemplo, melhorar esse sistema penitenciário nos estados né e diminuir a influência das facções nas cidades. Por exemplo, o estado brasileiro, de maneira geral, eu falo de maneira geral permite que (...) que a distribuição de presos (...) seja feita por meio de auto declaração de facção, ou seja, o cara chega em Manaus, por exemplo, o cara é preso por roubar um picolé, um exemplo (...), ele obrigatoriamente tem que se ao chegar no presídio se auto declarar qual facção ele pertence. Ou seja, o cara é quase obrigado a se colocar ao lado de uma facção, isso acontece em Manaus, acontece na Bahia, isso acontece... não em São Paulo porque São Paulo é dominado pelo PCC, mas o estado brasileiro permite que as facções façam agrupamento dentro do sistema penitenciário. Muita gente fala que o sistema penitenciário do Brasil virou RH das facções né e o estado colaborando pra isso.

(...) em termos de secretaria de segurança pública do Estado, eu digo pra você que, (...) não tem inteligência para combater, não tem equipe, não tem estrutura física, você tem, assim, você tem delegacias em estado de precariedade, você uma incidência muito forte com corrupção policial e repito, o massacre de Manaus é uma prova disso. E a relação ao governo federal é uma relação de omissão, o governo federal omite, não só em relação as fronteiras mas também na ajuda que ele poderia dar a esses estados através de uma ação integrada de segurança pública (...).

Pra mim é essa resposta, incapacidade da secretaria segurança pública de (...) combater essas facções e a omissão do governo federal, que poderia ter o papel de aglutinador né, não só de ações de políticas públicas relacionadas à educação, saúde e outras áreas correlatas, mas também na própria, no próprio combate né. Ou seja, é a polícia federal que teria, digamos assim, uma, um know how de inteligência pra ajudar essa secretaria de segurança pública no combate as facções, só que não há troca de informações,

você não tem, de fato, um sistema nacional de inteligência, por exemplo né, você não tem, por exemplo, um banco de dados nacional de segurança pública de facções criminosas, a atuação dessas facções né, você não tem um cadastro né, dessa... de presos no Brasil. Goiás agora teve o massacre, aquela ocorrência né no começo de janeiro, só agora, Goiás cadastrou todos os presos do país. (...) O sistema brasileiro não tem nem noção de quantos presos realmente estão no, na, nas... nas penitenciárias do Brasil né.

Então a gente pode dizer que as instituições da região da região Norte, principalmente que tratam de segurança e justiça, não estão de maneira alguma sendo fortalecidas pra lidar com esse problema?

Não, você tem ações pontuais (...) um exemplo, aquele governador de Manaus, do Amazonas, ele foi preso recentemente né, por crime de corrupção, a secretaria de segurança pública e a secretaria administrativa penitenciária não queria enviá-lo pra um presídio por que diz que... confessou que não poderia garantir a segurança dele naquele presídio, ou seja, ela confessou que não tinha controle sobre o presídio pra enviar um preso daquele... daquela importância política. Ou seja, você não tem até agora... o que foi feito em relação a mudança de procedimentos do presídio, o que que o governo federal deu de... ofereceu em termos de informações ou mesmo ajuda financeira pra reforma de presídios no Amazonas? Nada, ou seja, a situação que se encontrava o sistema penitenciário (...) do Amazonas em janeiro de 2017 né que aconteceu o massacre (...) é a mesma de hoje, ou seja, hoje estão dadas todas as condições de haver mais um massacre nos presídios de Manaus, porque (...) o estado amazonense não tem controle sobre o sistema penitenciário e o governo federal não fez nenhuma ação efetiva, de fato, pra ajudar nessa situação.

Como que as forças de segurança vêm lidando com essa luta entre essas facções, como que estão se posicionando? De maneira repressiva? De maneira a se omitir também?

Cara, é o seguinte, (...) você tem a repressão policial, que é inócua né, porque como eu te disse, você prende esses caras, esses caras vão pro presídio, eles tão sob o domínio dos caras, das facções (...) e você tem uma relação muito de omissão, de omissão muito forte. Por exemplo, essas chacinas que tão acontecendo, você não vê um inquérito, assim, que seja concluído dizendo ó, aconteceu isso, isso e isso, esses são os responsáveis pela

(...) esse caso, ou seja, você tem (...) uma repressão muito forte sobre pequenos traficantes né, que são levados pro sistema penitenciário que vão ficar sobre a égide né, das facções. E ao mesmo tempo, você tem uma omissão muito grande em relação a grande casos (...) as grandes chacinas que estão acontecendo em consequência do massacre de Manaus.

Houve uma investigação muito bem feita sobre o Compaj, mas também assim, porque assim, foi o segundo maior massacre do sistema prisional brasileiro né, segundo Carandiru, se não houvesse uma resposta, digamos assim, mínima da secretaria, ficaria muito feio né. Mas não houve depois uma continuidade nos trabalhos né, (...) você tem comprovado que houve corrupção policial, que favoreceu né a ocorrência do massacre, mas você não tem nenhuma investigação em andamento sobre isso, eles falam que tem mas em tenho (...) informações de fonte de que essa parte da investigação não andou, ou seja, só chegaram as causas né, do massacre (...) mas nas causas relacionadas a atuação do Estado, ou seja, a omissão no sistema e a corrupção (...) nada foi feito, né. E você tem uma repressão (...) aquela repressão típica que existe em outros lugares do Brasil né, muito sobre a população pobre e periférica e muito sobre a prisão de pequenos traficantes, (...) que não são os caras que tão (...) na linha de frente dessa briga né.

Você tem uma atuação muito negligente da polícia, né e uma típica da instituição policial brasileira né, sobre pessoas as vezes inocentes e pequenos traficantes, não sobre os grandes, né, os grandes financiadores, por exemplo né.

Há previsão ou há discussão em qualquer um dos níveis do Estado, no município de Manaus, no estado de Amazonas ou a governo federal, de soluções para resolver esse conflito violento e pra promover segurança na região. Como por exemplo, desarmamento, uma possível mediação entre as partes (...) ou de outras maneiras para resolver essa dinâmica do conflito. Isso tá sendo discutido de alguma maneira?

Pelo que eu sei, Rodrigo, não (...). Não há nada nesse sentido, assim, de solução (...) a grande verdade, Rodrigo, é a seguinte, a solução vai ser dada pelas facções. Quando houver (...) um domínio completo entre uma facção e outra você vai ver que o índice de homicídio vão diminuir bastante, ou seja, quando houver um vencedor dessa guerra, você terá uma pacificação, digamos assim, né (...), e isso não tem relação nenhuma com o Estado. Eu não vejo nada que cê falou, de mediação de conflitos, desarmamento, uma investigação, por exemplo, de como que chega essas armas, repito né como é que essas

armas chegam não só através dos pontos de venda (...) de drogas, mas também nos presídios. (...) Pelo que eu sei (...) você tem um órgão, um órgão que é mais atuante, que é a polícia federal, né, que tem uma atuação limitada também né, a polícia federal não é responsável por aplicar políticas públicas, por exemplo né, você não tem nenhum tipo de planejamento do governo amazonense de agir, agir presentemente (...) nesses locais que são dominados pelo tráfico. (...) Nem parecido, por exemplo, com a UPP (...) não tem nada que eu tenha visto, posso estar enganado, porque assim, eu não moro em Manaus, então eu não tô sempre acompanhando o que tá acontecendo lá, mas não tem nada, assim, pelo que eu sei em termos de solução pra essa... esse conflito.

A solução, pelo que eu vejo, passa (...) por haver um vencedor nesse conflito, entre o PCC e a FDN, ou um próprio acordo interno entre os caras né, ou seja, as facções resolverem, vamos dizer assim, que é possível né resolverem (...) pacificar entre eles. Mas isso sem a atuação do Estado (...). O conflito em Manaus passa por uma decisão dos líderes das facções, o Estado não tem qualquer ingerência sobre isso (...).

Há uma preocupação, ou no discurso ou nas ações (...) a nível de município, estado e governo federal, na promoção de condições sociais que possam mitigar esse problema, como por exemplo, o aumento da renda per capita nessas regiões de mais vulnerabilidade social ou outras políticas. Isso também tá sendo discutido?

Não. Cara, você tem ações pontuais (...) você não tem um plano, digamos assim, pra colocar escolas integrais em Manaus, é um exemplo né, ou seja, tirar essa juventude das ruas e colocar elas (...) o dia todo nas escolas, não tem um plano em relação a isso. Você não tem um plano de colocar uma presença mais forte no policiamento comunitário, não tem, entendeu, você não tem um plano, como você falou, de oferecer condições de empregabilidade, ou seja, escolas técnicas, ou se não atração de emprego. Você tem ações pontuais do município, estado, o governo federal não sei, mas você não tem um plano integrado, (...) aconteceu o massacre, nada foi feito em termos de assim, vamos tentar evitar que isso aconteça de novo, não tem. Aí, isso vale, Rodrigo, pra Amazonas, isso vale pro Ceará (...) e não tem nada em termos de política pública, de um grande projeto pra redução da criminalidade em Manaus e melhoria das condições de vida da população. Você tem programas específicos, mas nada integrado, nada que tenha planejamento a longo prazo. Isso vale não só para Manaus, mas para qualquer lugar do país.

Essa luta entre as duas organizações transborda para além das fronteiras nacionais.

(...) Vamos pensar não só a FDN não, vamos pensar no Comando Vermelho. A FDN é transnacional, é rota do Solimões. Então você tem lá, o PCC enviando emissários pro Peru, pra Colômbia, pra Bolívia pra tentar tomar essa rota da FDN no início (...) e aí você tem uma briga ainda muito grande, ninguém sabe ainda que tá ganhando, no Paraguai pra controlar essa rota caipira, digamos assim né. Então assim, a briga entre PCC versus FDN e Comando Vermelho já é transnacional há muito tempo, né, desde o momento que eles romperam essa briga se tornou transnacional. O PCC entrou no Paraguai nos anos 2000, o PCC hoje é o principal, digamos assim, problema da segurança pública do Paraguai, né. O PCC tem membros (...) ativos no sistema judiciário do Paraguai (... Saiu pra pedir café)

(...) uma tentativa do PCC de tomar, passar a rasteira na FDN no início da rota do Solimões, dessa região entre Peru, Colômbia. Então, (...) essa briga já se tornou transnacional né, ela é mais do que nacionalmente né, e aí pense com respeito nacional, pensa assim, região norte, FDN mas o resto do país é PCC com Comando Vermelho contra as facções regionais que são aliadas do Comando Vermelho em cada estado.

Você citou três países principais, seria a Colômbia, o Peru e a Bolívia, você tem alguma noção de como...

E o Paraguai

É, Mas o Paraguai seria mais ligado a rota caipira né

É, rota caipira (...)

Eu quero saber só se, principalmente a Colômbia, (...) se você sabe de alguma, da cobertura das notícias em relação a esse conflito da rota do Solimões nos países como Colômbia, Peru ou Bolívia, se há uma preocupação nos noticiários em relação a isso?

Cara, eu noto, eu noto pouco, assim, eu confesso a você que eu não tô acompanhando tanto. Mas assim, acompanhando o Paraguai você não tem notícias de

conflito, sabe, do pessoal do PCC, você não tem notícias, assim, muito grandes. A Bolívia é um produtor, assim, em grande escala né, a Bolívia é o ponto, vamos dizer assim, inicial, é o começo né dessa rota. (...) Lá todo mundo compra de todo mundo (...). O que eu vejo em relação ao Peru e a Colômbia é uma ação do PCC, mais (...) comercial, entende? Ao contrário do Paraguai, onde tem uma luta aberta, eles tão tentando (...) não tem uma intenção de criar conflitos, abrir um conflito no Peru e na Colômbia. Eu posso estar enganado, mas assim, eu não percebo informes, assim, de atuação, digamos assim, de atuação violenta do PCC nesses dois países né, mais no Paraguai. E a Bolívia é a... Não é bom pra ninguém que a Bolívia fique em um situação, digamos assim, de insegurança muito grande, né, porque a Bolívia é onde é produzida a pasta de coca, (...) eu não vejo muita notícia de conflito extensos nesses três países, Bolívia, Peru e Colômbia não. Eu vejo mais uma ação do PCC, assim, no sentido de criar, assim, elos comerciais, sabe? Enquanto que no Paraguai você tem uma disputa aberta mesmo, violenta mesmo.

Parte dessa pergunta em relação a preocupação com outros países é também pelo fato de que o ministro da defesa colombiano, Luis Carlos Villegas, ele tinha afirmado há algum tempo atrás que o PCC estava recrutando membros das FARC, insatisfeito com o acordo de paz com o governo e pra ti, essa... na sua visão esse movimento é real? E se sim, como isso está acontecendo e qual os seus impactos?

Cara, eu vou dizer a você... eu não vou poder responder essa pergunta (...). É possível porque talvez aí o PCC tenha aí (...) em expertise, sabe? Gente que sabe lidar, sabe atuar naquela área, tanto em termos de rota como produção de cocaína, você entende? Pra tentar estrangular a FDN, ou seja, no começo né. Mas, assim, eu não tenho ainda muitos detalhes da atuação do PCC na Colômbia (...) em vez de estar brigando com a FDN em Manaus, eu vou tomar essa rota (...) aqui no ponto zero (...).

Com base na sua experiência, qual o cenário você vê para essas facções em termos de disseminação de violência. Pra você, há uma tendência a escalada da violência entre a FDN e o PCC ou uma tendência de acomodação ou a criação de um acordo ou menos de uma vitória de uma das duas partes?

Cara, eu acho que a gente vai ter aí, minha opinião, você vai ter fluxos e contra fluxos. Porque, assim, o PCC não vai desistir de dominar essa rota, isso é fato. Mas o PCC não tem o domínio do sistema penitenciário amazonense, a FDN é mais forte que o PCC nisso, então eu acho que a gente vai ter ainda, isso é uma opinião mesmo (...) você vai ter ainda uma escalada durante esse ano ainda de violência, porque não vai ser resolvido ainda. Isso vai depender muito, assim, as coisas tão tudo interligadas, Rodrigo, assim, o que vai acontecer em Goiás, o que vai acontecer no Ceará, o que vai acontecer no Rio de Janeiro. Eu duvido muito que tenha (...) uma pacificação em Manaus e aí no Rio de Janeiro seja uma briga e aí no Ceará seja uma briga, sabe? Tá tudo muito interligado. Mas eu não sei se vai ter um acordo, eu acho assim que, o PCC vai tentar tomar essa rota por meio (...) do acordo comercial, ou seja, quando ele tiver forte nesses países, Peru, Colômbia, ele vai tentar tomar essa rota no começo, vai ser uma aliança comercial pra sufocar os caras na, em Manaus (...) em vez de ficar se matando lá em Manaus eles vão agir como se fosse um xadrez né, eles vão tomar o começo.

Mas eu sou pessimista, eu acho que a gente vai ter uma escalada de violência muito maior ainda, porque justamente você tem uma situação de que estado (...) omissão e você tem, assim, a FDN assim, os cara da FDN, o José Roberto, o Gelson, principalmente o José Roberto. O José Roberto é um cara violento pra caralho, ele não tem uma visão, vamos dizer assim, de futuro (..) a visão dele é de curto prazo e a curto prazo (...) a questão é continuar se matando. Eu não tenho informações de que tá havendo um acordo, na verdade, você tem assim, a FDN criando novas rotas né (...), mas não vejo nenhuma possibilidade, a curto prazo, de pacificação não. Tá tudo interligado (...) você teve em Manaus, você em Boa Vista, você tem Ceará agora (...), Goiás, você tem essa briga na Rocinha, ou seja, nada indica que as coisas vão, sabe? Você tem a própria briga interna do PCC né? Com essa morte lá do Gegê do Mangue, nada indica que você vai ter a curto prazo uma pacificação das coisas, acho que vai ter um, prevejo, inclusive, que a gente vai ter aumento no índice de homicídio cada vez maiores nesses locais, assim né. Não vejo a curto prazo, a médio prazo, digamos assim, pensando em 2018 uma pacificação (...).

O senhor vê uma tendência de que essas facções criminosas, elas ganham maior poder, mais poder, ou se o estado está reagindo a isso tudo?

Não tá não (...) a imensa maioria de pessoas que estão sendo mortas nessa guerra for de pessoas negras, pobres, periféricas, o estado não vai agir de acordo. Se chegarmos a uma situação de que essa violência massiva de facções atinja membros de um classe média, de uma classe privilegiada do país, aí você terá uma reação do estado. O que vai acontecer sempre ações pontuais, sem planejamento (...) você não vê nada que indica uma ação de inteligência de controle maior das nossas fronteiras, por exemplo né. Eu acho o seguinte, se a gente chegar no nível de homicídios e esses homicídios passarem a sair dessas vítimas (...) talvez o estado reaja, senão, meu amigo, vai continuar do mesmo jeito, essa é a minha opinião.

Anexos

Anexo A – Estatuto do PCC (BIGOLI; BEZERRO, 2015).

1. Lealdade, respeito, e solidariedade acima de tudo ao Partido.
2. A Luta pela liberdade, justiça e paz.
3. A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão.
4. A contribuição daqueles que estão em Liberdade com os irmãos dentro da prisão, através de advogados, dinheiro, ajuda aos familiares e ação de resgate.
5. O respeito e a solidariedade a todos os membros do Partido, para que não haja conflitos internos, porque aquele que causar conflito interno dentro do Partido, tentando dividir a irmandade será excluído e repudiado do Partido.
6. Jamais usar o Partido para resolver conflitos pessoais, contra pessoas de fora. Porque o ideal do Partido está acima de conflitos pessoais. Mas o Partido estará sempre Leal e solidário à todos os seus integrantes para que não venham à sofrerem nenhuma desigualdade ou injustiça em conflitos externos.
7. Aquele que estiver em Liberdade 'bem estruturado' mas esquecer de contribuir com os irmãos que estão na cadeia, serão condenado à morte sem perdão.
8. Os integrantes do Partido tem que dar bom exemplo à serem seguidos e por isso o Partido não admite que haja: assalto, estupro e extorsão dentro do Sistema.
9. O partido não admite mentiras, traição, inveja, cobiça, calúnia, egoísmo, interesse pessoal, mas sim: a verdade, a fidelidade, a hombridade, solidariedade, e o interesse comum ao Bem de todos, porque somos um por todos e todos por um.
10. Todo o integrante tem que respeitar a ordem e a disciplina do Partido. Cada um vai receber de acordo com aquilo que fez por merecer. A opinião de Todos será ouvida e respeitada, mas a decisão final será dos fundadores do Partido.
11. O Primeiro Comando da Capital - P.C.C. fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto "a Liberdade, a Justiça e a Paz".
12. O Partido não admite rivalidades internas, disputa do poder na Liderança do Comando, pois cada integrante do Comando sabe a função que lhe compete de acordo com sua capacidade para exercê-la.
13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões.

14. A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozes.

15. Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas e simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final.

16. O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do Estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade, na fabricação de monstros. Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido. LIBERDADE! JUSTIÇA! E PAZ!!! O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV. UNIDOS VENCEREMOS.

Anexo B – Estatuto da Família do Norte (PORTAL DO HOLANDA, 2013).

O Conselho do Comando Vermelho Organização fundada em 1979 no Presídio da Ilha Grande no Rio de Janeiro com o intuito de combater a opressão, lutar pelo progresso e liberdade, passar a regredir as regras cruciais para o bom funcionamento da nossa organização.

Art. 1 – Nosso lema do princípio de paz, justiça e liberdade, Significa que o respeito de todas as lutas somos também da paz, porém jamais fugiremos das guerras quando ela se fizer necessária.

Art. 2 – os 5 (cinco) pilares do F.D.N C.V: são Liberdade, Respeito, Luta e União (L.R.L.J.U)⁷⁹ nestes princípios básicos se resume o grau de nossa convivência harmoniosa que idealizamos entre irmãos, e todos aqueles dignos de consideração no qual nós nos relacionamos.

Art. 3 – A palavra de todos os integrantes serão válidas, analisada e respeitada, mas a palavra final em qualquer questão será sempre do conselho.

Art. 4º – Os conselhos serão formados por 23 conselheiros do mais alto grau de conhecimento de nossas regras, capacidade moral e senso de imparcialidade, dentre eles o presidente do conselho, vice presidente, porta voz e tesoureiro.

⁷⁹ Presume-se que a letra sobrando seja de justiça.

Art. 5º – A Organização está acima de qualquer membro, interesses pessoais e não errar: Cortaremos na própria carne as decepções, punindo sempre o errado, aquele que se omitir diante de erros de irmãos é prevalecida sempre a razão. Para atingir o patamar de eficiência que almejamos o expurgo será constante quando se fizer necessário.

Art. 6º - Cada integrante terá o valor que merece de acordo com suas ações, boa intenções e responsabilidade.

Art. 7º - Em referência a criminosos de outro Estado, fica proibida a entrada para o F.D.N C.V membros de outro estado onde já existe facção que corre pelo certo oriundo d próprio estado, se for conveniente e em comum acordo fecharemos aliança neste estado e daremos suporte para as alianças progredirem, mais em respeito aos que corem pelo certo, jamais batizas nestes estados. Desta maneira, plantaremos a semente F.D.N C.V em cada canto deste Brasil. Toda via corpo priorizamos sempre a qualidade, o espírito de luta e não a quantidade.

Art. 8 – Não será permitido e será passível de correções as seguintes condutas:

- A. Agregações⁸⁰ entre irmãos, amigos e companheiros;
- B. Irresponsabilidade ou qualquer tipo de pilantragem;
- C. Falta de comando (que é de todos nós);
- D. Se apoderar indevidamente de áreas de irmãos;
- E. Derramar sangue inocente;
- F. Causar desavenças, intrigas, ou a desunião entre irmãos;
- G. Derramar sangue de irmãos, antes de ter passado pela avaliação do conselho e saído o decreto.

Art. 9 – A punição para os que violarem as normas, serão de acordo com a infração.

- A. Advertência verbal para infrações leves;
- B. Afastamento por 1 ano sem dar opinião em nada, para infração leve;
- C. Banido definitivamente para infração grave;
- D. E o decreto para infrações super graves;

Art. 10 – A rigidez das punições.

- A. Duas infrações leves, entra no afastamento provisório;
- B. Duas infrações médias, será banido por tempo definitivo;
- C. Uma infração grave, o banido será obrigado a seguir seu caminho, destino a viver bem longe do F.D.N C.V;
- D. Uma infração super grave, o acarretará automaticamente no óbito do decreto.

⁸⁰ Provavelmente quer dizer “agressões”

Art. 11 – Estará sujeito a punições severas o irmão que sem nenhuma cautela e critério minucioso colocar camaradas (com mancha no passado) em nossa organização.

Art. 12 – Qualquer pessoa que se sentir prejudicada por atitudes do membro do F.D.N C.V poderá contestar o conselho e em derradeira instância no conselho geral que avaliará as questões detalhadamente com justiça, fazendo imperar sempre a razão, não aceitamos impostores infiltrados em hipótese alguma. Porque somos o certo e não admitimos falha de ninguém.

Art. 13 – As regras servirão para os mais novos integrantes, como os mais antigos da cúpula do F.D.N C.V para o bom andamento da nossa organização. É a marcha para frente os direitos serão igualitários para todos sem distinção, condição ou poder hierárquico.

Art. 14. – Somos uma instituição progressiva, uma família unida, membros do mesmo corpo, qualquer poluição de um dos membros será suprimido e lançado fora para que não venha a contaminar todo o corpo do F.D.N C.V que está acima de todos os membros.

Art. 15. Todos os integrantes serão sempre respeitados e prestigiados quando sua atuação for dentro dos contornos legais, nos limites doutrinados, estabelecidos nas respas, porém quando a atuação se mostrar transgressoras destes preconceitos legais, ela será sempre inválida e combatida pela cúpula do comando. Espero que os irmãos tenham compreendido acho que ficou bem especificado.